



Planejamento Estratégico 2016 - 2021

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

4º Trimestre de 2020

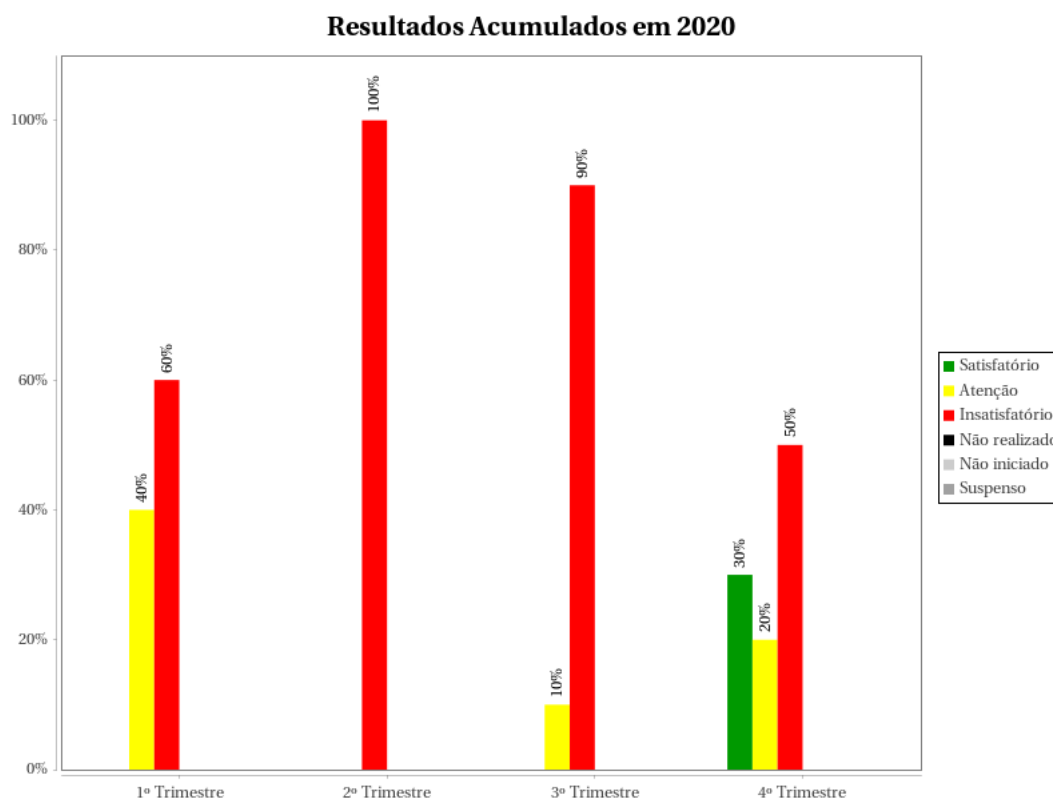
1. Mapa Geral

Atenção Plano Estratégico 2016-2021

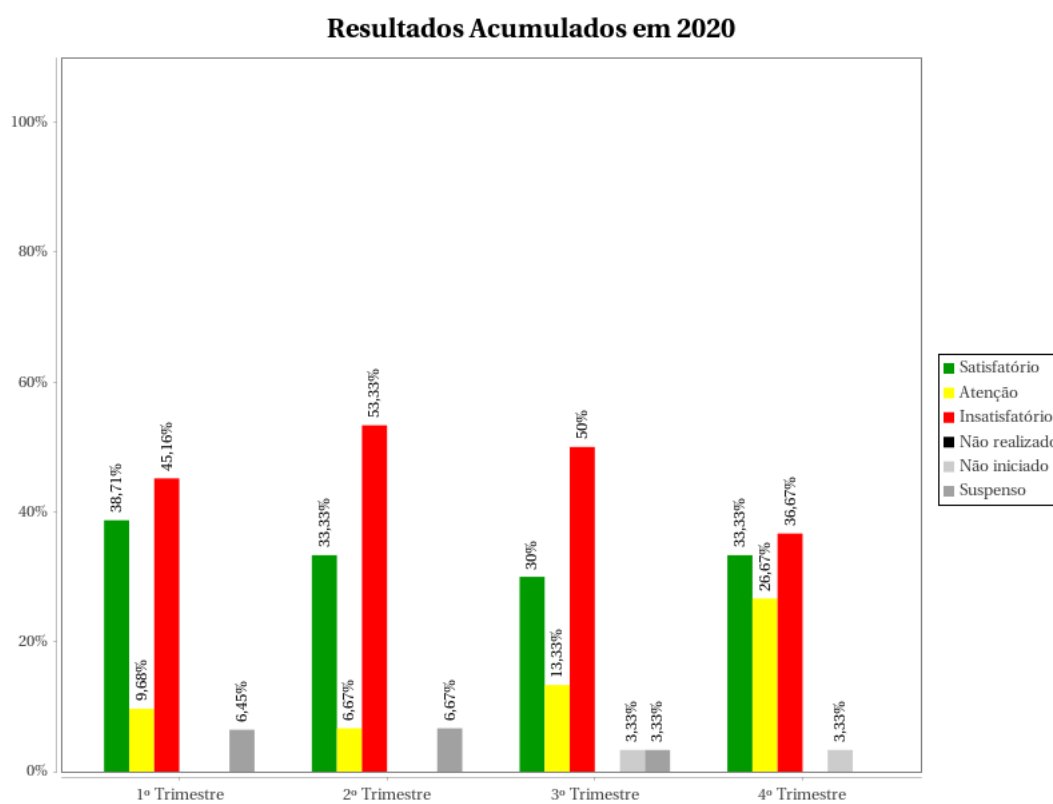
Sociedade	Garantir os Direitos da Cidadania				
	80,71%				
Processos Internos	Garantir a celeridade e a eficácia na prestação jurisdicional	Combater os ilícitos eleitorais	Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral	Aprimorar a comunicação com o público externo	Estimular o exercício consciente da cidadania
	98,63%	92,81%	72,57%	86,96%	100,00%
Recursos	Desenvolver a Gestão Estratégica de Pessoas	Fortalecer a governança institucional	Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ	Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TIC	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e de custos
	58,38%	74,98%	75,74%	85,62%	61,39%

2. Evolução Qualitativa dos Desempenhos por Trimestre

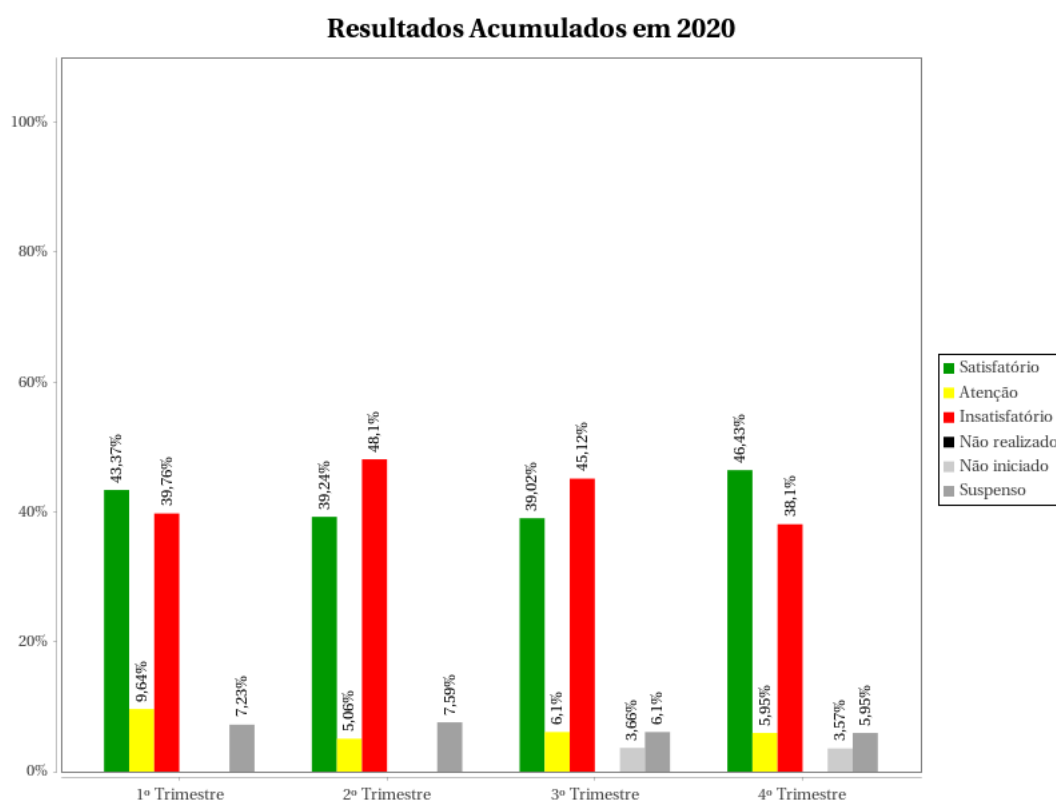
2.1. Objetivos Estratégicos



2.2. Indicadores Estratégicos



2.3. Indicadores de Apoio



3. Resultados 4º Trimestre de 2020.

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
Plano Estratégico 2016-2021				80,71%	Atenção
OE 02 - Garantir a celeridade e a eficácia na prestação jurisdicional				98,63%	Satisfatório
IE 01 - Índice de agilidade - 1º grau			50	100,00%	Satisfatório
IA 01 - Taxa de congestionamento dos feitos judiciais - 1º grau	49,91%	74,85%	1	133,32%	Satisfatório
IA 02 - Taxa de congestionamento de feitos administrativos - 1º grau					Suspensão
IA 03 - Índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais - 1º grau	99,40%	95,08%	1	104,54%	Satisfatório
IA 04 - Índice de agilidade no julgamento de feitos administrativos - 1º Grau					Suspensão
IA 05 - Índice de prestações de contas julgadas no prazo 1º grau					Suspensão
IE 02 - Índice de agilidade - 2º grau			50	97,25%	Satisfatório
IA 08 - Taxa de congestionamento dos feitos judiciais - 2º grau	32,17%	38,00%	1	115,34%	Satisfatório
IA 09 - Índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais - 2º grau	77,99%	85,00%	1	91,76%	Satisfatório
IA 10 - Índice de prestações de contas julgadas no prazo - 2º grau	100,00%	100,00%	1	100,00%	Satisfatório
OE 03 - Combater os ilícitos eleitorais				92,81%	Satisfatório
IE 07A - Índice de estruturação do sistema de prevenção e combate a ilícitos eleitorais			1		Não iniciado
IA 104 - Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento dos feitos prioritários					Não iniciado
IA 105 - Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento das ações penais eleitorais					Não iniciado
IA 106 - Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento das prestações de contas e da unidade de contas					Não iniciado
IE 08 - Índice de celeridade de processos prioritários			50	92,81%	Satisfatório
IA 22 - Índice de processos prioritários julgados no 1º grau, no prazo	74,12%	80,00%	1	92,65%	Satisfatório

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IA 23 - Índice de processos prioritários julgados no 2º grau, no prazo	74,38%	80,00%	1	92,97%	Satisfatório
OE 04 - Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral				72,57%	Insatisfatório
IE 09 - Índice de aprimoramento da gestão da eleição			20	75,93%	Insatisfatório
IA 24 - Percentual de implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições	92,59%	62,33%	1	148,55%	Satisfatório
IA 25 - Índice de aderência do orçamento das eleições	68,79%	90,00%	1	76,43%	Insatisfatório
IA 26 - Índice de aderência ao PIE	43,14%	84,00%	1	51,35%	Insatisfatório
IE 10 - Índice de segurança da votação			30	57,98%	Insatisfatório
IA 27 - Percentual de eleitores com cadastro biométrico	59,19%	79,09%	1	74,84%	Insatisfatório
IA 28 - Percentual de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria	0,00%	98,50%	1	0,00%	Insatisfatório
IA 29 - Percentual de urnas não substituídas	98,10%	99,00%	1	99,10%	Satisfatório
IE 11 - Índice de aprimoramento do processo eleitoral			20	87,81%	Atenção
IA 30 - Percentual de mesários voluntários	47,67%	75,00%	1	63,56%	Insatisfatório
IA 31 - Percentual de mesários capacitados	65,76%	75,00%	1	87,68%	Atenção
IA 32 - Percentual de participação de magistrados em ações de atualização em matéria eleitoral	82,56%	41,13%	1	200,72%	Satisfatório
IA 33 - Percentual de zonas eleitorais capacitadas em registro de candidatura, representações, fiscalização	100,00%	100,00%	1	100,00%	Satisfatório
IE 12 - Índice de promoção da transparência			30	74,77%	Insatisfatório
IA 34 - Índice de aderência ao plano de ações de esclarecimento realizadas para partidos e candidatos	53,85%	100,00%	1	53,85%	Insatisfatório
IA 36 - Percentual de realização das ações de divulgação sobre as etapas do processo eleitoral e mecanismos	90,90%	95,00%	1	95,69%	Satisfatório
OE 05 - Aprimorar a comunicação com o público externo				86,96%	Atenção
IE 13 - Índice de adequação da comunicação com o público externo			40	84,36%	Atenção
IA 37 - Índice de estruturação dos canais de comunicação	94,00%	100,00%	1	94,00%	Satisfatório
IA 38 - Índice de satisfação do cliente externo com a comunicação	58,75%	95,00%	1	61,84%	Insatisfatório

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IA 39 - Índice de atendimento das demandas recebidas com base na Lei de Acesso à Informação	96,27%	99,00%	1	97,24%	Satisfatório
IE 14 - Índice de gestão da comunicação			40	88,44%	Atenção
IA 40 - Índice de aderência ao Plano de Comunicação com o Público Externo	67,84%	88,24%	1	76,88%	Insatisfatório
IA 41 - Índice de inserções positivas na mídia	97,80%	95,00%	1	102,90%	Satisfatório
IE 15 - Índice de relacionamento institucional com a mídia			20	89,22%	Atenção
IA 42 - Índice de estruturação da relação institucional com a mídia	66,67%	85,00%	1	78,43%	Insatisfatório
IA 43 - Índice de aderência ao plano de relacionamento com a mídia	100,00%	83,75%	1	119,40%	Satisfatório
OE 06 - Estimular o exercício consciente da cidadania				100,00%	Satisfatório
IE 16 - Número de pessoas alcançadas por ações de cidadania			60	100,00%	Satisfatório
IA 44A - Taxa de Estudantes alcançados por ações socioeducativas conduzidas por magistrados e servidores					Suspensão
IA 46A - Consultas realizadas e ações informativas sobre o processo e a memória eleitorais	18,38%	8,00%	1	229,70%	Satisfatório
IE 17 - Índice de aderência ao planejamento de ações de cidadania			40	100,00%	Satisfatório
IA 47 - Índice de aderência ao plano de ações socioeducativas	100,00%	100,00%	1	100,00%	Satisfatório
IA 48 - Índice de aderência ao plano de ações de divulgação do processo e da memória eleitorais	114,29%	100,00%	1	114,29%	Satisfatório
OE 07 - Desenvolver a Gestão Estratégica de Pessoas				58,38%	Insatisfatório
IE 18 - Índice de desenvolvimento das competências			30	22,22%	Insatisfatório
IA 49A - Índice de implantação da gestão por competências	0,00%	83,33%	1	0,00%	Insatisfatório
IA 50 - Índice de aderência do PAC à estratégia	50,00%	75,00%	1	66,67%	Insatisfatório
IA 51 - Índice de conhecimento eleitoral básico	0,00%	60,00%	1	0,00%	Insatisfatório
IE 19 - Índice de desenvolvimento da liderança			40	68,00%	Insatisfatório
IA 53 - Índice de capacitação na matriz gerencial	59,82%	62,32%	1	96,00%	Satisfatório
IA 54A - Índice de implantação da gestão das ocupações críticas gerenciais	40,00%	100,00%	1	40,00%	Insatisfatório
IE 20 - Índice de gestão para a favorabilidade do Clima Organizacional			30	81,71%	Atenção

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IA 55 - Índice de satisfação dos servidores com o Clima Organizacional	70,87%	80,00%	1	88,59%	Atenção
IA 56 - Índice de implantação das ações decorrentes da Pesquisa de Clima Organizacional	50,00%	66,82%	1	74,83%	Insatisfatório
OE 08 - Fortalecer a governança institucional				74,98%	Insatisfatório
IE 21 - Índice de gestão participativa			30	94,25%	Satisfatório
IA 101 - Índice de realização de reuniões de gestão participativa	71,43%	60,00%	1	119,05%	Satisfatório
IA 102 - Índice de participação nas reuniões de gestão participativa	84,09%	90,00%	1	93,43%	Satisfatório
IA 103 - Índice de participação do público interno na construção/avaliação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário	13,40%	15,00%	1	89,33%	Satisfatório
IE 22 - Índice de estruturação do mecanismo de liderança			20	91,85%	Satisfatório
IA 60 - Índice de estruturação de padrões éticos	90,00%	94,79%	1	94,95%	Satisfatório
IA 61 - Índice de estruturação do sistema de governança	59,23%	66,73%	1	88,76%	Atenção
IE 23 - Índice de execução e monitoramento da estratégia			30	45,42%	Insatisfatório
IA 62 - Índice de execução das iniciativas estratégicas	22,45%	71,00%	1	31,62%	Insatisfatório
IA 63 - Índice de aderência de realização das Reuniões de Análise da Estratégia	75,00%	75,00%	1	100,00%	Satisfatório
IA 64 - Índice de realização de Reuniões de Análise Crítica	2,08%	45,00%	1	4,63%	Insatisfatório
IE 24 - Índice de adequação do mecanismo de controle			20	73,53%	Insatisfatório
IA 65 - Índice de estruturação da gestão de riscos e controles internos	35,56%	49,00%	1	72,56%	Insatisfatório
IA 66 - Índice de processos críticos monitorados	40,63%	88,00%	1	46,16%	Insatisfatório
IA 67 - Índice de aderência ao Plano Anual de Auditoria	100,00%	93,00%	1	107,53%	Satisfatório
IA 68A - Índice de implementação das recomendações da unidade de controle e auditoria	41,46%	55,00%	1	75,39%	Insatisfatório
IA 69A - Índice de conformidade dos cartórios					Suspensão
OE 09 - Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ				75,74%	Insatisfatório
IE 25 - Índice de padronização da infraestrutura			40	88,24%	Atenção
IA 70A - Índice de unidades com instalações padronizadas	9,55%	15,00%	1	63,67%	Insatisfatório

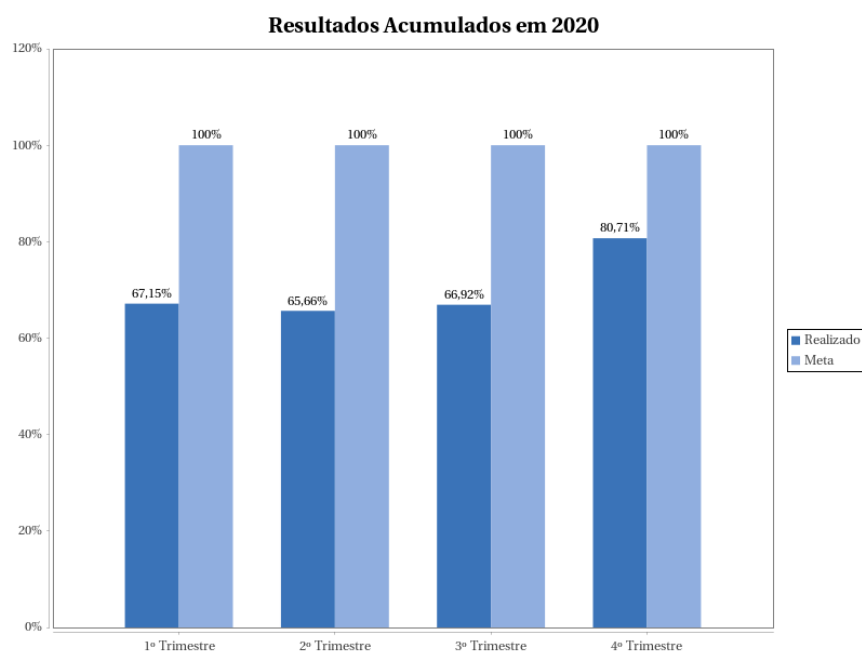
Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IA 71A - Índice de unidades com instalações acessíveis	23,60%	23,00%	1	102,59%	Satisfatório
IA 73A - Índice de unidades com condições adequadas de segurança	94,38%	80,00%	1	117,98%	Satisfatório
IA 74A - Índice de unidades com equipamentos sustentáveis	62,92%	75,00%	1	83,89%	Insatisfatório
IA 75A - Índice de instalações compatíveis com o trabalho e os serviços prestados	42,13%	45,00%	1	93,63%	Insatisfatório
IE 26 - Índice de eficiência da gestão da infraestrutura imobiliária			30	54,44%	Insatisfatório
IA 76 - Índice de desenvolvimento do modelo de gestão imobiliária	70,00%	81,25%	1	86,15%	Insatisfatório
IA 77A - Índice de execução do plano de obras	0,00%	75,00%	1	0,00%	Insatisfatório
IA 78 - Índice de aderência das contratações de infraestrutura ao Plano de Contratações	68,00%	88,13%	1	77,16%	Insatisfatório
IE 27 - Índice de atendimento às demandas de serviços			30	80,38%	Atenção
IA 79 - Índice de atendimento à demanda de manutenção da Sede	56,85%	98,00%	1	58,02%	Insatisfatório
IA 80 - Índice de atendimento à demanda de manutenção dos Cartórios	74,20%	89,27%	1	83,12%	Atenção
IA 81 - Índice de atendimento à demanda de transporte	100,00%	96,50%	1	103,63%	Satisfatório
OE 10 - Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TIC				85,62%	Atenção
IE 29 - Índice de governança em TIC			30	76,99%	Insatisfatório
IA 83 - Índice de transparência das informações relacionadas à gestão e uso de TIC	87,50%	81,00%	1	108,02%	Satisfatório
IA 84 - Índice de gestão corporativa da segurança da informação	61,50%	65,00%	1	94,62%	Insatisfatório
IA 85 - Índice de aderência da execução do orçamento de TIC	29,80%	82,00%	1	36,34%	Insatisfatório
IE 30 - Índice de adequação dos equipamentos			20	74,64%	Insatisfatório
IA 86 - Índice de adequação dos equipamentos aos padrões	51,48%	99,00%	2	52,00%	Insatisfatório
IA 87 - Índice de satisfação com a quantidade de recursos tecnológicos	83,06%	80,00%	1	103,83%	Satisfatório
IA 88 - Índice de satisfação com o desempenho dos recursos tecnológicos	75,64%	80,00%	1	94,55%	Satisfatório
IE 31 - Índice de disponibilidade da infraestrutura e do suporte de TIC			30	95,85%	Satisfatório

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IA 89 - Índice de aderência a requisitos mínimos de nivelamento da infraestrutura de TIC	80,00%	91,39%	2	87,54%	Atenção
IA 90 - Índice de disponibilidade de sistemas e serviços essenciais de TIC	99,78%	99,67%	3	100,11%	Satisfatório
IA 91 - Índice de satisfação dos usuários internos de TIC	96,91%	95,00%	1	102,01%	Satisfatório
IE 32 - Índice de modernização das soluções			20	94,18%	Satisfatório
IA 92 - Índice de atendimento da demanda por sistemas e automação de rotinas	68,75%	73,00%	1	94,18%	Satisfatório
OE 11 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e de custos				61,39%	Insatisfatório
IE 33 - Índice de eficiência da gestão orçamentária			20	84,69%	Atenção
IA 93 - Índice de execução planejada do orçamento de custeio (exceto iniciativas estratégicas e despesas de pessoal)	73,49%	86,78%	1	84,69%	Insatisfatório
IE 34 - Custo de manutenção da estrutura			40	98,34%	Satisfatório
IA 95 - Custo de manutenção das instalações por eleitor	1.582,58	1.461,54	1	91,72%	Insatisfatório
IA 96 - Custo de serviços de comunicação por eleitor	231,69	357,00	1	135,10%	Satisfatório
IA 97 - Custo de material de consumo por eleitor	49,60	52,84	1	106,14%	Satisfatório
IA 98 - Custo de serviços de transporte por eleitor	189,11	227,50	1	116,87%	Satisfatório
IA 99 - Custo de apoio administrativo por eleitor	461,79	588,34	1	121,51%	Satisfatório
IE 35 - Índice de alinhamento do orçamento com a estratégia			40	12,80%	Insatisfatório
IA 100 - Índice de execução planejada do orçamento de ações estratégicas	3,58%	28,00%	1	12,80%	Insatisfatório

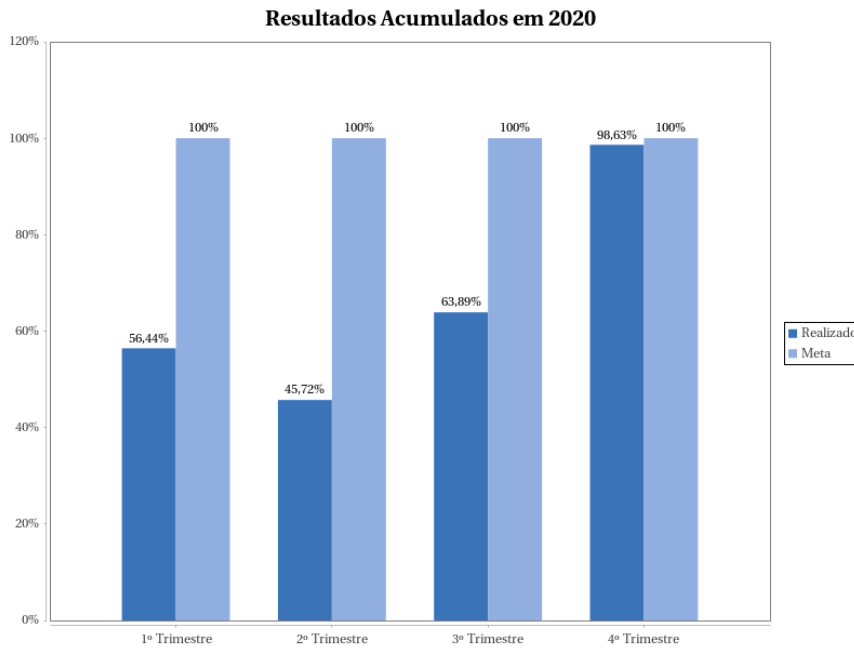
Obs: Os indicadores do tipo quanto menor melhor terão seus desempenhos limitados em 0 % e os do tipo quanto maior melhor em 100%, para efeito de cálculo dos IEs.

4. Resultados do Período

Plano Estratégico 2016-2021

Atenção**Desempenho do Período: 80,71%****Responsável: SEDEST.**

Fechamento em 28/01/2021 pela SEDEST.

OE 02 - Garantir a celeridade e a eficácia na prestação jurisdicional**Satisfatório****Desempenho do Período: 98,63%****Responsável: GABPRE.****Análise de contexto**

O OE 02 é composto por dois indicadores estratégicos, isto é, IE 01 – Índice de agilidade no 1º grau e IE 02 – Índice de agilidade no 2º grau. Com 98,62% de desempenho no quarto trimestre de 2020, depreende-se que tal resultando não é apenas o melhor de todo o ano, mas também de toda a série histórica, elevando o objetivo, pela primeira vez, ao patamar de “satisfatório”.

O IE 01 alcançou o desempenho de 100% e o IE 02, de 97,25%.

Em relação ao IE 01, atribui-se tamanha evolução a um conjunto de fatores: 1) embora existam no primeiro grau muitos processos em meio físico, os quais, regra geral, estão suspensos em razão da pandemia e, portanto, impactando negativamente no desempenho da taxa de congestionamento até o final do terceiro trimestre de 2020, esse quantitativo foi “diluído” no grande volume de processos novos, predominantemente afetos às Eleições de 2020, que ingressaram, já por meio do PJe-1º grau, a partir de setembro do ano passado; 2) a celeridade de julgamento imposta aos feitos eleitorais, corroborada pelo resultado do IA 03; 3) a deliberação do CGE na última RAE no sentido de aprovar a revisão da meta estabelecida para o IA 01 (Taxa de Congestionamento dos feitos judiciais – 1º grau), relativa ao 4º trimestre de 2020, para 75,04%.

Quanto ao IE 02, depreende-se que o melhor desempenho observado ao final de 2020 decorre da evolução dos resultados do IA 09 (Índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais - 2º grau), o que se pode atribuir, também, à celeridade de julgamento imposta aos feitos eleitorais. Observa-se, nesse aspecto, a considerável evolução de desempenho do referido indicador de apoio (resultados trimestrais, não cumulativos) a partir do 3º trimestre de 2020 (1º trim = 15,12%; 2º trim = 36,36%; 3º trim = 73,53%; 4º trim = 98,83%).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

- Revisão da meta estabelecida para o IA 01 (Taxa de Congestionamento dos feitos judiciais – 1º grau), relativa ao 4º trimestre de 2020, para 75,04%, conforme deliberação do CGE na última RAE.
- Criação de painéis de monitoramento no “Metabase”, possibilitando a identificação das zonas eleitorais críticas, e a alocação de servidores para colaboração na tramitação dos processos.
- Acompanhamento sistemático dos processos em tramitação no âmbito do 2º grau.
- Deliberação do CGE na última RAE no sentido de que a CPEFJU proceda, até o dia 01/02/2021 à atualização dos prazos previstos no plano de ação para revisão das fichas dos IAs que integram o OE 02.

- Deliberação do CGE na última RAE no sentido de que SJD e VPCRE apresentem, até 01/02/2021, relatório, com formato padronizado para o 1º e o 2º graus de jurisdição, contendo levantamento e Plano de Ação para impulsionar os processos mais antigos, assim considerados os que tenham sido distribuídos até 2015, que estejam pendentes de baixa no 1º e 2º graus de jurisdição por falta de julgamento ou ausência de lançamento de movimento adequado de baixa, verificando-se especialmente os processos das classes Prestação de Contas Anual e Recurso Eleitoral em 2º grau, os quais correspondiam, em 01/10/2020, a 89% dos processos não baixados.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O incremento do número de processos eletrônicos (especialmente RCAND/RP/PC/NIPE/AIJE) decorrentes da utilização obrigatória do PJe-1º grau nos trabalhos afetos às Eleições 2020 tende a gerar uma certa diluição percentual dos processos que ainda se encontram em meio físico e, regra geral, suspensos em razão da pandemia. Mantendo-se a pandemia, o trabalho remoto e a suspensão da tramitação dos processos físicos, a tendência é de retrocesso dos bons resultados ora observados e de piora do desempenho do indicador IE 01 e, via de consequência, do OE 02.

Sob tal aspecto, o principal desafio é o impulsionamento dos feitos judiciais físicos, mesmo sem a presença de servidores em cartório, sendo certo que, enquanto durar a suspensão dos prazos nos processos físicos ou não iniciada a migração para o eletrônico, não será possível demandar providências junto às zonas eleitorais.

Outro aspecto diz respeito aos problemas de funcionamento no PJe-1º grau (instabilidade, escalonamento no uso), que também podem influenciar negativamente resultados futuros.

Outro desafio a ser enfrentado neste período advém da própria alteração do calendário eleitoral que postergou as datas dos pleitos, bem como os seus desdobramentos, em especial a que recai sobre o prazo para o julgamento das Prestações de Contas, que deverão estar publicadas até o dia 12 de fevereiro.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

- Estabelecimento de estratégia para a migração para o meio eletrônico de processos prioritários (cassações), ações penais e prestações de contas em iminência de prescrição / fim da suspensão dos prazos processuais.

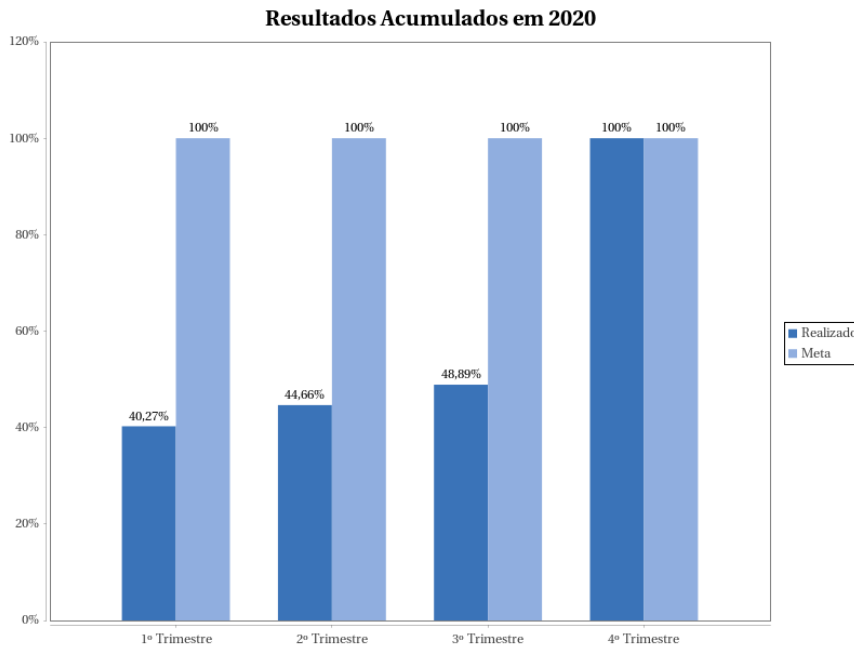
- Regulamentação das audiências por videoconferência, a demandar regulamentação específica pelo Tribunal (SEI 2020.0.000057824-8 e SEI 2020.0.000025062-5), o que irá impactar naqueles processos que necessitam de instrução probatória com a oitiva de testemunhas.

- Adoção de ferramenta para audiência por videoconferência (PJe mídias ou equivalente, lembrando que o acordo CNJ e Cisco Webex expira neste mês de janeiro de 2020);

- Adoção das medidas necessárias visando ao funcionamento do PJe a contento.

Riscos associados ao objetivo

Prejuízo à celeridade processual e prescrição.

IE 01 - Índice de agilidade - 1º grau**Satisfatório****Desempenho do Período: 100,00%****Responsável: SVPCRE.****Análise de contexto**

Na 1ª RAE de 2020, o CGE deliberou a suspensão do IA 02 e do IA 04 e a continuidade da medição das variáveis desses indicadores, até que seja possível a extração dos dados relativos aos processos administrativos em tramitação no 1º grau, tendo como fonte de dados o PJE, o SADP e o SEI

Por essa razão, a análise do Indicador Estratégico contempla apenas indicadores de apoio referentes aos processos Judiciais.

Há que se considerar, ainda, que, se na análise do 3º trimestre de 2020, o acervo de processos judiciais dos cartórios era predominantemente composto de processos físicos, cujo impulsionamento resta, regra geral, suspenso, em razão das restrições de ordem sanitária decorrentes da Pandemia do COVID-19, esse quadro se alterou a partir de setembro do exercício, em razão da entrada dos processos afetos à eleição 2020, que tramitaram no PJe.

É mister salientar que, apesar de satisfatório o índice, foram enfrentadas dificuldades na tramitação dos processos no PJe de 1º grau, razão pela qual chegou-se inclusive a escalonar a utilização do sistema pelos Regionais (vide Aviso VPCRE 091/2020), o que acarretou, em última análise, a impossibilidade de cumprimento do calendário eleitoral, da Lei 9.504/97 (art. 16, § 1º) e da Resolução TSE 23.609/2019 (art. 54), referentes ao prazo de julgamento dos registros de candidatura nas instâncias ordinárias.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A criação de painéis de monitoramento no metabase possibilitou a identificação das zonas eleitorais críticas, e a alocação de servidores para colaboração na tramitação dos processos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

É certo o incremento do número de processos eletrônicos (especialmente RCAND/RP/PC/NIPE/AIJE) decorrentes da utilização obrigatória do PJe1 nos trabalhos afetos às Eleições 2020, irá gerar uma certa diluição do índice, em razão da proporcionalidade em relação ao acervo físico.

Por outro lado, problemas de funcionamento no PJe1 (instabilidade, escalonamento no uso), podem influenciar negativamente as medições futuras. Adicione-se a necessidade de regulamentação das audiências por videoconferência, a

demandar regulamentação específica pelo Tribunal (SEI 2020.0.000057824-8 e SEI 2020.0.000025062-5), o que irá impactar naqueles processos que necessitam de instrução probatória com a oitiva de testemunhas.

Por fim, enquanto durar a suspensão dos prazos nos processos físicos ou não iniciada a migração para o eletrônico, não será possível demandar providências junto às zonas eleitorais.

O principal desafio é o impulsionamento dos feitos judiciais físicos, mesmo sem a presença de servidores em cartório. Mantendo-se a pandemia e o trabalho remoto, a tendência é piorar o índice no indicador em relação aos físicos.

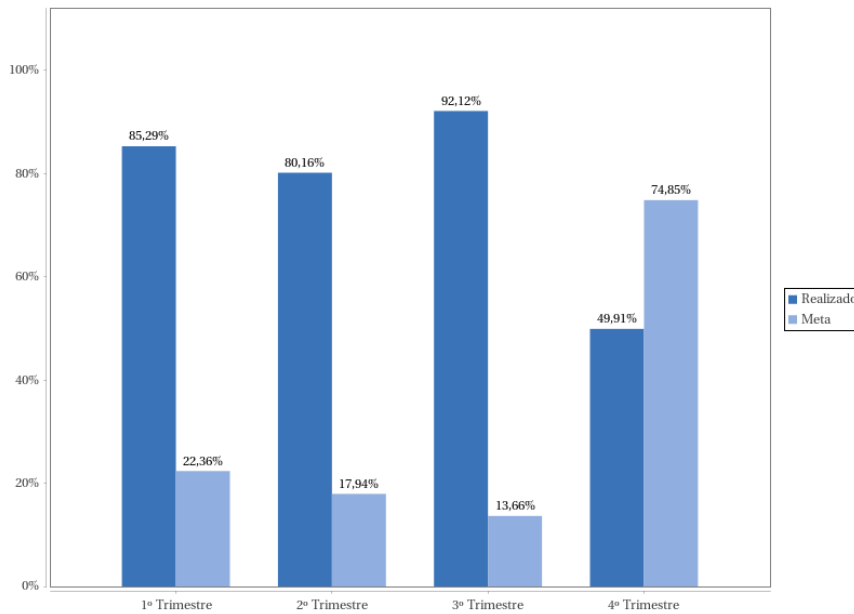
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A curto prazo, mantendo-se a pandemia e o trabalho remoto, sem que seja possível impulsionar os processos físicos, haverá que se traçar uma estratégia para a migração de processos prioritários (cassações), ações penais e prestações de contas em iminência de prescrição).

As melhoras no presente indicador dependem, basicamente, de três fatores: fim da suspensão dos prazos processuais/migração de processos físicos, ferramenta para audiência por videoconferência (PJe mídias ou equivalente, lembrando que o acordo CNJ e Cisco Webex expira neste mês de janeiro de 2020) e funcionamento do PJe a contento.

Riscos associados ao objetivo

Prejuízo à celeridade processual e prescrição.

IA 01 - Taxa de congestionamento dos feitos judiciais - 1º grau**Satisfatório****Desempenho do Período: 133,32%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: COAJUR.****Análise de contexto**

O último semestre de 2020 foi predominantemente marcado pelo julgamento dos processos de registro de candidatura. Inúmeros foram os problemas ocorridos no PJe, o que acabou dificultando a tramitação de tais feitos.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A fim de monitorar o andamento dos processos de registro de candidatura, foi solicitada pela COAJUR e pela ASPLEL a criação de consultas no Sistema Metabase.

Munidos de tais informações, em que pese as inconsistências encontradas em razão de lançamentos equivocados no PJe, foi possível identificar as zonas com maior dificuldade no processamento. Fizemos reuniões com a DG, SGP e ASPLEL para que tais serventias recebessem ajuda da força-tarefa remota que foi criada para o processamento do registro de candidatura, o que foi essencial para a melhora no respectivo desempenho.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O principal desafio é o impulsionamento dos feitos judiciais físicos, mesmo sem a presença de servidores em cartório. Mantendo-se a pandemia e o trabalho remoto, a tendência é piorar o índice no indicador em relação aos físicos.

Quanto aos feitos eletrônicos, a tendência é aumentar o número de casos novos no PJe, de modo a torná-los a maioria do acervo processual, o que permitirá a regular tramitação, ainda que remotamente, com exceção daqueles que necessitam de instrução probatória, com a oitiva de testemunhas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A curto prazo, mantendo-se a pandemia e o trabalho remoto, sem que seja possível impulsionar os processos físicos, não há o que fazer para reverter este quadro.

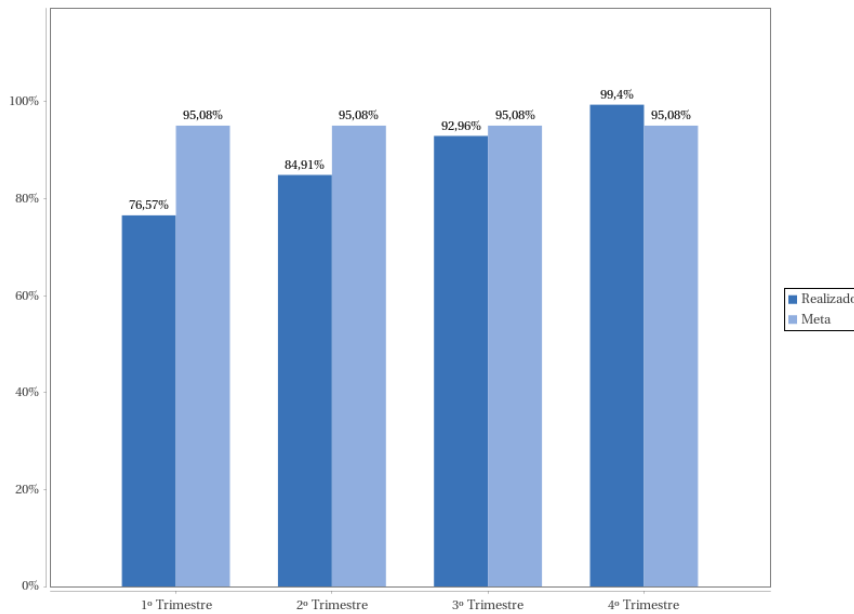
O ideal é providenciar a migração destes processos, o que está sendo estudado pelo Tribunal, conforme proposta de minuta de Resolução que consta no SEI 2020.0.000025062-5, pelo menos em relação às classes processuais de prestação de contas de campanha, de natureza criminal e aquelas que possam ensejar cassação de diploma ou mandato eletivo.

Sobre os feitos em que é necessária a instrução probatória, sejam eles eletrônicos ou físicos, tramita no SEI o processo n.º 2020.0.000025062-5, que visa a regulamentação do uso da videoconferência perante este Regional, o que possibilitará o impulsionamento de tais feitos.

Quanto aos demais, deve-se continuar com o monitoramento, enviando e-mail e entrando em contato diretamente com a zona eleitoral, quando for o caso.

Riscos associados ao objetivo

Prejuízo à celeridade processual.

IA 03 - Índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais - 1º grau**Satisfatório****Desempenho do Período: 104,54%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COAJUR.****Análise de contexto**

Conforme afirmado em análise anterior, a COAJUR, por ser a área que acompanha de perto a tramitação de tais processos, mais do que ninguém, sabe que a medição das variáveis TBAixCNCrim1º<1ano, TBAixExtFisc1º<1ano e TBAixCCrim1º<1ano em nada contribuem para a medição da agilidade dos feitos judiciais.

Muito pelo contrário, por serem informações inúteis, apenas destoam o real quadro de como anda a agilidade de tais feitos.

A questão já foi levantada em RAE, bem como em reuniões da CPEFJU. O entendimento que prevaleceu foi no sentido de que, de fato, devem ser excluídas, mas apenas a partir de 2021. Por enquanto, estão sendo mantidas apenas para fins de preservação do histórico.

Independentemente desta constatação, destaque-se que neste trimestre o índice foi satisfatório, notadamente em razão do grande número de processos de registro de candidatura que foram baixados.

Por fim, ressalto que, em outubro e em novembro, foram baixados, respectivamente, 12.376 e 12.978 processos baixados, sendo 1445 e 2358 da classe “NOTÍCIA DE IRREGULARIDADE EM PROPAGANDA ELEITORAL”, que, até então, não entrava na variável “Casos Novos” e, consequentemente, na TBAixCNCrim1º. Tal mudança na TPU foi de extrema importância, pois, de fato, são processos que demandam força de trabalho e que, até então, não apareciam nos dados da Justiça Eleitoral.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A COAJUR e a ASPLLEL solicitaram a criação de consultas no metabase, a fim de monitorar principalmente os processos de registro de candidatura, sempre marcados pela necessidade de observância da celeridade. Continuaremos usando tal ferramenta para acompanhar a tramitação dos demais feitos, sem prejuízo do uso do PortalBr.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O principal desafio é o impulsionamento dos feitos judiciais físicos, mesmo sem a presença de servidores em cartório. Mantendo-se a pandemia e o trabalho remoto, a tendência é piorar o índice no indicador em relação aos físicos.

Quanto aos feitos eletrônicos, a tendência é aumentar o número de casos novos no PJe, de modo a torná-los a maioria do acervo processual, o que permitirá a regular tramitação, ainda que remotamente, com exceção daqueles que necessitam de instrução probatória, com a oitiva de testemunhas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A curto prazo, mantendo-se a pandemia e o trabalho remoto, sem que seja possível impulsionar os processos físicos, não há o que fazer para reverter este quadro.

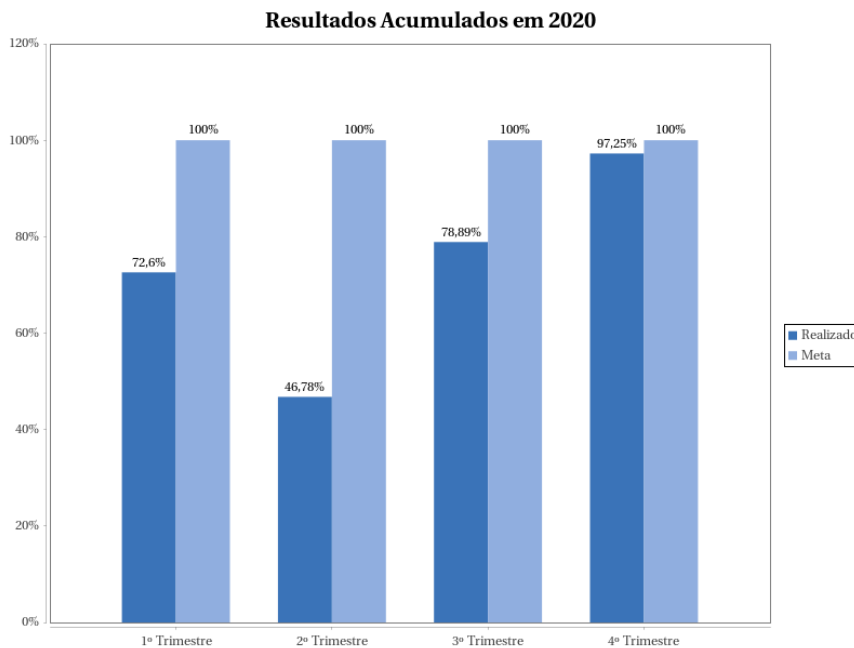
O ideal é providenciar a migração destes processos, o que está sendo estudado pelo Tribunal, conforme proposta de minuta de Resolução que consta no SEI 2020.0.000025062-5, pelo menos em relação às classes processuais de prestação de contas de campanha, de natureza criminal e aquelas que possam ensejar cassação de diploma ou mandato eletivo.

Sobre os feitos em que é necessária a instrução probatória, sejam eles eletrônicos ou físicos, tramita no SEI o processo n.º 2020.0.000025062-5, que visa a regulamentação do uso da videoconferência perante este Regional, o que possibilitará o impulsionamento de tais feitos.

Quanto aos demais, deve-se continuar com o monitoramento, enviando e-mail e entrando em contato diretamente com a zona eleitoral, quando for o caso.

Riscos associados ao objetivo

Prejuízo à celeridade processual.

IE 02 - Índice de agilidade - 2º grau**Satisfatório****Desempenho do Período: 97,25%****Responsável: SJD.****Análise de contexto**

O desempenho deste indicador estratégico interrompe uma série histórica de resultados negativos que foram impactados, em parte, pelo desempenho do IA09, que por sua vez teve seu desempenho afetado após a retificação dos dados no 3º trimestre. Dessa forma, com o desempenho alcançado, verifica-se que as boas práticas implementadas por esta Secretaria, em um trabalho conjunto com os Gabinetes e Membros, traz ao cidadão o esperado sentimento de respeito ao seu direito fundamental de tutela jurisdicional efetiva, que está, destacadamente, entre os maiores objetivos que sempre foram perseguidos por esta SJD Obs.: Em relação ao IA23, cuja extração e inserção dos dados no Gerir é de responsabilidade da SJD, informo que apresentou uma elevação significativa nos últimos meses de 2020 (outubro, novembro e dezembro) e que, salvo engano, não reflete objetivamente o gerenciamento que se pretende adotar neste Tribunal. Em que pese a consulta desenvolvida no Metabase ter sido elaborada de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo CNJ e que esses indicadores do referido IA atendem, atualmente, exclusivamente às demandas internas (extinta pelo CNJ), acredito que pode ser retrabalhada de acordo com os nossos objetivos reduzindo a abrangência das classes processuais parametrizadas visando dar mais objetividade aos trabalhos de monitoramento dos processos prioritários. Dessa forma, esta SJD, em conjunto com a VPCRE, se reunirá para que deliberemos sobre a alteração dos IAs 22 e 23 e, futuramente, apresentemos as nossas sugestões para que a partir deste exercício possamos trabalhar com informações mais precisas para os referidos indicadores.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Acompanhamento sistemático dos processos em tramitação e no que diz respeito às questões de sua competência, realizamos o adequado monitoramento de estatísticas processuais, bem como ações proativas na gestão de processos que tramitam no 2º grau.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

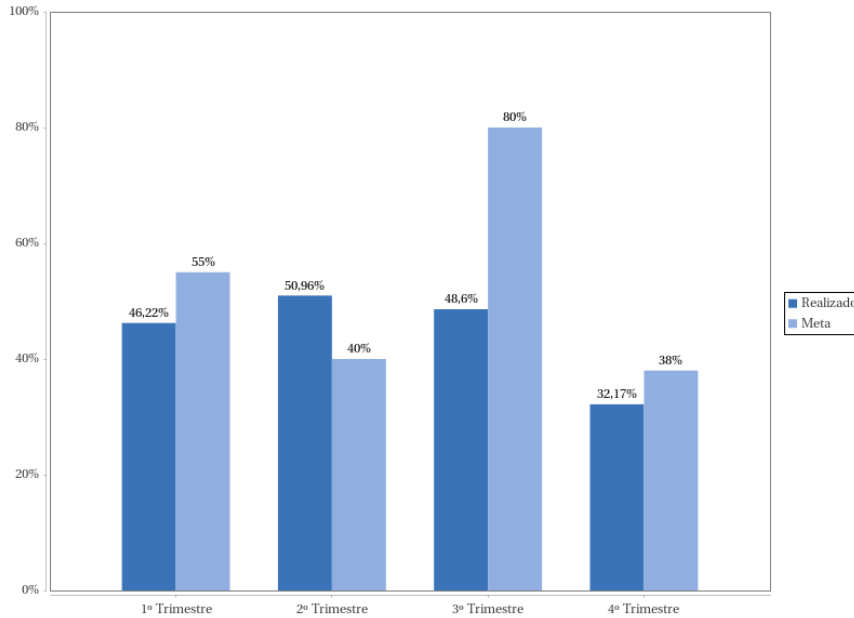
Um dos principais desafios a ser enfrentado neste período advém da própria alteração do calendário eleitoral que postergou as datas dos pleitos, bem como os seus desdobramentos, em especial a que recai sobre o prazo para o julgamento das PCs que deverão estar publicadas até o dia 12 de fevereiro.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Esta SJD adota, como rotina, o monitoramento de dados estatísticos processuais, com curvas de tendências e comportamentos para apoio ao processo decisório a fim de proporcionar de modo satisfatório o gerenciamento dos seus indicadores.

Riscos associados ao objetivo

Espera-se que o volume de processos, acima mencionados, demande um esforço demasiado dos servidores, principalmente por se tratar de um período em que vários deles encontram-se em férias.

IA 08 - Taxa de congestionamento dos feitos judiciais - 2º grau**Satisfatório****Desempenho do Período: 115,34%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SJD.****Análise de contexto**

O desempenho acumulado verificado neste 4º trimestre apresentou uma melhora significativa, fazendo com que este indicador encerrasse o exercício dentro da meta estabelecida.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Acompanhamento sistemático dos processos em tramitação e no que diz respeito às questões de sua competência, realizamos o adequado monitoramento de estatísticas processuais, bem como ações proativas na gestão de processos que tramitam no 2º grau.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

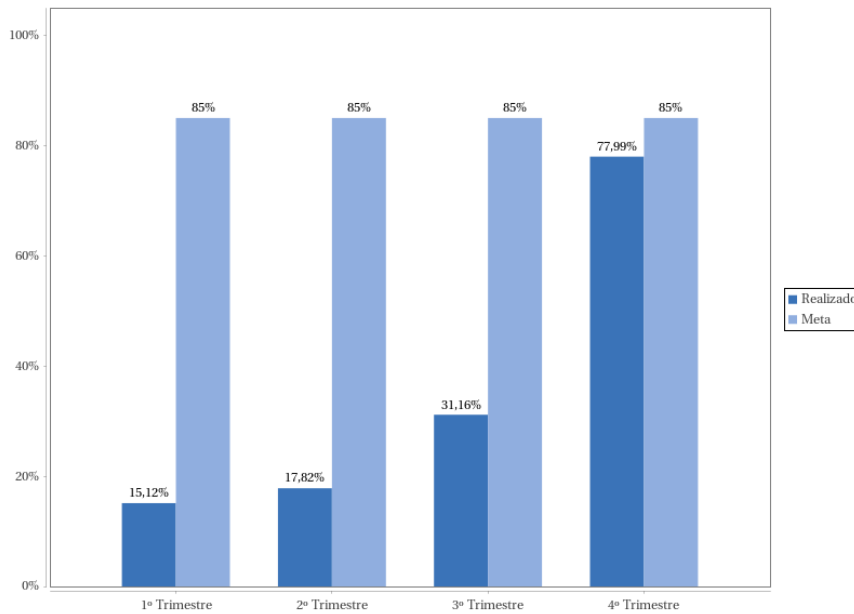
Um dos principais desafios a ser enfrentado neste período advém da própria alteração do calendário eleitoral que postergou as datas dos pleitos, bem como os seus desdobramentos, em especial a que recai sobre o prazo para o julgamento das PCs que deverão estar publicadas até o dia 12 de fevereiro.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Esta SJD adota, como rotina, o monitoramento de dados estatísticos processuais, com curvas de tendências e comportamentos para apoio ao processo decisório a fim de proporcionar de modo satisfatório o gerenciamento dos seus indicadores.

Riscos associados ao objetivo

Espera-se que o volume de processos, acima mencionados, demande um esforço demasiado dos servidores, principalmente por se tratar de um período em que vários deles encontram-se em férias.

IA 09 - Índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais - 2º grau**Satisfatório****Desempenho do Período: 91,76%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SJD.****Análise de contexto**

O desempenho do 4º trimestre rompe com uma série de 3 trimestres de resultados insatisfatórios (que foram alterados após a retificação dos dados no 3º trimestre), revertendo, assim, a curva de tendência negativa conforme já previsto por esta Secretaria.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Acompanhamento sistemático dos processos em tramitação e no que diz respeito às questões de sua competência, realizamos o adequado monitoramento de estatísticas processuais, bem como ações proativas na gestão de processos que tramitam no 2º grau.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

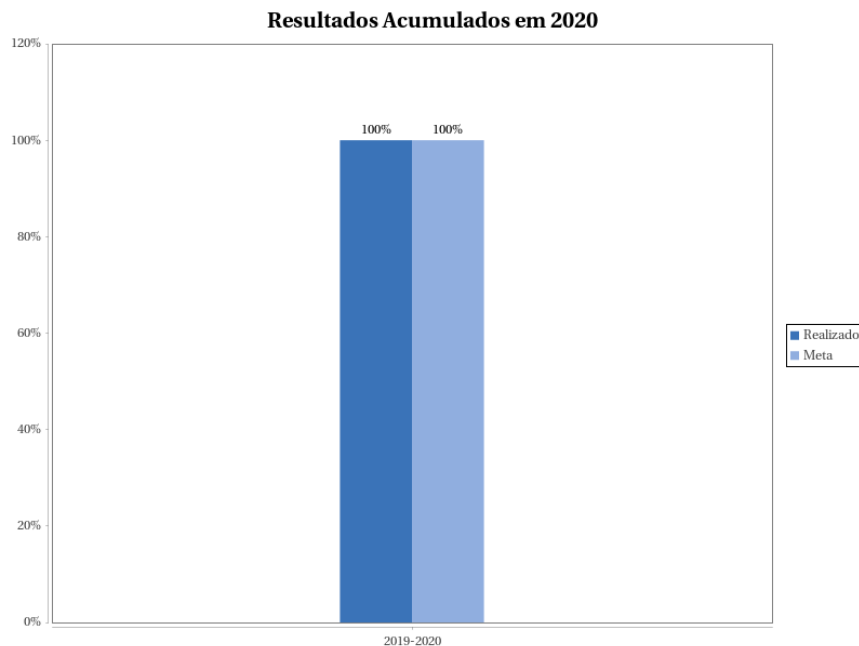
Um dos principais desafios a ser enfrentado neste período advém da própria alteração do calendário eleitoral que postergou as datas dos pleitos, bem como os seus desdobramentos, em especial a que recai sobre o prazo para o julgamento das PCs que deverão estar publicadas até o dia 12 de fevereiro.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

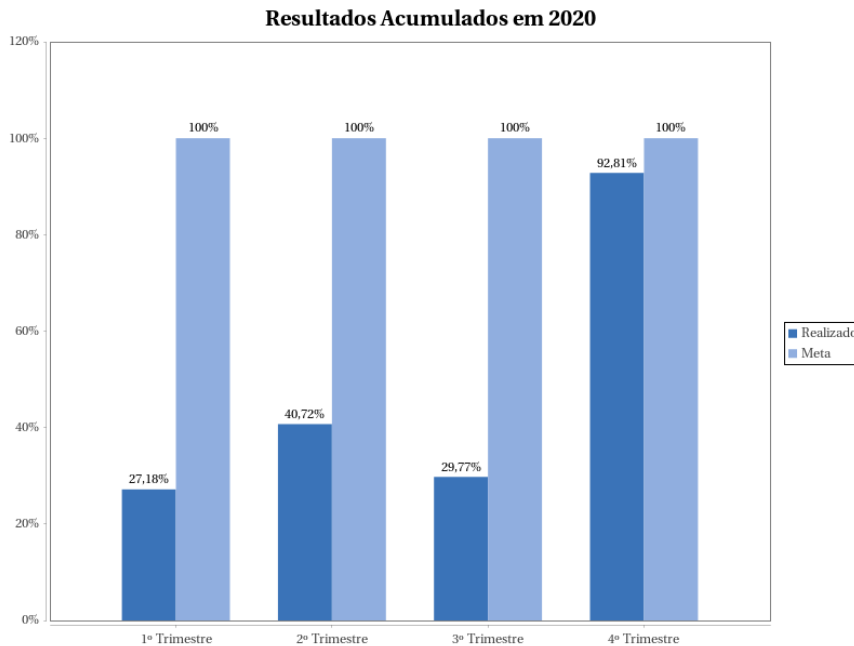
Esta SJD adota, como rotina, o monitoramento de dados estatísticos processuais, com curvas de tendências e comportamentos para apoio ao processo decisório a fim de proporcionar de modo satisfatório o gerenciamento dos seus indicadores.

Riscos associados ao objetivo

Espera-se que o volume de processos, acima mencionados, demande um esforço demasiado dos servidores, principalmente por se tratar de um período em que vários deles encontram-se em férias.

IA 10 - Índice de prestações de contas julgadas no prazo - 2º grau**Satisfatório****Desempenho do Período: 100,00%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SJD.**

Os candidatos não eleitos que concorreram nas Eleições de 2018 tiveram suas prestações de contas julgadas por este TRE ao longo do ano de 2019, conforme determina a legislação. O prazo para a Justiça Eleitoral julgar as contas apresentadas por esses candidatos se encerrou no dia 29 de novembro de 2019, de acordo com o Calendário Eleitoral do pleito de 2018, sendo que a totalidade das PCs foram julgadas dentro do prazo estabelecido. Sendo assim, o índice atingiu 100% da meta.

OE 03 - Combater os ilícitos eleitorais**Satisfatório****Desempenho do Período: 92,81%****Responsável: GABPRE.****Análise de contexto****Análise de contexto**

Conforme consignado nas análises anteriores, o único indicador estratégico vinculado ao OE 03 até o final de 2020 era o IE 08. Desse modo, o desempenho do OE 03 corresponde ao registrado pelo referido indicador estratégico no quarto trimestre de 2020, isto é, 92,81%.

A partir do primeiro trimestre de 2021, o OE 03 contará em sua composição com mais um indicador estratégico – o IE 07A – Índice de estruturação do sistema de prevenção e combate a ilícitos eleitorais.

Conforme consignado na análise do IE 08, o desempenho de 92,81% constitui-se não apenas no maior do exercício, como o maior de toda a série histórica, inclusive elevando-o ao patamar “satisfatório” pela primeira vez. Tal resultado, em razão dos motivos a seguir pontuados, pode estar sujeito a alteração.

Atribui-se o desempenho dos dois indicadores de apoio que compõem o IE 08, a saber, IA 22 e IA 23, à parametrização das variáveis que o integram, que considera as classes processuais “registro de candidatura” e “petição cível”, as quais, diante da baixa complexidade permitem julgamentos mais céleres, realidade diversa daquela encontrada nas classes processuais que podem ensejar a cassação de diploma ou mandato eletivo, cujo trâmite demanda instrução probatória e é mais complexo.

Consoante a ficha dos IA 22 e IA 23, “consideram-se prioritários os processos autuados nas seguintes classes processuais ou os recursos que tiveram essa classe na origem:

2.1. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) – Art. 14, §10, CRFB/88;

2.2. Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) – Art. 22, LC 64/90;

2.3. Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED) – Art. 262 do Código Eleitoral;

2.4. Todos os processos que tiverem o assunto “Impugnação ao Registro de Candidatura”;

2.5. Todos os processos, independentemente de classe, que tiverem os assuntos relacionados, ou os recursos que apresentarem esses assuntos nos processos de origem, excetuando-se aqueles enquadrados na Classe “Consulta”:

Abuso:

- de poder econômico;

- de poder político;

- de autoridade;
- de uso indevido de meio de comunicação social.

Captação ou gasto ilícito de recursos financeiros de campanha eleitoral;

Captação ilícita de sufrágio;

Conduta vedada a agente público;

Corrupção ou fraude.”

Por outro lado, a ficha técnica do indicador de apoio IA 104 (Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento dos feitos prioritários), vinculado ao novel indicador IE 07A, que associado ao IE 08 integra o OE 03 e passará a ser mensurado ao final deste trimestre, assim estabelece: “Consideram-se prioritários os processos autuados nas seguintes classes processuais ou os recursos que tiverem essa classe na origem:

- Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) –Art. 14, § 10, CRFB/88;
- Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) –Art. 22, LC 64/90;
- Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED) –Art. 262 do Código Eleitoral;
- Os processos da classe Representação (RP) que tiverem os assuntos relacionados abaixo:

Abuso:

- de poder econômico;
- de poder político;
- de autoridade;
- de uso indevido de meio de comunicação social.

Captação ou gasto ilícito de recursos financeiros de campanha eleitoral (Art. 30-A, Lei nº 9.504/1997);

Captação ilícita de sufrágio (Art. 41-A, Lei nº 9.504/1997);

Conduta vedada a agente público (Art. 73, 74, 75 e 77, Lei nº 9.504/1997);

Corrupção ou fraude”

Observa-se, portanto, que existem duas definições distintas para o que convencionou chamar de “processos prioritários”. Assim, essa divergência precisa ser prontamente sanada, sugerindo-se a adoção do conceito estabelecido na ficha do indicador de apoio IA 104, mormente por ser resultante de aprovação mais recente do CGE.

Nesse sentido, sugere-se que sejam revistos os dados do IA 22 e do IA 23 retroativamente ao início do ano de 2020, adotando como base a parametrização do IA 104, a fim de que o indicador IE 08 espelhe o que de fato pretende ser medido e, também, para que se tenha resguardado ao menos um ano na série histórica, a fim de possibilitar análises consistentes ao longo de 2021, inclusive do IE 07A e do OE 03, bem como subsidiar os trabalhos de revisão do Plano Estratégico.

Ademais, a revisão retroativa ao início de 2020 é de fundamental importância para os estudos e decisões relativos às diversas ações consignadas na ficha técnica do IA 104, voltadas para a estruturação dos juízos competentes para o processamento e julgamento dos feitos prioritários.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

- Deliberação do CGE, na última RAE, no sentido de que a CPEFJU submeta ao CGovTic solicitação de desenvolvimento de Painel de BI visando aprimorar o acompanhamento da tramitação dos feitos e facilitar a identificação de possíveis entraves nos processos, considerando tratar-se de ação de impacto em objetivo priorizado para o ano e com proposta de priorização para 2021.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A expectativa é de piora de desempenho, sobretudo se acolhida a proposta de revisão dos parâmetros de medição dos indicadores de apoio IA 22 e IA 23, com base nas definições estabelecidas no IA 104, retroativamente ao início de 2020.

O impulsionamento dos feitos judiciais físicos, sobretudo com o distanciamento social, é um grande desafio a ser enfrentado, uma vez que existe um considerável acervo daqueles processos no âmbito dos cartórios eleitorais. Mantendo-se a pandemia e o trabalho remoto, a tendência é piorar o índice no indicador em relação aos físicos.

Quanto aos feitos eletrônicos, a tendência é aumentar o número de casos novos no PJe, de modo a torná-los a maioria do acervo processual, o que permitirá a regular tramitação, ainda que remotamente, com exceção daqueles que necessitam de instrução probatória, com a oitiva de testemunhas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

- Revisar os resultados dos IA 22 e IA 23 retroativamente à janeiro de 2020, em observância à parametrização prevista na ficha técnica do IA 104. Embora a medida provavelmente venha a prejudicar o desempenho do IE 08 sob o aspecto “quantitativo”, possibilitará uma visão “qualitativa” e alinhada ao cerne do que almejam o indicador estratégico e o objetivo OE 03. Ademais, garantirá uma base de dados mais realista para orientar o processo decisório relativo às ações que deverão ser implementadas para estruturar os juízos competentes para processamento e julgamento dos feitos prioritários, elencadas no IA 104.

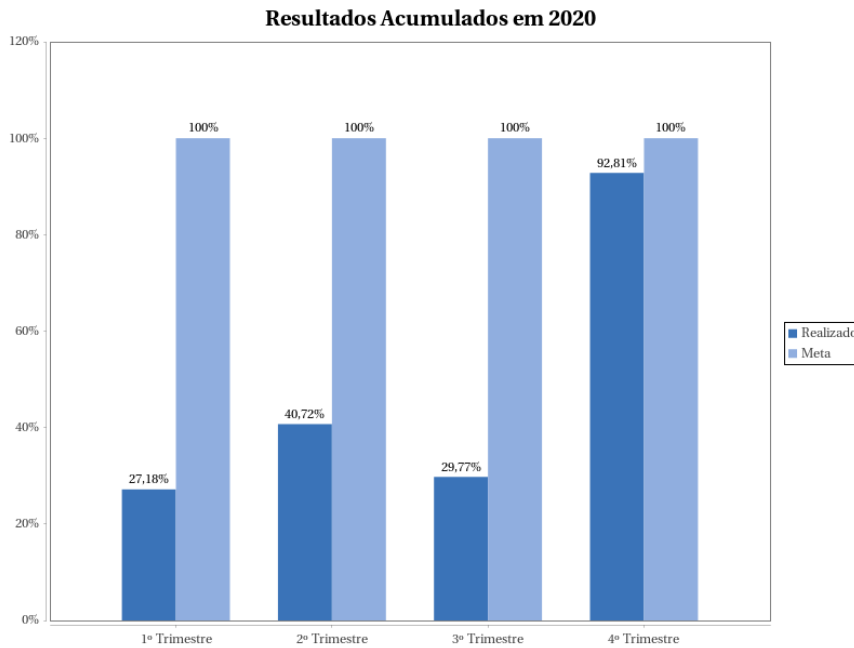
- Providenciar a migração dos processos em meio físico, o que está sendo estudado pelo Tribunal, conforme proposta de minuta de Resolução que consta no SEI 2020.0.000025062-5, pelo menos em relação às classes processuais de prestação de contas de campanha, de natureza criminal e aquelas que possam ensejar cassação de diploma ou mandato eletivo.

- Regular o uso da videoconferência perante o Tribunal para os feitos em que é necessária a instrução probatória, sejam eles eletrônicos ou físicos, o que possibilitará o impulsionamento dos processos. A questão tramita no Processo SEI nº 2020.0.000025062-5.

Riscos associados ao objetivo

Riscos associados ao objetivo

Prejuízo à celeridade processual.

IE 08 - Índice de celeridade de processos prioritários**Satisfatório****Desempenho do Período: 92,81%****Responsável: GABPRE.****Análise de contexto**

O IE 08 apresentou desempenho de 92,81%, constituindo-se não apenas no maior do exercício, como o maior de toda a série histórica, inclusive elevando-o ao patamar “satisfatório” pela primeira vez. Tal resultado, em razão dos motivos a seguir pontuados, pode estar sujeito a alteração.

O indicador estratégico em questão é composto por dois indicadores de apoio, a saber, IA 22 (Índice de processos prioritários julgados no 1º grau, no prazo) e IA 23 (Índice de processos prioritários julgados no 2º grau, no prazo), que apresentaram, respectivamente, 92,65% e 92,97% de desempenho. Atribui-se o desempenho dos IA 22 e IA 23 à parametrização das variáveis que o integram, que considera as classes processuais “registro de candidatura” e “petição cível”, as quais, diante da baixa complexidade permitem julgamentos mais céleres, realidade diversa daquela encontrada nas classes processuais que podem ensejar a cassação de diploma ou mandato eletivo, cujo trâmite demanda instrução probatória e é mais complexo. Consoante a ficha dos IA 22 e IA 23, “consideram-se prioritários os processos autuados nas seguintes classes processuais ou os recursos que tiveram essa classe na origem:

2.1. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) – Art. 14, §10, CRFB/88;

2.2. Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) – Art. 22, LC 64/90;

2.3. Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED) – Art. 262 do Código Eleitoral;

2.4. Todos os processos que tiverem o assunto “Impugnação ao Registro de Candidatura”;

2.5. Todos os processos, independentemente de classe, que tiverem os assuntos relacionados, ou os recursos que apresentarem esses assuntos nos processos de origem, excetuando-se aqueles enquadrados na Classe “Consulta”:

Abuso:

- de poder econômico;
- de poder político;
- de autoridade;
- de uso indevido de meio de comunicação social.

Captação ou gasto ilícito de recursos financeiros de campanha eleitoral;

Captação ilícita de sufrágio;

Conduta vedada a agente público;

Corrupção ou fraude.”

Por outro lado, a ficha técnica do indicador de apoio IA 104 (Índice de estruturação dos juízos competentes para processamento e julgamento dos feitos prioritários), vinculado ao novel indicador IE 07A, que associado ao IE 08 integra o OE 03 e passará a ser mensurado ao final deste trimestre, assim estabelece: “Consideram-se prioritários os processos autuados nas seguintes classes processuais ou os recursos que tiverem essa classe na origem:

- Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) –Art. 14, § 10, CRFB/88;
- Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) –Art. 22, LC 64/90;
- Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED) –Art. 262 do Código Eleitoral;
- Os processos da classe Representação (RP) que tiverem os assuntos relacionados abaixo:

Abuso:

- de poder econômico;
- de poder político;
- de autoridade;
- de uso indevido de meio de comunicação social.

Captação ou gasto ilícito de recursos financeiros de campanha eleitoral (Art. 30-A, Lei nº 9.504/1997);

Captação ilícita de sufrágio (Art. 41-A, Lei nº 9.504/1997);

Conduta vedada a agente público (Art. 73, 74, 75 e 77, Lei nº 9.504/1997);

Corrupção ou fraude”Observa-se, portanto, que existem duas definições distintas para o que convencionou chamar de “processos prioritários”. Assim, essa divergência precisa ser prontamente sanada, sugerindo-se a adoção do conceito estabelecido na ficha do indicador de apoio IA 104, mormente por ser resultante de aprovação mais recente do CGE.

Nesse sentido, sugere-se que sejam revistos os dados do IA 22 e do IA 23 retroativamente ao início do ano de 2020, adotando como base a parametrização do IA 104, a fim de que o indicador IE 08 espelhe o que de fato pretende ser medido e, também, para que se tenha resguardado ao menos um ano na série histórica, a fim de possibilitar análises consistentes ao longo de 2021, inclusive do IE 07A e do OE 03, bem como subsidiar os trabalhos de revisão do Plano Estratégico.

Ademais, a revisão retroativa ao início de 2020 é de fundamental importância para os estudos e decisões relativos às diversas ações consignadas na ficha técnica do IA 104, voltadas para a estruturação dos juízos competentes para o processamento e julgamento dos feitos prioritários.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

- Deliberação do CGE, na última RAE, no sentido de que a CPEFJU submeta ao CGovTic solicitação de desenvolvimento de Paineis de BI visando aprimorar o acompanhamento da tramitação dos feitos e facilitar a identificação de possíveis entraves nos processos, considerando tratar-se de ação de impacto em objetivo priorizado para o ano e com proposta de priorização para 2021.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A expectativa é de piora de desempenho, sobretudo se acolhida a proposta de revisão dos parâmetros de medição dos indicadores de apoio IA 22 e IA 23, com base nas definições estabelecidas no IA 104, retroativamente ao início de 2020.

O impulsionamento dos feitos judiciais físicos, sobretudo com o distanciamento social, é um grande desafio a ser enfrentado, uma vez que existe um considerável acervo daqueles processos no âmbito dos cartórios eleitorais. Mantendo-se a pandemia e o trabalho remoto, a tendência é piorar o índice no indicador em relação aos físicos.

Quanto aos feitos eletrônicos, a tendência é aumentar o número de casos novos no PJe, de modo a torná-los a maioria do acervo processual, o que permitirá a regular tramitação, ainda que remotamente, com exceção daqueles que necessitam de instrução probatória, com a oitiva de testemunhas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

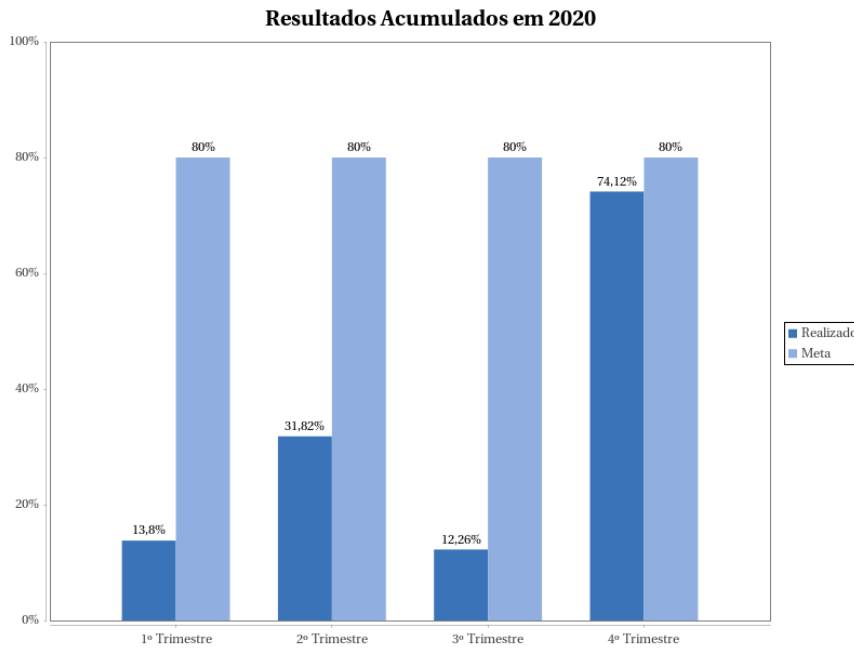
- Revisar os resultados dos IA 22 e IA 23 retroativamente à janeiro de 2020, em observância à parametrização prevista na ficha técnica do IA 104. Embora a medida provavelmente venha a prejudicar o desempenho do IE 08 sob o aspecto “quantitativo”, possibilitará uma visão “qualitativa” e alinhada ao cerne do que almejam o indicador estratégico e o objetivo OE 03. Ademais, garantirá uma base de dados mais realista para orientar o processo decisório relativo às ações que deverão ser implementadas para estruturar os juízos competentes para processamento e julgamento dos feitos prioritários, elencadas no IA 104.

- Providenciar a migração dos processos em meio físico, o que está sendo estudado pelo Tribunal, conforme proposta de minuta de Resolução que consta no SEI 2020.0.000025062-5, pelo menos em relação às classes processuais de prestação de contas de campanha, de natureza criminal e aquelas que possam ensejar cassação de diploma ou mandato eletivo.

- Regulamentar o uso da videoconferência perante o Tribunal para os feitos em que é necessária a instrução probatória, sejam eles eletrônicos ou físicos, o que possibilitará o impulsionamento dos processos. A questão tramita no Processo SEI nº 2020.0.000025062-5.

Riscos associados ao objetivo

Prejuízo à celeridade processual.

IA 22 - Índice de processos prioritários julgados no 1º grau, no prazo**Satisfatório****Desempenho do Período: 92,65%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COAJUR.****Análise de contexto**

Identificou-se que o PortalBr lia apenas os processos físicos relativos aos feitos prioritários, motivo pelo qual foi criada uma consulta no Metabase com a soma dos físicos com os eletrônicos, tendo sido feita, ainda, a retificação em relação aos períodos anteriores.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Verifiquei que houve um aumento significativo na variável P3PPrior1ºG, que mede o número total de processos prioritários no 1º grau, distribuídos no período de referência, julgados no período de referência, com prazo de julgamento após o período de referência.

Em outubro, novembro e dezembro foram registrados, respectivamente, 284, 310 e 343 processos.

Ao observar a consulta criada no Metabase, verificou-se que nela estavam incluídas as classes processuais registro de candidatura e petição cível. Isso porque, segundo o glossário do CNJ sobre as metas específicas e que estava parametrizado no GERIR (e, por conseguinte, no Metabase e no Portalbr), são considerados prioritários, entre outros, todos os processos que tiverem o assunto “Impugnação ao Registro de Candidatura”, o que foi o caso da Petição Cível n.º 0600555-47.2020.6.19.0254 e do Registro de Candidatura n.º 0600386-38.2020.6.19.0035. Como neste último trimestre de 2020 tivemos muitos processos com este assunto, o natural seria o aumento do valor desta variável.

Tais processos, diante da baixa complexidade, monitoramento por esta VPCRE e força-tarefa, foram julgados rapidamente, realidade diversa daquela encontrada nas classes processuais que podem ensejar a cassação de diploma ou mandato eletivo.

Assim, em que pese a extinção da meta específica 1 da Justiça Eleitoral, persiste o interesse em monitorar as classes supracitadas, cujo trâmite demanda instrução probatória e é mais complexo, razão pela qual, a fim de melhor focarmos no

monitoramento de tais feitos, será realizada reunião com a SJD para que haja a alteração nos requisitos do cálculo do IA 22, assim como do IA 23, preservando-se o histórico dos anos anteriores.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O principal desafio é o impulsionamento dos feitos judiciais físicos, mesmo sem a presença de servidores em cartório. Mantendo-se a pandemia e o trabalho remoto, a tendência é piorar o índice no indicador em relação aos físicos.

Quanto aos feitos eletrônicos, a tendência é aumentar o número de casos novos no PJe, de modo a torná-los a maioria do acervo processual, o que permitirá a regular tramitação, ainda que remotamente, com exceção daqueles que necessitam de instrução probatória, com a oitiva de testemunhas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A curto prazo, mantendo-se a pandemia e o trabalho remoto, sem que seja possível impulsionar os processos físicos, não há o que fazer para reverter este quadro.

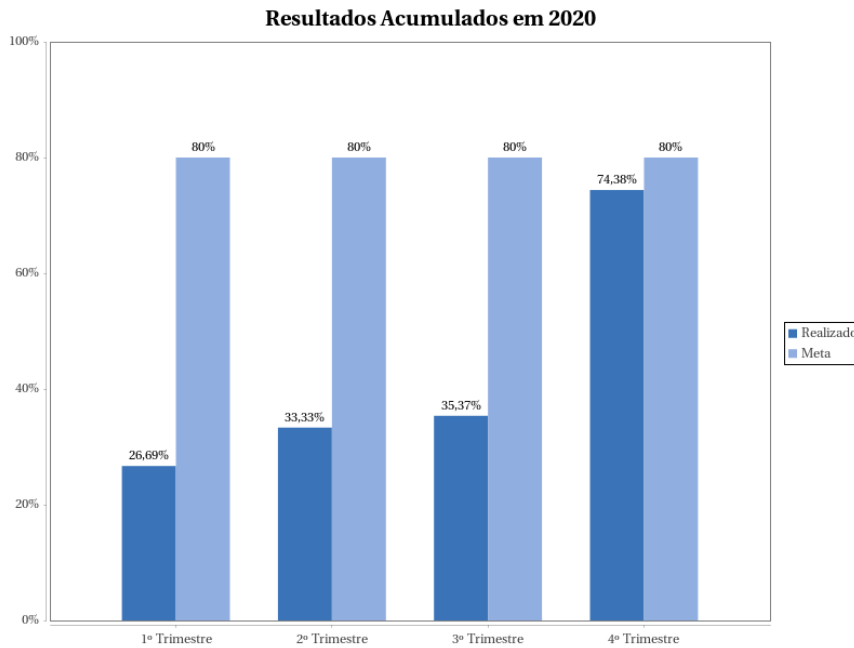
O ideal é providenciar a migração destes processos, o que está sendo estudado pelo Tribunal, conforme proposta de minuta de Resolução que consta no SEI 2020.0.000025062-5, pelo menos em relação às classes processuais de prestação de contas de campanha, de natureza criminal e aquelas que possam ensejar cassação de diploma ou mandato eletivo.

Sobre os feitos em que é necessária a instrução probatória, sejam eles eletrônicos ou físicos, tramita no SEI o processo n.º 2020.0.000025062-5, que visa a regulamentação do uso da videoconferência perante este Regional, o que possibilitará o impulsionamento de tais feitos.

Quanto aos demais, deve-se continuar com o monitoramento, enviando e-mail e entrando em contato diretamente com a zona eleitoral, quando for o caso.

Riscos associados ao objetivo

Prejuízo à celeridade processual.

IA 23 - Índice de processos prioritários julgados no 2º grau, no prazo**Satisfatório****Desempenho do Período: 92,97%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASJUPR.****Análise de contexto**

Os dados do quarto trimestre de 2020 certamente refletem o esforço do Tribunal nos julgamentos diretamente relacionados ao último pleito, lembrando que as ações de impugnação ao registro de candidatura e os recursos afetos a essa temática dominam grande parte dos processos submetidos à apreciação a Corte.

Deveras, é o que se pode extrair do destacado impacto dos julgamentos contemplados nas variáveis “P2PPrior2ºG - Número total de processos prioritários no 2º grau, distribuídos no período de referência, com prazo de julgamento dentro do período de referência”, a indicar que todos os feitos por ela alcançados foram julgados, e aqueles albergados pela variável “P3PPrior2ºG - Número total de processos prioritários no 2º grau, distribuídos no período de referência, julgados no período de referência, com prazo de julgamento após o período de referência”, esta última com números bastante eloquentes: 37 processos em outubro, 149 em novembro e 169 em dezembro.

Além disso, a variável P4PPrior2ºG – que mede o número total de processos prioritários apurados em P1, P2 e P3, julgados no 2º grau, fora do prazo máximo estabelecido para a instância, também registrou o julgamento de 6 feitos, algo elogiável se considerado que tal desfecho para processos mais antigos se deu em meio ao processo eleitoral.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

No mais, deixo de reproduzir as reiteradas críticas antes expendidas quanto às impropriedades para aferição do indicador, na medida em que já registradas em outras análises.

Ademais, a Comissão de Eficiência da Prestação jurisdicional já tem se debruçado sobre o problema, inclusive mediante estudos para a adoção de ferramentas que permitam a identificação dos gargalos que interferem diretamente nos números do indicador, e que não necessariamente traduzem uma ineficiência do Tribunal.

Riscos associados ao objetivo

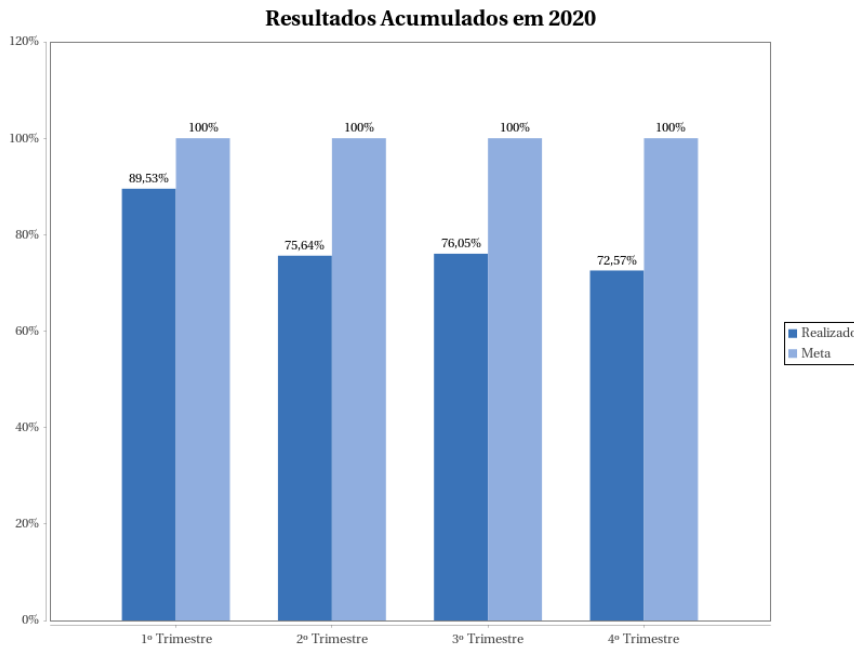
Alfim, rememoro a preocupação com alguns dos processos físicos que seguem pendentes de julgamento, circunstância que, como destacado na análise anterior à presente, inviabiliza sua apreciação, tendo em vista a suspensão do cômputo dos prazos

processuais imposta pelo regime de plantão extraordinário a que estão submetidos, em função da pandemia do Novo Coronavírus, nos termos da Resolução TSE nº 23.615/19.

De qualquer sorte, esta Assessoria jurídica já trabalhou na elaboração de uma minuta de Resolução que estabelece parâmetros de prioridade na migração dos processos que ainda tramitam em meio físico para o PJe, objeto do processo SEI nº 2020.0.000025062-5, que deve ser votada tão logo restabelecidas as sessões de julgamento no Tribunal, provavelmente no mês de fevereiro.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2021.

Ismael C. Moreira Cesar de Moura
Assessoria Jurídica da Presidência

OE 04 - Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral**Insatisfatório****Desempenho do Período: 72,57%****Responsável: GABPRE.****Análise de contexto**

O objetivo OE 04 apresentou no quarto trimestre deste ano o desempenho de 72,57%, o menos expressivo do ano.

O objetivo em tela é composto por 4 indicadores estratégicos, a saber: IE 09 - Índice de aprimoramento da gestão da eleição; IE 10 - Índice de segurança da votação; IE 11 - Índice de aprimoramento do processo eleitoral; e IE 12 - Índice de promoção da transparência. Os aludidos IEs apresentaram os seguintes desempenhos, respectivamente: 75,93%, 57,98%, 87,81% e 74,77%.

Chama atenção a considerável queda de desempenho do IE 10, o pior de toda a série histórica e severamente impactado pelo resultado do IA 28 (Percentual de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria), que apresentou 0% de desempenho. Ressalta-se que o referido indicador de apoio alcançou, nas duas últimas eleições, desempenhos superiores a 90%.

Ocorre que nas eleições de 2020 não houve votação com coleta de dados biométricos em razão da pandemia da covid-19, conforme consignado na EC nº 107/2020. Assim, o desempenho do IA 28, além de interferir na interpretação do resultado do objetivo em tela, impossibilita qualquer análise que venha a contribuir para a implementação de alguma melhoria na qualidade dos procedimentos de cadastro e reconhecimento do eleitor, finalidade para a qual o IA 28 foi criado, conforme consignado em sua ficha técnica. Além disso, será criada uma distorção na série histórica.

Na hipótese de suspensão do IA 28 em 2020, o desempenho do IE 10 seria 86,97%. A suspensão do indicador, medida que parece ser a mais razoável pelos motivos já expostos, impactaria no resultado do OE 04, que passaria a apresentar o desempenho de 81,27%.

No que se refere aos demais indicadores estratégicos, ressalta-se o aprimoramento da gestão eleição, objeto do IE 09, que apresentou ao final de 2020 o melhor desempenho do ano, com destaque para o excelente resultado observado na implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições. Observa-se, ainda, a evolução da aderência do orçamento destinado às eleições e da aderência ao PIE, embora nesses dois aspectos ainda fique evidente a necessidade de aprimoramentos.

Já em relação ao aprimoramento do processo eleitoral, objeto do IE 11, houve uma queda de desempenho em relação ao resultado aferido na eleição de 2018. Verifica-se a redução no percentual de mesários voluntários, bem como a queda de percentual de mesários capacitados.

Ocorre que pode existir um equívoco nos dados de mesários voluntários, uma vez que foi observado um decréscimo no percentual de anotações no Sistema ELO referentes ao voluntariado de mesários, em 2020. Paralelamente, foi observado um

aumento significativo no número de inscrições registradas no banco de mesários voluntários do TRE-RJ. Foram 50.334 inscrições em 2020, quantitativo aproximadamente 86% maior se comparado ao quantitativo de inscritos em 2018, aumento decorrente das campanhas de divulgação do TSE e do TRE/RJ para captação de mesários, das parcerias com Instituições de Ensino Superior e da parceria com a OAB/RJ.

Ou seja, o aumento de inscritos no banco de voluntários, não refletido no indicador, demonstra, provavelmente, falta de anotação desse voluntariado no Sistema ELO. Isto porque a medição é realizada por meio do módulo convocação do sistema ELO e depende de anotação no sistema a ser realizado cartório, pois o banco de voluntários não possui comunicação com o sistema. Há proposta no TSE para unificação dos bancos de voluntários de todos os regionais e anotação automática no sistema, porém ainda sem previsão para implementação.

Em relação à capacitação dos mesários, objeto do IA 31, novamente o cenário de pandemia prejudicou a efetividade da medição. Embora tenhamos a novidade dos treinamentos EAD elaborados pelo TSE e voltados aos mesários, a utilização da metodologia presencial, amplamente utilizada pelos cartórios em eleições anteriores, restou inviabilizada. Há ainda outros fatores: grande rotatividade de mesários, mesas receptoras incompletas, convocações no dia do pleito, erros na integração entre as plataformas de integração entre o moodle e o Elo que impediram a emissão automática de certidão de treinamento, todos detalhados na análise do indicador de apoio.

Embora o índice de promoção da transparência, objeto do IE 12, tenha apresentado um desempenho bastante aquém do observado nas últimas eleições, consigna-se que embora “quantitativamente” o desempenho não tenha se revelado satisfatório, sob o ponto de vista “qualitativo” é possível afirmar que o resultado foi bastante razoável, sobretudo ao considerar o cenário adverso em que ocorreram as eleições de 2020.

No que se refere às ações de esclarecimento para partidos e candidatos, objeto do IA 34, as ações previstas não foram realizadas nos prazos inicialmente planejados, uma vez que só foi possível estabelecer as datas das ações a partir da definição do TSE em relação ao Calendário Eleitoral, o que influenciou no resultado final do indicador de apoio, já que a forma de medição consigna os prazos estabelecidos no PIE. Caso fosse considerada, tão somente, a realização das ações planejadas, e não a aderência ao PIE, o desempenho do indicador seria bem mais satisfatório, uma vez que de 9 ações planejadas, 7 foram realizadas.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

1 – Conclusão de 5 planos de ação resultantes das avaliações das eleições: “Capacitação de pessoas em análise de contas e fiscalização”; “Divulgação do processo de votação”; “Identificação e tratamento de notícias falsas”; “Planejamento compartilhado das aquisições de materiais para eleições”; e “Treinamento presencial de mesários e supervisores”, garantindo o bom desempenho do IA 24;

2 – Execução tempestiva de 74 das 98 atividades previstas no PIE para o 4º trimestre, o que corresponde a uma considerável melhora na aderência, em relação às medições trimestrais anteriores (1º trim. – 24,14%; 2º trim. – 16,25%; 3º trim. – 38,38%), o que promoveu o melhor desempenho do IA 26;

3 – Conclusão das revisões de eleitorado nos municípios de Duque de Caxias, Magé e São João de Meriti, que contribuíram com a implementação de 2,04% de novas biometrias, no período de 06/01 a 17/03/2020, totalizando 254.085 eleitores com biometrias cadastradas. Ressalta-se que, considerando os efeitos da pandemia, não houve qualquer ação relativa à coleta de dados biométricos de eleitores no Estado do Rio de Janeiro no segundo semestre do ano, tornando o alcance da meta estabelecida para o final ciclo estratégico uma possibilidade cada vez mais distante. (IA 27);

4 – Realização tempestiva das atividades de conservação e manutenção das urnas eletrônicas, apesar de todas as limitações impostas pelo distanciamento social, o que contribuiu para o baixo índice de urnas substituídas (nas eleições de 2020, 98,1% de urnas não foram substituídas, melhor patamar da série histórica - 2015-2016: 97,77%; 2017-2018: 97,52%), impulsionando o desempenho do IA 29;

5 – Publicação, no segundo semestre, do Plano de Comunicação Integrada, possibilitando que a medição do IA 36 fosse realizada com base no referido documento.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Os seguintes fatores levam a crer que não haverá evolução do objetivo nos próximos seis meses (sem levar em consideração a proposta de suspensão do IA 28 em 2020, apresentada no próximo tópico, o que já elevaria, imediatamente, o desempenho do objetivo estratégico):

1 – Considerando o recrudescimento da grave crise sanitária que assola o Brasil e as incertezas que rondam o cenário de imunização, projeta-se a manutenção da estagnação do cadastramento biométrico no primeiro semestre de 2021, tornando mais

difícil o atingimento da meta consignadas no Plano Estratégico vigente e a meta estabelecida pelo TSE, em razão do tempo restante até dezembro de 2022. Ademais, o indicador IE 10 tem 30% de peso sobre o objetivo OE 04. (IA 27)

2 – Muitos indicadores de apoio com medição bianual e que, portanto, não sofrerão modificação nos desempenhos ora apresentados – IA 25; IA 28; IA 29; IA 30; IA 31; IA 33; IA 34. Além desses, o IA 32 tem medição anual.

Os aspectos a seguir apontam para o melhor desempenho de alguns indicadores, mas em vista do contexto geral do objetivo e, sobretudo, as metas desafiadoras relacionadas à biometria, acredita-se que ainda que seja observado um melhor desempenho daqueles indicadores, o desempenho geral não será significativamente impactado.

1 - restam pendentes de conclusão apenas dois planos de ação decorrentes da avaliação das eleições – “Processo de trabalho ‘Fiscalizar propaganda eleitoral’ institucionalizado e monitorado” e “Divulgação permanente de informações sobre eleições”, ambos com atraso, porém seguindo devidamente acompanhados pelas unidades responsáveis (IA 24);

2 – poucas atividades pendentes de monitoramento no PIE, as quais vem sendo diligentemente acompanhadas, em autos próprios, pela ASPLEL. Resta, contudo, o desafio de que as unidades responsáveis pelas atividades aumentem o zelo no monitoramento, já que, devido ao menor número de atividades, o peso sobre cada uma, individualmente, torna-se maior (IA 26);

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1 - Submeter ao CGE a suspensão do indicador de apoio IA 28 em relação ao ano de 2020, considerando os motivos acima espostos.

2 - Encaminhamento de proposta ao TSE, contendo as seguintes sugestões:

- alteração do critério vigente para validação dos dados migrados de outros órgãos, possibilitando-se, alternativamente, o comparecimento do eleitor na(s) zona(s) eleitoral(is), para leitura da digital e/ou validação da biometria pelo aplicativo e-Título, ou mesmo outra forma que permita a inserção desses dados biométricos no cadastro eleitoral;

- sucessivamente, alteração do prazo para cumprimento da meta de cadastramento biométrico de 100% do eleitorado, originariamente projetada para 2022, para dezembro de 2024.

3 - Realização de nova rodada de revisões biométricas, no ano de 2021, caso haja a disponibilização de vacina que imunize contra o vírus sars-cov-2;

4 - Melhoramento contínuo no ambiente informatizado do cartório eleitoral pela STI, propiciando um sistema mais estável e eficiente, por meio do aumento dos links de internet nas 9 zonas eleitorais restantes e da otimização das políticas de grupo adotadas pela SEPREL no domínio dos computadores de zonas eleitorais, para padronização das configurações necessárias ao pleno funcionamento do kit biométrico e diminuição da quantidade de erros;

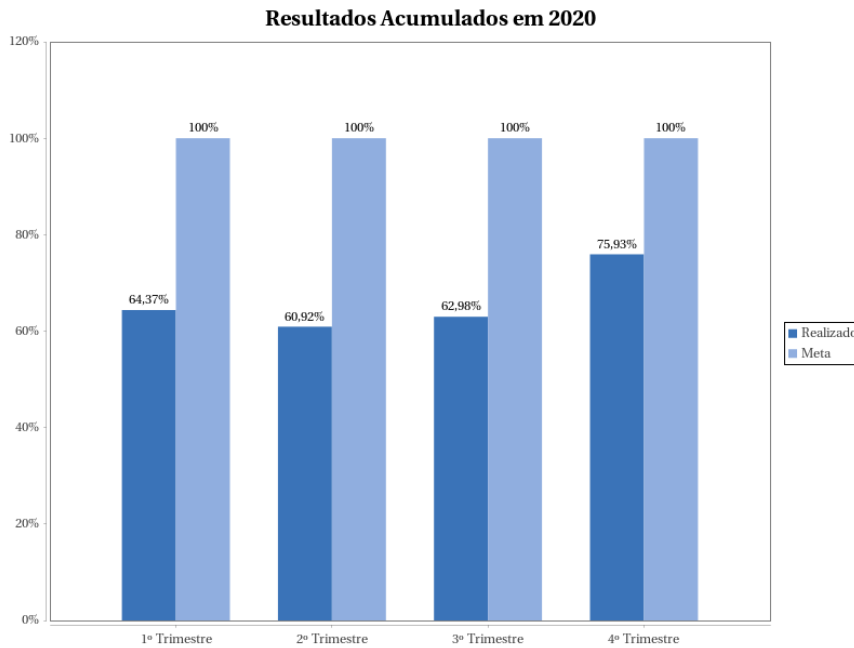
5 - Realização de trabalho de conscientização de todos os participantes do processo eleitoral, com uma mudança de paradigma quanto às soluções para as ocorrências com urnas no dia da eleição, mudando o foco de “o que devemos fazer para substituir a urna e dar continuidade à eleição eletrônica” para “o que devemos fazer PRIMEIRO para NÃO substituir a urna e dar continuidade à eleição eletrônica”.

Riscos associados ao objetivo

1. Baixo comprometimento das unidades responsáveis em alimentar tempestiva e adequadamente o sistema PIE e em dar andamento e feedback sistemático sobre os planos de ação derivados da avaliação das eleições.

2. Demora na construção e aprovação dos Planos de Ação para implementação das melhorias advindas das Eleições de 2020, o que impactará diretamente no prazo previsto para início das atividades de construção do próximo Plano Integrado das Eleições – PIE;

3. Considerando o atual cenário, acaso mantenham-se inalteradas as condições para validação de dados migrados de outros órgãos e enquanto não houver vacina para imunização para o Sars-Cov-2, há grande risco de impacto negativo no IA 27 e, consequentemente, no IE 10, o que igualmente impactará no fortalecimento da segurança do processo eleitoral, não havendo perspectiva de melhora significativa a curto prazo, salvo com a adoção das medidas anteriormente propostas.

IE 09 - Índice de aprimoramento da gestão da eleição**Insatisfatório****Desempenho do Período: 75,93%****Responsável: CPLAN.****Análise de contexto**

O indicador estratégico IE 09 (Índice de aprimoramento da gestão da eleição) registrou 75,93% de alcance da meta estabelecida para o 4º trimestre de 2020, mantendo resultado insatisfatório no período.

O IE 09 é computado a partir do desempenho de três IAs, a saber:

- IA 24 - Percentual de implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições - 148,55%, desempenho limitado a 100% (satisfatório);

- IA 25 - Índice de aderência do orçamento das eleições - 76,43% (insatisfatório);

- IA 26 - Índice de aderência ao PIE - 51,35% (insatisfatório).

Em relação ao IA 24, dos 6 (seis) Planos de Ação que estavam previstos, 5 (cinco) foram finalizados no período, atingindo o percentual de 148,55% do grau de cumprimento da meta. A ASPLEL reporta que apesar das dificuldades causadas pela pandemia de Covid-19, as ações relacionadas às melhorias da Avaliação das Eleições 2018 estão sendo implementadas de forma satisfatória pelas unidades, tendo sido finalizados no período os seguintes planos de ação: “Capacitação de pessoas em análise de contas e fiscalização” (finalizado com uma tarefa cancelada); “Divulgação do processo de votação”; “Identificação e tratamento de notícias falsas” (antigo “Coordenação de fake News”); “Planejamento compartilhado das aquisições de materiais para eleições”; e “Treinamento presencial de mesários e supervisores” (finalizado no 3º trimestre, com algumas tarefas canceladas).

Os planos de ação “Processo de trabalho ‘Fiscalizar propaganda eleitoral’ institucionalizado e monitorado” (antigo “Padronização da força policial na propaganda”) e “Divulgação permanente de informações sobre eleições” estão em andamento, mas em atraso.

Quanto ao IA 26, após a readequação das atividades previstas no PIE de acordo com o novo calendário eleitoral definido pela EC nº 107/2020, observou-se que houve uma melhora significativa no desempenho do indicador em relação ao trimestre anterior, apresentando um índice de aderência de 75,51% no 4º trimestre, já que das 98 atividades previstas para o período, 74 foram executadas tempestivamente. No entanto, o indicador, que é cumulativo, teve desempenho de apenas 51,35% da meta anual. Apesar disso, o índice isolado de 75,51% do 4º trimestre representa uma melhora considerável na aderência, em relação às medições trimestrais anteriores (1º trim. – 24,14%; 2º trim. – 16,25%; 3º trim. – 38,38%). A ASPLEL informa que persiste, no entanto,

a preocupação quanto à ausência de alimentação tempestiva do sistema PIE pelas unidades responsáveis, fato que pode causar distorções futuras nas medições mensais.

Em relação ao desempenho do IA 25, que em anos eleitorais é medido apenas nos dois últimos trimestres do ano, em que pese a melhora de desempenho em relação ao 3º trimestre (55,75% para 76,43%), a permanência em patamar insatisfatório pode ser atribuída a fatores relacionados ao adiamento das datas do pleito, devido aos reflexos da pandemia de Covid-19, que impactaram na organização das atividades e ações, das Unidades Gestoras, para os devidos procedimentos atinentes ao evento, impossibilitando a execução orçamentária da forma como foi planejada. A CORÇA reporta que foram descentralizados recursos orçamentários pelo TSE, na ação Pleitos Eleitorais, na ordem de R\$ 23.213.454,00 para o custeio das demandas das Eleições. Excepcionalmente, a pedido do TRE-RJ, foi antecipado o valor da dotação correspondente ao eventual 2º turno do escrutínio. O valor total empenhado somou R\$ 20.886.109,06, representando aproximadamente 90% da dotação. Após análise da execução orçamentária, foi identificado índice de aderência deficitário nas despesas pontuais de transporte de urnas, convocação de mesários e despesas com energia elétrica.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Quanto ao IA 24 e IA 26, foram promovidas pela ASPLEL as seguintes ações no período em análise:

1. Publicação dos reports do período em análise na página de monitoramento das melhorias da Avaliação das Eleições na intranet;
2. Registro nos processos de monitoramento no SEI de todas as informações encaminhadas pelas unidades do Tribunal relativas às atualizações dos Planos de Ação que ainda se encontravam em andamento;
3. Revisão da forma de lançamento das variáveis no sistema GERIR, a fim de adequar às orientações encaminhadas pela SEDEST;
4. Incentivo constante para que as unidades promovessem o andamento dos planos de ação e formalizassem o cumprimento das atividades ali previstas através do envio mensal dos reports;
5. Tramitação e instrução do processo de monitoramento do PIE no SEI, que foi encaminhado mensalmente às unidades para que fizessem as atualizações necessárias no sistema do PIE e certificassem nos autos;
6. Compilação e juntada aos autos das informações de alteração, bem como dos pedidos de cancelamento de atividades, os quais foram submetidos à apreciação da Diretoria-Geral, com posterior anotação no sistema PIE;
7. Abertura de prazo até 07/01/2021, às unidades que ainda possuíam tarefas em andamento para realização das atualizações cabíveis no sistema.

Em relação ao IA 25, não foram reportadas ações específicas realizadas em prol do melhor desempenho do indicador.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Em relação aos IAs 24 e 26, com o advento das Eleições de 2020, quase todos os planos de ação já se encontram cumpridos, faltando apenas dois, de atribuição da Presidência e da COSOC, que estão sendo devidamente tratados por essas unidades. Também a maioria das atividades previstas no PIE já foram realizadas, restando apenas as atividades que, em razão da matéria, se perpetuarão no ano seguinte ao eleitoral, como as relacionadas a prestações de contas de campanha. Dessa forma, é esperada a manutenção ou melhora no percentual de cumprimento das metas dos indicadores. Deve-se ressaltar que, apesar de todos os esforços, a performance dos indicadores depende do cumprimento, no prazo, das atividades a cargo de cada unidade responsável, bem como da efetiva alimentação do sistema PIE.

O principal desafio a ser enfrentado nos próximos 6 meses se refere à construção de novos planos de ação para implementação das melhorias advindas da Avaliação das Eleições de 2020, cujos resultado já foram apresentados aos gestores em reunião do CGE realizada em 14/01/2021.

Em relação ao IA 25, vislumbra-se como desafio a necessidade de aprimorar o planejamento das eleições diante do novo cenário (possível trabalho remoto, convocação de mesários por meio eletrônico, etc.), a fim de minimizar distorções no índice da execução orçamentária (aderência).

Portanto, em relação ao desempenho do IE 09 no próximo trimestre, é esperada alguma estabilidade ou melhora no percentual de cumprimento das metas. Porém, deve-se sopesar que, com menor quantidade de planos de ação e atividades no PIE a serem monitoradas, cada ausência de déficit individual terá um peso ainda maior nos indicadores de apoio 24 e 26.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A fim de que haja melhora de desempenho dos IAs 24 e 26, a ASPLEL permanece em contato constante com todas as unidades responsáveis pelos planos de ação e pelas atividades do PIE, através dos gestores, seus assistentes de planejamento ou

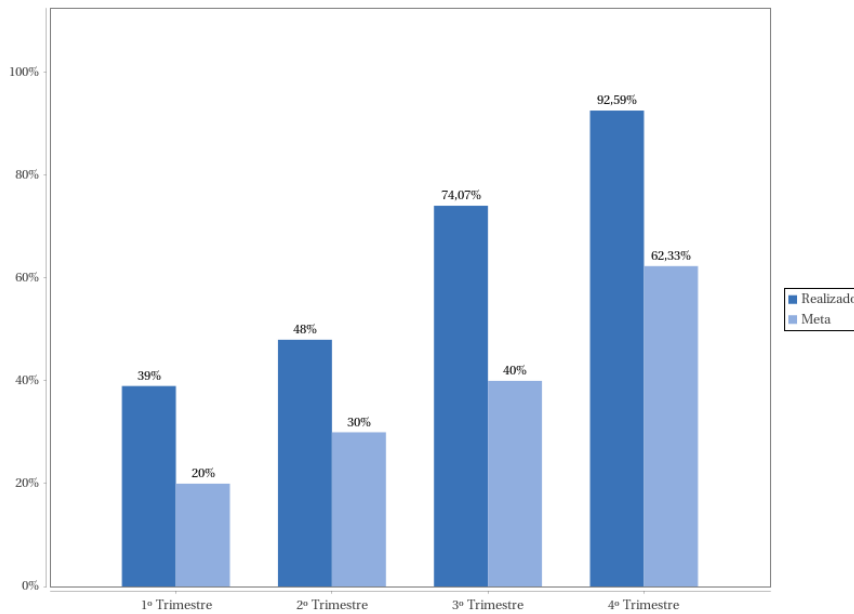
servidor que faz este papel, a fim de que sejam informados, tempestivamente, os andamentos e/ou eventual implementação dos referidos planos de ação, assim como os andamentos e/ou eventuais alterações no sistema do PIE.

No próximo trimestre, a fim de assegurar o registro das datas de início e fim das tarefas previstas no PIE, continuará sendo solicitado o registro destas informações mediante envio do processo de monitoramento diretamente às unidades, para que certifiquem no processo a anotação das informações no sistema.

Quanto ao orçamento de eleições, propõe-se o monitoramento contínuo das ações propostas no planejamento orçamentário.

Riscos associados ao objetivo

1. Risco de novos impactos que a pandemia da Covid-19 ainda pode trazer para os trabalhos deste Tribunal;
2. Baixo comprometimento das unidades responsáveis em alimentar tempestiva e adequadamente o sistema PIE e em dar andamento aos planos de ação sob suas responsabilidades, assim como em comunicar à ASPLEL a implementação tempestiva dos referidos Planos, mediante envio dos reports mensais à Assessoria;
3. Risco de demora na construção e aprovação dos Planos de Ação para implementação das melhorias advindas das Eleições de 2020, o que impactará diretamente no prazo previsto para início das atividades de construção do próximo Plano Integrado das Eleições – PIE;
4. Risco de execução do orçamento de eleições abaixo da meta prevista, com aderência prejudicada, tendo em vista as incertezas futuras decorrentes do novo cenário e perspectivas de mudanças dos processos de trabalho.

IA 24 - Percentual de implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições**Satisfatório****Desempenho do Período: 148,55%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASPLEL.****Análise de contexto**

Trata-se de análise trimestral do IA 24 – “Percentual de implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições”, referente aos eventos ocorridos nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020, cabendo destacar que se refere à terceira análise efetuada pela ASPLEL após sua criação.

Verifica-se que o IA 24 – “Percentual de implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições” apresentou desempenho satisfatório no 4º Trimestre de 2020, pois dos 06 (seis) Planos de Ação que estavam previstos, 5 (cinco) foram finalizados no período, atingindo o percentual de 148,55% do grau de cumprimento da meta.

No entanto, deve-se destacar que no mês de outubro/2020, houve alteração no lançamento das variáveis no sistema GERIR, considerando nos novos cálculos os parâmetros abaixo descritos com o intuito de manter a série histórica registrada no sistema e refletir corretamente a descrição das variáveis previstas na ficha do indicador:

PARAEAPEFI - Planos de ação resultantes da avaliação da eleição anterior previstos para serem executados e que foram implementados, até o período – considerou-se, acumuladamente, todos os planos de ação resultantes da eleição anterior executados, dentre os planejados.

PARAEP - Planos de ação resultantes da avaliação da eleição anterior, planejados – considerou-se todos os planos de ação resultantes da eleição anterior planejados, excluindo-se os que porventura tenham sido absorvidos por outro, sobrestados ou totalmente cancelados.

As mudanças nas variáveis provocaram alterações nos resultados do IA-24 nos 3 trimestres de 2020. No entanto, a alteração só se refletiu no desempenho dos IE, OE, e IDJE do 2º trimestre. Nos demais trimestres, como o resultado já tinha sido superior a 100%, a alteração se refletiu apenas no percentual de cumprimento do próprio IA-24, que passou de 250% de grau de cumprimento da meta para 185,19% no 3º trimestre desse ano.

Por oportuno, podemos considerar que, apesar das dificuldades causadas pela pandemia do COVID-19, as ações relacionadas às melhorias da Avaliação das Eleições 2018 estão sendo implementadas de forma satisfatória pelas unidades.

Os planos de ação finalizados foram:

- Capacitação de pessoas em análise de contas e fiscalização (término previsto para o 4º trimestre, finalizado no 4º no trimestre, com uma tarefa cancelada);
- Divulgação do processo de votação (Término previsto dez/2020 e finalizado em dez/2020);
- Identificação e tratamento de notícias falsas (ANTIGA Coordenação de fake news) - (término previsto para o 4º trimestre, finalizado no 4º no trimestre);
- Planejamento compartilhado das aquisições de materiais para eleições (término previsto para o 4º trimestre, finalizado no 4º no trimestre);
- Treinamento presencial de mesários e supervisores (término previsto para o 4º trimestre, finalizado no 3º no trimestre, com algumas tarefas canceladas).

Os planos de ação “Processo de trabalho ‘Fiscalizar propaganda eleitoral’ institucionalizado e monitorado” (ANTIGA Padronização da força policial na propaganda)” e “Divulgação permanente de informações sobre eleições” estão em andamento, mas em atraso.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A ASPLEL promoveu as seguintes ações no período em análise:

1 - Foram publicados os reports dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020 na página de monitoramento das melhorias da Avaliação das Eleições na intranet;

2 – Foram registradas nos processos de monitoramento criados no sistema SEI! todas as informações encaminhadas pelas unidades do Tribunal relativas às atualizações dos Planos de Ação que ainda se encontravam em andamento;

3 – Foi revisada a forma de lançamento das variáveis no sistema GERIR, a fim de adequar às orientações encaminhadas pela SEDEST, conforme explicitado no 3º parágrafo e seguintes deste;

4 – Foi efetuado o constante incentivo para que as unidades promovam o andamento dos planos de ação e formalizem o cumprimento das atividades ali previstas através do envio mensal dos reports à esta assessoria .

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Inicialmente, ressalta-se que, com o advento das Eleições de 2020, quase todos os planos de ação já se encontram cumpridos, faltando apenas dois, de atribuição da Presidência e da COSOC, que estão sendo devidamente tratados por essas unidades.

O principal desafio a ser enfrentado nos próximos 6 meses se refere à construção de novos planos de ação para implementação das melhorias advindas da Avaliação das Eleições de 2020, que está na fase final de execução.

No dia 14/01/2021 será realizada reunião com o Comitê de Gestão da Estratégia para apresentação do resultado da Avaliação das Eleições de 2020, aprovação do critério a ser adotado no tratamento dos assuntos levantados em cada tema Avaliado e aprovação do cronograma para tratamento dos temas, bem como para elaboração aprovação dos Planos de Ação para implementação das melhorias priorizadas pela Administração.

Considerando o período crítico de gozo de férias dos servidores e consequente afastamento de alguns gestores p ausência dos gestores, tem-se que o principal risco é o de atraso na execução dessas atividades .

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A fim de que haja melhora nos indicadores, tanto dos planos de ação da Avaliação das Eleições 2018 como das Eleições 2020, a ASPLEL permanece em contato constante com todas as unidades responsáveis por suas execuções, através dos gestores, seus assistentes de planejamento ou servidor que faz este papel, a fim de que sejam informados, tempestivamente, os andamentos e/ou eventual implementação dos referidos planos de ação .

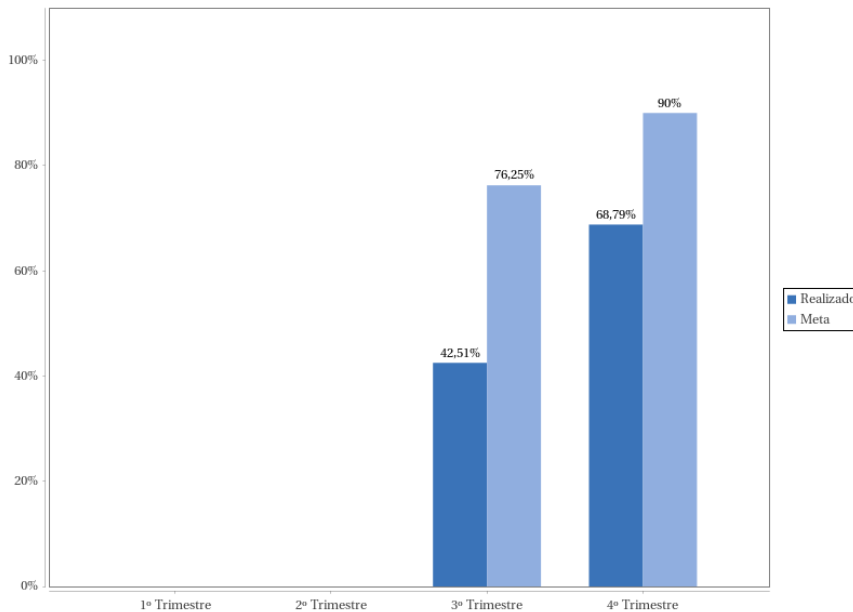
Riscos associados ao objetivo

Seguem alguns riscos que podem contribuir para o baixo desempenho do indicador:

1 - O risco de novos impactos que a pandemia da Covid-19 ainda pode trazer para os trabalhos deste Tribunal.

3 – Risco de demora na construção e aprovação dos Planos de Ação para implementação das melhorias advindas das Eleições de 2020, o que impactará diretamente no prazo previsto para início das atividades de construção do próximo Plano Integrado das Eleições – PIE. 2 - Baixo comprometimento das unidades responsáveis em dar andamento aos planos de ação sob suas responsabilidades, assim como em comunicar à ASPLEL a implementação tempestiva dos referidos Planos de Ação, mediante envio dos reports mensais à Assessoria .

IA 25 - Índice de aderência do orçamento das eleições

Insatisfatório**Desempenho do Período: 76,43%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CORÇA.**

* Análise realizada por Jose Tarcísio de Oliveira Reis

Análise de contexto

O índice de 68,79% registrado no trimestre para uma meta prevista de 90%, confere uma melhora no desempenho em relação ao trimestre anterior, alcançando 72,43% de desempenho, porém ainda insatisfatório quanto à execução de seu planejamento. Fatores relacionados ao adiamento das datas do Pleito, devido aos reflexos da pandemia de COVID-19, impactou na organização das atividades e ações, das Unidades Gestoras, para os devidos procedimentos atinentes ao evento, impossibilitando a execução orçamentária da forma como foi planejada. Foram descentralizados recursos orçamentários pelo TSE, na ação Pleitos Eleitorais, na ordem de R\$ 23.213.454,00 para o custeio das demandas das Eleições. Excepcionalmente, a pedido do TRE-RJ, foi antecipado o valor da dotação correspondente ao eventual 2º turno do escrutínio. O valor total empenhado somou 20.886.109,06, representando aproximadamente 90% da dotação. Após análise da execução orçamentária, identificamos índice de aderência deficitário nas despesas pontuais de Transporte de Urnas, convocação de mesários e despesas com energia elétrica.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Não se aplica.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Aprimorar o planejamento das eleições diante do novo cenário (possível trabalho remoto, convocação de mesários por meio eletrônico, etc) a fim de minimizar distorções no índice da execução orçamentária (aderência).

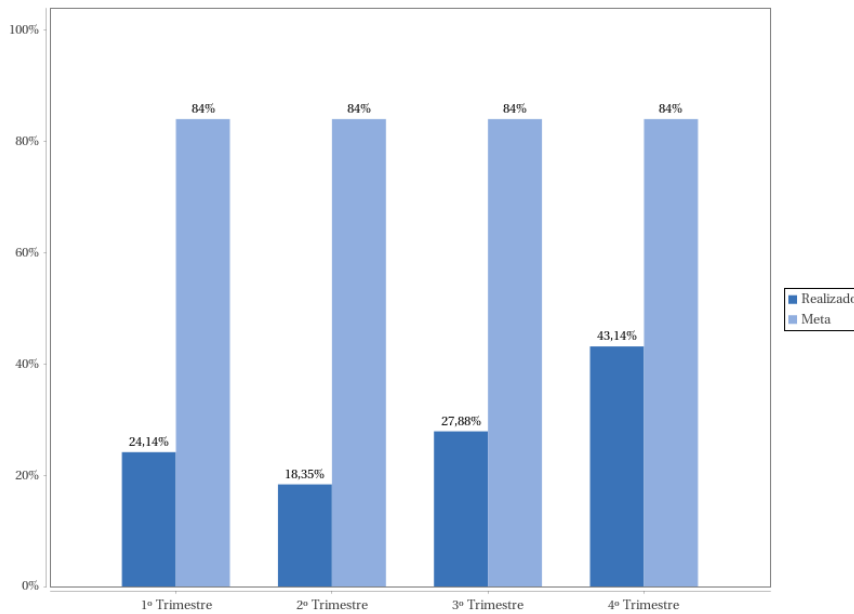
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Monitoramento contínuo das ações propostas no planejamento orçamentário.

Riscos associados ao objetivo

Tendência de execução abaixo da meta prevista, com aderência prejudicada, tendo em vista as incertezas futuras decorrentes do novo cenário e perspectivas de mudanças dos processos de trabalho.

IA 26 - Índice de aderência ao PIE

Insatisfatório**Desempenho do Período: 51,35%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASPLEL.****Análise de contexto**

Trata-se de análise trimestral do IA 26 – “Índice de aderência ao PIE”, referente às atividades previstas nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020, cabendo destacar que se refere à terceira análise efetuada pela ASPLEL após sua criação.

No trimestre em análise, após a readequação das atividades previstas no PIE de acordo com o novo calendário eleitoral definido pela EC n.º 107/2020, observou-se que houve uma melhora significativa no IA 26 – “Índice de aderência ao PIE” em relação ao trimestre anterior, apresentando um índice de aderência de 75,51% no período analisado, já que das 98 atividades previstas no 4º trimestre, 74 foram executadas tempestivamente.

No entanto, o indicador manteve o desempenho insatisfatório, alcançou um desempenho de apenas 51,35% da meta anual. Apesar do desempenho insatisfatório, este índice de 75,51% de execução das atividades planejadas dentro do prazo previsto no PIE, ocorrido no 4º trimestre, representa uma melhora considerável na aderência, em relação às medições dos trimestres anteriores.

Apesar da melhora do desempenho do indicador, destaca-se que persiste a preocupação desta Assessoria de Planejamento de Eleições no que se refere à ausência de alimentação do sistema PIE de forma tempestiva pelas unidades responsáveis, fato que pode causar distorções futuras nas medições mensais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A fim de mitigar os riscos relacionados à baixa aderência ao PIE, a ASPLEL tomou as seguintes providências no trimestre em análise:

- 1 – Tramitação e instrução do processo de monitoramento do PIE (2020.0.000021919-1) no sistema SEI, que foi encaminhado mensalmente às unidades para que fizessem as atualizações necessárias no sistema do PIE, devidamente certificadas nos autos do referido processo;
- 2 – Compilação e juntada aos autos das informações de alteração, bem como dos pedidos de cancelamento de atividades;
- 4 – Submissão dos pedidos de alteração e cancelamento à apreciação superior, conforme despachos de ids. 1123943, 1188785, 1310943, 1359258, 1401110 e 1463251, exarados pela Diretoria Geral.
- 5 – Anotação dos cancelamentos e pedidos de alteração deferidos.

Após essas ações, ao fim de dezembro, os autos encontravam-se com vistas às unidades que ainda possuem tarefas em andamento para realização das atualizações cabíveis no sistema até o dia 07/01/2021, último dia do prazo previsto para medição das variáveis que integram o IA-26.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Inicialmente, ressalta-se que, com o advento das Eleições de 2020, a maioria das atividades previstas no PIE já foram realizadas, restando apenas as atividades que, em razão da matéria, se perpetuam no ano seguinte ao eleitoral, como, por exemplo, as relacionadas a prestações de contas de campanha.

Dessa forma, é esperada a manutenção ou melhora no percentual de cumprimento da meta, espelhada numa maior aderência da execução ao planejamento.

Apesar de todos os esforços, a performance do indicador também depende do cumprimento, no prazo, das atividades a cargo de cada unidade responsável, bem como da efetiva alimentação do sistema PIE.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

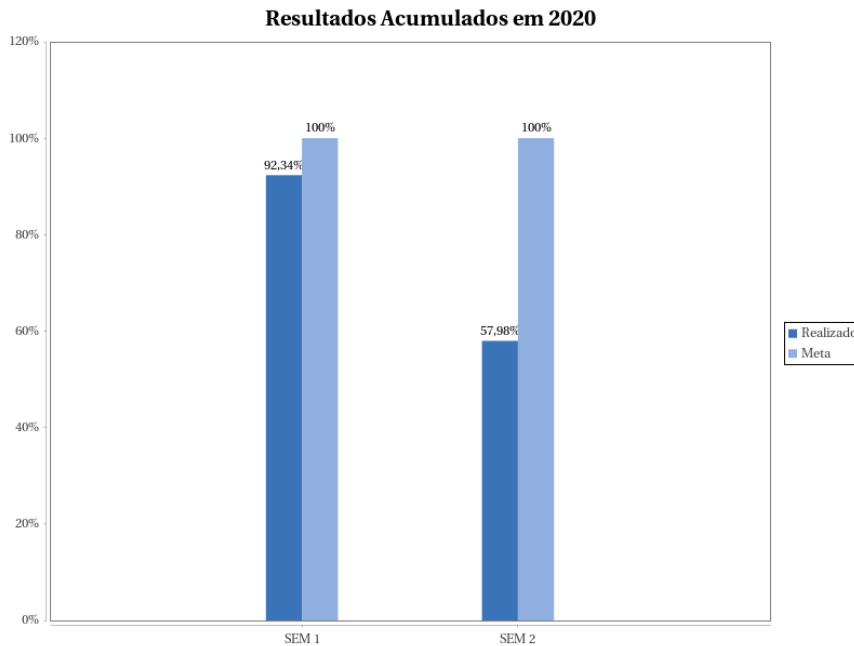
A fim de que haja melhora no indicador, a ASPEL permanece em contato constante com todas as unidades responsáveis pelas atividades do PIE, através dos Gestores, seus assistentes de planejamento ou servidor que faz este papel, a fim de que sejam informados, tempestivamente, os andamentos e/ou eventuais alterações no sistema.

No próximo trimestre, a fim de assegurar o registro das datas de início e fim das tarefas previstas no PIE, continuará sendo solicitado o registro destas informações mediante envio do processo de monitoramento diretamente às unidades, para que certifiquem no processo a anotação das informações no sistema.

Riscos associados ao objetivo

Seguem alguns riscos que podem contribuir para o baixo desempenho do indicador:

1 - O risco de novos impactos que a pandemia da Covid-19 ainda possa trazer para os trabalhos deste Tribunal. 2 - Baixo comprometimento das unidades responsáveis em alimentar tempestiva e adequadamente o sistema PIE.

IE 10 - Índice de segurança da votação**Insatisfatório****Desempenho do Período: 57,98%****Responsável: DG.****Análise de contexto**

Análise registrada pela CPLAN de ordem do sr. Diretor-Geral em exercício.

O indicador estratégico IE 10 apresentou desempenho de 57,98%, considerado insatisfatório, inferior a todos os percentuais de 2º semestre atingidos na série histórica (2016 – 69,95%, 2017 – 69,16%, 2018 - 80,72%, 2019 - 96,28%).

Dos três indicadores de apoio (IA 27, 28 e 29), apenas o IA 29 teve desempenho satisfatório no período (99,1%), por ter alcançado o resultado de 98,1% de urnas não substituídas nas Eleições 2020, melhor patamar da série histórica (2015-2016 – 97,77%, 2017-2018 – 97,52%).

Contribuíram para o bom resultado do IA 29 a abstenção recorde de eleitores e a não utilização da biometria nas Eleições Municipais de 2020, fatores que aliados ao fato de se tratar de uma eleição municipal (com somente duas votações, prefeito e vereador), fizeram com que o hardware das urnas fosse menos exigido durante a votação do que nas eleições anteriores. No entanto, a COLOG reporta que, em vista desses fatores, imaginava-se um desempenho geral melhor do IA 29 para as Eleições 2020. Comparativamente com as outras UF's, o TRE-RJ foi o regional que mais substituiu percentualmente no 1º turno de 2020 (3,04%), tendo em vista que a média do país ficou em 1,65%.

Os IAs 27 e 28, por sua vez, relacionados à identificação biométrica, tiveram resultados muito aquém das metas estabelecidas, ambos apresentando desempenho insatisfatório.

O resultado do IA 27 (59,19%), que é progressivo ao longo dos anos, não apenas não avançou da forma esperada como regrediu a um percentual inferior ao aferido no 1º semestre de 2020 (59,3%).

Já o resultado do IA 28 foi nulo no período de 2019-2020, em razão da não utilização da biometria na sem eleições de 2020, o que levou a 0% de desempenho frente à meta de 98,50% estabelecida para o período.

Os indicadores de apoio IA 27 e IA 28 foram fortemente impactados em seus resultados pela pandemia de Covid-19. A acentuada queda de desempenho desses indicadores em 2020 decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- o fechamento do cadastro eleitoral, pelo período de 8/5 até 8/12/2020, para realização das Eleições Municipais e, principalmente, em razão da pandemia de Covid-19, que motivou o TSE a determinar a suspensão do atendimento presencial e da coleta biométrica, desde 17/3/2020;

- a suspensão do atendimento presencial pelos cartórios eleitorais, a partir de 17/03/2020, ceifando, aproximadamente, 33 dias de coleta biométrica, correspondentes a, aproximadamente, 400.000 atendimentos a menos (3,21% do eleitorado ou 5,41% do universo de biometrias já coletadas;

- em razão da suspensão do atendimento presencial, a suspensão, pela Corte Plenária deste Tribunal dos processos de revisões de eleitorado com este fim, realizadas em 2019 e 2020, assim como a suspensão do cancelamento das inscrições dos eleitores que não compareceram às revisões de eleitorado já homologadas e realizadas naquele mesmo período, correspondendo a um total de 34 municípios. Tal medida acarreta impacto no desempenho ora em análise, na medida em que o cancelamento das inscrições dos que não atenderam ao chamado para cadastramento biométrico reduziria o total de eleitores aptos e, em consequência, aumentaria o percentual de desempenho em relação à totalidade do eleitorado de referência;

- a decisão pela dispensa da identificação biométrica para exercício do voto nas eleições municipais de 2020, consignada na EC nº 107/2020 (art. 1º, § 5º, inciso II), que prejudicou não só o resultado do IA 28, mas também o do IA 27. Isso porque o aproveitamento da nova rodada de dados migrados do DIC-DETRAN/RJ, já encaminhados à STI do TSE, segundo critério estabelecido por aquela Corte Superior, dependia da validação da biometria nas urnas eletrônicas, nas eleições. Afetou-se, dessa forma, o aproveitamento de mais de 3.000.000 de biometrias, além daquelas aproveitadas em 2018 e que não foram validadas nas eleições gerais de 2018, o que corresponderia, somente, neste último caso, a 16,13% do eleitorado apto no Estado do Rio de Janeiro;

- o adiamento das eleições municipais de 2020, para os dias 15 e 29/11/2020, 1º e 2º turnos respectivamente, o que ensejou o adiamento da reabertura do cadastro eleitoral, para 09/12/2020.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Das iniciativas relacionadas ao índice estratégico, houve a conclusão das revisões de eleitorado nos municípios de Duque de Caxias, Magé e São João de Meriti, que contribuíram com a implementação de 2,04% de novas biometrias, no período de 06/01 a 17/03/2020, totalizando 254.085 eleitores com biometrias cadastradas. Ao final do primeiro semestre de 2020, e considerando os efeitos da pandemia, dos 12.395.029 eleitores aptos no Estado do Rio de Janeiro, 7.385.921 tinham suas biometrias cadastradas (59,60%) junto à Justiça Eleitoral, quantitativo correspondente a 86,59% da meta de 68,48% estabelecida para o período.

Contudo, no segundo semestre de 2020, em razão do prolongamento da pandemia, de seu recrudescimento no mês de dezembro de 2020, da realização das Eleições Municipais, com o decorrente fechamento do cadastro eleitoral, e da suspensão do atendimento presencial, não houve realização de qualquer ação sobre o IA 27 e, tampouco, qualquer resultado foi obtido.

Em relação ao IA 29, mesmo com todas as limitações impostas pelo distanciamento social, as atividades de conservação e manutenção das urnas foram realizadas dentro dos prazos para a distribuição das urnas aos polos de carga, evitando que urnas não operacionais fossem distribuídas aos polos de carga, como ocorrido nas Eleições 2016.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Considerando o recrudescimento da grave crise sanitária que assola o Brasil, projeta-se a manutenção da estagnação do cadastramento biométrico e do distanciamento do alcance das metas registradas no planejamento estratégico deste Regional, tornando mais dificultoso o atingimento da meta estabelecida pelo TSE, em razão do tempo restante até dezembro de 2022.

Some-se ao referido quadro a incerteza quanto à concretização e alcance da campanha de vacinação nacional, iniciada pelos governos Federal e Estaduais em meados de janeiro de 2021, que poderá permitir o início da reversão da situação, a partir do mês de julho de 2021, caso haja número de vacinas suficientes e adesão da população, ou a persistência da situação, com manutenção da suspensão do atendimento presencial, caso não haja número de vacinas suficientes e/ou adesão da população.

Por outro lado, verificando-se que houve conclusão da transmissão dos dados biométricos, migrados do DIC-DETRAN/RJ ao TSE, de aproximadamente 5.000.000 de dados biométricos, e que os mesmos podem ser objeto de aproveitamento e validação, através do aplicativo e-título ou, ainda, através da modalidade "a critério do TSE", conforme previsto na parte final do § 2º, art. 3º da Res. TSE nº 23.595/2019, sem a presença física do eleitor, é possível projetar o atingimento das metas estabelecidas para os 1º e 2º semestres de 2021, caso haja implementação de tecnologia no aplicativo e-título ou decisão político-técnica do TSE.

De toda sorte, como o atendimento ao eleitor com cadastro biométrico deverá ficar inativo nos próximos seis meses, a COSEL reporta que o foco será na melhoria do ambiente informatizado dos cartórios eleitorais - com aumento do link nas 9 zonas restantes e troca dos computadores para o sistema operacional Windows 10. Ao mesmo tempo, o TSE prosseguirá na licitação de obtenção de novas urnas. Quanto aos kits biométricos, ainda não há informações concretas sobre aquisição de novos modelos.

Quanto ao IA 29, a COLOG pondera que já faz algumas eleições que o TRE-RJ está entre os regionais que mais fazem substituições, independentemente da idade média das urnas, e que o desempenho do TRE-RJ piora a cada eleição, sendo essa a tendência observada, mesmo após a renovação do parque em 2016, com a "aposentadoria" das UE2004 e entrada das UE2015.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1. Encaminhamento de proposta ao TSE, contendo as seguintes sugestões:

- alteração do critério vigente para validação dos dados migrados de outros órgãos, possibilitando-se, alternativamente, o comparecimento do eleitor na(s) zona(s) eleitoral(is), para leitura da digital e/ou validação da biometria pelo aplicativo e-Título, ou mesmo outra forma que permita a inserção desses dados biométricos no cadastro eleitoral;

- sucessivamente, alteração do prazo para cumprimento da meta de cadastramento biométrico de 100% do eleitorado, originariamente projetada para 2022, para dezembro de 2024.

2. Realização de nova rodada de revisões biométricas, no ano de 2021, caso haja a disponibilização de vacina que imunize contra o vírus sars-cov-2;

3. Melhoramento contínuo no ambiente informatizado do cartório eleitoral pela STI, propiciando um sistema mais estável e eficiente, por meio do aumento dos links de internet nas 9 zonas eleitorais restantes e da otimização das políticas de grupo adotadas pela SEPREL no domínio dos computadores de zonas eleitorais, para padronização das configurações necessárias ao pleno funcionamento do kit biométrico e diminuição da quantidade de erros;

4. Não aproveitamento das biometrias do Detran-RJ que foram validadas por código, conforme normatizado pelo TSE;

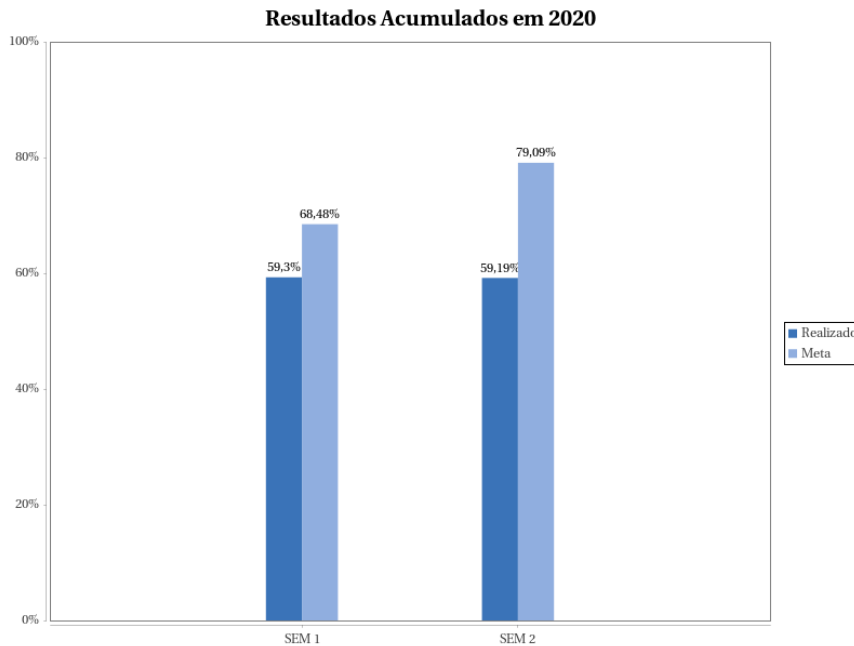
5. Utilização de modelos de urnas mais recentes, o que depende de aquisição pelo TSE;

6. Treinamento de mesários enfatizando os problemas encontrados na identificação biométrica da última eleição, ressaltando que como não houve identificação biométrica nesta eleição, esta iniciativa não pôde ser aplicada;

7. Realização de trabalho de conscientização de todos os participantes do processo eleitoral, com uma mudança de paradigma quanto às soluções para as ocorrências com urnas no dia da eleição, mudando o foco de “o que devemos fazer para substituir a urna e dar continuidade à eleição eletrônica” para “o que devemos fazer PRIMEIRO para NÃO substituir a urna e dar continuidade à eleição eletrônica”.

Riscos associados ao objetivo

Considerando o atual cenário, acaso mantenham-se inalteradas as condições para validação de dados migrados de outros órgãos e enquanto não houver vacina para imunização para o Sars-Cov-2, assim como pelo adiamento na substituição e no acréscimo do parque de urnas eletrônicas, há grande risco de impacto negativo no IA 27 e, conseqüentemente, no IE 10, o que igualmente impactará no fortalecimento da segurança do processo eleitoral, não havendo perspectiva de melhora significativa a curto prazo, salvo com a adoção das medidas anteriormente propostas.

IA 27 - Percentual de eleitores com cadastro biométrico**Insatisfatório****Desempenho do Período: 74,84%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: DG.****Análise de contexto**

Análise realizada pelo Gerente do Projeto Biometria e lançada pela CPLAN no Gerir, a pedido da Diretoria-Geral.

O índice de apoio apresentou desempenho de 74,84%, inferior ao atingido ao 1º semestre de 2020 (86,59%), agravando-se o estado de atenção, em decorrência do fechamento do cadastro eleitoral, pelo período de 8/5 até 8/12/2020, para realização das Eleições Municipais e, principalmente, em razão da pandemia ocasionada pelo vírus Sars-cov-2 (covid-19), que motivou o TSE a determinar a suspensão do atendimento presencial e da coleta biométrica, desde 17/3/2020.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em razão da pandemia ocasionada pelo vírus Sars-cov-2 (covid-19), a partir de março/2020, bem como de seu recrudescimento, no mês de dezembro/2020, da realização das Eleições Municipais, com o decorrente fechamento do cadastro eleitoral, e da suspensão do atendimento presencial, não houve realização de qualquer ação e, tampouco, qualquer resultado foi obtido.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Considerando o recrudescimento da grave crise sanitária que assola o Brasil, provocada pelo vírus Sars-cov-2 (covid-19), projeta-se a manutenção da estagnação do cadastramento biométrico e do distanciamento do alcance das metas, registradas no planejamento estratégico deste Regional, tornando mais dificultoso o atingimento da meta estabelecida pelo TSE, em razão do tempo restante até dezembro/2022.

Some-se ao referido quadro a incerteza quanto à concretização e alcance da campanha de vacinação nacional, iniciada pelos governos Federal e Estaduais, nesta data, que poderá permitir o início da reversão da situação, a partir do mês de julho/2020, acaso haja número de vacinas suficientes e adesão da população ou a persistência da situação, com manutenção da suspensão do atendimento presencial, acaso não haja número de vacinas suficientes e/ou adesão da população.

Por outro lado, verificando-se que houve conclusão da transmissão dos dados biométricos, migrados do DIC-DETRAN/RJ ao TSE, de aproximadamente 5.000.000 de dados biométricos, e que os mesmos podem ser objeto de aproveitamento e validação, através do aplicado e-título ou, ainda, através da modalidade “a critério do TSE”, conforme previsto na parte final do § 2º, art. 3º da

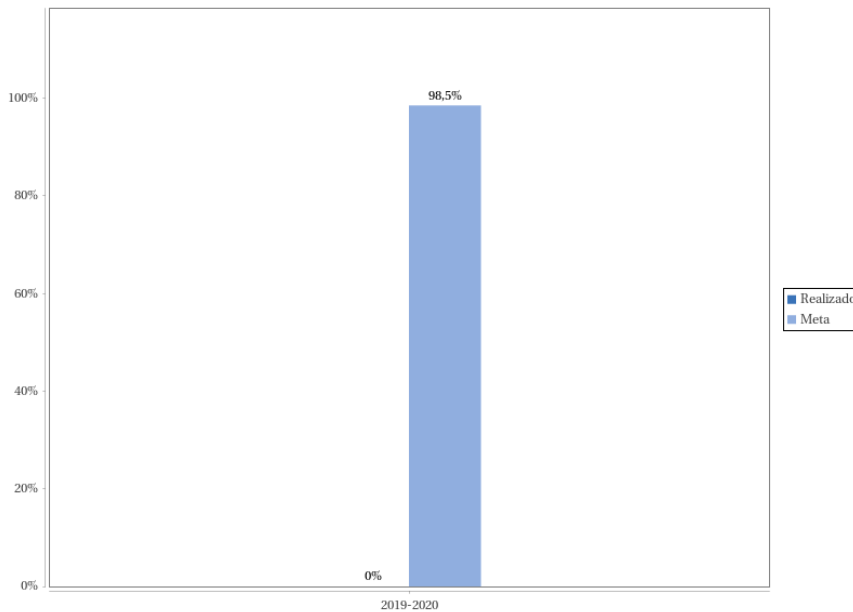
Res. TSE nº 23.595/2019, sem a presença física do eleitor, é possível projetar o atingimento das metas estabelecidas para os 1º e 2º semestres de 2021, acaso haja implementação de tecnologia no aplicativo e-título ou decisão político-técnica do TSE.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

-

Riscos associados ao objetivo

-

IA 28 - Percentual de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria**Insatisfatório****Desempenho do Período: 0,00%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COSEL.****Análise de contexto**

De acordo com o Art. 1º-A da Resolução TSE nº 23.611/2019, incluído pela Resolução TSE nº 23.625/2020, a identificação biométrica foi desabilitada neste ano, tornando o IA 28 sem os cálculos necessários para a análise - "Em razão da excepcionalidade decorrente da pandemia da Covid-19, os procedimentos relacionados à biometria do eleitor, assim como as respectivas funcionalidades implementadas na urna eletrônica para a coleta e o reconhecimento de impressões digitais, não serão aplicados às eleições ordinárias de 2020 (Emenda Constitucional nº 107/2020, art. 1º, § 5º, II)".

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Seguem iniciativas registradas na última análise objetivando a melhora do desempenho para a próxima eleição: Melhoria contínua no ambiente informatizado do cartório eleitoral pela STI, propiciando um sistema mais estável e eficiente - Os links de internet estão sendo aumentados paulatinamente em todos os cartórios desde 2019, faltando no momento apenas 9 zonas eleitorais. Antes os links possuíam de 2Mb a 8Mb de velocidade, agora estarão na faixa de 4Mb a 20Mb. Além disso, as políticas de grupo adotadas pela SEPREL no domínio dos computadores de zonas eleitorais foram otimizadas, padronizando as configurações necessárias ao pleno funcionamento do kit biométrico e diminuindo a quantidade de erros. Infelizmente o sistema e os kits biométricos não foram trocados pelo TSE até o momento, permanecendo nos cartórios os modelos antigos. Não aproveitamento das biometrias do Detran-RJ que foram validadas por código - Isso foi normatizado pelo TSE. De acordo com o Manual de ASE, o ASE 485 registra no cadastro do eleitor a informação de que sua biometria não foi validada na urna eletrônica na última eleição. Foi verificado no relatório do Sistema ELO que vários eleitores do RJ receberam esse ASE no fim de abril de 2019. Utilização de modelos de urnas mais recentes - depende de aquisição de novas urnas pelo TSE - Infelizmente o TSE passou por problemas na licitação e não foram adquiridas novas urnas, obrigando a realização de agregações de seções acima do limite observado em outras eleições. Como não tivemos identificação biométrica nesta eleição, não tivemos grande problemas. Treinamento de mesários enfatizando os problemas encontrados na identificação biométrica da última eleição - Como não houve identificação biométrica nesta eleição, esta iniciativa não pôde ser aplicada.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Como o atendimento ao eleitor com cadastro biométrico deverá ficar inativo nos próximos 6 meses, o foco será na melhoria do ambiente informatizado dos cartórios eleitorais - com aumento do link nas 9 zonas restantes e troca dos computadores para o sistema operacional Windows 10. Ao mesmo tempo, o TSE prosseguirá na licitação de obtenção de novas urnas. Quanto aos kits biométricos, ainda não temos informações concretas sobre aquisição de novos modelos.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

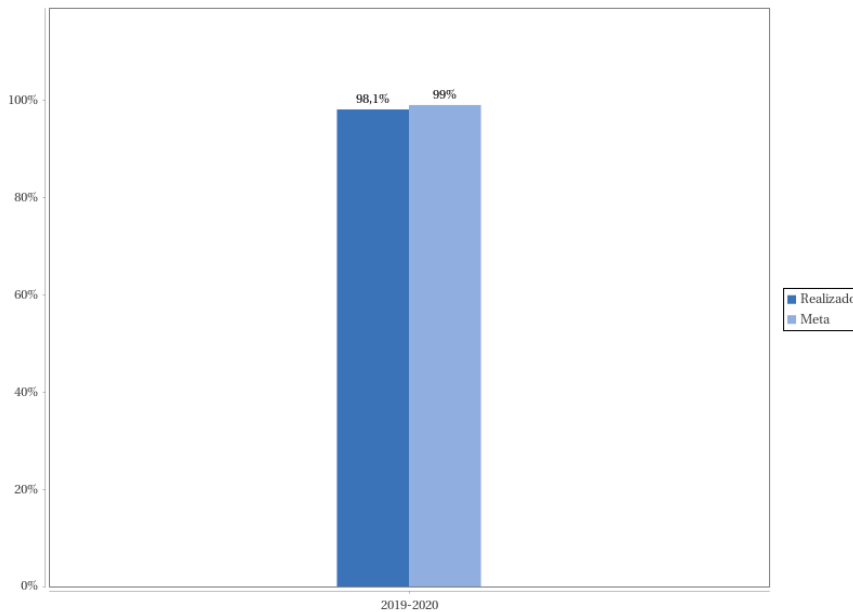
São os mesmos já relatados na última eleição:

Melhoramento contínuo no ambiente informatizado do cartório eleitoral pela STI, propiciando um sistema mais estável e eficiente. Não aproveitamento das biometrias do Detran-RJ que foram validadas por código. Utilização de modelos de urnas mais recentes - depende de aquisição de novas urnas pelo TSE. Treinamento de mesários enfatizando os problemas encontrados na identificação biométrica da última eleição.

Riscos associados ao objetivo

Serão relatados aqui os mesmos riscos e problemas apresentados nas eleições de 2018, pois muitos deles poderiam ter ocorrido em 2020: qualidade das coletas de digitais, convênio realizado com o Detran-RJ causando ausência de fotos no caderno de votação e desinformação do mesário, operação incorreta do mesário e modelos de urnas defasados utilizados na votação. O procedimento de coleta de digitais requer habilidade e paciência do operador, pois é necessário capturar os dez dedos do eleitor. Muitos fatores colaboram para um resultado ineficaz nesta operação: eleitor com dedos danificados ou em idade avançada, inexperiência ou falta de treinamento do operador, que pode ser servidor da Justiça Eleitoral ou contratado, e instabilidade do sistema, que obriga a repetição da operação por diversas vezes. Felizmente, esse último fator diminuiu consideravelmente em relação à última eleição, devido a atualizações de sistema disponibilizadas pelo TSE que melhoraram seu desempenho, além de políticas de grupo adotadas pela SEPREL no domínio dos computadores de zonas eleitorais, padronizando as configurações necessárias ao pleno funcionamento do kit biométrico. Outro fator que merece destaque foi o aproveitamento dos dados biométricos do registro civil do estado do Rio de Janeiro, em convênio realizado com o Detran-RJ. Com esse convênio, caso todas as biometrias importadas fossem aproveitadas no cadastro eleitoral, o percentual do eleitorado do estado do Rio de Janeiro com dados biométricos subiria de 18,67% para de 56,16%. Entretanto, para que as biometrias fossem aproveitadas, elas teriam que ser validadas durante a votação nas Eleições 2018. Para que isso ocorresse, o número de municípios com identificação biométrica saltou de 7, nas Eleições 2016, para 92 (todo o estado), nas Eleições 2018. O convênio, extremamente benéfico ao TRE-RJ, trouxe, em contrapartida, alguns pontos que podem ter diminuído o percentual de identificação biométrica: As dificuldades que geram má qualidade na coleta de digitais ocorridas na Justiça Eleitoral podem ter se repetido naquele órgão. A resolução TSE 23.335/2011, em seu Art. 7º, §2º, indica que novas digitais devem ser coletadas a cada 10 anos, para garantir os requisitos de qualidade. Esse prazo foi recomendado pela Polícia Federal à Justiça Eleitoral, em 2009. Muitas digitais importadas do Detran-RJ podem ter vindo com coletas ocorridas há mais tempo. Muitos cadernos de votação apresentaram ausência de fotos nos eleitores com biometrias importadas do Detran, devido a um erro de procedimento do TSE. Isso causou dúvidas nos mesários, pois, nos treinamentos, foi informado que a existência de biometria na urna era condicionada à existência de foto no caderno de votação. Com o aumento de municípios com identificação biométrica, muitos mesários foram treinados neste procedimento pela primeira vez. A novidade da biometria aliada ao convênio com o Detran, ao número excessivo de cargos (seis) no 1º turno e ao problema de ausência de fotos no caderno de votação, mencionado no item anterior, causaram enormes filas nos locais de votação, desgastando eleitores e mesários e possivelmente afetando a dinâmica de validação biométrica do eleitor. Cabe destacar que os municípios que passaram por revisão de eleitorado, ou seja, tiveram digitais coletadas exclusivamente no TRE-RJ, obtiveram desempenho superior à média do estado, que possuía biometrias importadas do Detran. Tomando como base o 2º turno das Eleições Gerais de 2018, tivemos uma média de habilitação por código em 14,21% no estado. Abaixo, seguem os percentuais de habilitação por código nos municípios que passaram por revisão de eleitorado, no mesmo turno: Armação dos Búzios - 5,99%, Niterói - 8,76%, Queimados - 5,59%, Rio das Ostras - 4,71%, São João da Barra - 5,78%, São Sebastião do Alto - 7,72%, Trajano de Moraes - 5,46%. Prosseguindo na análise, conforme informado anteriormente, por ter sido a primeira eleição biométrica em 85 municípios, a operação incorreta do mesário no momento da habilitação do eleitor também pode ter tido influência nesta meta, como um posicionamento incorreto no sensor ou a repetição de dedos nas quatro tentativas, em vez de haver tentativas com dedos diferentes. A ausência de fotos de alguns eleitores nos cadernos de votação, conforme relatado no parágrafo que tratou do convênio do Detran-RJ, também pode ter contribuído para que houvesse uma confusão no momento da habilitação da biometria. Acredito que o treinamento aos mesários tenha sido de excelência, como é habitual na Justiça Eleitoral. Entretanto, a biometria é uma novidade que costuma causar muitas dificuldades e o aprimoramento costuma ocorrer com a prática, nas eleições posteriores. Por fim, como havia escassez de urnas eletrônicas em todo o país pelo fato de o TSE não ter adquirido novas unidades, modelos antigos tiveram que ser distribuídos às zonas eleitorais da região metropolitana,

que são bastante populosas, ocasionando uma redução no índice de eleitores habilitados biometricamente, já que o desempenho do hardware tende a cair com o passar do tempo.

IA 29 - Percentual de urnas não substituídas**Satisfatório****Desempenho do Período: 99,10%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COLOG.****Análise de contexto**

As Eleições Municipais de 2020 foram realizadas em um cenário totalmente novo, tendo em vista a pandemia de COVID-19. No que se refere à utilização das urnas eletrônicas no dia da eleição, os principais pontos de destaque são a não utilização da biometria para identificação dos eleitores na hora da votação e a abstenção recorde dos eleitores, sendo a maior verificada nas últimas décadas. Considerando, ainda, se tratar de uma eleição municipal, somente com duas votações (prefeito e vereador), conclui-se que o hardware das urnas foi menos exigido durante a votação do que nas últimas eleições.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Mesmo com todas as limitações impostas pelo distanciamento social relativo à pandemia de COVID-19 as atividades de conservação e manutenção das urnas foram realizadas dentro dos prazos para a distribuição das urnas aos polos de carga, evitando que urnas não operacionais fossem distribuídas aos polos de carga, como ocorrido nas Eleições 2016.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Fazendo a análise dos dados de substituição de urnas do 1º turno das Eleições 2020, comparativamente com as outras UF's, o TRE-RJ foi o regional que mais substituiu percentualmente (3,04%), tendo em vista que a média do país ficou em 1,65%.

Já faz algumas eleições que o TRE-RJ está entre os regionais que mais fazem substituições, independentemente da idade média do parque. Como exemplo, nas Eleições 2016, mesmo com o recebimento de uma grande quantidade de urnas modelo 2015, o TRE-RJ foi o 3º Tribunal que mais substituiu (2,873%), enquanto que a média do país nessa eleição ficou em 1,495%.

Analisando o histórico do 1º turno das últimas eleições do TRE-RJ, verifica-se que o desempenho do TRE-RJ piora a cada eleição, sendo essa a tendência observada, mesmo após a renovação do parque em 2016, com a "aposentadoria" das UE2004 e entrada das UE2015.

Deve-se destacar que para as Eleições 2020, imaginava-se um desempenho geral melhor, tendo em vista os fatores listados na "Análise de Contexto" acima, mas não foi o que ocorreu.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

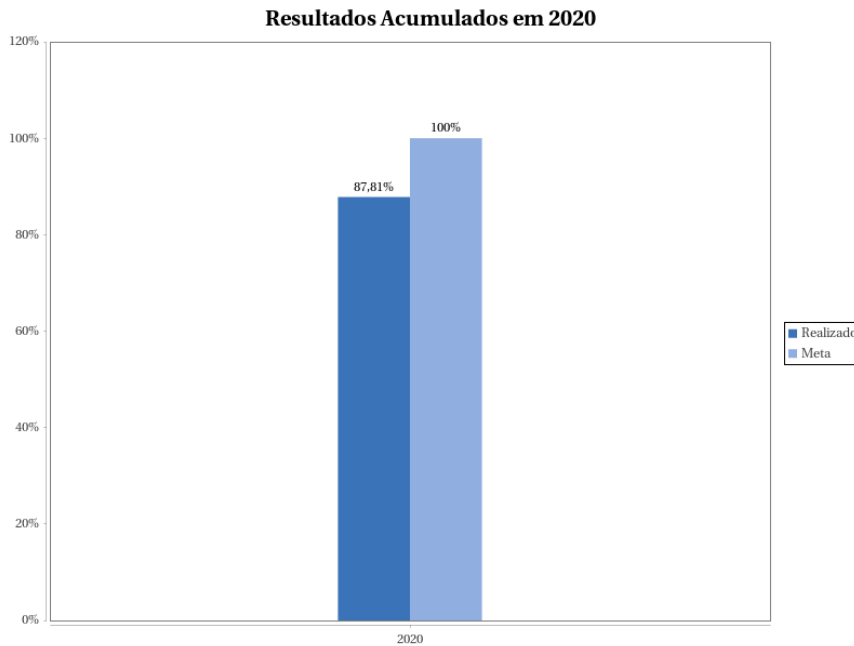
Como proposta para a melhora do desempenho, sugere-se realizar um trabalho de conscientização de todos os participantes do processo eleitoral, com uma mudança de paradigma quanto às soluções para as ocorrências com urnas no dia da

eleição, mudando o foco de “o que devemos fazer para substituir a urna e dar continuidade à eleição eletrônica” para “o que devemos fazer PRIMEIRO para NÃO substituir a urna e dar continuidade à eleição eletrônica”.

Sugere-se, ainda, avaliar quais foram os fatores ou boas práticas que levaram a um ótimo desempenho dos polos de Campo Grande, Santa Cruz e Del Castilho, que, mesmo utilizando UE2009, tiveram índices muito baixos de substituição, 0,79%, 1,68% e 1,70% respectivamente, frente a um índice médio de 6,25% de substituição para os demais polos de carga que utilizaram UE2009, excluídos os três anteriormente citados.

Riscos associados ao objetivo

Está previsto para 2021 o recebimento de novas urnas eletrônicas para substituir as UE2009. Essas novas urnas serão produzidas por um novo fabricante e apresentam um projeto inovador. Portanto, não há parâmetros quanto ao funcionamento e desempenho destes novos equipamentos, sendo primordial a realização de um grande volume de testes nessas urnas, para a identificação e correção de possíveis novos problemas.

IE 11 - Índice de aprimoramento do processo eleitoral**Atenção****Desempenho do Período: 87,81%****Responsável: SVPCRE.****Análise de contexto**

O IE 11, que vinha apresentando desempenho satisfatório nas análises anteriores, inclusive nos anos eleitorais, entrou em estágio de atenção em 2020.

Com efeito, dos 4 Indicadores de Apoio que compõem o Indicador Estratégico, dois refere-se especificamente à captação e capacitação de mesários, e foram esses os Indicadores de Apoio que levaram ao decréscimo do Indicador Estratégico.

Tendo em vista a suspensão do expediente presencial, ainda em vigor, e das restrições de ordem sanitária decorrentes da Pandemia do COVID-19, é mister reconhecer que a atividade de captação e capacitação de mesários restou prejudicada.

Observou-se, ainda, da análise do IA 30 (Percentual de mesários Voluntários), insatisfatório, que em 2020 houve decréscimo no percentual de anotações no Sistema ELO referentes ao voluntariado de mesários, apesar do aumento significativo do número de inscrições registradas no banco de mesários voluntários do TRE/RJ. Foram 50.334 inscrições em 2020, quantitativo aproximadamente 86% maior se comparado ao quantitativo de inscritos em 2018, aumento decorrente das campanhas de divulgação do TSE e do TRE/RJ para captação de mesários, das parcerias com Instituições de Ensino Superior e da parceria com a OAB/RJ. Ou seja, O aumento de inscritos no banco de voluntários não refletido no indicador demonstra provavelmente falta e anotação de voluntariado no Sistema ELO.

A medição é realizada por meio do módulo convocação do referido sistema e depende de anotação no sistema a ser realizado cartório, pois o banco de voluntários não possui comunicação com o ELO. Há proposta no TSE para unificação dos bancos de voluntários de todos os regionais e anotação automática no sistema, porém ainda sem previsão para implementação.

Em relação à capacitação dos mesários, objeto do IA 31, em estado de atenção, novamente o cenário de pandemia prejudicou a efetividade da medição. Embora tenhamos a novidade dos treinamentos EAD elaborados pelo TSE e voltados aos mesários, a utilização da metodologia presencial, amplamente utilizada pelos cartórios em eleições anteriores, restou inviabilizada. Há ainda outros fatores: grande rotatividade de mesários, mesas receptoras incompletas, convocações no dia do pleito, erros na integração entre as plataformas de integração entre o moodle e o Elo que impediram a emissão automática de certidão de treinamento, todos detalhados na análise do indicador de apoio.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em eleições anteriores, a VPCRE realizou controle e consequentes cobranças periódicas de lançamentos de voluntariado, porém, em 2020, com toda a dificuldade enfrentada pelos cartórios, por conta da pandemia, para composição das mesas receptoras de votos e o grande risco de mesas vazias no dia do pleito, optou-se pela não cobrança de tais lançamentos, dando-se ênfase nas atividades de busca/captação/convocação a serem executadas pelos cartórios.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Não se aplica.

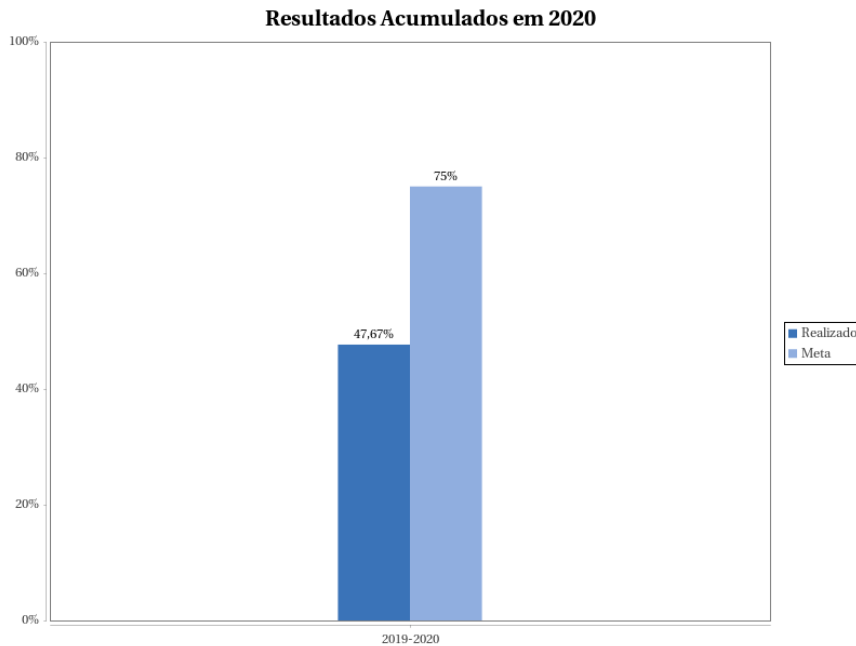
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Caso o IA-30 permaneça no glossário de Indicadores estratégicos do TRE/RJ em 2022, além das ações para captação de mesários voluntários, serão necessários controle dos lançamentos no sistema ELO e melhor normatização.

Como o retorno dos treinamentos presenciais, que são muito adotados em anos eleitorais, a dependência das anotações automáticas do TSE tendem a diminuir. Além da importante a realização de controle dos lançamentos desses treinamentos no ELO.

Riscos associados ao objetivo

A correta medição do IA-30 depende dos lançamentos a serem realizados pelos cartórios no Sistema ELO. As integrações de sistemas, não funcionando a contento, tornando as anotações inviáveis e as medições pouco confiáveis.

IA 30 - Percentual de mesários voluntários**Insatisfatório****Desempenho do Período: 63,56%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPLAT.****Análise de contexto**

Em 2020 houve decréscimo no percentual de anotações no Sistema ELO referentes ao voluntariado de mesários, apesar do aumento significativo do número de inscrições registradas no banco de mesários voluntários do TRE/RJ. Foram 50.334 inscrições em 2020, quantitativo aproximadamente 86% maior se comparado ao quantitativo de inscritos em 2018, aumento decorrente das campanhas de divulgação do TSE e do TRE/RJ para captação de mesários, das parcerias com Instituições de Ensino Superior e da parceria com a OAB/RJ.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

O aumento de inscritos no banco de voluntários não refletido no indicador, demonstra provavelmente falta e anotação de voluntariado no Sistema ELO.

A medição é realizada por meio do módulo convocação do referido sistema e depende de anotação no sistema a ser realizado cartório, pois o banco de voluntários não possui comunicação com o ELO. Há proposta no TSE para unificação dos bancos de voluntários de todos os regionais e anotação automática no sistema, porém ainda sem previsão para implementação.

Importante frisar que a obrigatoriedade de anotação da situação de voluntariado presente em normativos próprios de convocação de mesários de eleições anteriores não se repetiu no Ato Conjunto PR/VPCRE nº 10/2020. A obrigatoriedade constou apenas no art.6º do PROVIMENTO VPCRE Nº 05/2020, que trata das convocações por meio eletrônico.

Em eleições anteriores, a VPCRE realizou controle e consequentes cobranças periódicas de lançamentos de voluntariado, porém, em 2020, com toda a dificuldade enfrentada pelos cartórios, por conta da pandemia, para composição das mesas receptoras de votos e o grande risco de mesas vazias no dia do pleito, optou-se pela não cobrança de tais lançamentos, dando-se ênfase nas atividades de busca/captação/convocação a serem executadas pelos cartórios.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

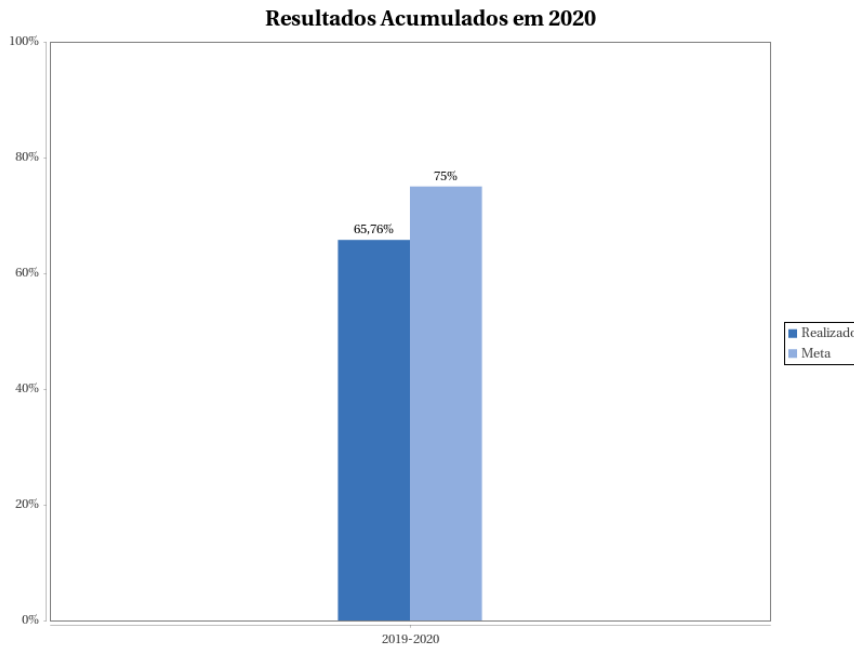
Não se aplica. IA bianual.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Caso o IA-30 permaneça no glossário de Indicadores estratégicos do TRE/RJ em 2022, além das ações para captação de mesários voluntários, serão necessários controle dos lançamentos no sistema ELO e melhor normatização.

Riscos associados ao objetivo

A correta medição do indicador depende dos lançamentos a serem realizados pelos cartórios no Sistema ELO.

IA 31 - Percentual de mesários capacitados**Atenção****Desempenho do Período: 87,68%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPLAT.****Análise de contexto**

O cenário de pandemia trouxe novidades como a ampliação dos treinamentos EAD elaborados pelo TSE e voltados aos mesários, porém, impossibilitou a utilização da metodologia presencial, amplamente utilizada pelos cartórios em eleições anteriores.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

1) Medição realizada utilizando-se os nomeados no 1º turno, não contabilizados dispensados e faltosos.

a) Alto índice de faltosos que foram treinados, mas não são contabilizados no indicador.

b) Grande rotatividade de mesários. Com a pandemia, muitos mesários já treinados pediram dispensa na semana anterior ao pleito, o que exigiu substituição e treinamento de outro eleitor. Mesário dispensado não é contabilizado no indicador. Dependendo do momento da dispensa, não há tempo hábil para o substituto concluir o treinamento. Alguns concluíram o treinamento entre o 1º e o 2º turno, porém a informação não é contabilizada para o indicador.

c) Mesas Receptoras compostas de mesários convocados no dia do pleito. Mesmo que tenham recebido algum treinamento para o 2º turno, não serão contabilizados no indicador, que só mede 1º turno.

2) Mesários treinados à distância pelo TSE (Moodle e APP), com lançamentos das conclusões de forma automática no Sistema ELO, novidade implementada pelo TSE em 2020. Considerando vários erros identificados na integração entre as plataformas de treinamento e o ELO, foram necessárias emissões de certidões de treinamento pelos cartórios sem o efetivo registro da conclusão no sistema ELO. A medida mostrou-se importante para não trazer prejuízo aos mesários. Importante frisar que não há funcionalidade específica no ELO para tal lançamento manual pelo cartório.

a) Lançamentos de treinamentos que seriam possíveis aos cartórios, apenas os realizados presencialmente, que não foram incentivados, e os por videoconferência utilizados pela minoria dos cartórios.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

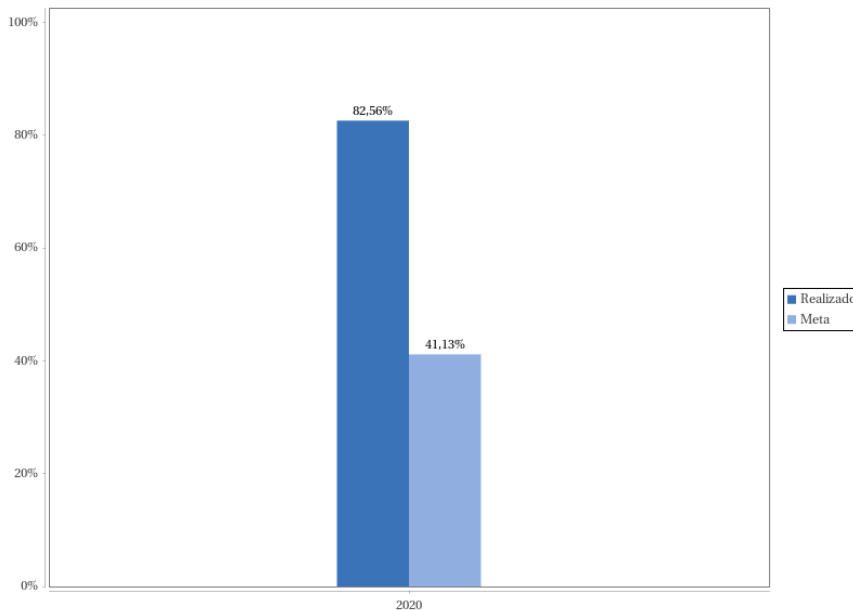
Não se aplica. IA bianual.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Como o retorno dos treinamentos presenciais, que são muito adotados em anos eleitorais, a dependência das anotações automáticas do TSE tendem a diminuir. importante a realização de controle dos lançamentos desses treinamentos no ELO.

Riscos associados ao objetivo

Integrações de sistemas não funcionarem a contento, tornando as anotações inviáveis ou pouco confiáveis. Anotações dependem do TSE, por envolver registros automáticos no ELO a partir de informações extraídas da plataforma moodle do TSE e do APP.

IA 32 - Percentual de participação de magistrados em ações de atualização em matéria eleitoral**Satisfatório****Desempenho do Período: 200,72%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: EJE.****Análise de contexto**

Em decorrência da Pandemia de Covid 19 que sustou todas as atividades presenciais relativas a Escola Judiciária, dentre elas as ações de divulgação do processo e da memória eleitorais, houve a necessidade de se migrar tais ações para o contexto remoto. Ou seja, todas as ações respectivas ao tema foram disponibilizadas em plataformas de mídias sociais institucionais a partir de março e assim permaneceram até o final do exercício, com o fito de se alcançar o mesmo impacto previsto inicialmente para o período em contexto não excepcional como o da atual Pandemia.

Contudo deve-se destacar que por um lado houve baixo interesse na participação de magistrados, no que tange a quantidade de cursos disponibilizados, em ações que transversam a atualização em matéria eleitoral, a saber os cursos Democracia Digital, visto que a grande maioria dos cursos ofertados não são frequentados por magistrados, mas sim por servidores. Isto porque, cabe ressaltar, os mecanismos de controles dessas plataformas digitais para a Internet ainda não oferecem a possibilidade de especificar o público-alvo, por exemplo, magistrados dentre a totalidade de inscritos que assistiram o curso.

Por outro lado é importante frisar que só nas duas turmas do curso de Direito Eleitoral oferecidas pela EMERJ houve adesão total por parte dos magistrados, superando em 200% a meta prevista de adesão para magistrados no ano. Tal peculiaridade se justifica pelo fato dos cursos oferecidos creditarem os magistrados em termos de horas contabilizadas para promoção. Cabe aqui uma reflexão acerca da contraprestação de tais cursos e no impacto que elas promovem na adesão por parte destes profissionais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em todo o exercício de 2020 foram realizadas as seguintes ações de divulgação do processo e da memória eleitorais:

A justiça Eleitoral Fluminense na visão dos ex-presitendes do TRE-RJ - EJE-RJ1617/02/2020Mulheres Eleitorais 2 - EJE-RJ200 Sistema Eleitoral Espanhol, com Rubén Miranda Gonçalves - UERJ3Democracia e Inovações digitais, com Alessandro Zagarella - UERJ4Democracia Digital - Eleições 2020 - Talkshow0Democracia Digital - Eleições 2020 - Oficina de checagem0

Direito Eleitoral: Principais Inovações Legais e jurisprudenciais para as eleições de 2020 - turma 1 - EMERJ53Direito

Eleitoral: Principais Inovações Legais e jurisprudenciais para as eleições de 2020 - turma 2 - EMERJ53

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Como tendência para o próximo ano, uma vez que permanecerão as atuais diretrizes de distanciamento social e suspensão do trabalho presencial, até a vacinação em massa, a cabe salientar a necessidade do desenvolvimento do plano de aperfeiçoamento de magistrados, com vistas a sedimentação de formação regular e a inclusão das suas ações no plano anual de capacitação, bem como para os suportes remotos de produção de conteúdo ao qual estamos dependendo em função da realidade atual. O moodle foi uma excelente resposta voltada para os servidores que poderia ser aprimorada para cursos voltados para os magistrados.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

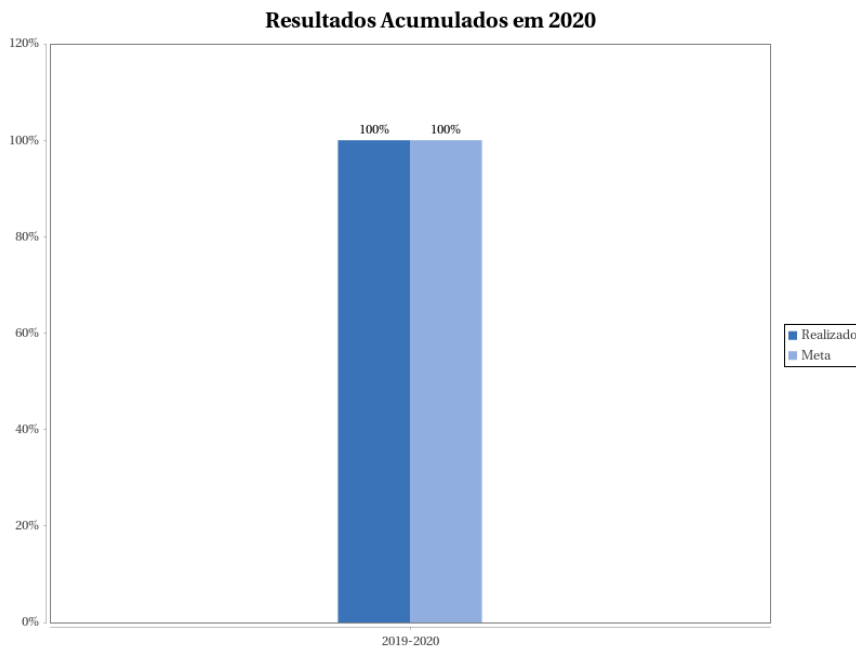
Como proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas sugere-se:

1) A utilização do Moodle da plataforma da ENFAM, onde os cursos disponibilizados para magistrados desta plataforma na INTERNET e não na INTRANET como nos é disponibilizado para cursos para os servidores. Tal proposta aumentaria a adesão de magistrados, uma vez que replicar ou trazer os cursos credenciados pela ENFAM, além de contar créditos para a promoção dos magistrados. Por fim, seria melhor quantificada a participação dos juízes checando essa aproximação da Escola de maneira mais eficiente, e sem o uso de plataformas menos próprias a este fim como o Youtube, etc.

2) Produção de conteúdo voltado a quantificar créditos para o Magistrados, tornando-os atrativos para a participação destes.

Riscos associados ao objetivo

Valendo-se ainda de plataforma de mídias institucionais no Youtube, Instagram e Facebook, a possibilidade de se verificar a quantidade de visualizações não permite a discriminação dos elementos de público alvo como estudantes, servidores, magistrados, e outros que seriam essenciais para este indicador. Muito embora o alcance (quantitativo) seja majorado comparado aos numeros decorrentes de ações presenciais em contexto não excepcional como o do da atual Pandemia, é imprescindível para o nosso controle, caso as propostas do item anterior não sejam levadas em consideração, que saibamos a quantidade de magistrados presentes nos cursos

IA 33 - Percentual de zonas eleitorais capacitadas em registro de candidatura, representações, fiscalização**Satisfatório****Desempenho do Período: 100,00%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPLAT.****Análise de contexto**

Impossibilidade de realização de treinamentos presenciais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em 2020, tendo em vista o cenário apresentado pela pandemia e impossibilidade de realização de treinamentos presenciais aos cartórios, além do excesso de atividades desempenhadas, principalmente os de ZE única, optou-se pela realização de treinamentos em EAD, com conteúdos liberados a todos os servidores lotados em cartórios com atribuições específicas, sem prazo para conclusão. A medida tinha a intenção de propiciar melhor organização dos trabalhos cartorários de acordo com a realidade de cada um deles.

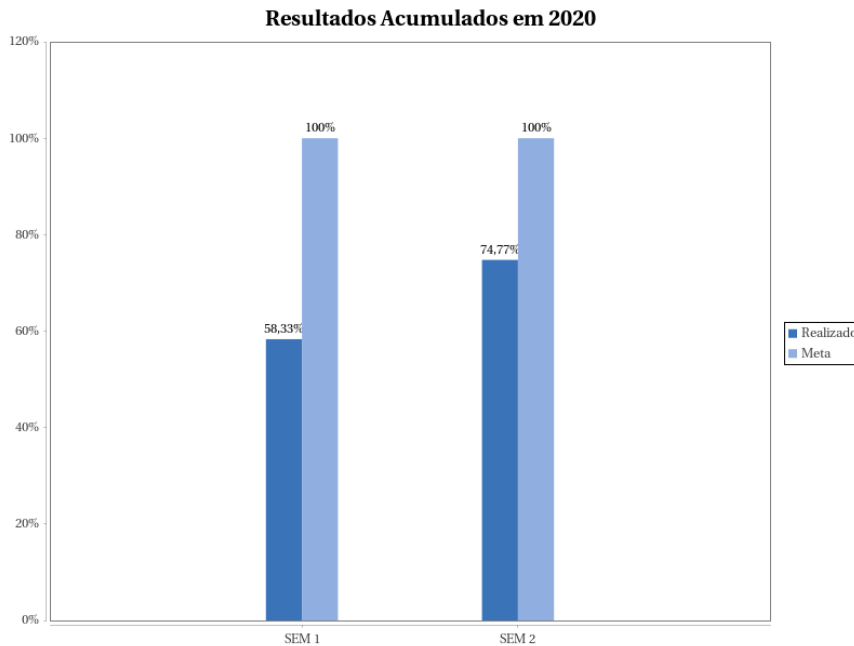
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Não se aplica. IA bianual.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

Ausência de plataforma EAD do TRE/RJ atualizada e com acesso via internet.

IE 12 - Índice de promoção da transparência**Insatisfatório****Desempenho do Período: 74,77%****Responsável: GABPRE.****Análise de contexto**

Preliminarmente destaca-se que no momento de elaboração desta análise foi observado erro de cálculo no sistema GERIR em relação ao IA 36, o qual já está sendo corrigido pelas áreas competentes. Assim, a presente análise será feita considerando os valores antecipadamente corrigidos por esta unidade gestora do IE 12 e ratificados pela SEDEST.

O indicador IE 12 (Índice de Promoção da transparência), integrado por dois indicadores de apoio, isto é, IA 34 (Índice de aderência ao plano de ações de esclarecimento realizadas para partidos e candidatos) e IA 36 (Percentual de realização das ações de divulgação sobre as etapas do processo eleitoral e mecanismos de segurança da votação, previstas no Plano de Comunicação com o Público Externo), embora com desempenho superior ao observado no primeiro semestre de 2020, manteve-se ao final do segundo semestre de 2020 no patamar “insatisfatório”, atingindo 74,77% da meta estabelecida para o período.

Embora “quantitativamente” o desempenho do IE 12 não tenha se revelado satisfatório, sob o ponto de vista “qualitativo” é possível afirmar que o resultado foi bastante razoável, sobretudo ao considerar o cenário adverso em que ocorreram as eleições de 2020.

Quanto ao IA 34, verifica-se uma sensível melhora de desempenho em relação ao primeiro semestre de 2020, chegando ao final do ano com 53,85% de alcance da meta prevista. Destaca-se que o baixo desempenho foi influenciado pelo resultado insatisfatório do indicador ao final do primeiro semestre.

Importante salientar, contudo, que embora o resultado do IA 34 revele-se “percentualmente insatisfatório”, posto que considera para fins de cálculo, além da realização das ações, a observância dos prazos estabelecidos no PIE, ao analisar o indicador sob o ponto de vista de sua finalidade e, considerando, ainda, todas as circunstâncias inéditas em que ocorreram as eleições de 2020, é possível afirmar que o seu propósito, isto é, “avaliar o esforço do Tribunal na ampliação do diálogo com partidos e candidatos no que se refere à realização dos pleitos eleitorais” foi satisfatoriamente atingido, já que das 9 iniciativas previstas para o ano de 2020, apenas duas não foram concretizadas, sendo que uma dessas (Palestra para esclarecimento de ilícitos eleitorais) sequer foi consignada no PIE por ocasião do alinhamento do plano ao novo Calendário Eleitoral. Assim, caso o cálculo do indicador considerasse tão somente a realização das ações previstas, o desempenho cumulativo ao final do ano teria sido de 77,78%.

Consoante a ficha do IA 34, deveriam ser realizadas no ano: 2 reuniões sobre registro, 4 reuniões sobre propaganda; 1 palestra para esclarecimento sobre ilícitos; 1 cartilha sobre ilícitos na propaganda; e 1 cartilha sobre ilícitos no registro. Dessas

ações, foram realizadas: 1 reunião sobre registro, 4 reuniões sobre propaganda e elaboradas as cartilhas sobre Registro de Candidaturas e sobre Propaganda Eleitoral.

O IA 36, cuja mensuração no segundo semestre de 2020 adotou como fonte de dados o Plano de Comunicação Integrada, atingiu 95,69% da meta prevista. Das 8 (oito) ações planejadas referentes à divulgação das etapas do processo eleitoral e dos mecanismos de segurança da urna, 7 (sete) ações foram implementadas.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Não obstante o baixo desempenho do indicador IA 34 no ano, gerado principalmente pela dificuldade encontrada para realizar as reuniões previstas no 1º semestre em razão da pandemia da covid-19, verifica-se que a maior parte das ações que compõem a ficha do indicador foi realizada (07, do total de 09 previstas).

Foi publicado no segundo semestre, também, o Plano de Comunicação Integrada, possibilitando que a medição do IA 36 fosse realizada com base no referido documento. Entre as ações consignadas no plano, foram divulgadas as convocações de mesários via WhatsApp e e-mail (Convoca-e), visando a fornecer mais segurança ao eleitor que recebeu as mensagens; a campanha sobre segurança da urna e desinformação, feita através da publicação de posts nas redes sociais para informar o eleitorado sobre o assunto; e a divulgação da proibição de celular na cabina de votação.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Estima-se que o desempenho do IE 12 mantenha-se estável, uma vez que o IA 34 é medido somente em anos eleitorais.

O desafio para manutenção do desempenho está relacionado à observância das ações planejadas no Plano de Comunicação Integrada.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

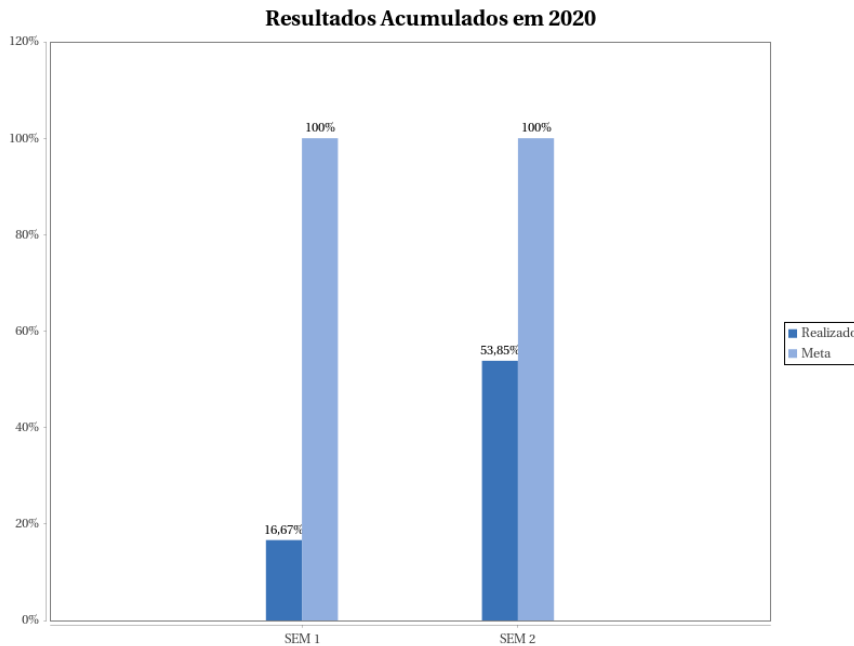
- Fomentar junto às diversas unidades do Tribunal a importância de acompanhar sistematicamente o Plano de Comunicação Integrada, visando assegurar a execução das ações previstas no documento.

- Estabelecer uma rotina de ações de esclarecimento voltadas para partidos e candidatos que não se restrinja aos anos eleitorais e, paralelamente, estabelecer os mecanismos de monitoramento adequados para acompanhar a execução dessas ações. A medição do indicador IA 34, por exemplo, somente em anos eleitorais não revela o esforço do Tribunal para a ampliação do diálogo com partidos e candidatos em anos em que há, por exemplo, eleições suplementares.

Riscos associados ao objetivo

- Baixa aderência da execução do Plano de Comunicação Integrada, em razão da inobservância pelas unidades responsáveis das ações planejadas.

- Redução da capacidade de identificação de oportunidades de melhoria para a realização dos pleitos eleitorais, em razão da falta de um processo de diálogo sistemático com partidos e candidatos.

IA 34 - Índice de aderência ao plano de ações de esclarecimento realizadas para partidos e candidatos**Insatisfatório****Desempenho do Período: 53,85%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASPLEL.****Análise de contexto**

O IA 34 mede aderência das ações de esclarecimento sobre assuntos relacionados à realização dos pleitos eleitorais, partidos e candidatos, em relação àquelas previstas no Plano Integrado das Eleições.

Tem por objetivo avaliar o esforço do Tribunal na ampliação do diálogo com partidos e candidatos no que se refere à realização dos pleitos eleitorais. Para efeitos de medição do indicador, o Plano Integrado das Eleições deveria contemplar a realização de no mínimo as seguintes ações em anos eleitorais:

Presidência: · 2 reuniões sobre registro (nos meses de abril e junho); · 4 reuniões sobre propaganda (nos meses de março, abril, junho e agosto);

EJE (públicos interno e externo) em parceria com VPCRE:

1 por ano · Palestra para esclarecimento sobre ilícitos · Cartilha sobre ilícitos no Registro (informativo sobre ilícitos mais praticados, formas de prevenção e combate). · Cartilha sobre ilícitos na propaganda eleitoral (informativo sobre ilícitos mais praticados, formas de prevenção e combate)

No entanto, as referidas ações deixaram de figurar no PIE quando da sua elaboração, razão pela qual, a ASPLEL, no 1º semestre, solicitou às unidades responsáveis pelo cumprimento das ações previstas na ficha do referido Indicador de Apoio (Presidência e EJE, com apoio da VPCRE) que encaminhassem as informações necessárias para viabilizar a medição das variáveis que compunham o IA-34.

Dessa forma, das 06 ações previstas para ocorrer no 1º semestre, apenas uma foi cumprida, apresentando o Indicador um percentual de cumprimento de apenas 16,67%.

No entanto, em agosto desse ano, com a publicação do novo Calendário Eleitoral, foi aberta às unidades a oportunidade de realizar adequações no Plano Integrado das Eleições com o objetivo de alinhar os prazos de execução das atividades ali previstas aos novos prazos eleitorais, sendo a nova versão do PIE aprovada pela Presidência em 06/10/2020.

Nesta oportunidade, das 05 ações previstas na ficha do IA-34 que haviam sido contabilizadas como planejadas e não ocorridas no 1º semestre (ocasião em que ainda não se cogitava a revisão do Plano Integrado das Eleições), 04 foram replanejadas para acontecerem no 2º semestre (3 reuniões sobre Propaganda Eleitoral e 1 Reunião sobre Registro de Candidatura), além das 02 ações que já estavam previstas para acontecer nesse período (1 Reunião de Propaganda Eleitoral e elaboração da Cartilha de Registro de Candidatura), sendo todas executadas no prazo.

A única ação prevista na ficha do indicador que não foi inserida na nova versão do PIE, e que também não foi executada, conforme informado pela VPCRE, em e-mail encaminhado em 12/01/2021, foi a “Palestra para esclarecimento de ilícitos eleitorais”.

Mesmo com quase todas as ações planejadas para ocorrerem no 2º semestre executadas dentro prazo previsto, em razão do baixo percentual de desempenho do IA-34 no 1º semestre (16,67%), o resultado do referido indicador no ano ficou insatisfatório, apresentando um percentual de cumprimento de 53,85% da meta estabelecida.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Não obstante o baixo desempenho do indicador no ano, gerado principalmente pela dificuldade encontrada para realizar as reuniões previstas no 1º semestre em razão da pandemia da COVID-19, verifica-se que a maior parte das ações que compõem a ficha do indicador foi realizada (07, do total de 09 previstas).

Desta forma, diante do cenário inédito em que ocorreram as eleições desse ano, pode-se considerar como atendido o objetivo previsto na ficha do IA-34, qual seja “avaliar o esforço do Tribunal na ampliação do diálogo com partidos e candidatos no que se refere à realização dos pleitos eleitorais”.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

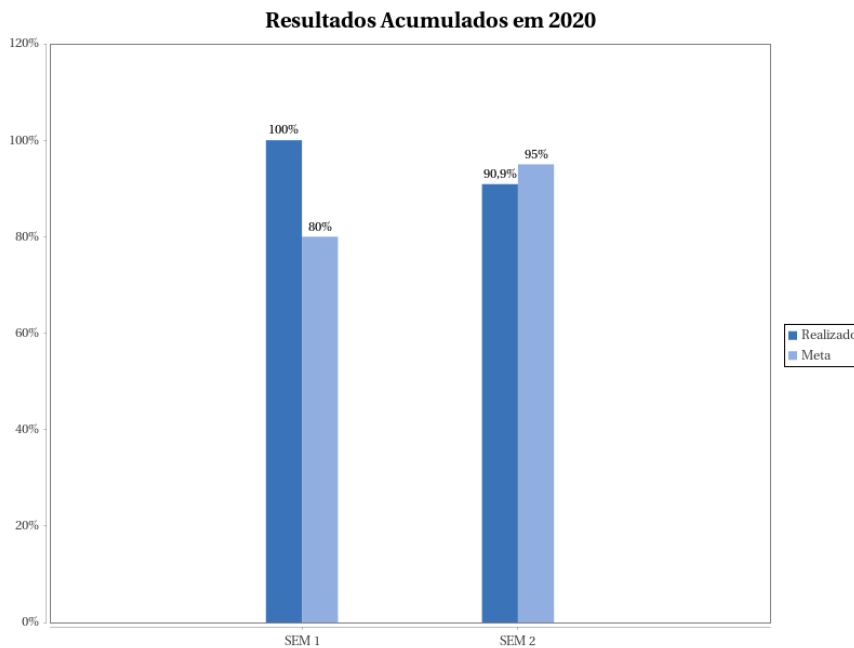
Conforme consta na ficha do IA-34, o referido indicador de apoio é mensurado somente em anos eleitorais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Considerando que será construído em 2021 um novo Plano Estratégico do TRE-RJ, deverá ser analisada nesta ocasião a pertinência de se manter no próximo plano um indicador de apoio que tenha o mesmo objetivo do IA-34.

Riscos associados ao objetivo

1 - O risco de não ser previsto no próximo plano um indicador que avalie o esforço despendido pelo Tribunal na ampliação do diálogo com partidos e candidatos no que se refere à realização dos pleitos eleitorais.

IA 36 - Percentual de realização das ações de divulgação sobre as etapas do processo eleitoral e mecanismos**Satisfatório****Desempenho do Período: 95,69%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COSOC.****Análise de contexto**

No segundo semestre de 2020 foram planejadas oito ações referentes à divulgação das etapas do processo eleitoral e dos mecanismos de segurança da urna, tendo sido executadas sete destas ações. Essas iniciativas constam do Plano de Comunicação Integrada – 2º semestre 2020. O índice do 2º semestre foi 87,5%. O valor acumulado no período foi de 90,9 %, diante da meta do IA, que era de 95%.O desempenho portanto é de 95,69%, considerado satisfatório

Como dito anteriormente, as ações planejadas foram oito, apesar de terem sido lançadas no Gerir nove ações planejadas. Já foi solicitada retificação deste dado à Sedest.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram divulgadas as ações que constavam do Plano de Comunicação Integrada, dentre elas, a divulgação das convocações de mesários via WhatsApp e e-mail (Convoca-e), visando a fornecer mais segurança ao eleitor que recebeu as mensagens; a campanha sobre segurança da urna e desinformação, feita através da publicação de posts nas redes sociais para informar o eleitorado sobre o assunto; e a divulgação da proibição de celular na cabina de votação, dentre outras iniciativas.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

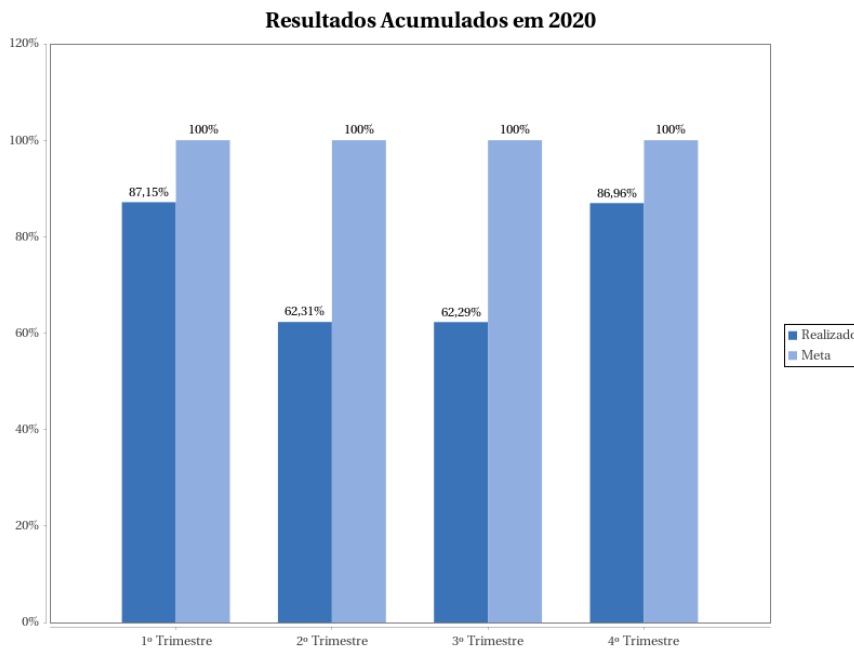
A expectativa de novos ataques de desinformação em relação ao sistema eletrônico de votação para as Eleições 2022, somada à avaliação das ações realizadas sobre o assunto em 2020, leva a Cosoc a propor que a segurança da urna seja novamente o eixo principal de integração das iniciativas das unidades para o Plano de Comunicação 2021. Com isso, espera-se o cumprimento destas ações neste ano não eleitoral.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

O sucesso do indicador está totalmente relacionado à execução das ações planejadas no Plano de Comunicação Integrada.

Riscos associados ao objetivo

O desempenho do indicador pode ser impactado negativamente caso as unidades do Tribunal não executem as ações planejadas para o período.

OE 05 - Aprimorar a comunicação com o público externo**Atenção****Desempenho do Período: 86,96%****Responsável: GABPRE.****Análise de contexto**

Ao final do quarto trimestre de 2020, observa-se que o desempenho do OE 05 (Aprimorar a comunicação com o público externo) voltou a evoluir para patamar similar ao primeiro trimestre do ano, dando continuidade à evolução que vinha tendo em 2019, alcançando o resultado de 86,96%.

O objetivo é integrado por três indicadores estratégicos, os quais alcançaram os seguintes desempenhos ao final de 2020: IE 13 - Índice de adequação da comunicação com o público externo – 84,36%; IE 14 - Índice de gestão da comunicação – 88,44%; e IE 15 - Índice de relacionamento institucional com a mídia - 89,22%.

O melhor desempenho do objetivo estratégico ao final do exercício decorre da evolução do IE 14 e do IE 15. Conforme previsto na última análise do OE 05, a aprovação do Plano de Comunicação Integrada para o 2º semestre de 2020, por meio do Ato GP nº 273/2020 foi essencial para o melhor resultado dos aludidos indicadores estratégicos.

A publicação do referido documento possibilitou a medição de sua aderência, elevando o desempenho do IE 14, especialmente por conta do IA 40 (Índice de aderência ao Plano de Comunicação com o Público Externo), cujo desempenho passou de 0% para 76,88%. Ressalta-se, contudo, que embora tenha havido um grande esforço das unidades na realização das ações planejadas no Plano de Comunicação Integrada, o contexto da pandemia da covid-19, associado à adaptação às novas formas de trabalho, impactou a execução de muitas ações.

Pelo mesmo motivo, constata-se a evolução do IE 15, especialmente por conta do IA 43 (Índice de aderência ao plano de relacionamento com a mídia), cujo desempenho passou de 0% para 119,40%.

Apesar de manter-se estável ao longo do ano, o desempenho do IE 13 tem espaço para melhorias, sobretudo no que se refere à satisfação do cliente externo com a comunicação, mormente em relação à experiência com a Internet e a Ouvidoria. Nesse viés, o CGE aprovou, na última RAE, duas deliberações, as quais têm por objetivo melhor adequar a comunicação com o público externo: 1) identificação, pelo CGP (Comitê Gestor dos Portais), dos fatores que geram insatisfação dos clientes externos com a página do Tribunal na Internet, considerando, sobretudo, a implantação do novo Portal – PLONE; 2) elaboração de plano de ação, pelo GT-2621, com o objetivo de regulamentar os canais de comunicação do TRE-RJ, nos termos do que dispõe o art. 4º da Resolução nº 1.049/2019, prevendo, inclusive, viabilizar a avaliação e o monitoramento do desempenho e a disponibilidade e a adequação do “Fale Conosco” e a mensuração dos atendimentos por meio do Messenger do Facebook.

Apesar do potencial das medidas acima, registra-se, adicionalmente, a necessidade de promover ações de sensibilização junto às unidades da Sede e Cartórios Eleitorais para que as respostas às ocorrências registradas na Ouvidoria sejam respondidas com a celeridade devida, sobretudo aquelas com base na Lei de Acesso à Informação.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A publicação, em 16/09/2020, do Plano de Comunicação Integrada para o 2º semestre de 2020, por meio do Ato GP nº 273/2020, possibilitou a medição de dois indicadores de apoio, vinculados, respectivamente, aos IE 14 e IE 15.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Estima-se um melhor desempenho do objetivo a médio prazo, em razão dos fatores a seguir destacados:

Em vista das deliberações do CGE na última RAE, que guardam potencial para impulsionar o IE 13, estima-se que haja um melhor de desempenho do OE 05 a médio prazo. Existem, contudo, desafios a serem enfrentados para que tal propósito seja alcançado, a saber: a) a realização de sistemático monitoramento do plano de ação que vier a ser apresentado pelo GT-2621; b) a identificação e o devido acompanhamento das ações de tratamento para os fatores que geram insatisfação dos clientes externos com a página do Tribunal na Internet, a serem identificados pelo CGP.

Acredita-se que uma forte ação de comunicação junto às unidades da Sede e aos Cartórios Eleitorais sobre a importância de que as demandas que chegam ao Tribunal por meio da Ouvidoria, relacionadas à LAI ou não, sejam respondidas com prontidão, venha a contribuir para uma melhora a curto prazo do desempenho do IE 13 e, por sua vez, do OE 05. O desafio consiste na identificação de situações reincidentes, que venham a ensejar ações corretivas pontuais.

Estima-se que no próximo semestre haja maior aderência das ações realizadas em relação às ações planejadas no Plano de Comunicação Integrada, aspecto integrante do escopo do IE 14, tendo em vista que as unidades do Tribunal já estão mais adaptadas ao trabalho híbrido (presencial e remoto) e familiarizadas com as novas formas de execução de tarefas e ações. O desafio consiste, neste momento, na rápida elaboração, aprovação e publicação do aludido documento.

A evolução do desempenho do IE 15 depende fundamentalmente da celeridade na divulgação do Plano de Comunicação Integrada e de seu sistemático monitoramento em relação à aderência ao plano de relacionamento com a mídia, objeto do IA 43, uma vez que não há expectativa de evolução em relação ao indicador de estruturação da relação institucional com a mídia (IA 42), conforme registrado em análises anteriores e consignado em Reuniões de Análise da Estratégia.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

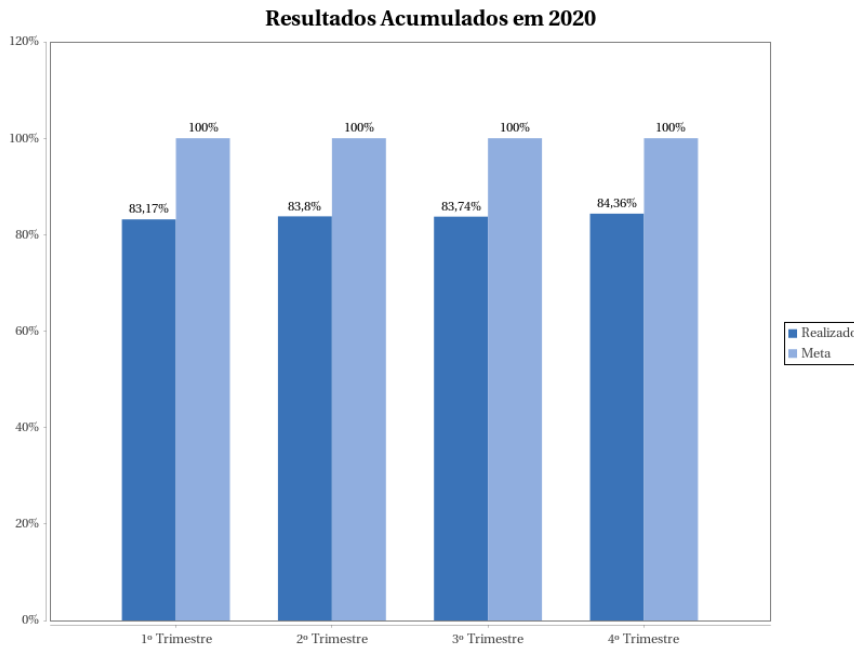
- Promover ação de sensibilização interna no sentido de esclarecer sobre o papel da Ouvidoria, bem como incentivar as diversas unidades da Sede e cartórios eleitorais a fornecerem as respostas aos pedidos de informação, sobretudo aquelas relativas à Lei de Acesso à Informação, no prazo regulamentar. - Priorizar a elaboração, aprovação e publicação do Plano de Comunicação Integrada de 2021.

- Avaliar a necessidade de manutenção do indicador referente às inserções positivas na mídia no próximo Plano Estratégico, sem prejuízo de seu monitoramento sistemático no âmbito operacional da COSOC, uma vez que seu desempenho encontra-se estável e satisfatório há anos.

Riscos associados ao objetivo

- Insatisfação dos usuários externos com os canais de comunicação, inclusive em relação à tempestividade das demandas feitas com base na LAI, o que afeta diretamente a imagem e a credibilidade do Tribunal.

- Inexecução, pelas diversas unidades do Tribunal, das ações consignadas no Plano de Comunicação Integrada.

IE 13 - Índice de adequação da comunicação com o público externo**Atenção****Desempenho do Período: 84,36%****Responsável: GABPRE.****Análise de contexto**

O indicador IE 13 (Índice de Adequação da Comunicação com o Público Externo), integrado por três indicadores de apoio, isto é, IA 37 (Índice de estruturação dos canais de comunicação), IA 38 (Índice de satisfação do cliente externo com a comunicação) e IA 39 (Índice de atendimento das demandas recebidas com base na Lei de Acesso à Informação), manteve desempenho similar ao observado no período anterior, mantendo a demanda de atenção, com desempenho de 84,36%.

Depreende-se que o desempenho continua a ser negativamente influenciado pelo IA 38 (Índice de satisfação do cliente externo com a comunicação), que mede a satisfação do cliente externo em relação aos serviços prestados pela Ouvidoria, pela CAT e por meio da Internet deste Tribunal. O referido IA, embora venha apresentando pequena melhora ao longo do ano, alcançou no quarto trimestre o desempenho de 61,84% (=58,75% / 95%), mantendo-se insatisfatório. Os desempenhos dos IA 37 e IA 39 foram de 94% e 97,24%, respectivamente.

Avaliados individualmente cada um dos canais que integram o indicador IA 38, considerando os dados registrados no quarto trimestre de 2020 no sistema GERIR, depreende-se que os clientes externos revelam maior satisfação (percentual de avaliações positivas) com a CAT, seguida da Ouvidoria e, por fim, da Internet, extraído-se os seguintes percentuais: 1. CAT = 94,27%; 2. Ouvidoria = 66,37%; 3. Internet = 23,33%.

Em vista da recorrência de insatisfação do cliente externo com a Internet, a questão foi abordada na 4ª RAE de 2020, ao que o CGE deliberou no seguinte sentido de que o CGP (Comitê Gestor dos Portais) identifique os fatores que geram insatisfação dos clientes externos com a página do Tribunal na Internet e apresente à DG plano de ação para tratamento dos dados extraídos pela pesquisa de satisfação do cliente externo com a página do Tribunal na Internet, considerando, sobretudo, a implantação no novo Portal, PLONE. O prazo estabelecido para cumprimento da deliberação é 01/02/2021.

Quanto à Ouvidoria, canal com o qual o cliente externo também se mostra insatisfeito, a OUVE registra que há muita resistência dos cartórios eleitorais em responder as ocorrências registradas no sistema, além da dificuldade de contato com os cartórios para que as ocorrências sejam respondidas. Consigna, ainda, que eleitores, mesários e candidatos também relatam a dificuldade para contatar os cartórios. Nesse sentido, constata que um dos aspectos que impacta a avaliação da satisfação do cliente externo com a Ouvidoria é o prazo de resposta, uma vez que, na maioria dos casos, a unidade precisa de informações de

outras unidades do Tribunal ou dos cartórios eleitorais, e muitas vezes as respostas aos pedidos de informação não são dadas no prazo regulamentado.

Quanto ao IA 37 (Índice de estruturação dos canais de comunicação), medido a partir da avaliação de três canais de comunicação, a saber: CAT, Ouvidoria e Fale Conosco, observa-se que não houve evolução desde o final de 2019, mantendo-se o índice de 94%.

O percentual máximo do indicador ainda não foi alcançado porque, até o momento, o desempenho, a disponibilidade e a adequação do “Fale Conosco” ainda não são avaliados e monitorados (item de controle V da ficha do indicador).

A questão foi abordada na 4ª RAE de 2020, ocasião em que o CGE deliberou pela elaboração de “plano de ação com o objetivo de regulamentar os canais de comunicação do TRE-RJ, nos termos do que dispõe o art. 4º da Resolução nº 1.104/2019, prevendo, inclusive, viabilizar a avaliação e o monitoramento do desempenho e a disponibilidade e a adequação do “Fale Conosco” e a mensuração dos atendimentos por meio do Messenger do Facebook”. A execução da medida foi atribuída ao GT-2621, com prazo de conclusão em 01/02/2021.

Estima-se que a medida tem potencial para impulsionar o desempenho não apenas do IA 37, mas também do IA 38.

No que tange ao IA 39 (Índice de atendimento das demandas recebidas com base na Lei de Acesso à Informação), embora o desempenho seja bastante satisfatório, a unidade gestora, Ouvidoria, reitera a dificuldade enfrentada junto aos cartórios eleitorais para que forneçam as informações demandadas no prazo preconizado pela legislação.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Com os cartórios eleitorais fechados para o atendimento ao público, em razão da pandemia, constatou-se uma grande procura pela Ouvidoria, para qualquer tipo de demanda, inclusive dos candidatos, pré-candidatos, mesários, advogados etc. Assim, foram envidados esforços para atender a maior demanda e os efeitos positivos desse esforço refletem-se no incremento da avaliação positiva dos clientes em relação ao referido canal.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Em vista das deliberações do CGE na última RAE, que guardam potencial para impulsionar os indicadores IA 37 e IA 38, é possível prever uma melhora de desempenho a médio prazo, sobretudo no que se refere à satisfação do cliente externo com a Internet, aspecto que mais influencia negativamente o IE 13.

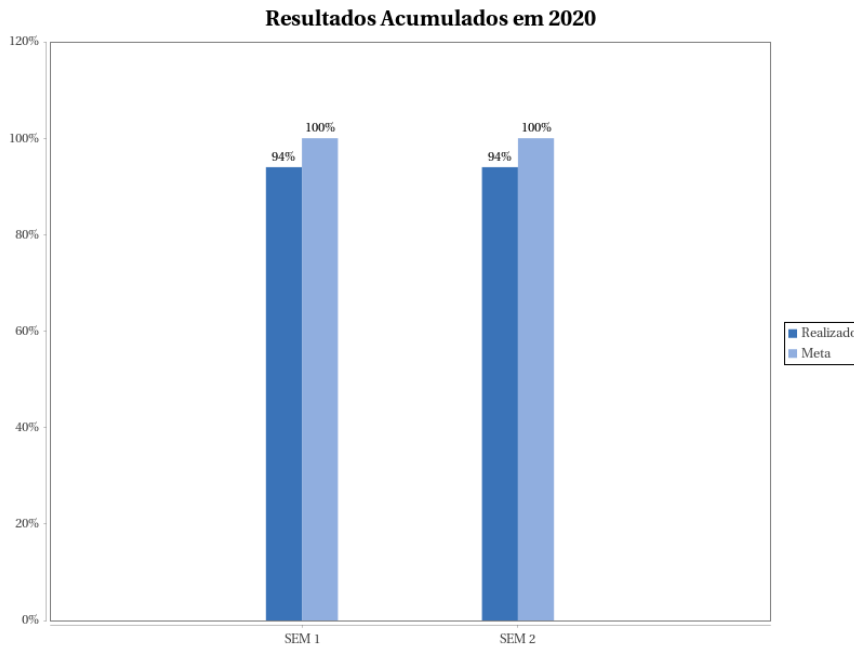
Cabe observar que a dificuldade de obtenção de resposta dos cartórios eleitorais às demandas oriundas da Ouvidoria é um fator que merece atenção, já que pode impactar negativamente o IA 38 e o IA 39. Assim, o maior desafio neste momento diz respeito à prontidão das diversas unidades, em especial os cartórios eleitorais, em responder às demandas que chegam ao Tribunal por meio da Ouvidoria, sejam relacionadas à LAI ou não.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Promover ação de sensibilização interna no sentido de esclarecer sobre o papel da Ouvidoria, bem como incentivar as diversas unidades da Sede e cartórios eleitorais a fornecer as respostas aos pedidos de informação, sobretudo aquelas relativas à Lei de Acesso à Informação, no prazo regulamentar.

Riscos associados ao objetivo

Risco de imagem e credibilidade do Tribunal junto à sociedade, em virtude do não atendimento às demandas no prazo e de recurso à CGU, no caso de negativa ou intempestividade no atendimento das demandas de acesso à informação.

IA 37 - Índice de estruturação dos canais de comunicação**Satisfatório****Desempenho do Período: 94,00%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVE.****Análise de contexto**

Devido à pandemia do coronavírus, verificou-se, a partir de meados de março de 2020 uma crescente procura dos eleitores pelo atendimento via Messenger do Facebook, principalmente para informações e auxílio a operações do título-net, próximo ao fechamento do cadastro. Após o fechamento do cadastro, a demanda continuou por informações, sobre os requerimentos efetuados, baixa de multas, emissão de certidões, sobre mesários etc. Foi a principal ferramenta utilizada pelos eleitores para contato com o Tribunal. Portanto, continua importante desenvolver uma forma de medição dos atendimentos realizados por esse canal, uma vez que é o canal mais utilizado pelos eleitores atualmente.

No segundo semestre, essa situação ficou mais evidente, na medida em que o Messenger foi utilizado pelos eleitores para as mais diversas informações. Desde Julho de 2020, os eleitores perguntavam constantemente quando seriam as convocações dos mesários, principalmente os que já tinha sido mesários anteriormente e sabiam o período das convocações. Este ano houve muita dificuldade de comunicação do público externo com os cartórios eleitorais, então entravam em contato com o Messenger para saber quando seriam as convocações, para tirar dúvidas sobre o treinamento e as folgas, para pedir dispensa do serviço de mesário, a carta convocatória, até para saber onde seriam mesários, pois até o sábado anterior à eleição tinham mesários que não sabiam para onde deveriam se dirigir. Logo após o primeiro turno começaram as mensagens relativas ao auxílio alimentação dos mesários, que perduram até hoje, e à declaração de folgas, que não foram fornecidas no dia da eleição, como era anteriormente.

O Messenger foi muito procurado também para a população fazer denúncias de propaganda eleitoral, que eram direcionadas ao E-denuncia, para consultar o local de votação, tirar dúvidas sobre a justificativa, sobre a reabertura do cadastro e após a reabertura do cadastro, para tirar dúvidas sobre o Título Net e muitos questionamentos sobre o prazo de análise dos requerimentos do Título Net e dos pedidos de Justificativa.

Além dos eleitores e dos mesários, candidatos e advogados também utilizaram esse canal de comunicação em 2020.

Em setembro, as mensagens provenientes do Direct do Instagram passaram a ser direcionadas para o Messenger do Facebook também.

Somente em novembro de 2020, foram 1339 interações com o Messenger do Facebook (incluindo as mensagens do Instagram). Contabilização que tem sido feita manualmente, pois o Facebook não dispõe de ferramenta que contabilize por interação com o perfil.

Neste semestre verificou-se que a reclamação dos eleitores de não conseguir falar com a CAT, relatando que ou dá ocupado ou a ligação cai quando selecionada a opção de falar com o atendente diminuiu bastante, tendo voltado um pouco no início de janeiro de 2021.

Em relação ao fale conosco, apesar de já estruturado, ainda não possui mecanismos de avaliação de desempenho.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Não foram realizadas ações concretas de estruturação dos canais de comunicação no último semestre, posto que já estão todos estruturados, tendo apenas a fiscalização da CAT passado para a Ouvidoria em 04 de novembro de 2020 e as mensagens do Direct do Instagram tendo passado a constar do Messenger do Facebook a partir de setembro de 2020.

Após as eleições, foram atualizadas as mensagens da URA da CAT, para adequar ao momento de exceção e às novas tecnologias e serviços prestados pelo TRE RJ.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

E criar também uma medição de desempenho do fale conosco, que ainda não existe.

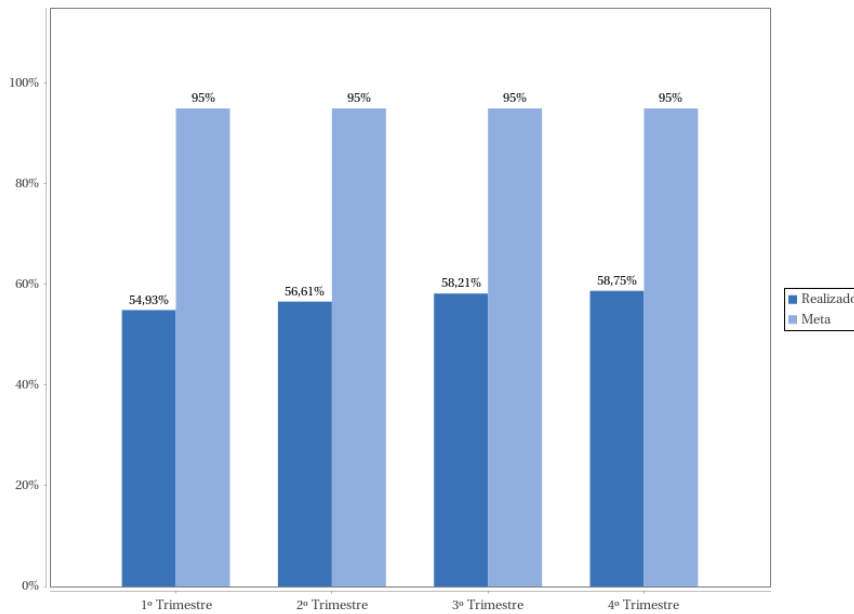
Outro desafio seria verificar a possibilidade de incremento nos postos de trabalho da CAT, tendo em vista que, junto com o Facebook, tem sido a forma de contato dos eleitores com o Tribunal. Há também a necessidade de verificar a possibilidade do aumento da fila de espera da CAT.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Propõe-se o aumento do número dos postos de trabalho da CAT, bem como a revisão do modelo da URA, de forma que comporte o aumento da fila de espera das ligações da CAT, para que o eleitor não seja derrubado sem atendimento. Propõe-se também o auxílio de mais servidores à Ouvidoria na resposta aos eleitores pelo Facebook e pelo sistema da Ouvidoria, ao menos enquanto perdurar o fechamento dos cartórios para atendimento ao público externo, tendo em vista que a Ouvidoria está absorvendo praticamente todos os atendimentos ao eleitor neste momento e a demanda está enorme, como pode-se ver dos números de atendimentos do ano de 2020: no facebook foram 5736 e no sistema da Ouvidoria 2107 (50% a mais do que no ano anterior).

Riscos associados ao objetivo

O risco associado a este objetivo é o risco de imagem do Tribunal junto ao público externo, bem como de repercussões na imprensa.

IA 38 - Índice de satisfação do cliente externo com a comunicação**Insatisfatório****Desempenho do Período: 61,84%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVE.****Análise de contexto**

Apesar de uma crescente melhora no índice de satisfação ao longo do ano de 2020, era esperada uma diminuição na satisfação do cliente externo, em razão da dificuldade de contato com o Tribunal. No sistema da Ouvidoria, por exemplo, as demandas que dependiam de resposta dos cartórios eleitorais ficaram pendentes de resposta, apesar das reiterações da Ouvidoria e até do encaminhamento de ofícios via SEI.

A Ouvidoria tem encontrado muita resistência dos cartórios eleitorais em responder as ocorrências registradas no sistema. Grande parte das ocorrências que dependiam de resposta do cartório eleitoral ficou sem resposta no 4º trimestre de 2020, mesmo com todos os esforços da Ouvidoria. Não conseguimos contato via telefone, e-mail ou mesmo Whatsapp, mesmo nos identificando como da Ouvidoria. Chegamos a ter mais de 120 ocorrências sem resposta nesse período. Próximo ao recesso, tínhamos em torno de 60 ocorrências que dependiam de respostas dos cartórios, algumas pendentes desde outubro de 2020, sendo que parte delas só foram respondidas na segunda semana de 2021.

O que temos notado, a partir do atendimento aos eleitores, tanto por telefone, quanto pelo Facebook e do relato da Central de Atendimento Telefônico é que os eleitores, mesários, candidatos etc não têm conseguido falar com os cartórios, apesar do disciplinado no Ato Conjunto PR/VPCRE nº 17/2020.

As reclamações mais recorrentes têm sido quanto aos prazos de análise do requerimento do Título Net, de justificativa, da baixa da multa paga e da falta de pagamento do auxílio alimentação de mesário.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No último trimestre, a Ouvidoria efetuou 3834 atendimentos via sistema da Ouvidoria, facebook do TRE/RJ e telefone.

As comunicações têm sido efetuadas basicamente pelas redes sociais e o Tribunal tem divulgado muitas informações através destas, visando a esclarecer o público externo durante este período de pandemia. No entanto, a questão da convocação de mesários trouxe muitas dúvidas e gerou uma grande demanda por informação nos canais da ouvidoria. Os eleitores queriam saber quando seriam convocados, o meio de convocação e a legitimidade das comunicações recebidas por e-mail e whatsapp. Uma reclamação constante dos eleitores é que não têm resposta dos e-mails encaminhados às zonas eleitorais. Os pedidos de dispensa têm sido um ponto de grande descontentamento por parte dos eleitores, pois a maioria tem sido negada.

Outro ponto que trouxe muito descontentamento por parte dos mesários foi o vale alimentação, pois após 2 meses da eleição, muitos ainda não receberam e pedem para serem dispensados como mesários, para não trabalhar nas próximas eleições. As declarações dos mesários também foram objeto de muita reclamação.

A questão da baixa automática da multa também tem sido uma demanda recorrente na Ouvidoria. Os eleitores reclamam que já fizeram o pagamento mas que a baixa não foi dada no prazo constante do site do TRE/RJ.

Em razão da abertura do cadastro e da eleição, os prazos de análise dos requerimentos têm sido uma demanda recorrente também tanto na Ouvidoria quanto na CAT e no Facebook.

Apesar de uma pequena melhora em relação aos demais trimestres de 2020, verifica-se que o índice de satisfação do cliente externo com o site do Tribunal ainda está muito baixo, tendo espaço para melhoras. Neste aspecto, constata-se que a satisfação do cliente externo é muito impactada pela avaliação do site do Tribunal.

Outro aspecto que impacta a avaliação da satisfação do cliente externo é o prazo de resposta, que independe da Ouvidoria. Na maioria dos casos, a Ouvidoria precisa de informações de outras Unidades do Tribunal ou dos cartórios eleitorais, e muitas vezes as respostas ao pedido de informação não vêm no prazo regulamentado. E neste último trimestre, percebemos grande resistência das zonas eleitorais às ocorrências da Ouvidoria, deixando de respondê-las e quando lembradas, respondem que têm coisas mais importantes para fazer ou simplesmente ignoram.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Com a continuidade da pandemia e a permanência do fechamento dos cartórios para atendimento presencial, o desafio na comunicação com o cliente externo continuará grande. Percebe-se que o eleitor, os mesários e os candidatos já adotaram o messenger do Facebook do TRE/RJ como meio de comunicação e solução de dúvidas, tendo este canal aumentado em mais de 200% em relação ao ano de 2019.

A ausência de um prazo para a análise dos requerimentos tanto de justificativa quanto do Título Net têm gerado grande insatisfação do público externo, bem como a falta de atendimento do eleitor pelos cartórios eleitorais. Temos constatado a necessidade dos eleitores do título ou da quitação eleitoral em razão de emprego, concurso público, emissão de passaporte, benefícios do governo etc, o que gera uma ansiedade e necessidade de urgência no atendimento da Justiça Eleitoral.

Outra grande desafio enfrentado pela Ouvidoria é a sensibilização dos setores do Tribunal do trabalho realizado na Ouvidoria, conforme explicado acima.

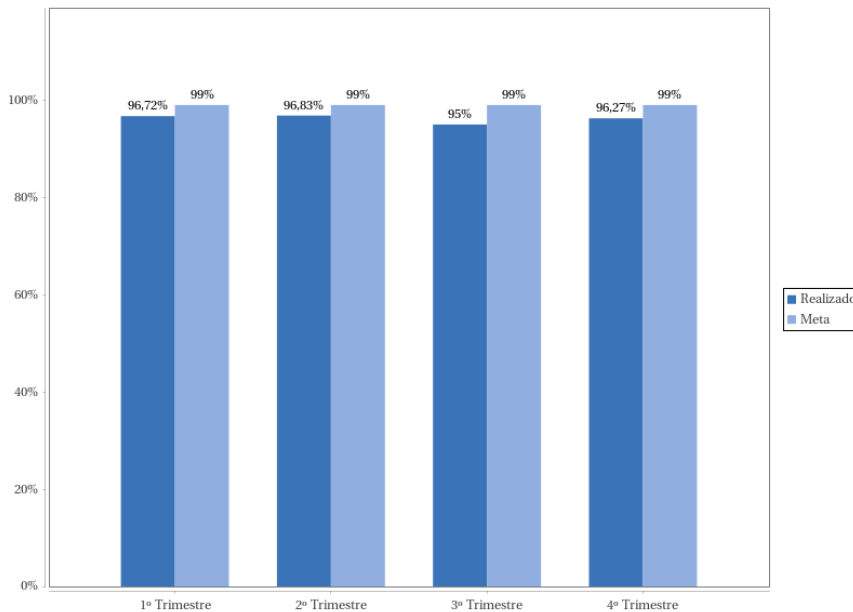
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A proposta para melhoria do desempenho futuro é o Tribunal estabelecer prazos para os cartórios eleitorais analisarem os requerimentos de justificativa e do Título Net, bem como uma maior fiscalização no atendimento dos cartórios ao eleitor.

Destaque-se também a necessidade de esclarecimento aos cartórios eleitorais da necessidade da resposta tempestiva às ocorrências da Ouvidoria, bem como da ausência de caráter persecutório da unidade de Ouvidoria, com a finalidade de mediação entre o eleitor e o Tribunal, visando ao atendimento das demandas apresentadas pela população.

Propõe-se também um aumento no número de servidores da Ouvidoria, bem como o auxílio de servidores durante o período em que os cartórios estiverem fechados para atendimento presencial.

Riscos associados ao objetivo

IA 39 - Índice de atendimento das demandas recebidas com base na Lei de Acesso à Informação**Satisfatório****Desempenho do Período: 97,24%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVE.****Análise de contexto**

Foi atingido o percentual de 97,24% da meta, o que, durante uma pandemia e com a proximidade das eleições, é um excelente resultado.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A Ouvidoria envidou todos os esforços para continuar atendendo todos os requerentes, mesmo durante a pandemia e o resultado foi que a avaliação positiva dos serviços da ouvidoria teve um significativo incremento. Com os cartórios eleitorais fechados para o atendimento ao público, constatou-se uma grande procura pela ouvidoria, para qualquer tipo de demanda, inclusive dos candidatos, pré candidatos, mesários, advogados etc

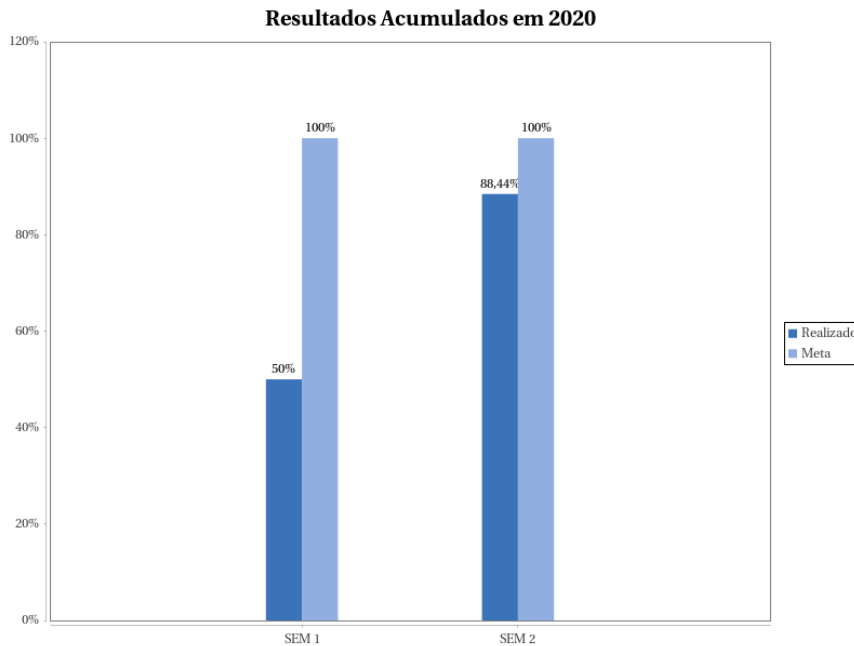
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é de piora no desempenho dos índices da ouvidoria, com a continuidade da pandemia e a assunção de novas atribuições pela ouvidoria, como a responsabilidade pela fiscalização da CAT neste momento de maior demanda pelos serviços da ouvidoria. A demanda do público pelos serviços do e-título, título net e de justificativa tem aumentado significativamente a demanda da ouvidoria e com apenas 2 servidoras além da chefe, é bem provável que a avaliação dos serviços e a tempestividade deles sofram alguma baixa.

Outro grande desafio enfrentado pela Ouvidoria é a sensibilização dos setores do Tribunal do trabalho realizado na Ouvidoria. Temos enfrentado muita resistência das zonas eleitorais, que não respondem aos pedidos de informação, e quando os lembramos do prazo, alguns dizem que não têm tempo para responder a Ouvidoria e têm coisas mais importantes para fazer.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas**Riscos associados ao objetivo**

Risco de imagem e credibilidade do Tribunal junto à sociedade, em virtude do não atendimento às demandas no prazo e de recurso à CGU, no caso de negativa ou intempestividade no atendimento das demandas de acesso à informação

IE 14 - Índice de gestão da comunicação**Atenção****Desempenho do Período: 88,44%****Responsável: COSOC.****Análise de contexto**

O indicador estratégico Gestão da Comunicação, referente ao segundo semestre de 2020, considera a aderência ao Plano de Comunicação Social para o Público Externo, assim como as inserções positivas na mídia de matérias jornalísticas referentes ao Tribunal. O percentual de alcance da meta desse indicador estratégico foi de 88,44%, desempenho considerado merecedor de atenção. Conforme ocorrido no 1º semestre de 2020, isso se deve ao resultado heterogêneo dos indicadores que o embasam, tendo um deles alcançado excelente resultado e o outro, resultado insatisfatório.

O índice de inserções positivas na mídia tem um desempenho estável e satisfatório há anos, dispensando, inclusive, sua análise. Já o de aderência ao Plano de Comunicação Social com o Público Externo* teve um desempenho insatisfatório, devido às ações não executadas ou realizadas parcialmente, referentes a iniciativas e projetos de outras unidades administrativas.

É importante ressaltar que se percebeu o esforço de todas as unidades na realização das ações planejadas, mas, novamente, o contexto da pandemia do Covid-19, associado à adaptação às novas formas de trabalho, impactou a execução de muitas ações por parte das unidades.

*O 2º semestre de 2020 foi marco para o início do Plano de Comunicação Integrada, que incluiu as ações de divulgação para os públicos interno e externo. Para realizar a mensuração do IA 40, foram consideradas as ações planejadas e executadas para o público externo.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A Cosoc realizou as divulgações solicitadas pelas unidades e previstas no Plano, tais como os prazos do calendário eleitoral referentes à fiscalização da propaganda eleitoral, registro de candidaturas e prestação de contas, a pesquisa pública de Metas Nacionais e Específicas 2021, a campanha sobre segurança da urna e desinformação, campanha Eleitor Pergunta, projetos da Escola Judiciária Eleitoral (5 minutos de Informação, Você Sabia?), dentre outras ações.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Esta Coordenadoria acredita que as unidades do Tribunal, agora mais adaptadas ao trabalho híbrido (presencial/remoto) e familiarizadas com as novas formas de execução de tarefas e ações, poderão alcançar maior êxito na realização das ações planejadas, gerando a melhoria do IA 40 e, conseqüentemente, do IE 14.

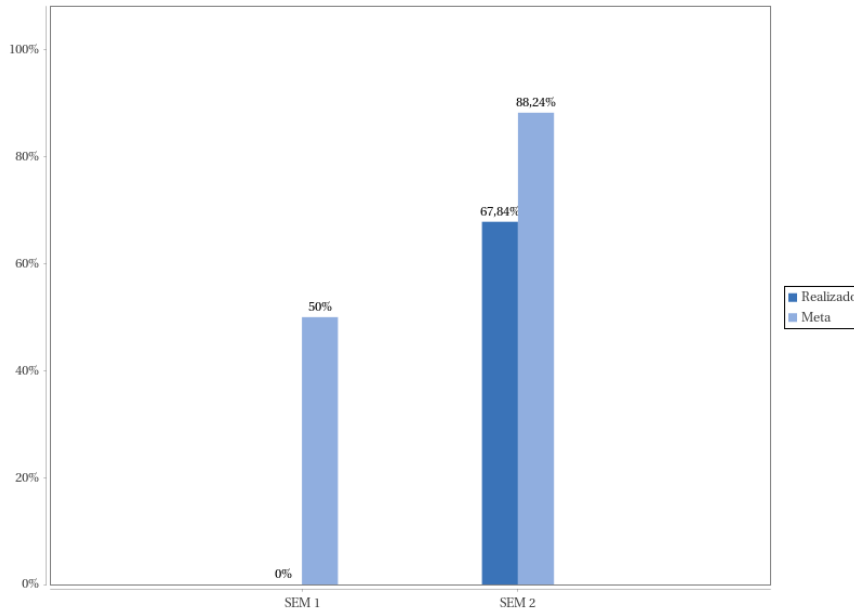
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

O sucesso do IA 40 está totalmente relacionado à execução das ações planejadas pelas unidades.

Riscos associados ao objetivo

O desempenho do IA 40 pode ser impactado negativamente caso as unidades do Tribunal não executem as ações planejadas para o período.

Quanto ao IA 41, sua estabilidade pode ser afetada em caso de sucessivas matérias negativas sobre o Tribunal na mídia.

IA 40 - Índice de aderência ao Plano de Comunicação com o Público Externo**Insatisfatório****Desempenho do Período: 76,88%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COSOC.****Análise de contexto**

No 2º semestre de 2020, a aderência ao Plano de Comunicação Social para o Público Externo foi de 67,8%, com 51 ações propostas para o público externo (incluindo aqui as ações integradas planejadas para o público externo), 29 realizadas em sua totalidade e 10 executadas parcialmente. No ano, considerando os dois semestres, o valor acumulado foi de 67,84%, o que significa que foram alcançados 76,8% da meta de 2020, desempenho considerado insatisfatório.

Cabe aqui registrar que o 2º semestre de 2020 foi marco para o início do Plano de Comunicação Integrada, que incluiu as ações de divulgação para os públicos interno e externo. Para realizar a mensuração deste IA, foram consideradas as ações planejadas e executadas para o público externo.

As ações não executadas, ou realizadas parcialmente, dizem respeito a iniciativas e projetos de outras unidades administrativas. É importante ressaltar que se percebeu o esforço de todas as unidades na realização das ações planejadas, mas, novamente, o contexto da pandemia do Covid-19, associado à adaptação às novas formas de trabalho, impactou na execução de muitas ações por parte das unidades.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A Cosoc realizou as divulgações solicitadas pelas unidades e previstas no Plano, tais como os prazos do calendário eleitoral referentes à fiscalização da propaganda eleitoral, registro de candidaturas e prestação de contas, a pesquisa pública de Metas Nacionais e Específicas 2021, a campanha sobre segurança da urna e desinformação, campanha Eleitor Pergunta, projetos da Escola Judiciária Eleitoral (5 minutos de Informação, Você Sabia?), dentre outras ações.

A campanha Eleitor Pergunta, elaborada pela Seção de Campanhas e Mídias Sociais (Secamp), aborda assuntos na temática de serviços eleitorais e dúvidas dos eleitores, captados através das redes sociais e de solicitações feitas via Ouvidoria.

Já os vídeos dos projetos “5 Minutos de Informação” e “Você Sabia?”, ambos da EJE-RJ, abordaram assuntos de matéria eleitoral, a fim de difundir na sociedade e de esclarecer dúvidas do público jovem sobre o processo eleitoral, respectivamente.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

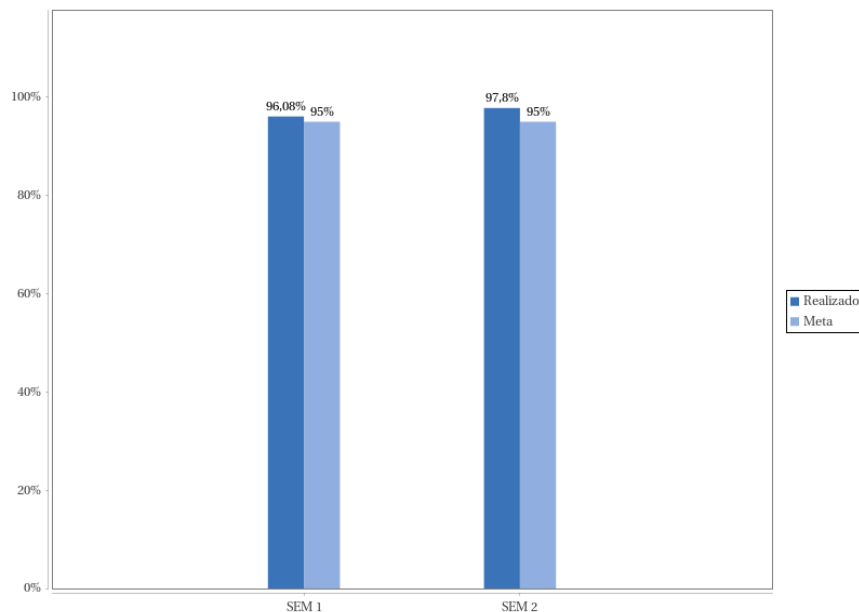
Esta Coordenadoria acredita que as unidades do Tribunal, agora mais adaptadas ao trabalho híbrido (presencial/remoto) e familiarizadas com as novas formas de execução de tarefas e ações, poderão alcançar maior êxito na realização das ações planejadas, tornando possível a sua divulgação e, conseqüentemente, maior adesão ao plano.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

O sucesso do indicador está totalmente relacionado à execução das ações planejadas pelas unidades

Riscos associados ao objetivo

O desempenho do indicador pode ser impactado negativamente caso as unidades do Tribunal não executem as ações planejadas para o período.

IA 41 - Índice de inserções positivas na mídia**Satisfatório****Desempenho do Período: 102,90%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COSOC.****Análise de contexto**

Conforme deliberação na I RAE 2019, o indicador está dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Conforme deliberação na I RAE 2019, o indicador está dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

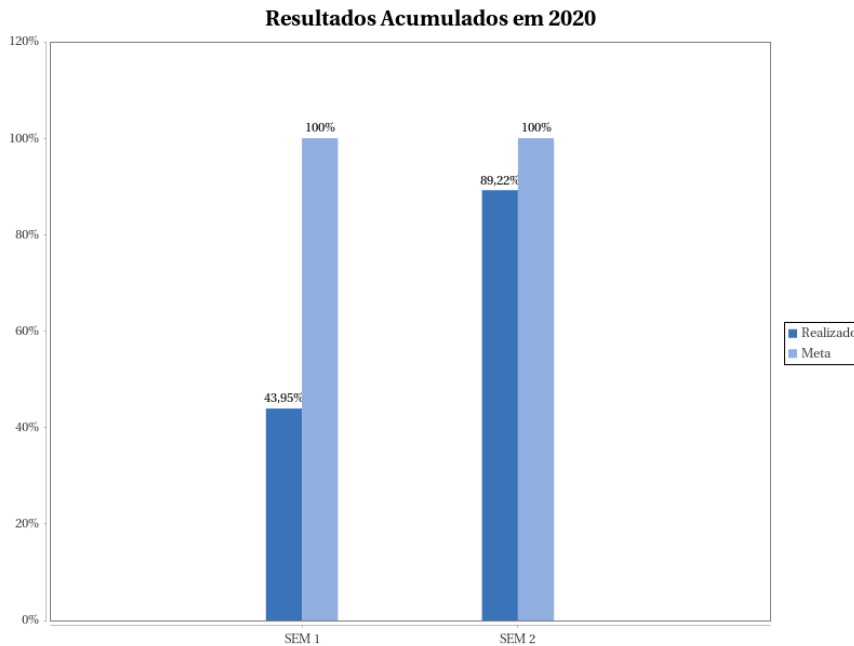
Conforme deliberação na I RAE 2019, o indicador está dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Conforme deliberação na I RAE 2019, o indicador está dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório.

Riscos associados ao objetivo

Conforme deliberação na I RAE 2019, o indicador está dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório.

IE 15 - Índice de relacionamento institucional com a mídia**Atenção****Desempenho do Período: 89,22%****Responsável: COSOC.****Análise de contexto**

A análise do IA 43 e do IA 42 considera a aderência das ações de relacionamento com a mídia previstas no Plano de Comunicação Social e de estruturação da relação institucional com a mídia. Verificou-se um alcance de 89,22% da meta, classificado como desempenho que merece atenção.

Todas as 11 ações previstas no Plano de Comunicação Integrada referentes ao relacionamento com a mídia para o 2º semestre de 2020 foram realizadas, o que representa 100% de aderência, considerado excelente para o período.

O desempenho deve-se ao IA 42, que manteve-se em 66,6% no período, como já sinalizado na última análise feita pela Cosoc. Esta Coordenadoria entende que há a necessidade de reavaliação de critérios de relacionamento quanto aos mecanismos implantados de relacionamento com a mídia e a avaliação e monitoramento do desempenho e a qualidade deste relacionamento, o que está sendo discutido no setor e será construído na elaboração do próximo Plano Estratégico do Tribunal, ao longo do 1º semestre de 2021.

A Cosoc avalia que, em anos eleitorais, o relacionamento com a mídia tem um formato já definido e que se tem mostrado eficaz. Contudo, para os anos não eleitorais, o setor estuda a criação de novas ações que possam aprimorar ainda mais esse relacionamento.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No contexto da pandemia da Covid-19, a Cosoc introduziu novas maneiras de alcançar os profissionais de imprensa no dia do pleito. Em virtude das medidas sanitárias preventivas ao Coronavírus, a sala de imprensa teve sua capacidade reduzida drasticamente. A solução encontrada foi a criação de um grupo de Whatsapp com os veículos que não foram incluídos na cobertura presencial do pleito (mídia impressa, internet e emissoras de rádio e TV que não puderam participar), por meio do qual foi possível receber as perguntas desses jornalistas durante as coletivas de imprensa transmitidas pelo Facebook do Tribunal. A iniciativa, inédita para todos os integrantes da equipe, mostrou-se bem-sucedida.

Durante o 2º semestre de 2020, foram produzidos 224 releases*, dentre os quais decisões judiciais proferidas pelo Plenário do TRE-RJ, que normalmente são de interesse da imprensa. Também estimamos terem sido respondidas pela Seção de Jornalismo mais de 1 mil demandas da imprensa (com 908 demandas efetivamente compiladas), ao longo do 2º semestre.

* Os releases foram compilados entre julho e setembro, através do Gecoi (ambiente de publicação intranet e internet) e de outubro a dezembro, no site do TRE-RJ

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Espera-se que o IE 15 mantenha-se estável no próximo semestre, com a manutenção das ações de relacionamento com a mídia que têm sido realizadas em anos não eleitorais, o que não impede de esta Coordenadoria implementar, como piloto, alguma nova iniciativa elaborada durante a construção do novo Plano Estratégico do Tribunal. As ações serão previstas no Plano de Comunicação Integrada de 2021, que está em fase de elaboração.

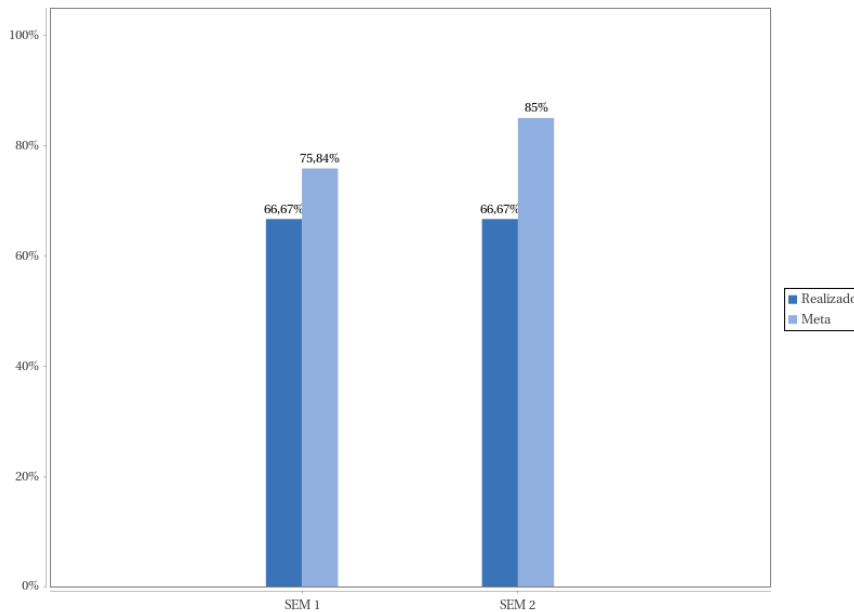
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Quanto ao IA 43, seu sucesso está totalmente relacionado à execução das ações de relacionamento com a mídia planejadas no Plano de Comunicação.

Já quanto ao IA 42, conforme pontuado em análises prévias, verificou-se que as ações estabelecidas não constituem um bom critério para medir a qualidade do relacionamento organizacional com a mídia. Assim, destacou-se a necessidade de reavaliação dos critérios para que sejam estabelecidos parâmetros efetivos para mensurar como o relacionamento com o público externo representa uma rede de proteção à imagem institucional e do processo eleitoral. A unidade já está planejando a formulação dos novos critérios, que serão apresentados no próximo ciclo estratégico da instituição.

Riscos associados ao objetivo

Não foram identificados por esta Coordenadoria.

IA 42 - Índice de estruturação da relação institucional com a mídia**Insatisfatório****Desempenho do Período: 78,43%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COSOC.****Análise de contexto**

O indicador permanece com o mesmo percentual neste 2º semestre de 2020, 66,6%, tomando como referência a análise de três questões :

- (i) se o TRE-RJ possui mecanismos implantados de relacionamento com a mídia;
- (ii) se possui diretrizes definidas de relacionamento com a mídia;
- (iii) se avalia e monitora o desempenho e a qualidade do relacionamento da organização com a mídia.

A implementação da Política de Comunicação Integrada no final do ano de 2019 e a realização do Plano Integrado de Comunicação no 2º semestre de 2020 demonstram que princípios e diretrizes foram estabelecidos.

Quanto aos mecanismos implantados de relacionamento com a mídia e a avaliação e monitoramento do desempenho e a qualidade deste relacionamento, esta Coordenadoria, como já pontuado na última análise, entende que há a necessidade de reavaliação destes critérios de relacionamento.

Em virtude da realização das eleições municipais de 2020, o relacionamento com a mídia foi permeado de diversas ações. A Cosoc entende que o relacionamento com a mídia, em anos eleitorais, tem um formato já definido e que tem se mostrado eficaz, mas ainda estuda meios que possam ser cunhados como diretriz definida do setor como relacionamento com a mídia, especialmente em anos não eleitorais. Já foi incorporado ao trabalho do setor, nesta época, a produção de press-kits (material informativo para a imprensa com dados do pleito), a preparação e disponibilização de Sala de imprensa nas dependências do Tribunal, a transmissão de coletivas pelo Facebook, além de reuniões com lideranças da imprensa (chefes de reportagem, diretores).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No contexto da pandemia do Covid-19, a Cosoc introduziu novas maneiras de alcançar os profissionais de imprensa no dia do pleito. Em virtude das medidas sanitárias preventivas ao Coronavírus, a sala de imprensa teve sua capacidade reduzida drasticamente. A solução encontrada foi criar um grupo de Whatsapp com os veículos que não foram incluídos na cobertura

presencial do pleito (mídia impressa, de internet e as Rádios e TVs que não puderam participar) e receber as perguntas desses jornalistas durante as coletivas de imprensa transmitidas pelo Facebook do Tribunal. A iniciativa, inédita para todos os integrantes da equipe, demonstrou ter sido bem sucedida.

Durante o 2º semestre de 2020, 224 releases foram produzidos, incluídos neles decisões judiciais proferidas pelo Plenário do TRE-RJ, que normalmente são de interesse da Imprensa. Também estimamos terem sido respondidas pela Seção de Jornalismo mais de mil demandas da imprensa (com 908 demandas efetivamente compiladas), ao longo do 2º semestre. Há um esforço para que a resposta à demanda seja dada no mesmo dia da solicitação, o que só não é atingido em casos em que a solicitação chega muito próximo do final do expediente ou quando as informações demoram a ser passadas pela unidade responsável pela informação.

Novamente, as interações com a Imprensa, possibilitadas em especial pelo WhatsApp, têm demonstrado eficácia e agilidade, o que nos permite atender à necessidade de a Imprensa obter informações em tempo reduzido.

* Os releases foram compilados entre julho e setembro, através do Gecoi (ambiente de publicação intranet e internet) e de outubro a dezembro, no site do TRE-RJ

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

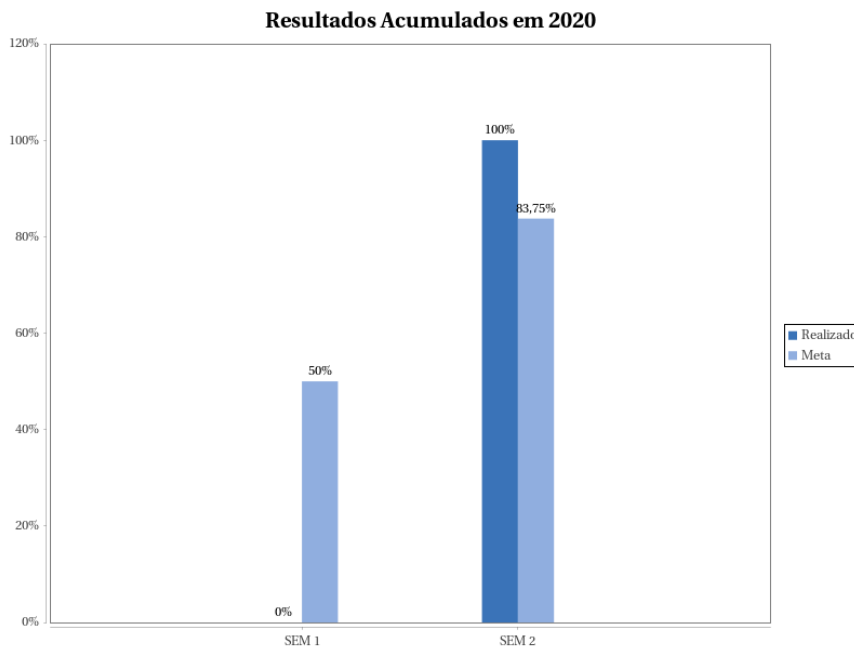
O indicador deve manter o percentual alcançado, considerando que a reavaliação dos critérios de relacionamento e definição das diretrizes serão feitas simultaneamente com a construção do novo Plano estratégico do Tribunal.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Já foi avaliado por esta Coordenadoria e registrado nas últimas análises do indicador, que os critérios que definem o relacionamento institucional com a mídia necessitam de ajustes para que possam ser analisados em sua complexidade. Isto será feito ao longo deste 1º semestre de 2021, na construção do próximo Plano Estratégico da instituição.

Riscos associados ao objetivo

Não foram identificados por esta Coordenadoria tais eventos

IA 43 - Índice de aderência ao plano de relacionamento com a mídia**Satisfatório****Desempenho do Período: 119,40%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COSOC.****Análise de contexto**

Todas as 11 ações previstas no Plano de Comunicação Integrada referentes ao relacionamento com a mídia para o 2º semestre de 2020 foram realizadas, o que representa 100% de aderência, considerado excelente para o período. Todas as ações relacionadas à cobertura das eleições, como a disponibilização de sala de imprensa e do press kit, assim como a realização de coletivas e sua transmissão ao vivo via Facebook foram realizadas em sua totalidade.

O relacionamento com a mídia ao longo do 2º semestre, em contexto de pandemia e trabalho majoritariamente remoto, foi estreitado através das plataformas digitais, sobretudo o WhatsApp. Esse tipo de interação com a imprensa tem demonstrado eficácia e agilidade, o que nos permite atender às demandas jornalísticas em tempo reduzido.

Também foi realizada a divulgação, por meio de notas, de decisões plenárias que envolvessem a cassação e/ou inelegibilidade de prefeitos, deputados estaduais, deputados federais ou governador no exercício do mandato. Além de serem publicadas no site e no Twitter do TRE-RJ, as notas foram enviadas por email à imprensa. Tal divulgação é importante para dar publicidade aos julgamentos que têm interesse jornalístico, estreitando o relacionamento com a mídia.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Durante o 2º semestre de 2020, 224 releases* foram produzidos, dentre os quais notas sobre decisões judiciais proferidas pelo Plenário do TRE-RJ, que normalmente são de interesse da imprensa. Também estimamos terem sido respondidas pela Seção de Jornalismo mais de 1 mil demandas da imprensa (com 908 demandas efetivamente compiladas), ao longo do 2º semestre.

Há um esforço para que a resposta à demanda seja dada no mesmo dia da solicitação, o que só não é atingido em casos em que a solicitação é recebida em horário muito próximo do final do expediente ou quando há demora na resposta da unidade responsável pela informação.

* Os releases foram compilados entre julho e setembro, através do gecoi (ambiente de publicação intranet e internet) e de outubro a dezembro, no site do TRE-RJ

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Conforme previsto na análise do indicador referente ao 1º semestre de 2020, houve substancial melhora no indicador, pois com a conclusão e aprovação do Plano de Comunicação Integrada, tornou-se possível realizar a mensuração da aderência ao Plano de Relacionamento com a mídia.

Foram executadas ações como a instalação de uma Sala de Imprensa no dia do pleito, com os devidos protocolos preventivos ao Coronavírus, a realização de coletivas de imprensa, com transmissão ao vivo pelo Facebook (o que possibilita o acompanhamento por parte de veículos de imprensa de municípios do interior do estado), a criação de grupo de WhatsApp exclusivo para cobertura jornalística no dia do pleito e o envio de press-kit com as principais informações sobre o pleito no estado.

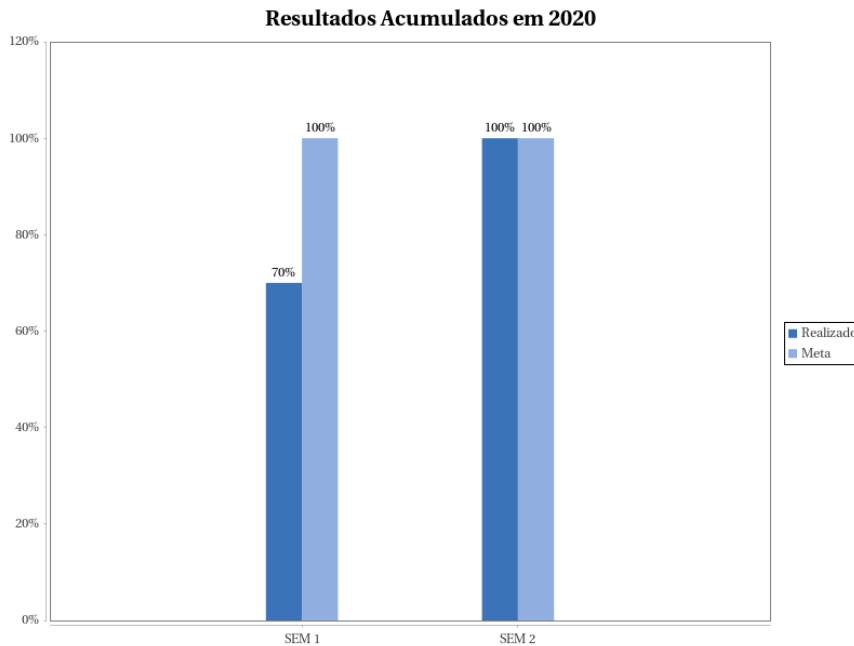
Também como forma de aprimorar o relacionamento com a mídia foi realizada, em julho de 2020, a oficina "Desinformação nas eleições", evento oferecido ao Tribunal pela agência fact-checking de notícias Lupa para conscientizar, educar e combater os processos de desinformação em massa nas eleições municipais de 2020, que contou com a participação de jornalistas selecionados pela Cosoc.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

O sucesso do indicador está totalmente relacionado à execução das ações de relacionamento com a mídia planejadas no Plano de Comunicação Integrada.

Riscos associados ao objetivo

Não foram identificados por esta Coordenadoria.

OE 06 - Estimular o exercício consciente da cidadania**Satisfatório****Desempenho do Período: 100,00%****Responsável: EJE.****Análise de contexto**

Atravessamos um período atípico por conta da pandemia de Covid 19, fato que instaurou o modelo não presencial, obedecendo as instruções de isolamento social determinadas pela OMS, e que obrigou a Escola Judiciária a adequar suas respectivas ações socioeducativas. Ferramentas para estímulo do exercício consciente da cidadania foram adequadas ao modelo remoto e virtual, justificáveis uma vez que não é possível a realização das ações aqui tratadas em contexto escolar, tendo sido necessária a adaptação das ações socioeducativas para realidade digital.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram promovidos 3 tipos de ações:

Projeto Memória Eleitoral:

MEMÓRIA ELEITORAL

EVENTO DATA

MEMORIA ELEITORAL - Urna de Madeira 04 DE AGOSTO DE 2020

MEMORIA ELEITORAL - CARROSSEL MULHERES na política 16 DE OUTUBRO DE 2020

Projeto "Você Sabia?!", vídeos de curta duração tirando dúvidas sobre o processo eleitoral e a desinformação pertinente voltados para o público jovem entre 16 e 17 anos:

Nome da escola - local Data do evento Palestrantes

Lançamento do Projeto "Você Sabia?", da Escola Judiciária Eleitoral do Rio de Janeiro (EJE-RJ) 21/10/20 Desembargador Eleitoral Ricardo Alberto 132

Voto consciente, que papo é esse hein? - Projeto "Você Sabia?" - Vídeo 1 28/10/20 Alexandre Meira 286

Se a maioria das pessoas votar nulo, a eleição é anulada? - Projeto "Você Sabia?" - Vídeo 2 30/10/20 Isabella Feijó 2736

E se eu não quiser votar? - Projeto "Você Sabia?" - Vídeo 3 03/11/20 Mariana Musse 212

Três poderes: quem faz o que? - Projeto "Você Sabia?" - Vídeo 4 05/11/20 Tatiana do Carmo 94

Por que defender a Democracia? - Projeto "Você sabia?" - Vídeo 5 10/11/20 Juliana Avelar 112

Como votar na urna eletrônica? - Projeto "Você Sabia?" - Vídeo 6 11/11/20 Fabiano Leal 284

Analfabeto também vota? - Projeto "Você sabia?" - Vídeo 7 12/11/20 Isabella Feijó 1250

Minha participação acaba na urna? - Projeto "Você Sabia?" - Vídeo 8 20/11/20 Vitor Alves Maciel 132

Biometria pra quê? - Projeto "Você Sabia?" - Vídeo 9 23/11/20 Marina Giachini 79

O que é política? - Projeto "Você Sabia?" - Vídeo 10 24/11/20 Alyne Costa 126

Por que temos poucas mulheres na política? - Projeto "Você Sabia?" - Vídeo 11 26/11/20 Juliana Henning 135

Podemos confiar na urna eletrônica? - Projeto "Você Sabia?" - Vídeo 12 27/11/20 Mariana Musse 719

Publicações de vídeos de curta duração no canal TV TRE-RJ, no YouTube, projeto "5 MINUTOS DE INFORMAÇÃO", que se propôs a apresentar aos internautas informações relevantes sobre pontos específicos do processo eleitoral. Foram realizadas 11 publicações, que alcançaram no primeiro semestre 1600 visualizações ao todo.

Ações à distância (nome do projeto - participante - data) Tema/Vínculo Data Visualizações

"5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Mariana Musse Pós-democracia e legitimidade das eleições 02/07/20 visualizações: 797

"5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Joelson Costa Dias "Direitos políticos das pessoas com deficiência e acessibilidade eleitoral" 09/07/20 visualizações: 83

"5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Daniel Viana Vargas "O abuso do poder religioso nas eleições". 16/07/20 visualizações: 125

"5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Pryscilla Marins "Sistema proporcional de votação nas eleições brasileiras" 23/07/20 visualizações: 138

"5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Lilia Fernandes "Limite de gastos nas eleições" 30/07/20 visualizações: 186

"5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Dra. Cristiane Frota "Caixa 2" 06/08/20 visualizações: 342

"5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - João Andrade Neto "Voto branco e voto nulo" 13/08/20 visualizações: 126

Live - EJE-RJ - Joelson Dias - 18/08 "O uso do nome social na Administração Pública" 19/08/20 visualizações: 455

"5 Minutos de Informação" - Roberta Gresta "Calendário eleitoral alterado para as Eleições 2020" 20/08/20 visualizações: 218

"5 Minutos de Informação" - Diogo Rais Impulsioneamento de conteúdo na Internet na Pré-Campanha 27/08/20 visualizações: 334

"5 Minutos de Informação" - Lara Ferreira 03/09/20 visualizações: 90

"5 Minutos de Informação" - Dr. Luis Márcio A Propaganda Eleitoral na Internet - Breves Comentários 11/09/20 visualizações: 635

"5 Minutos de Informação" - Rodrigo Coimbra Segurança da urna eletrônica 22/09/20 visualizações: 161

"5 Minutos de Informação" - Dr. Carlos Santos Condições de elegibilidade 04/11/20 visualizações: 84

"5 Minutos de Informação" - Pres. Des. Claudio Brandão Os desafios das eleições municipais em tempo de pandemia 14/11/20 visualizações: 594

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Apesar do relaxamento das determinações de distanciamento social, mesmo durante o recrudescimento da pandemia, as ações socioeducativas dificilmente serão realizadas em contexto escolar no próximo semestre uma vez que a vacinação não terá atingido percentual suficiente para a volta das atividades presenciais..

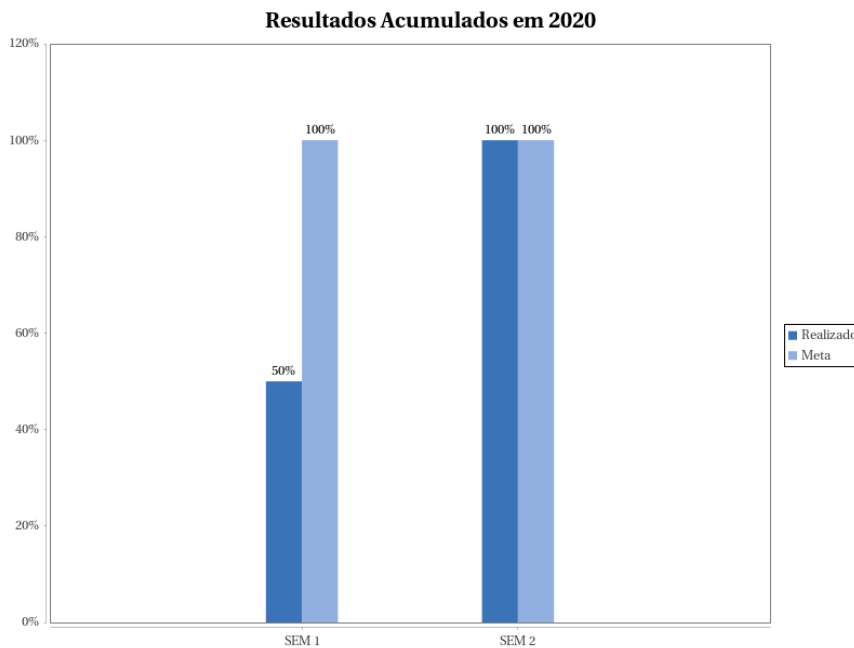
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Diante da análises supramencionadas foi elaborado no primeiro semestre projeto que possibilitou o envolvimento dos palestrantes voluntários às ações tratadas em ambiente virtual, para que sejam produzidos conteúdos essenciais ao exercício da cidadania, a serem publicados em meio exclusivamente digital de forma que possamos quantificar as visualizações para cálculo das respectivas metas. O projeto foi bem sucedido. A sugestão é que a proposta se replique para outras esferas de atuação da Escola Judiciária e se torne parte permanente de nossos projetos num cenário pós-pandemia.

O desempenho deste objetivo estratégico, no que se refere aos indicadores de aderência, apresentou resultado satisfatório. Contudo, em relação ao indicador que quantifica o público atendido, apresentou indicador insatisfatório. Tal situação se deu em decorrência de não medição das visualizações alcançadas quando do preenchimento das variáveis, pois a impossibilidade de qualificação do público não permite a identificar se os mesmos fazem parte da base de cálculo do IA44A que tem como público alvo estudantes do ensino fundamental e médio. medida que deve ser submetida a autorização do CGE.

Riscos associados ao objetivo

Apesar da mobilização de esforços para adequação das ações ao meio digital, durante todo o semestre passado, a medida adotada possibilita a quantificação do público alcançado, mas não permite a qualificação do mesmo, não sendo possível identificar se o público que está consumindo o conteúdo faz parte da base de cálculo do indicador analisado.

IE 16 - Número de pessoas alcançadas por ações de cidadania**Satisfatório****Desempenho do Período: 100,00%****Responsável: EJE.****Análise de contexto**

Houve durante todo o exercício de 2020 e, principalmente no segundo semestre, a necessidade de adaptarmos toda nossa estrutura de produção e implementação de ações de cidadania, em função da pandemia de coronavírus, processo já iniciado no meio do primeiro semestre do exercício findo, em que pese todo o projeto de 2020 estivesse pronto no fim de 2019, restando apenas autorização para abertura dos editais respectivos. Todo o nosso suporte dependia de uma organização presencial, antes da pandemia, algo desestimulado diante das novas normas de distanciamento social impostas pelo risco sanitário vinculado. No entanto, de forma bem sucedida, houve a migração para plataformas virtuais de nossas mídias sociais institucionais para toda a divulgação e execução de nossas ações educativas, assim como a gestão passou a ser feita sob contexto remoto, para que não houvesse prejuízo de nossas metas institucionais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Criamos duas ações com impacto socioeducativo sob plataforma virtual com o objetivo de atingir as metas indicadas:

Projeto 5 minutos (1640 visualizações): Onze vídeos de curta duração, feitos por especialistas na área, abordando temas acerca de questões pertinentes a Justiça Eleitoral, publicados em nas mídias sociais institucionais deste regional.

Ações à distância (nome do projeto - participante - data) Tema/Vínculo Data Visualizações "5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Mariana Musse Pós-democracia e legitimidade das eleições 02/07/20772 "5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Joelson Costa Dias "Direitos políticos das pessoas com deficiência e acessibilidade eleitoral" 09/07/2075 "5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Daniel Viana Vargas "O abuso do poder religioso nas eleições". 16/07/20100 "5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Priscilla Marins "Sistema proporcional de votação nas eleições brasileiras" 23/07/20130 "5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Lilia Fernandes "Limite de gastos nas eleições" 30/07/20175 "5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Dra. Cristiane Frota "Caixa 2" 06/08/20328 "5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - João Andrade Neto "Voto branco e voto nulo" 13/08/20104 Live - EJE-RJ - Joelson Dias - 18/08 "O uso do nome social na Administração Pública" 19/08/20446 "5 Minutos de Informação" - Roberta Gresta "Calendário eleitoral alterado para as Eleições 2020" 20/08/20209 "5 Minutos de Informação" - Diogo Rais Impulsioneamento de conteúdo na Internet na Pré-Campanha 27/08/20317 "5 Minutos de Informação" - Lara Ferreira 03/09/2091 "5 Minutos de Informação" - Dr. Luis Márcio A Propaganda Eleitoral na Internet - Breves Comentários 11/09/20538 "5 Minutos de Informação" - Walter Capanema --- "5 Minutos de Informação" - Rodrigo Coimbra Segurança da urna eletrônica 22/09/20140 "5 Minutos de Informação" - Dr. Carlos Santos Condições

de elegibilidade04/11/2078"5 Minutos de Informação" - Pres. Des. Claudio BrandãoOs desafios das eleições municipais em tempo de pandemia14/11/20590

Projeto "Você sabia?" - 11 vídeos voltados para o público jovem tirando dúvidas sobre o processo eleitoral, urna eletrônica e desinformação.

Nome da escola - localData do eventoPalestrantesVisualizaçõesLançamento do Projeto "Você Sabia?", da Escola Judiciária Eleitoral do Rio de Janeiro (EJE-RJ)21/10/20Desembargador Eleitoral Ricardo Alberto132Voto consciente, que papo é esse hein? - Projeto "Você Sabia?" - Vídeo 128/10/20Alexandre Meira286Se a maioria das pessoas votar nulo, a eleição é anulada? - Projeto "Você Sabia?" - Vídeo 230/10/20Isabella Feijó2736E se eu não quiser votar? - Projeto "Você Sabia?" - Vídeo 303/11/20Mariana Musse212Três poderes: quem faz o que? - Projeto "Você Sabia?" - Vídeo 405/11/20Tatiana do Carmo94Por que defender a Democracia? - Projeto "Você sabia?" - Vídeo 510/11/20Juliana Avelar112Como votar na urna eletrônica? - Projeto "Você Sabia?" - Vídeo 611/11/20Fabiano Leal284Analfabeto também vota? - Projeto "Você sabia?" - Vídeo 712/11/20Isabella Feijó1250Minha participação acaba na urna? - Projeto "Você Sabia?" - Vídeo 820/11/20Vitor Alves Maciel132Biometria pra quê? - Projeto "Você Sabia?" - Vídeo 923/11/20Marina Giachini790 que é política? - Projeto "Você Sabia?" - Vídeo 1024/11/20Alyne Costa126Por que temos poucas mulheres na política? - Projeto "Você Sabia?" - Vídeo 1126/11/20Juliana Henning135Podemos confiar na urna eletrônica? - Projeto "Você Sabia?" - 27/11/20Mariana Musse719

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Há uma tendência para o exercício de 2021 de retomada gradual do trabalho presencial, regulado pelos índices de transmissibilidade do Covid 19, obviamente, mas uma conservação da tendência de não-aglomeração em lugares fechados até que a OMS baixe novos procedimentos e a vacina seja amplamente distribuída e aplicada. Isto posto, é mister que encaremos a necessidade de estruturarmos nossas plataformas e procedimentos envolvendo suporte virtual e remoto para a permanência dessas atividades enquanto recurso viável para que alcancemos nossas metas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Nesse sentido propõe-se que:

1) Divulgue ostensivamente de forma a popularizar o acesso e o uso das plataformas de mídias sociais e institucionais por parte dos servidores, incorporando-as definitivamente a rotina deste Regional. Há ainda a importância de se ampliar o número de inscritos nas plataformas de mídia social do Tribunal, algo que inclusive permitirá a utilização de mais funcionalidades e recursos próprios do meio, a exemplo das lives, que podem se tornar essenciais para o nosso trabalho.

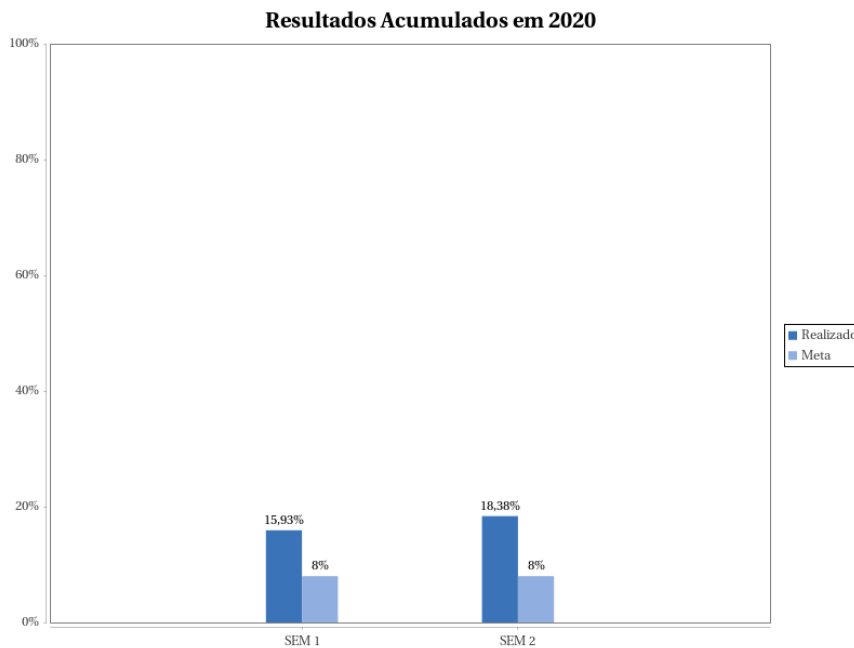
2) Indique multiplicadores com conhecimento para produção de conteúdo virtual de qualidade para servidores interessados.

3) Integre-se as seções de produção de conteúdo para compartilhamento de informações úteis sobre procedimentos que envolvam edição de vídeo, suporte virtual, publicidade em mídias sociais, etc.

4) O comitê gestor analise a possibilidade de contabilização das visualizações como pessoas alcançadas para nossas metas, mesmo que excepcionalmente, dado o contexto atual, associado ao fato de não ser possível "qualificar" o público, o que é necessário para a medição atual.

Riscos associados ao objetivo

Há um risco vincendo na medida em que submetidos ao suporte virtual não se consegue mensurar qualitativamente do tipo de público que assiste aos vídeos em questão, embora sua quantidade possa ser facilmente verificada pela ferramenta "número de visualizações". E para além da questão, é notório que toda nossa malha de indicadores e variáveis a serem respondidos perpassam a lógica da qualificação do público alvo, a saber, estudantes, magistrados, servidores, etc, uma vez que nossas ações tradicionalmente se davam presencialmente e em ambientes regulares. O risco que se avizinha é a perda a médio e longo prazo da eficiência dos indicadores e variáveis, caso não sejam vertidos adequadamente para as respectivas ações sob essa nova realidade principalmente do retorno às atividades presenciais..

IA 46A - Consultas realizadas e ações informativas sobre o processo e a memória eleitorais**Satisfatório****Desempenho do Período: 229,70%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COGED.****Análise de contexto**

De acordo com o desempenho do indicador, atingindo um percentual de 18,38% no período, verificou-se que a meta estipulada foi ultrapassada.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Ocorre que no decurso do 2º semestre de 2020, ocorreu a migração do antigo Portal para o novo Portal da Justiça Eleitoral, demandando a necessidade de novas adequações para permitir a importação do conteúdo para o Novo Portal da Justiça Eleitoral, o que trouxe mudanças significativas na sua estrutura, embora o seu conteúdo tenha sido preservado. A aprovação da nova estrutura consta no processo SEI nº 2020.0.000021387-8.

Diante da necessidade de atualização dos Eventos Eleitorais e do Contexto Histórico até o ano de 2020, em decorrência das diversas alterações ocorridas no Portal da Justiça Eleitoral em novembro de 2020, efetuou-se nova iniciativa de atualização das informações por parte da SECGIN, unidade com a atribuição de cuidar do submenu “Memória das Eleições do RJ”, conforme o Regulamento Interno das Secretarias, modificado em 2019 e Ato GP 316/2020.

As alterações e acréscimos propostos, efetuadas no processo SEI N° 2020.0.000063427-0, atualmente na COMCGP, consistiram nos seguintes pontos:

- Atualização das informações e revisão da legislação associada relativas aos Eventos Eleitorais ocorridos no período 1945-2015;
- Pesquisa e inclusão de novas informações relativas aos Eventos Eleitorais ocorridos no período 2016-2020, com respectiva legislação;
- Identificação de informações e elaboração de novo texto para o Contexto Histórico do período 2002-2020 – atualização e inclusões realizadas pela CEMEL;
- Alteração da imagem utilizada no submenu Memória das Eleições do RJ.

Com relação aos cálculos, os acessos de novembro e dezembro de 2020 foram preenchidos levando-se em conta a média de acessos de julho a outubro de 2020, de acordo com a orientação da SEDEST, visto que a SEINTE informou que somente é possível informar os dados até 09/11/2020 pois a unidade ainda está aguardando informações do TSE para conseguir gerar as estatísticas de novembro e dezembro de 2020.

Importante ressaltar que o desempenho do indicador ficou satisfatório e em um patamar muito superior a meta estabelecida, o que enseja uma análise mais detalhada da metodologia aplicada e a possibilidade posterior de revisão.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Importante também ressaltar que em junho de 2020 foram nomeados novos integrantes da COGED para a CEMEL, totalizando 4 servidores da Coordenadoria com participação efetiva na Memória Eleitoral, e o grupo efetuará no curso de 2021 avaliação do impacto das mudanças no indicador, principalmente em virtude da publicação da Resolução CNJ 324/2020, que instituiu diretrizes e normas de Gestão da Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – PRONAME.

Outro ponto a se observar é que, no decurso do semestre, estará sendo realizado dentro da Coordenadoria a alimentação do portal dos Dados Históricos com os dados e a documentação digitalizada advinda das Câmaras dos Vereadores e Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, o que poderá ensejar um maior número de acessos ao Portal.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

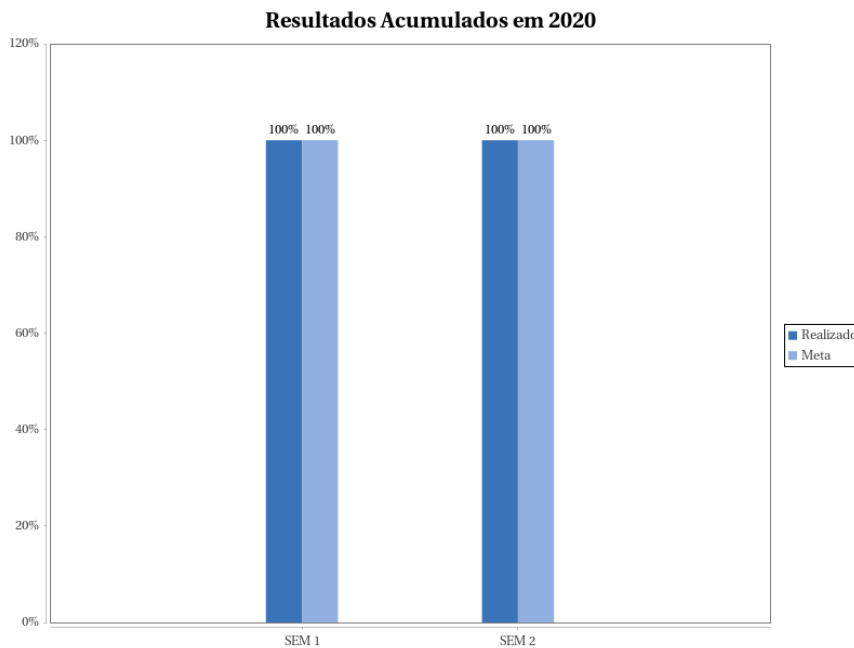
Persiste a necessidade de esforços para a consolidação dos dados eleitorais de todas as eleições, reforçando-se a necessidade de construção de um processo de trabalho para não só organizar, consolidar e disponibilizar, mas também contextualizar os dados para o público de forma fácil e acessível.

A soma de esforços da SEGDOC com a recém-criada SECGIN (Seção de Gestão da Informação e Jurisprudência) pode criar melhores possibilidades para uma atualização mais robusta do conteúdo da página dos Dados Históricos de Eleições no Rio de Janeiro.

Riscos associados ao objetivo

As atividades relacionadas à atualização de informações das eleições pode ser amplamente impactada caso ocorram os seguintes fatores:

deslocamento de servidores para atividades relacionadas à eleição e outras demandas prioritárias, o que poderia ocasionar adiamentos em cronogramas definidos pela SECGIN para atendimento das demandas de atualização do Portal; ausência de um procedimento de consolidação das informações sobre as eleições de forma contínua e estruturada, o que depende da institucionalização de rotinas e articulação de diversas unidades do Tribunal, principalmente aquelas ligadas a gestão da informação e da TI; priorização pela Instituição do processo de trabalho da alimentação do Portal dos Dados Históricos, no intuito de que as áreas envolvidas possam organizar e disponibilizar os dados e informações de forma fácil e acessível ao público externo.

IE 17 - Índice de aderência ao planejamento de ações de cidadania**Satisfatório****Desempenho do Período: 100,00%****Responsável: EJE.****Análise de contexto**

Em função da Pandemia e seus respectivos impactos no trabalho presencial deste Regional, todas as ações socioeducativas e de divulgação da Memória Eleitoral promovidas pela EJE tiveram que ser adaptadas ao contexto remoto. Tal transformação permitiu que esta Escola trabalhasse com a postagem de vídeos educativos na plataforma do Youtube, assim como a publicação de cards educativos e vinculados a Memória Eleitoral nas mídias sociais institucionais com o mesmo objetivo, até que as atividades presenciais fossem retomadas. Para efeito de aderência cabe salientar que todas as ações planejadas sob esse novo formato, durante todo este período, foram devidamente executadas.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em relação aos vídeos de curta duração disponibilizados no Youtube (Projeto "5 Minutos de Informação" que esclarece informações sobre o processo eleitoral) foram realizadas 16 postagens, todas elas executadas de acordo com o que foi planejado.

Em relação às ações voltadas à divulgação da Memória Eleitoral foram implementadas 2 ações:

MEMORIA ELEITORAL - Urna de Madeira 04 DE AGOSTO DE 2020

MEMORIA ELEITORAL - CARROSSEL MULHERES na política 16 DE OUTUBRO DE 2020

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Tendo em vista o prolongamento das normas de distanciamento social e o continuado impacto nas ações socioeducativas promovidas por esta Escola para o exercício de 2021, torna-se necessária a manutenção das ações em formato eletrônico até que sejam restabelecidas as condições necessárias ao trato presencial de nossas atividades.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

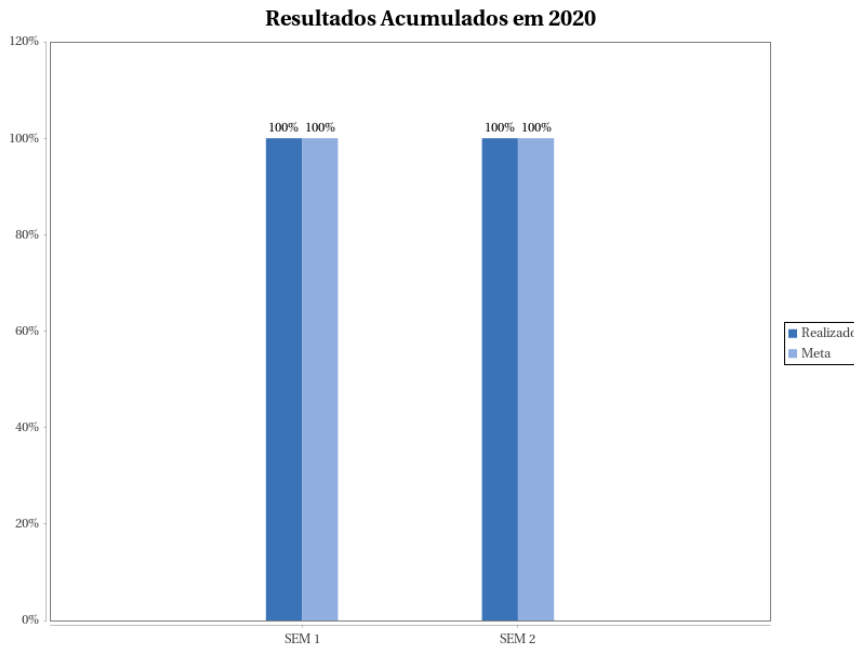
Sugere-se a continuação da disponibilização de vídeos de curta duração uma vez que a resposta exponencial por parte das visualizações possibilita uma exploração maior desse tipo de ferramenta e contribui para uma implementação mais eficiente do que será previamente elaborado via planejamento.

Acerca das ações de divulgação da Memória Eleitoral sugere-se a consolidação do projeto de digitalização do museu na proposta para o melhor desempenho das futuras ações, uma vez que tal permitirá uma visão mais ampla do acervo de memória, mais até do que o simples acesso às publicações particionadas como as que estão sendo implementadas até então. Cabe mencionar que a

medida já foi solicitada a TI e está aguardando um momento oportuno de operacionalização, uma vez que o acervo já foi devidamente digitalizado e descrito, mas q não comprometa atividades essenciais ao tribunal, principalmente no estágio excepcional que atravessamos.

Riscos associados ao objetivo

Não é possível verificar se o conteúdo disponibilizado nas mídias institucionais está sendo consumido pelo público-alvo do presente indicador. Isso comprometerá a longo prazo a eficiência das variáveis mensuráveis ainda que prevaleça alto índice de aderência das ações em questão.

IA 47 - Índice de aderência ao plano de ações socioeducativas**Satisfatório****Desempenho do Período: 100,00%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: EJE.****Análise de contexto**

Em função dos desdobramentos da Pandemia e seus respectivos impactos no trabalho presencial deste Regional prolongados para todo o exercício, todas as ações socioeducativas promovidas pela EJE para o segundo semestre continuaram a ser adaptadas ao contexto remoto. Tal transformação permitiu que esta Escola trabalhasse com a postagem de vídeos educativos na plataforma do Youtube, assim como a publicação de cards educativos nas mídias sociais institucionais com o mesmo objetivo, durante todo o exercício de 2020.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em relação as publicações nas mídias sociais, houve o encerramento do Projeto "Pensar e Refletir" e a implementação do Projeto "Você Sabia" que publicava no canal institucional do TRE-RJ vídeos de curta duração de nossos servidores palestrantes do Projeto Eleitor do Futuro a respeito de todos os temas tangentes a justiça eleitoral. Ao todo foram treze vídeos postados.

Em relação aos vídeos de curta duração disponibilizados no Youtube (Projeto "5 Minutos de Informação" que esclarece informações sobre o processo eleitoral), elas se perpetuaram durante todo o exercício totalizando no segundo semestre 15 postagens.

A Escola Judiciária Eleitoral do Rio de Janeiro (EJE-RJ), em parceria com o Laboratório Empresa e Direitos Humanos da Universidade Federal Fluminense (Ledh.UFF), apresentou o ciclo de palestras "Democracia e Inovações Digitais" que rendeu 15 vídeos postados, abordando 04 temas pertinentes aos novos desafios da Justiça Eleitoral, através do canal institucional do TRE-RJ no Youtube.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Tendo em vista o prolongamento das normas de distanciamento social para o exercício de 2021 e o continuado impacto nas ações socioeducativas promovidas por esta Escola, torna-se necessária a manutenção das ações em formato eletrônico, seu aperfeiçoamento, até que sejam restabelecidas, se um dia serão totalmente, as condições necessária ao trato presencial de nossas atividades. Para além, cumpre-se destacar que tais modelos remotos de produção de conteúdo, de transitórios tendem a se tornar

permanentes, a medida que se faz necessária a profunda adaptação de nossa estrutura de trabalho à realidade remota e virtual, dentro de uma demanda que se faz necessária para uma melhoria de qualidade e eficiência como a regularização do teletrabalho neste regional.

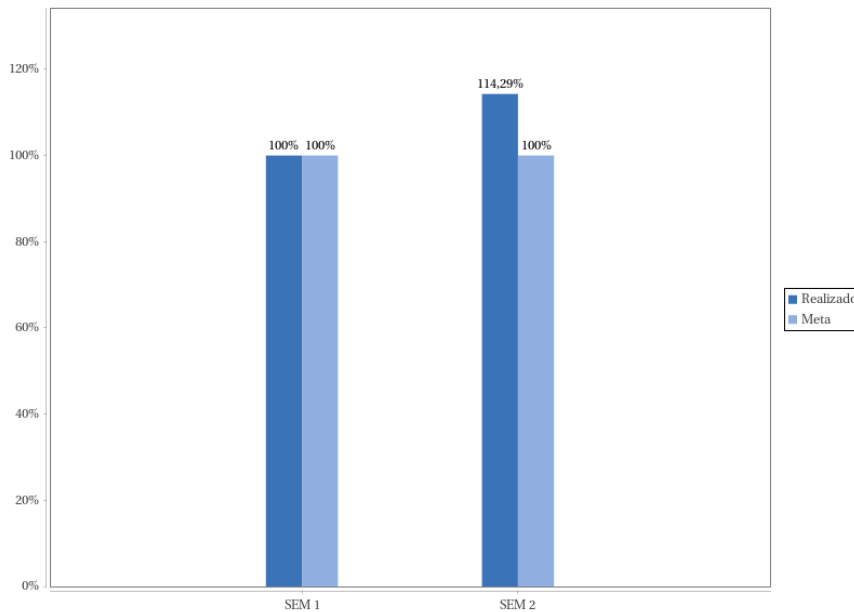
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Sugere-se a disponibilização de vídeos de curta duração uma vez que a resposta exponencial por parte das visualizações possibilita uma exploração maior desse tipo de ferramenta.

A contínua disponibilização de cursos de capacitação voltados para o manuseio de ferramentas digitais para transmissão online, acesso remoto, publicação e edição de vídeos e produção de conteúdo virtual.

Riscos associados ao objetivo

Ainda não é possível verificar se o conteúdo disponibilizado nas mídias institucionais está sendo consumido exatamente pelo público-alvo do presente indicador. O uso da plataforma Moodle nos cursos online promovidos pela EJE facilitou a resolução dessa inadaptação, contudo ainda há ferramentas em uso por essa Escola fora do Moodle para produção de conteúdo que carecem dessa especificação.

IA 48 - Índice de aderência ao plano de ações de divulgação do processo e da memória eleitorais**Satisfatório****Desempenho do Período: 114,29%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: EJE.****Análise de contexto**

Em decorrência da Pandemia de Covid 19 que sustou todas as atividades presenciais relativas a Escola Judiciária durante o exercício de 2020, dentre elas as ações de divulgação do processo e da memória eleitorais, houve a necessidade de se migrar tais ações para o contexto remoto. Ou seja, todas as ações respectivas ao tema foram disponibilizadas em plataformas de mídias sociais institucionais também neste semestre, com o fito de se alcançar o mesmo impacto previsto inicialmente para o período em contexto não excepcional como o da atual Pandemia.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em todo o ano do corrente exercício foram realizadas as seguintes ações de divulgação do processo e da memória eleitorais. As duas ultimas linhas contemplam as atividades deste segundo semestre:

MEMÓRIA ELEITORALEVENTO DATAA justiça Eleitoral Fluminense na visão dos ex-presitendes do TRE-RJ - EJE-RJ17 DE FEVEREIRO DE 2020Palestra "Judicialização da Competição Eleitoral" com Ary Jorge 20 DE ABRIL DE 2020DIA DO MUSEU - INDICAÇÃO DE 3 FILMES18 DE MAIO DE 2020MEMORIA ELEITORAL - QUEM FOI JOSÉ JOAQUIM DA FONSECA PASSOS25 DE MAIO DE 2020MEMORIA ELEITORAL - Títulos Eleitorais05 DE JUNHO DE 2020MEMORIA ELEITORAL - Urna de Madeira04 DE AGOSTO DE 2020MEMORIA ELEITORAL - CARROSSEL MULHERES na política16 DE OUTUBRO DE 2020

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Como tendência para o exercício de 2021, uma vez que permanecerão as atuais diretrizes de distanciamento social e suspensão do trabalho presencial por um longo tempo, ou pelo menos até a vacinação em massa, cabe salientar a necessidade de uma maior adequação de nossos suportes ainda presenciais para o contexto virtual de mídias institucionais nas redes sociais, dentro de uma demanda cada vez mais urgente de regularização do trabalho remoto. Dentre os quais sugiro a melhoria de nossas próprias plataformas (Intranet/Internet) de divulgação do conteúdo de memória eleitoral para o público virtual. O advento do Moodle tem ajudado muito, mais plataformas e suporte necessários para produção de conteúdo nesses moldes são uma demanda positiva para 2021.

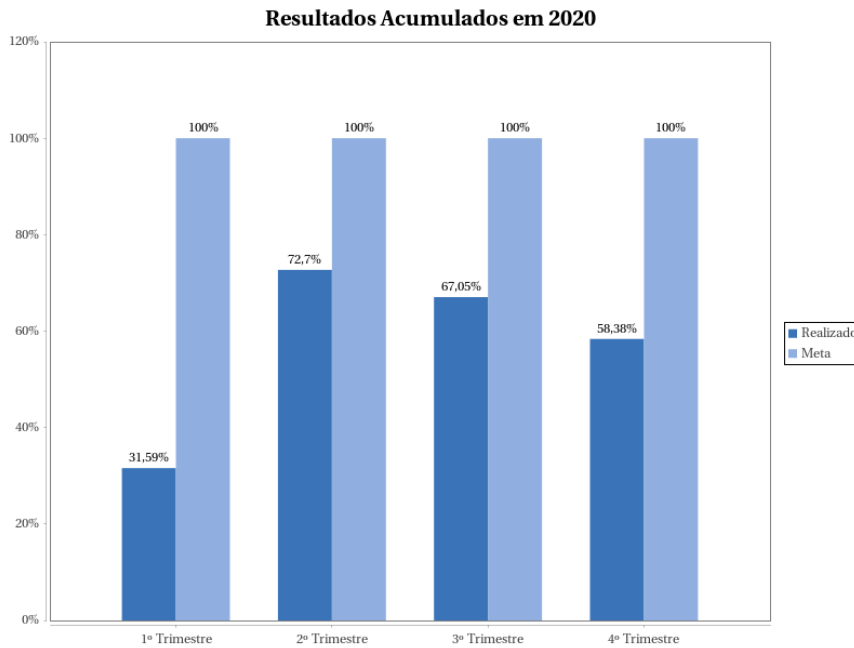
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Como proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas sugere-se:

- 1) A conclusão da virtualização do acervo de memória eleitoral (processo já com o devido andamento interno)
- 2) Ações integradas com divulgação virtual de busca de patrimônio histórico nas zonas eleitorais do interior e da capital.
- 3) A introdução da temática da memória eleitoral transversalmente em vídeos de curta duração, webinários e palestras virtuais.

Riscos associados ao objetivo

Não há risco auferível e iminente há adesão a aderência ao plano de ações de divulgação do processo e da memória eleitorais na medida em que todas as ações proposta no corrente exercício obedecem a realidade remota e por assim permanecerem no corrente exercício, caso as propostas para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas sejam levadas em consideração.

OE 07 - Desenvolver a Gestão Estratégica de Pessoas**Insatisfatório****Desempenho do Período: 58,38%****Responsável: SGP.****Análise de contexto**

Como registrado na análise do 3o trimestre, confirmou-se a previsão de queda do desempenho da SGP no 4o trimestre de 2020. A realização das eleições absorveu os recursos da Secretaria em todos os níveis. As coordenadorias mais envolvidas com a estratégia em gestão de pessoas (Csint e Cdesc) foram fortemente impactadas colaborando em força-tarefa voltada à realização das eleições, no suporte nacional aos mesários em treinamento, no acompanhamento dos casos de Covid-19, orientações às unidades com casos suspeitos ou confirmados, bem como no acompanhamento e nas providências relativas à força de trabalho nas unidades impactadas pelos afastamento.

Não se pode deixar de mencionar, no entanto, que a SGP vem apresentando desempenho insatisfatório desde 2016, quando se deu o início de sua mensuração. Pode-se concluir, portanto, que as medidas que vêm sendo adotadas para melhoria do desempenho não têm surtido efeitos positivos e que se faz necessário um diagnóstico preciso para o correto direcionamento de ações voltadas para resultados.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Observam-se os reflexos desse contexto (realização das eleições e ineficiência das medidas adotadas para melhoria do desempenho) no baixo resultado obtido. As poucas ações estratégicas realizadas no período podem ser observadas nas análises dos IE sobre o tema.

IE 18: Não foram realizadas ações relativas ao IA 49A (Índice de implantação da gestão por competências) e ao IA 51 (Índice de conhecimento eleitoral básico). Em relação ao IA 50 (Índice de aderência do PAC à estratégia), apesar do contexto, metade das demandas previstas foram realizadas.

IE 19: Dos quatro cursos previstos no Eixo Gerencial do PAC 2020 (IA 53 – Índice de capacitação na matriz gerencial), somente um foi realizado e com baixa aderência de gestores. No entanto, as demais capacitações realizadas pelos gestores apesar de não constarem do PAC, estão alinhadas com a matriz recentemente publicada. Não foram realizadas ações relativas ao IA 54A – Índice de implantação da gestão das ocupações críticas gerenciais.

IE 20: Sobre o IA 56 – Índice de implantação das ações decorrentes da pesquisa de clima organizacional, no período, foram realizadas as ações abaixo:

1.Celebração de convênio com o TJRJ – Métodos consensuais de solução de conflitos. Meta: implantação de métodos consensuais de solução de conflitos no TRERJ e compartilhamento de banco de mediadores

2.Calendário anual de atividades.

Com a realização dessas ações, o desempenho do IA alcançou 70,89% da meta, permanecendo ainda insatisfatório.

Além das ações prevista no plano de melhoria do clima organizacional, foram realizadas outras, sobretudo relativas ao manejo da pandemia de covid-19, ponto fundamental a ser trabalhado e cujo impacto sobre a favorabilidade do clima organizacional somente poderá ser verificado na próxima pesquisa (IA 55 – Índice de satisfação dos servidores com o clima organizacional – de medição bianual).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Não obstante possa-se estimar uma tendência de melhora de desempenho com a conclusão do período eleitoral, é um grande desafio fazer o diagnóstico das causas que vêm impedindo, mesmo em períodos não eleitorais, a realização das ações estratégicas planejadas. Espera-se que um diagnóstico acertado possa orientar quais medidas devem ser adotadas para uma efetiva melhoria do desempenho.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Cabe, nesse ponto, reproduzir a proposta apresentada na análise do 3o trimestre, qual seja:

Elaborar plano realista específico para 2021 voltado para a recuperação sustentável do desempenho do OE 07, alinhado com a política e as práticas do Tribunal para o ano.

Definir, com clareza, os problemas que deverão ser solucionados, onde se quer chegar até o final de 2021 e como.

Aprimorar os mecanismos de gestão para a melhoria da comunicação interna e para o melhor direcionamento das atividades.

Definir, no plano proposto, pontos de controle pré definidos para verificação do cumprimento do planejado e medição de resultados e desempenho.

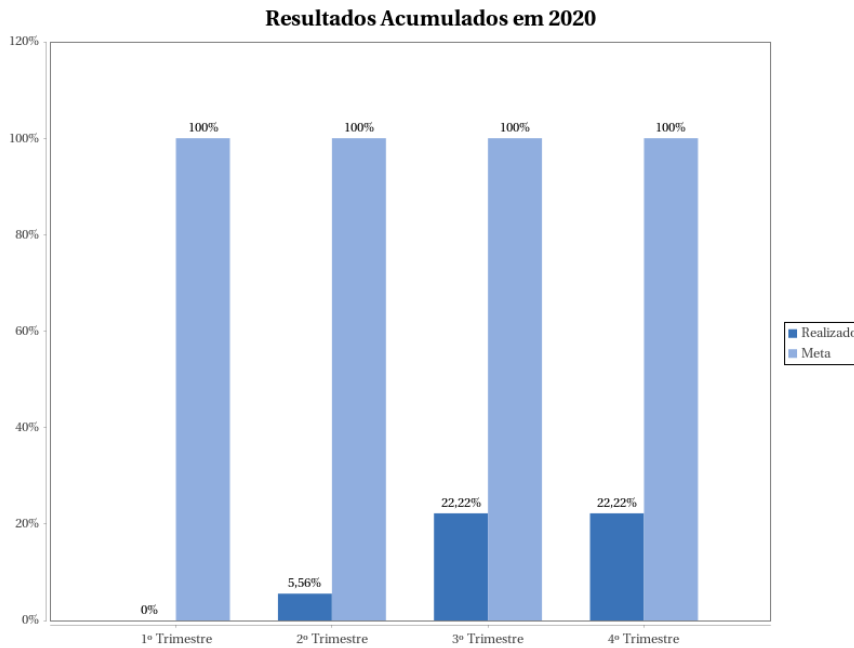
Implementar, sem concessões, ações de redirecionamento quando identificado o não cumprimento do planejado.

Implementar reunião periódica com a Diretora-Geral, se possível, a cada 2 meses, para acompanhamento do desempenho.

Riscos associados ao objetivo

Permanecem os riscos identificados na análise do período anterior relacionados à complexidade e ao volume das entregas da Secretaria de Gestão de Pessoas. Além das atividades operacionais, é importante ressaltar a concorrência das entregas, previstas para 2021 e relacionadas naquela análise, como fator de risco associado ao objetivo em ano de elaboração do próximo Plano Estratégico.

Vale ressaltar que, ao longo do primeiro mês de 2021, a Secretaria foi fortemente demandada para o atendimento das demandas dos órgãos de controle tais como Relatório de Gestão (TCU) e Justiça em Números (CNJ), não tendo sido possível iniciar as ações proposta para a melhoria do desempenho apresentadas acima.

IE 18 - Índice de desenvolvimento das competências**Insatisfatório****Desempenho do Período: 22,22%****Responsável: CDESC.****Análise de contexto**

O indicador continuou não apresentando resultado satisfatório pois as atividades necessárias para o seu atingimento foram impactadas pela pandemia, pela concorrência com outras atividades, pelo pleito e poucos servidores. Além da necessidade de fruição das férias de 2019, quatro servidores estiveram envolvidos com atividades eleitorais, sendo dois no GTM e dois cedidos para a SJD, o que corresponde a 40% do efetivo da coordenadoria. Com relação às capacitações, diante do contexto de isolamento, às áreas redefiniram suas demandas somando-se a intensificação das orientações e capacitações eleitorais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Consta como próxima etapa na implantação da Gestão por Competências, cuja proposta é iniciá-la dentro do escopo do plano de ação da STI, a participação dos gestores em curso EAD para revisão das competências técnicas. Dado o envolvimento da TI com o pleito, vimos não ser oportuno iniciar esta atividade neste período. Com relação às Capacitações estratégicas do PAC, apesar do contexto, metade das demandas previstas foram realizadas. A Matriz Básica de Conhecimento eleitoral teve sua norma retornada com orientação para revisão.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Acreditamos que com o encerramento das demandas eleitorais e retorno dos servidores às atividades da unidade poderá ser dada continuidade às ações necessárias para prosseguimento das iniciativas e neste sentido, a tendência é de melhora.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

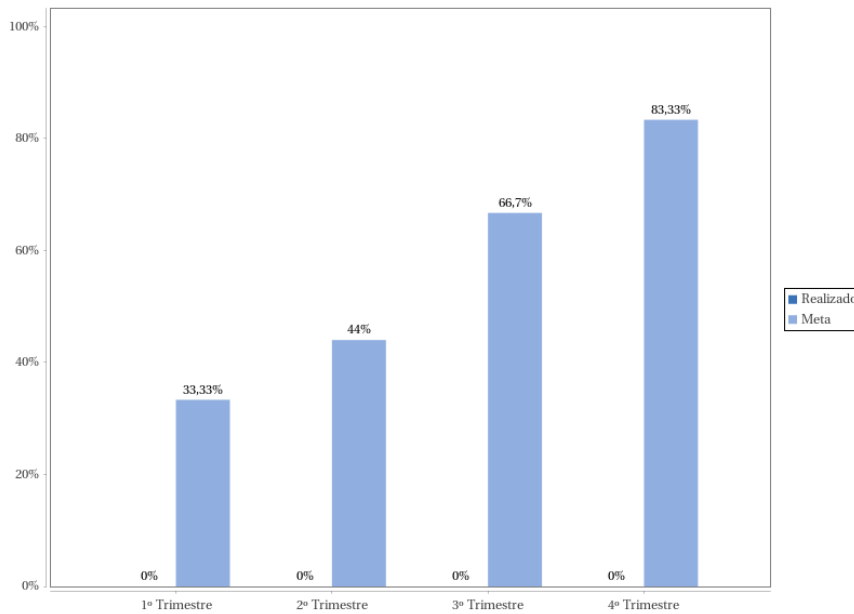
a) iniciar e concluir o protótipo da gestão por competências na STI, cuja experiência aprendida será utilizada como modelo para as demais unidades do Tribunal;

b) revisar e publicar a matriz básica de conhecimento eleitoral, para iniciar a execução das capacitações previstas.

Riscos associados ao objetivo

Os riscos são inerentes à carência de servidores e concorrência de atividades da coordenadoria, além da indisponibilidade do público para participar das ações em virtude de afastamentos de início de ano.

IA 49A - Índice de implantação da gestão por competências

Insatisfatório**Desempenho do Período: 0,00%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.****Análise de contexto**

Conforme sinalizado na análise do período anterior, o indicador manteve-se inalterado pela interrupção das ações previstas. Os meses de outubro, novembro e dezembro foram bastante corrido por conta das eleições e demandas das áreas, principalmente da STI, área cliente a ser prototipada. Todavia, este projeto está sinalizado para retomar como prioritário no início deste ano.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

As ações foram interrompidas por falta de pessoal dedicado, concorrências com demais demandas e provável indisponibilidade da área de TI para se dedicar a mais esta atividade, dada suas atividades de preparação eleitoral.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

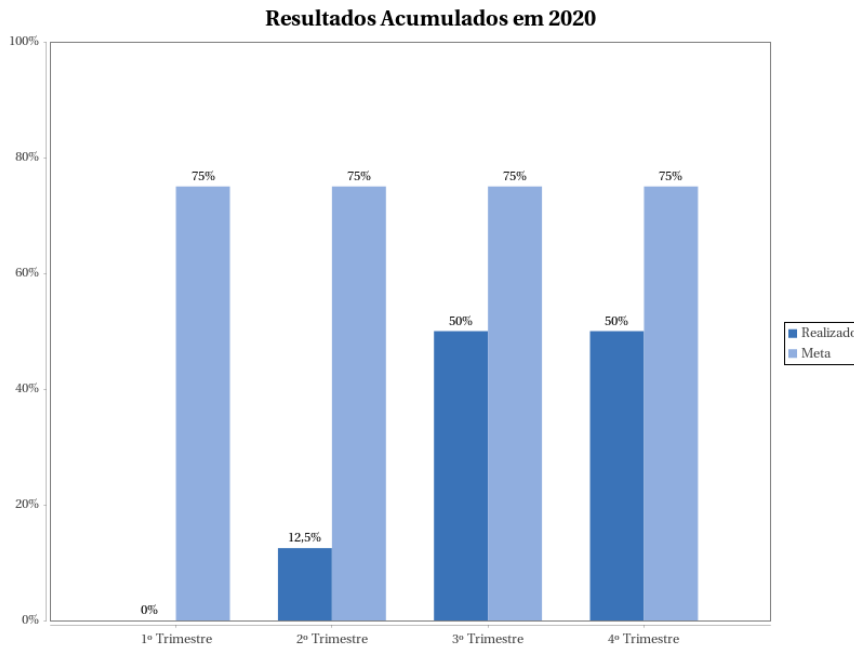
A tendência é que este indicador melhore, pois com o término das eleições, as demandas eleitorais cessaram, os servidores que estavam deslocados retornaram. O cronograma está sendo revisto para retomada ainda em janeiro, mediante aprovação da área cliente.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Ter servidores dedicados a esta atividade, exclusivamente ao menos nesta primeira implantação, desconcentrando das atividades gerenciais.

Riscos associados ao objetivo

Os riscos estão relacionados a impossibilidade de dedicação exclusiva destes servidores para esta retomada, associada demanda represada de atividades pós recesso.

IA 50 - Índice de aderência do PAC à estratégia**Insatisfatório****Desempenho do Período: 66,67%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDCOR.****Análise de contexto**

Em novembro foram realizadas as Eleições e, considerando o quadro da pandemia do Covid-19, houve uma grande mobilização do setores do TRE para apoiar as Zonas Eleitorais. Assim, houve cancelamento ou impossibilidade de realização dos cursos previstos, como por exemplo, “Gestão de Resíduos Sólidos”, que foi solicitado pela SSG, que é um setor importante para apoio às Zonas Eleitorais, no período eleitoral.

Outro exemplo é o “Congresso de RH” que estava previsto e não foi realizado, por conta da pandemia.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram realizadas consultas às unidades solicitantes dos cursos previstos no PAC – Eixo Estratégico, a fim de viabilizar a execução.

O curso do Projeto SEI FASE 2 foi elaborado pelos servidores da SEGDOC – Seção de Gestão Documental, orientados pelo Coordenador de Desenvolvimento de Competências.

No entanto, ao ser validado pela Coordenadoria de Gerenciamento Documental e da Informação precisou ser ajustado em alguns pontos que impossibilitou a disponibilização do curso para os servidores.

Apesar dos esforços envidados, dos 8 (oito) cursos previstos no PAC – Eixo Estratégico, somente 4(quatro) foram realizados.

Foi comunicado, por meio de e-mail, à Seção de Inteligência de Dados Estratégicos - SEDEST, da CPLAN, que as metas do indicador estava em 75% em todos os trimestres e que, no nosso entendimento, deveriam ser aumentadas gradualmente,

O Servidor Augusto Cesar Mazza, por meio de e-mail em 30/11/2020, informou: “Boa tarde, Guerreiro. Realmente as metas deveriam ter sido lançadas gradualmente devido ao lançamento acumulado da variável TAEPACR. Como a meta para 2021 é de 80%, sugiro manter a meta atual de 75% para o quarto trimestre de 2020. Em 2022 lançamos as metas de forma gradual.”.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A prestação de serviço de suporte ao treinamento de mesários, na internet, que foi realizado no mês de novembro, até dois dias antes da realização das eleições, realizadas em novembro, resultou no acúmulo de atividades realizadas pela SEDCOR.

O suporte era realizado por dois, dos três servidores lotados na unidade.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Acompanhamento periódico dos cursos previstos no Eixo Estratégico.

Riscos associados ao objetivo

Dificuldade de servidores que possuem filhos pequenos e em período escolar, para participação em cursos a distância.

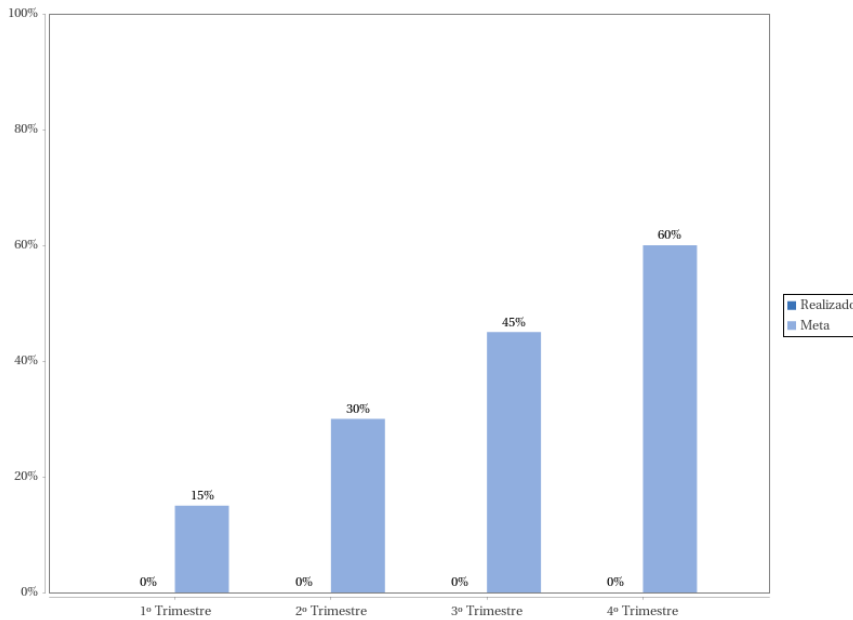
Elevado número de requerimentos para averbação de carga horária de adicional de qualificação. De janeiro a dezembro de 2020 tramitaram, aproximadamente, 1830 requerimentos, o que equivale a 200 processos mensais analisados, instruídos, registrados em sistemas próprios e decisões publicadas.

Considerando a Pandemia, houve uma concentração em cursos a distância que exige uma dedicação maior dos participantes, bem como, o número insuficiente de servidores da SEDCOR para acompanhar todos os cursos que serão realizados.

Número de servidores insuficiente na SEDCOR que possuem competências para utilização do ambiente virtual de aprendizagem.

Período eleitoral que dificulta a realização de cursos, principalmente, para gestores que estão ligados diretamente ao processo eleitoral, prestando apoio às Zonas Eleitorais.

IA 51 - Índice de conhecimento eleitoral básico

Insatisfatório**Desempenho do Período: 0,00%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDCOR.****Análise de contexto**

Com o advento da pandemia do Covid-19, o TRE suspendeu os trabalhos presenciais e, em março, os servidores iniciaram os trabalhos remotos que continua até o presente momento em sua grande maioria.

A CDESC está trabalhando em regime de escala, com um servidor por dia.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Após compilação dos resultados do questionário disponibilizado, acerca das dúvidas mais recorrentes sobre o processo eleitoral, não houve possibilidade de iniciar a elaboração da matriz por falta de pessoal.

Os servidores da CDESC estavam envolvidos com o processo eleitoral (contratação de empresa para impressão de cartilhas de mesários) e dois servidores da SEDCOR prestando apoio ao treinamento de mesários na internet, que abrangia todo o Brasil, não apenas os mesários do Rio de Janeiro.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Após a compilação dos resultados da pesquisa realizada junto a diversas unidades e servidores do TRE/RJ, será elaborado curso, na modalidade a distância e, certificação sobre o tema. No entanto, há necessidade de realização de processo de seleção interna para seleção de servidor que tenha competência técnica para ajudar na criação do treinamento.

Está prevista reunião, no início de 2020, para elaboração da matriz, bem como, elaboração da fórmula de cálculo do indicador.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

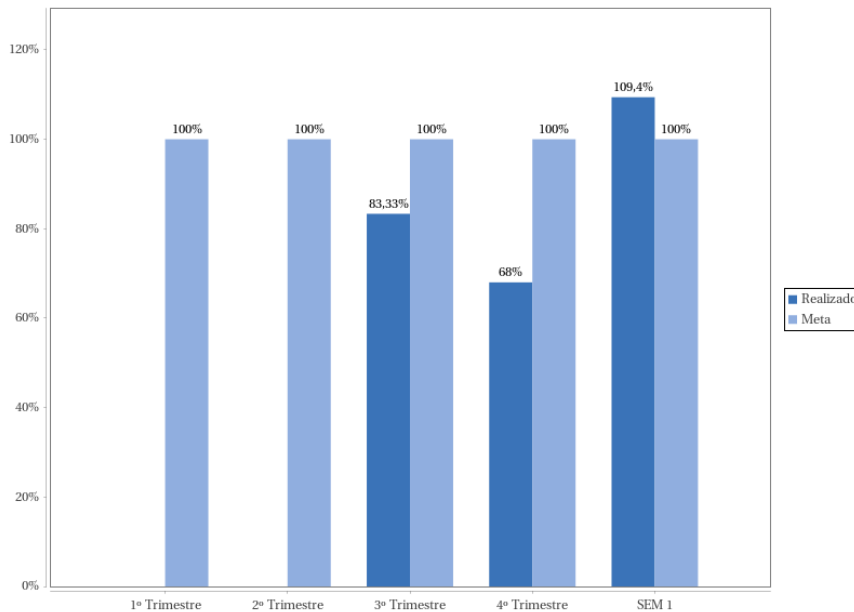
Elaboração da Matriz e da fórmula de cálculo do indicador, já no início de 2021.

Riscos associados ao objetivo

Número de servidores insuficiente na SEDCOR que possuem competências para utilização do ambiente virtual de aprendizagem.

Elevado número de requerimentos para averbação de carga horária de adicional de qualificação. De janeiro/ a dezembro de 2020 tramitaram, aproximadamente, 1.830 requerimentos.

Considerando a Pandemia, houve uma concentração em cursos a distância que exige uma dedicação maior dos participantes, bem como, o número insuficiente de servidores da SEDCOR para acompanhar todos os cursos que são realizados.

IE 19 - Índice de desenvolvimento da liderança**Insatisfatório****Desempenho do Período: 68,00%****Resultados Acumulados em 2020****Responsável: CDESC.****Análise de contexto**

O indicador apresentou resultado insatisfatório pois as atividades necessárias para o seu atingimento foram impactadas pela pandemia, pela concorrência com outras atividades, pelo pleito e poucos servidores. Além da necessidade de fruição das férias de 2019, quatro servidores estiveram envolvidos com atividades eleitorais, sendo dois no GTM e dois cedidos para a SJD, o que corresponde a 40% do efetivo da coordenadoria.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Dos quatro cursos previstos no Eixo Gerencial do PAC 2020, somente um foi realizado e com baixa aderência de gestores. As demais capacitações realizadas pelos gestores apesar de não constarem do PAC, estão alinhadas com a matriz recentemente publicada. Com relação às ocupações críticas, ficou pendente a elaboração e o encaminhamento do relatório do levantamento feito com as unidades da SGP.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é de melhora do indicador no próximo período devido ao foco no eixo gerencial do PAC, a recente revisão da apresentação do cálculo do indicador e com a conclusão do relatório de ocupações críticas gerenciais da SGP.

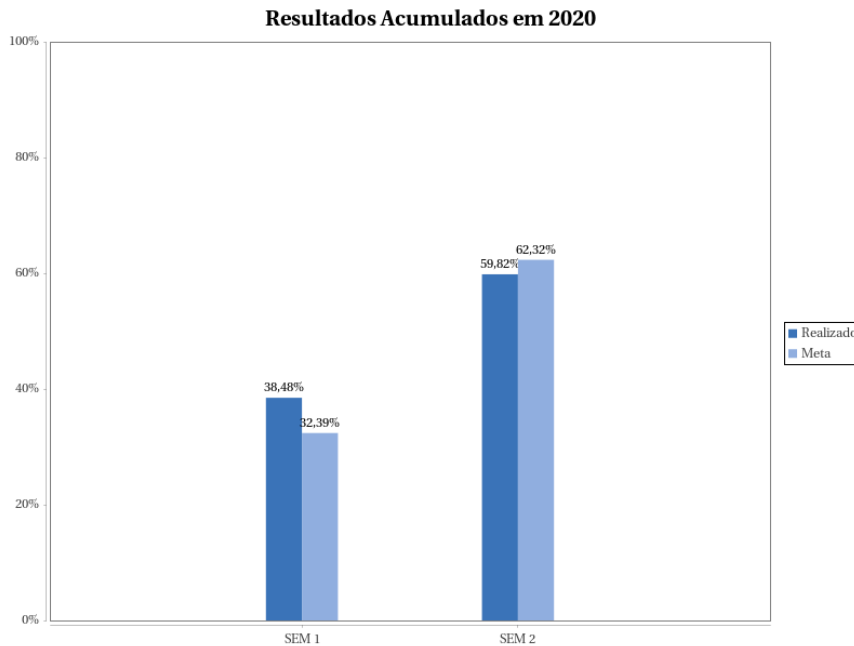
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

- a) acompanhamento do PAC, especialmente do eixo gerencial
- b) finalizar o relatório das ocupações críticas e apresentar proposta de realização nas demais secretarias.

Riscos associados ao objetivo

Indisponibilidade dos gestores para participação nas ações de capacitação gerenciais devido a afastamentos e simultaneidade de participação nos demais cursos técnicos.

Número de servidores insuficiente na SEDCOR que possuem competências para utilização do ambiente virtual de aprendizagem e desenvolvimento de ações de educação para EAD.

IA 53 - Índice de capacitação na matriz gerencial**Satisfatório****Desempenho do Período: 96,00%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDCOR.****Análise de contexto**

Pandemia do Covid19 / Eleições 2020, realizadas no mês de novembro.

O segundo semestre de 2020 foram priorizadas as atividades relacionadas ao processo eleitoral. Alguns setores precisaram de reforço de pessoal, como a SJD para registro de candidaturas. A CDESC disponibilizou dois servidores para essa força-tarefa.

A Sedcor, com apenas 3 servidores, prestou suporte ao curso de mesários na internet. Os mesários eram de todo o Brasil e não apenas do Rio de Janeiro, acarretando acúmulo de serviço no setor.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Dos quatro cursos previstos no Eixo Gerencial, somente um foi realizado e com baixa aderência de gestores.

A realização das eleições, em meio a pandemia, dificultou a realização de cursos para gestores.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Para o próximo exercício (2021) a análise será realizada, anualmente, com base nas ações previstas no PAC, no eixo gerencial. Foi solicitada correção da carga horária da variável "ChM", de 15 para 30, visto que trata-se de uma medição acumulativa, que segue a mesma forma de medição da variável "ThtM" - Horas de capacitação cumpridas pelos gestores em ações educacionais constantes na MCG, tb é informada de forma acumulada. Desta forma, verifica-se que o desempenho ao final de 2020 foi satisfatório."

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Acompanhamento na execução do PAC 2021, com atenção especial ao Eixo Gerencial

Alteração na fórmula de medição do indicador, bem como, definição do quantitativo previsto de gestores a serem capacitados, conforme descrito acima.

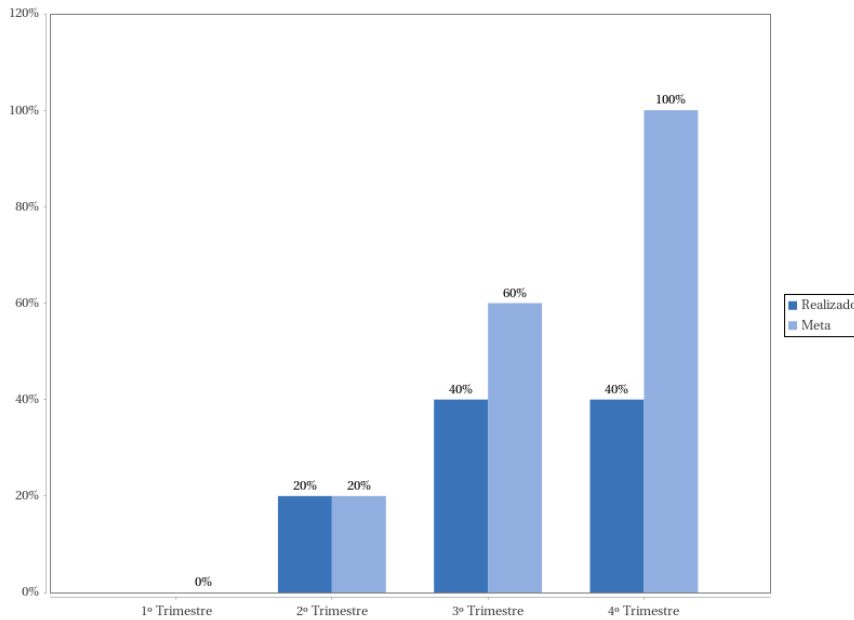
Está prevista reunião, no início de 2021, para alteração do indicador e apresentação de proposta à CPLAN.

Riscos associados ao objetivo

Número de servidores insuficiente na SEDCOR que possuem competências para utilização do ambiente virtual de aprendizagem.

Desconhecimento se todos os servidores possuem acesso ou equipamentos (hardware) disponíveis para acesso ao ambiente dos cursos.

Considerando a Pandemia, houve uma concentração em cursos a distância que exige uma dedicação maior dos participantes.

IA 54A - Índice de implantação da gestão das ocupações críticas gerenciais**Insatisfatório****Desempenho do Período: 40,00%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.****Análise de contexto**

O indicador manteve-se inalterado pela interrupção das ações previstas. Os meses de outubro, novembro e dezembro foram bastante corridos por conta das eleições e demandas das áreas. Todavia, este projeto está sinalizado para retomar como prioritário no início deste ano.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

As ações foram interrompidas por falta de pessoal dedicado, concorrências com demais demanda e férias inadiáveis de servidores.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

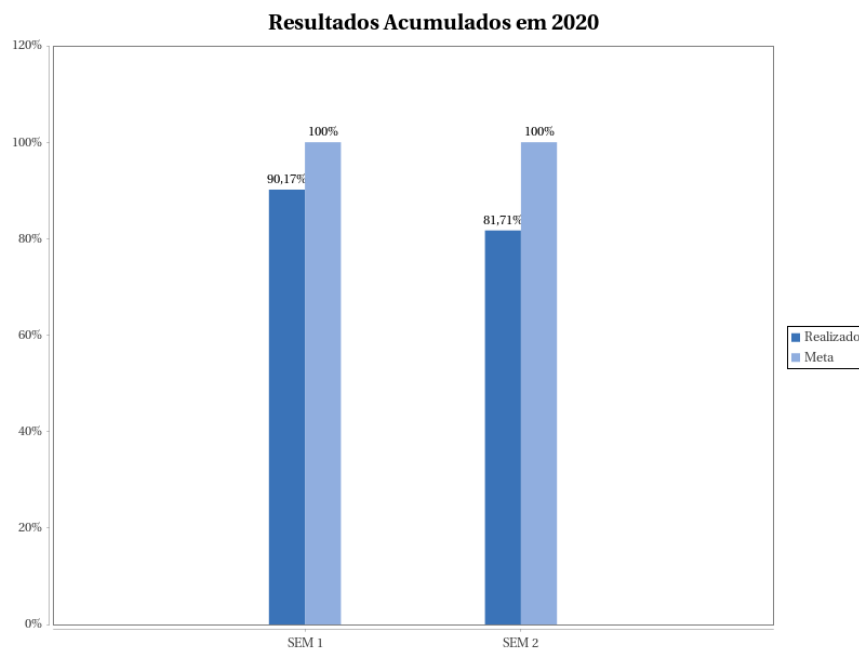
A tendência é que este indicador melhore, pois com o término das eleições, as demandas eleitorais cessaram, os servidores que estavam deslocados retornaram. As atividades que faltam poderão ser efetivas ainda no próximo período.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Ter servidores dedicados a esta atividade, exclusivamente ao menos nesta primeira implantação, desconcentrando das atividades gerenciais.

Riscos associados ao objetivo

O riscos estão relacionados a impossibilidade de dedicação exclusiva destes servidores para esta retomada, associada demanda represada de atividades pós recesso.

IE 20 - Índice de gestão para a favorabilidade do Clima Organizacional**Atenção****Desempenho do Período: 81,71%****Responsável: CSINT.****Análise de contexto**

O clima organizacional é a atmosfera psicológica que prevalece no ambiente interno da empresa, que deve ser convenientemente gerenciado, de forma que a satisfação das pessoas contribua para o êxito continuado dos processos de mudança organizacional planejada. Sendo a atmosfera subjetiva da organização, é composto de diversas variáveis, o que lhe confere instabilidade, fluidez e complexidade, típicos de ambientes humanos. Assim, o clima atua diretamente nos ambientes de trabalho, ainda que não se tenha, ou queira ter, qualquer conhecimento sobre ele. Por isso, as empresas passaram a se importar com sua influência sobre a produtividade e a motivação dos funcionários, já que negligenciá-lo não implica neutralizar seu imponente domínio. A gestão do clima, por sua vez, demanda monitoramento constante, agilidade e respostas rápidas. Planejar a melhoria do clima organizacional a longo prazo, a partir de dados passados, sem permanente reavaliação de sua pertinência, é completamente ineficaz. Ainda que, a partir de sequenciais resultados de pesquisa de clima se verifique a insatisfação sobre os mesmos fatos ou fatores, esses podem ocorrer por causas distintas, dada a volatilidade das emoções do ser humano. Outro fator de grande importância a se observar é que nem sempre a melhoria de fatores mais mal avaliados em pesquisa de clima são aqueles que elevam o moral do grupo, vindo a ser os impulsionadores da melhoria da gestão do clima organizacional. Outros fatores melhor avaliados quando impulsionados são capazes de elevar o clima, inclusive melhores outros fatores muito mal avaliados, que sequer tiveram um plano de melhoria dedicado. Dito isto, o desempenho deste semestre, com relação à implantação de planos de melhorias, aponta para a impossibilidade de se ter aplicado essa visão de gestão do clima, flexível e focada nos fatos presentes, no último período, uma vez que se focou apenas nas ações planejadas ao final da última pesquisa. Assim, é importante não perder de vista que, no primeiro semestre de 2020, foi possível elevar o desempenho relativo a este indicador pela proposição do plano do clima organizacional em decorrência da pandemia de covid-19, em acordo com o que se acredita ser a melhor gestão do clima organizacional. No semestre seguinte, relativo ao período ora analisado, em que pensam os esforços da SGP para a melhoria do clima, não puderam ser considerados no desempenho do indicador, porque não se perseguiu a burocracia ora vigente na gestão do clima organizacional.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No período, foram realizadas as ações possíveis previstas no plano de melhoria do clima organizacional e diversas outras, sobretudo no que tange ao manejo da pandemia de covid-19, o que, hoje, mostra-se o ponto fundamental a ser trabalhado para que se verifique, na próxima pesquisa, incremento da favorabilidade do clima organizacional.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

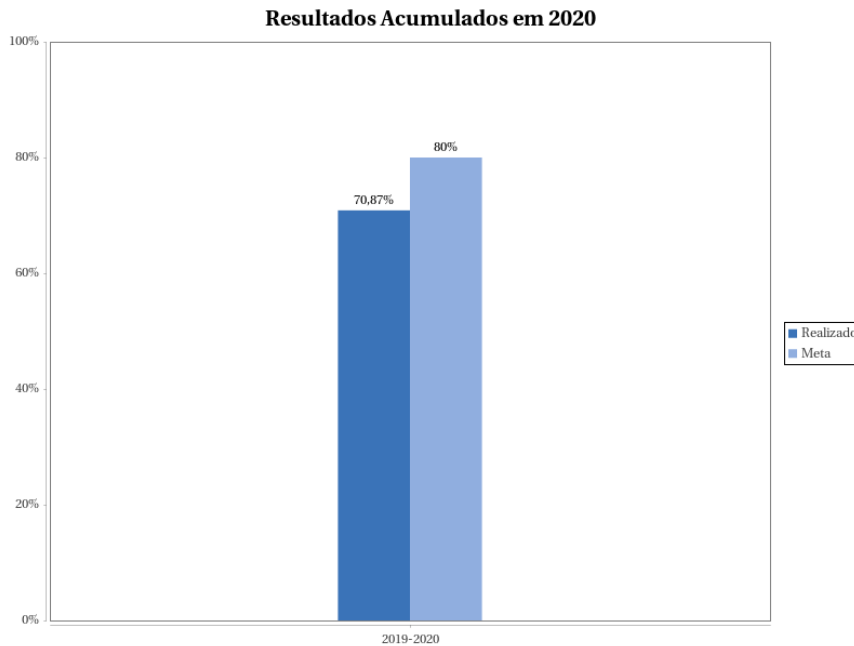
O desafio será apresentar nova metodologia da gestão do clima organizacional para que os esforços da SGP sejam demonstrados no desempenho de seus indicadores.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Aplicação da nova metodologia do clima organizacional a ser proposta.

Riscos associados ao objetivo

Manutenção da metodologia do clima organizacional em vigor.

IA 55 - Índice de satisfação dos servidores com o Clima Organizacional**Atenção****Desempenho do Período: 88,59%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSINT.**

Análise de contextoA 4ª Pesquisa de Clima Organizacional apresentou 71,85% de respostas favoráveis, resultado superior se comparado com os resultados de 2017 (62,71%), 2015(71,36%) e de 2013 (67,19%).

Houve, portanto uma interrupção de queda, se comparado à tendência dos últimos anos.

O Índice de Satisfação também foi superior, nesta pesquisa, 65,49%, contra 59,72%, em 2017, 66,20%, em 2015, e 63,62% de 2013.

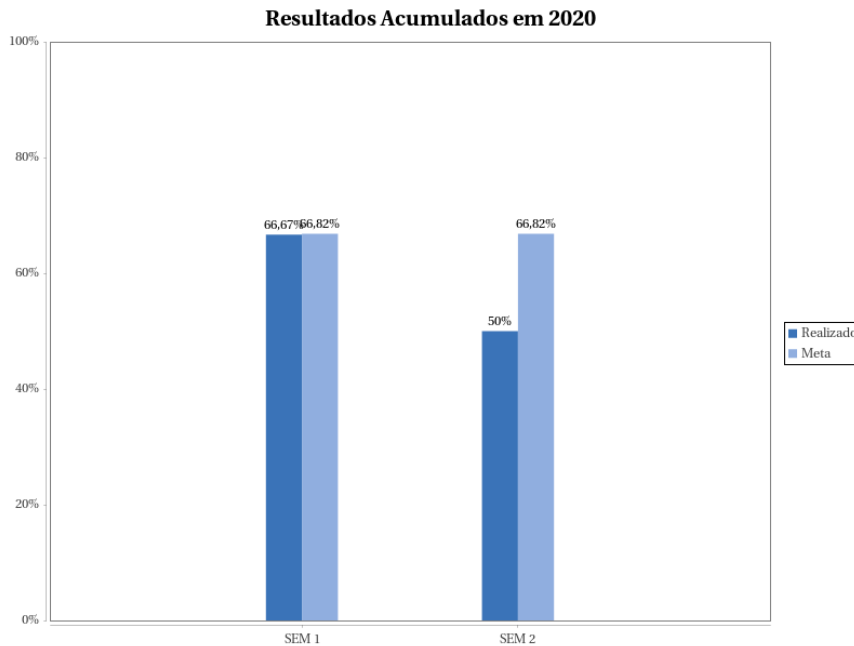
Já a participação dos servidores, percentualmente, demonstrou acréscimo, em comparação a 2017, porém, decréscimo com relação aos anos de 2017 e 2019. 32,65% (431 respondentes) em 2019; 30,90% (475 respondentes) em 2017; 52,92% (779 respondentes) em 2015 e 50,50% (739 respondentes) em 2013.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosNo último período, deu-se continuidade aos planos de melhorias elaborados em relação aos resultados da pesquisa de 2017, visto que não houve tempo hábil para conclusão dos respectivos planos de ação. Somado a isso, os fatores mais mal avaliados que serviram de subsídio para elaboração daqueles planos de melhorias permaneceram com os piores índice de satisfação, de forma que o aproveitamos daquelas ações se mostram coerentes. Com essa decisão, economiza-se recursos de toda ordem, além de se obter mais tempo para implementação de medidas que efetivamente possam contribuir para melhoria do clima organizacional.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Acredita-se que os desafios a serem enfrentados sejam de efetivar os planos de melhorias e ação planejados anteriormente diante da atenção e esforços voltados para a emergência sanitária internacional decretada em razão da pandemia da Covid-19. Pensando nisso, foi elaborado o plano do clima organizacional na quarentena, em caráter extraordinário, a fim de dar conta das demandas relativas à saúde e à segurança dos servidores no ambiente de trabalho domicilia e presencial.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasPretende-se solicitar às unidades responsáveis pela matéria relativa ao plano de ação elaborado para melhoria do clima organizacional apresentação de medidas para tratamento dos fatores/atributos cujo índice de satisfação é baixo, visando ao cumprimento da meta de realizar os planos previamente planejados. Contudo, entende-se que as ações mais eficazes para melhoria do clima, neste momento, seja o correto manejo das circunstâncias inéditas impostas pela pandemia de Covid-19 que afetam diretamente a saúde física e mental dos servidores.

Riscos associados ao objetivo Impossibilidade de cumprir os planos de ação em razão da pandemia de Covid-19.

IA 56 - Índice de implantação das ações decorrentes da Pesquisa de Clima Organizacional**Insatisfatório****Desempenho do Período: 74,83%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSINT.****Análise de contexto**

Há 8 ações de melhoria decorrentes da última pesquisa do clima organizacional, quais sejam: 1 - Vacinação dos servidores contra a gripe em 2021; 2 - Celebração de convênio com o TJRJ – Métodos consensuais de solução de conflitos. Meta: implantação de métodos consensuais de solução de conflitos no TRERJ e compartilhamento de banco de mediadores; 3 - Criação de clube de vantagens do TRERJ; 4 - Criação de espaço de convivência; 5 - Acompanhamento de ações em andamento referentes ao plano de evacuação e capacitação de brigadistas; 6 - Estudo para implementação de processo de seleção interna para ocupação de função comissionada; 7 - Estudo em conjunto com a Cosoc visando ao aprofundamento do diagnóstico de comunicação; e 8 - Calendário anual de atividades. Dessas ações, 2 foram realizadas, quais sejam: 2 - Celebração de convênio com o TJRJ – Métodos consensuais de solução de conflitos. Meta: implantação de métodos consensuais de solução de conflitos no TRERJ e compartilhamento de banco de mediadores e 8 - Calendário anual de atividades. As demais não foram realizadas pelos motivos a seguir expostos: 1 - Vacinação dos servidores contra a gripe em 2021: não havia previsão de sua realização no trimestre analisado, pois a vacinação é prevista para março/abril de 2021; 3 - Criação de clube de vantagens do TRERJ: o processo está tramitando na DG e aguarda parecer da asjuri; 4 - Criação de espaço de convivência: sobrestado em razão da pandemia de covid-19; 5 - Acompanhamento de ações em andamento referentes ao plano de evacuação e capacitação de brigadistas: sobrestado em razão da pandemia de covid-19; 6 - Estudo para implementação de processo de seleção interna para ocupação de função comissionada: aguardando apreciação superior; 7 - Estudo em conjunto com a Cosoc visando ao aprofundamento do diagnóstico de comunicação: sobrestado em razão da pandemia de covid-19.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Celebração de convênio com o TJRJ – Métodos consensuais de solução de conflitos. Meta: implantação de métodos consensuais de solução de conflitos no TRERJ e compartilhamento de banco de mediadores e Calendário anual de atividades. Com a realização dessas ações, o desempenho do IA alcançou 70,89% da meta, ou seja, insatisfatório.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Passadas as eleições de 2020, prevê-se que os processos que não tenham relação ao pleito voltem a tramitar com normalidade e, também, aquele que visa à melhoria do clima organizacional, relativo ao clube de vantagens. A ação diretamente

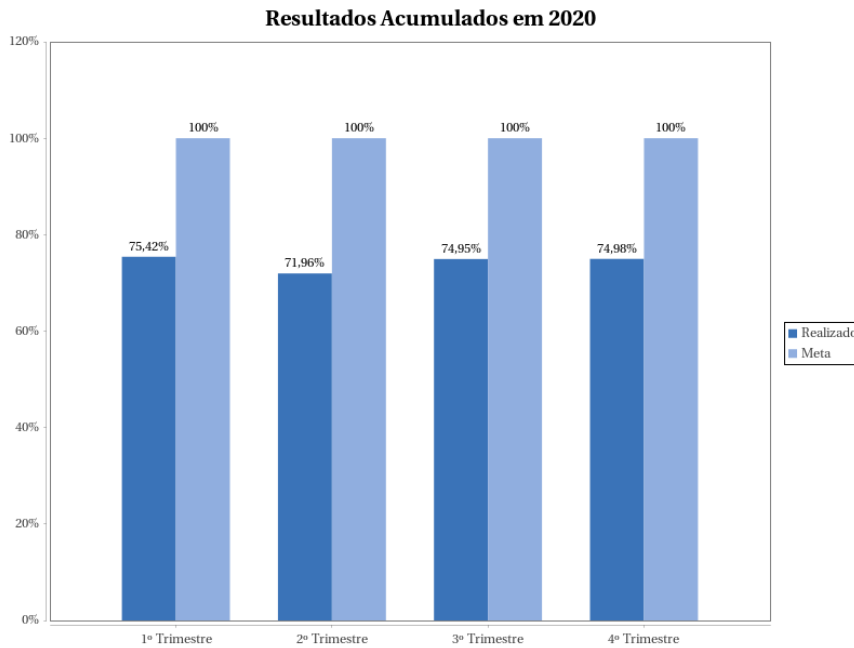
relacionada ao GT visando ao aprofundamento do diagnóstico de comunicação, então sobrestado, retomou os trabalhos neste mês. As demais ações sobrestadas por conta do trabalho remoto em razão da pandemia de covid-19 devem permanecer sobrestadas até que o trabalho presencial retome na integralidade. Assim, prevê-se que mais ações sejam implementadas no próximo período.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A proposta é alterar o processo de gestão do clima organizacional. Da forma como é a metodologia atual, apenas são consideradas ações do clima que foram previamente planejadas com base na pesquisa. Isso não leva em consideração todas as demais ações que são realizadas para responder a situações do momento, não planejadas, e que são as que mais impactam, na verdade, no clima organizacional. Trabalhar os resultados da pesquisa é fundamental, mas se manter preso a eles é ineficaz. Ações previstas logo após a realização da pesquisa nem sempre são as mais importantes semanas e meses depois. O clima é dinâmico, é uma resposta ao que acontece a cada dia. Uma boa gestão do clima deve ser diária e passível de alteração rápida. Tanto é que o alcance da meta ficou insatisfatório apesar de todos os esforços envidados na melhoria do clima organizacional no último período. Veja que, por conta da pandemia, a metade das ações foram sobrestadas, além da que não tramitou por conta da eleição. Há também ação, como a vacinação, que só pode ser realizada no próximo período, mas nem por isso ficou sem esforço para sua realização. O estudo preliminar para a compra das vacinas foi elaborado e está sendo revisado pela equipe administrativa da comissão formada para tal fim. Ou seja, mesmo para ações que constam do planejamento com data certa em período futuro e para que há esforço dedicado para sua conclusão em meses anteriores não há reflexo no presente indicador, porque sua conclusão não ocorreu no período analisado. Somado a isso, outras medidas que tenham sido adotadas para suprir a realização daquelas previamente planejadas mas que, por força alheia a vontade da unidade responsável, não puderem ser realizadas, não puderam ser consideradas, porque não contavam do planejamento inicial. Isso significa que o real desempenho não está sendo refletivo neste indicador. E isso desmerece o esforço e a dedicação dos servidores envolvidos na missão de melhorar o clima organizacional, quer dizer, acaba sendo um efeito reverso, o esforço não medido para melhoria do clima culmina na insatisfação de servidores dedicados e competentes.

Riscos associados ao objetivo

A manutenção da gestão do clima e da medição das ações da maneira ora vigente não refletirão os esforços empenhados na melhoria real do clima organizacional. Além disso, não auxiliarão a unidade responsável pelo clima a realizar as ações que realmente são relevantes, pois há sempre a preocupação de se ter bom desempenho. Isso pode acarretar um esforço direcionado ao alvo errado apenas para a efetivação do planejamento proposto e das metas estipuladas.

OE 08 - Fortalecer a governança institucional**Insatisfatório****Desempenho do Período: 74,98%****Responsável: GABPRE.****Análise de contexto**

Com índice de 74,98% ao final do quarto trimestre de 2020, o objetivo apresentou desempenho similar ao alcançado ao final do terceiro trimestre de 2020 (74,95%), porém bastante inferior ao observado ao final de 2019, quando atingiu 91,81%.

Impende salientar que no quarto trimestre de 2020, o novel indicador IE 21 (Índice de gestão participativa) passou a integrar o cálculo do OE 08.

Assim, o OE 08 passou a ser calculado a partir do desempenho dos 4 (quatro) indicadores estratégicos, a seguir relacionados:

IE 21 - Índice de gestão participativa – 94,25%

IE 22 - Índice de estruturação do mecanismo de liderança – 91,85%

IE 23 - Índice de execução e monitoramento da estratégia – 45,42%

IE 24 - Índice de adequação do mecanismo de controle – 73,53%

No que tange ao IE 21, por se tratar de indicador novo, cujas primeiras análises foram realizadas neste período, algumas dúvidas foram suscitadas em relação à interpretação da forma de medição dos IA 101 (Índice de participação nas reuniões de gestão participativa) e IA 102 (Índice de participação nas reuniões de gestão participativa), as quais precisam ser esclarecidas, a fim de assegurar a correta medição, bem como evitar dúvidas em análises futuras. Assim, resta a possibilidade de necessidade de revisão de dados, as quais podem vir a afetar seu resultado, e consequentemente do OE 08, a depender das definições a serem estabelecidas.

Comparativamente ao último semestre de 2019, verifica-se que os demais indicadores estratégicos que compõe o OE 08 apresentaram queda de desempenho, mormente o IE 23 (2019 = 87,85), seguido do IE 24 (2019 = 88,24%) e do IE 22 (2019 = 97,45%).

No que se refere ao IE 23, observa-se que o desempenho foi ainda inferior ao observado no último período. Ante a concretização de alguns riscos previstos na última análise, tais como, o recrudescimento da pandemia da covid-19 e manutenção do distanciamento social, além da realização de eleições municipais em um cenário atípico e calendário eleitoral revisado e com prazos mais exíguos, a tendência de piora de desempenho do indicador materializou-se, impactando-o negativamente, seja pela não

conclusão de etapas previstas para execução dos projetos constantes do PDE, seja pela não realização das RACs (Reuniões de Análise Crítica).

Com relação ao IE 24, à exceção da aderência ao Plano Anual de Auditoria, que a partir de sua revisão passou a contar com uma única iniciativa em 2020, todos os demais aspectos que compõem a avaliação do indicador estratégico – estruturação da gestão de riscos e controles internos, processos críticos monitorados e implementação das recomendações da unidade de controle e auditoria – apresentaram desempenhos insatisfatórios e inferiores aos observados ao final do exercício de 2019, o que se pode atribuir, principalmente, aos efeitos da pandemia da covid-19 e do atípico calendário eleitoral de 2020, em associação à manutenção das metas anteriormente estabelecidas.

Quanto ao IA 22, observa-se que apesar do ótimo resultado, seu desempenho foi bastante inferior ao de 2019, o que se atribui às desafiadoras metas estabelecidas e à complexidade das ações remanescentes para que alcance plenamente sua finalidade.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Realização das reuniões dos Conselhos, Comitês e Comissões inseridos no rol dos IA 101 e IA 102, ambos vinculados ao IE 21, como segue:- CGLGP (Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas) - 3 reuniões efetivamente realizadas de 2 esperadas, com índice de 88,9% de participação dos servidores;

- CGLAIS (Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde) - 2 reuniões efetivamente realizadas de 2 esperadas, com índice de 75% de participação dos servidores;

- CGR (Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro) - 2 reuniões efetivamente realizadas de 2 esperadas, com índice de 100% de participação dos servidores;

- CPETI (Conselho Permanente de Ética) - 2 reuniões efetivamente realizadas de 6 esperadas, com índice de 100% de participação dos servidores;

- CORZE (Comissão de Representantes de Zonas Eleitorais) - 7 reuniões efetivamente realizadas de 2 esperadas, com índice de 85,7% de participação dos servidores.

2) Realização de 2 pesquisas, em junho e julho de 2020, respectivamente, para discussão das Metas Nacionais e Específicas a serem adotadas em 2021. As duas pesquisas alcançaram a participação de 434 servidores e 95 magistrados de 1º e 2º graus, superando o quantitativo de respondentes das pesquisas de 2019. Embora a meta de participação estabelecida para o período (20%) não tenha sido atingida, a participação de 13,4% daquele público foi superior ao observado nas pesquisas de 2019 e culminou no satisfatório resultado de 89,33% de alcance da meta. (IE 21)

3) Realização de estudos e início do mapeamento e consolidação de informações sobre papéis e responsabilidades por atividades e decisões críticas no Sistema de Governança e Gestão do TRE-RJ, visando impulsionar o desempenho do indicador de apoio relativo à estruturação do sistema de governança, deliberando-se como piloto o processo de Gestão de Riscos. (IE 22)

4) Realização da 4ª RAE de 2020, por videoconferência, em 03/12/2021, mesmo que dispensada, por ser ano eleitoral, e ainda que após o prazo definido no Ato GP nº 69/2020, merecendo destaque o notório comprometimento dos gestores, não apenas em relação ao registro de dados e informações no Sistema GERIR, mas também em participarem ativamente das RAEs e envidarem esforços pelo cumprimento das deliberações do CGE, mesmo diante do contexto desafiador experimentado no ano de 2020, revelando o amadurecimento institucional em relação ao processo de monitoramento da estratégia. (IE 23)

5) Conclusão de algumas ações previstas no plano de ação destinado à implementação dos quesitos que integram a ficha do indicador IA 65 (Índice de estruturação da gestão de riscos e controles internos) e início de processo de identificação e tratamento de riscos no processo piloto “Monitorar a estratégia”. (IE 24)

6) Estruturação do processos crítico – “Fiscalizar a Propaganda Eleitoral”, elevando o quantitativo de processos críticos monitorados de 3 para 4 (total de processos críticos identificados para o ciclo estratégico vigente = 8), ressaltando-se que todos os processos passíveis de monitoramento tiveram seu acompanhamento efetivado no período. (IE 24)

7) Início das tratativas com as unidades responsáveis com vistas à execução do projeto de melhoria do processo “Julgar Prestação de Contas”. (IE 24)

8) Conclusão dos trabalhos de estruturação do mapeamento de processos da COGED, bem como da revisão do mapeamento do processo “Priorizar Soluções de TIC”, tudo e em resposta a achados de auditoria, o que pode vir a contribuir para o desempenho do indicador de apoio que mede a implementação das recomendações da unidade de controle e auditoria. (IE 24)

9) Criação de processo/base de conhecimento no sistema SEI – “Gerir plano de ação para implementação de recomendação de auditoria”, com o objetivo de facilitar não apenas o controle das atividades pelos gestores responsáveis pela execução e pelo acompanhamento sistemático da implementação dos referidos planos de ação, como também o monitoramento

por parte da Presidência, Diretoria-Geral e Secretaria de Auditoria Interna, não sendo possível, por ora, mensurar os ganhos da iniciativa, em razão do curto decurso temporal de sua implementação. (IE 24)

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Estima-se que o OE 03 mantenha-se estável ou apresente melhora em 2021, considerando que no último semestre de 2020 o desempenho foi prejudicado em razão do intenso envolvimento de todas as unidades do Tribunal na preparação e realização das Eleições 2020. Ademais, ainda que haja recrudescimento da pandemia da covid-19 e morosidade no processo de imunização, a rotina de trabalho remoto e realização de reuniões por meio de videoconferência já está internalizada e deve, sempre que possível, ser cada vez mais estimulada.

Especificamente em relação ao IE 21, embora tenha apresentado excelente resultado, estima-se melhor desempenho em razão da maior disponibilidade dos servidores e demais integrantes de conselhos, comitês e comissões para participarem das reuniões colegiadas, já que findo o ano eleitoral. Além disso, a deliberação do CGE, na 4ª RAE de 2020, no sentido de que sejam publicadas até 01/02/2021 as agendas de reuniões previstas para este exercício, é um fator que poderá auxiliar na organização dos trabalhos desses colegiados, contribuindo para o desempenho do indicador estratégico.

Estima-se, ainda, que haja estabilidade ou melhora de desempenho com relação à participação de servidores e magistrados no processo participativo de definição de metas, ressaltando o desafio relativo ao esforço que deverá ser empreendido no acompanhamento sistemático da adesão ao longo desses processos e na divulgação perante os públicos-alvo.

Em relação ao IE 22, apesar de seu ótimo desempenho, a expectativa é de piora em razão do significativo aumento das metas estabelecidas para os dois indicadores de apoio que o integram e da complexidade das ações necessárias para que sejam atingidas, sobretudo as relacionadas à estruturação do sistema de governança, as quais estão sendo conduzidas pela CPLAN, que, por sua vez, está comprometida com o processo de construção no novo Plano Estratégico.

Tal expectativa poderá ser revertida caso os integrantes do Conselho Permanente de Ética e as instâncias internas de governança com atribuição de receber e acompanhar denúncias das partes interessadas reúnam esforços a fim de concluir e dar efetividade aos itens pendentes relacionados à estruturação de padrões éticos, objeto do IA 60, e, ainda, se houver o escalonamento da meta de 2021 do indicador IA 61, conforme proposto pela CPLAN.

Quanto ao IE 23, a expectativa é que o indicador mantenha-se estável ou melhore seu desempenho, sobretudo se forem retomadas as RACs nas unidades onde o processo já foi implementando (DG, SGP, SAU, STI, SSG e SAD), utilizando-se, na hipótese de manutenção das regras de distanciamento social, o recurso de videoconferência, que também pode ser aplicado para implementar o processo nas unidades onde ainda não ocorreu. A adoção desse meio de comunicação mostra-se imprescindível para impulsionar o desempenho do indicador de apoio correspondente.

No que tange à execução das iniciativas estratégicas, ainda que não se possa esperar o retorno completo às atividades presenciais, considerando que não se trata de ano eleitoral é possível prever que haverá maior tempestividade na execução das etapas dos projetos em andamento.

Em relação ao IE 24, estima-se o melhor desempenho, considerando que já foram iniciados os trabalhos relativos ao projeto de melhoria do processo crítico “Julgar Prestação de Contas”. Outro fator que pode contribuir para o IE 24 concerne ao eventual retorno de medição do indicador de apoio IA 69A (Índice de conformidade dos cartórios), que tem histórico de bom desempenho.

Estima-se, ainda, que pode haver maior aderência às recomendações da unidade de controle e auditoria, considerando o potencial de algumas medidas realizadas, mencionadas no tópico anterior: estruturação de processos em resposta a achados de auditoria e criação do processo SEI “Gerir plano de ação para implementação de recomendações de auditoria”.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Reavaliar e validar os critérios de medição dos indicadores IA 101 e IA 102, vinculados ao IE 21, a fim de assegurar a correta medição e evitar dúvidas em medições e análises futuras. (IE 21)- Orientar os comitês/comissões no sentido de que seja aberto processo no sistema SEI, anualmente, a fim de fazer o registro da atuação do comitê/comissão, onde fiquem, ao menos, registradas as pautas das reuniões e comparecimento dos presentes, informando o respectivo número do processo à unidade responsável pela medição. A medida tem por objetivo permitir a localização das informações relativas aos trabalhos, em especial, as atas, uma vez que podem não estar publicadas em razão da falta de alguma assinatura, embora já disponível e parcialmente assinada no processo SEI. (IE 21)

- Promover ajustes na ficha técnica do IA 103, na hipótese de que venha a ser mantido no Plano Estratégico 2021-2026, uma vez que a variável TServ computa todos os servidores do Tribunal, incluindo os requisitados e, para cálculo desse indicador,

toma-se como referência o valor da variável no mês de dezembro. Em dezembro de 2020, ano eleitoral, Tserv atingiu 1802 servidores, efetivos e requisitados. Na época da aplicação das pesquisas, junho e julho de 2020, Tserv computava 1326 e 1372 servidores, pois a maioria dos requisitados para as Eleições de 2020 ainda não haviam sido disponibilizados ao Tribunal. Se, por exemplo, tivesse sido considerada a média de servidores nos meses de aplicação das pesquisas, o resultado do indicador teria ultrapassado a meta estabelecida de 15%. (IE 21)

- Submeter ao CGE a proposta de que os itens V e IX da ficha técnica do IA 60 (estruturação de padrões éticos) sejam avaliadas em reunião entre integrantes do Conselho Permanente de Ética e representantes das instâncias internas de apoio à governança (a definir), visando à deliberação conjunta sobre a melhor forma de conduzir os trabalhos relacionados àqueles itens, a fim de garantir-lhes efetividade.(IE 22)

- Concluir o trabalho de identificação dos principais papéis e responsabilidades por atividades e decisões críticas no Sistema de Governança e Gestão do TRE-RJ, em escopo mínimo. (IE 22)

- Realizar a reunião inaugural do Conselho de Governança. (IE 22)

- Instituir o Comitê de Governança de Contratações. (IE 22)

- Realizar as RACs por videoconferência, enquanto não for possível reunir presencialmente todos os integrantes do CGE e convidados da reunião em um mesmo ambiente, devido ao cenário de distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19.(IE 23)

- Elaborar plano de formação de novos gerentes de iniciativas estratégicas. (IE 23)

- Dar continuidade ao monitoramento do plano de ação destinado à implementação dos quesitos integrantes da ficha do IA 65, relativo à estruturação da gestão de riscos e controles internos (IE 24)

- Avaliar a necessidade de revisão da Metodologia de Gestão de Processos, considerando a possibilidade de ajustá-la, no que couber, à nova realidade de desenvolvimento das atividades laborais em regime domiciliar.(IE 24)

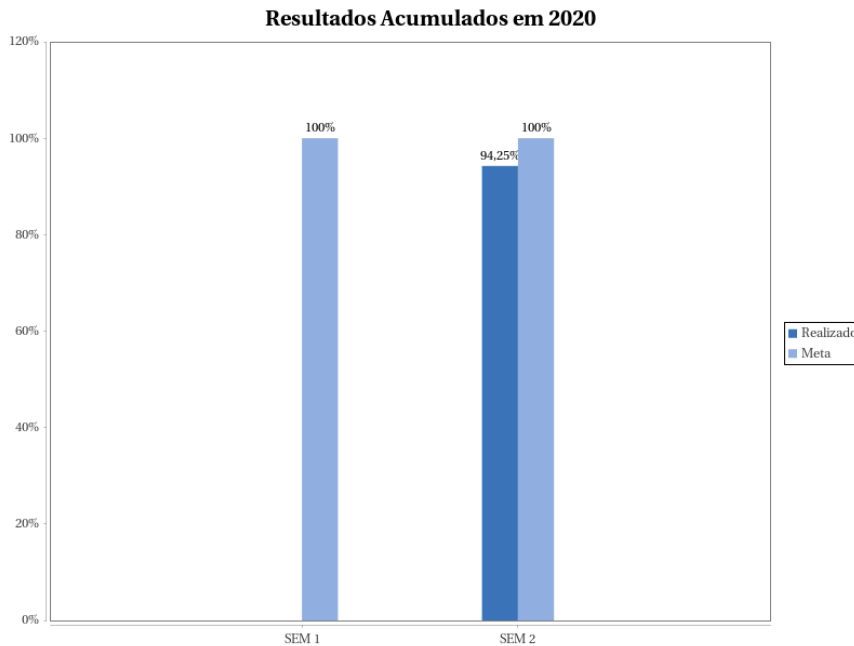
- Orientar as unidades gestoras de planos de ação decorrentes de relatórios de auditoria sobre a adoção do processo “Gerir plano de ação para implementação de recomendações de auditoria”, cuja base de conhecimento está registrada no SEI (IE 24).

Riscos associados ao objetivo

1. Recrudescimento da pandemia da covid-19 e de medidas mais rígidas de distanciamento social, o que pode impactar no desempenho de diversas atividades afetas ao escopo do objetivo e indicadores vinculados, em geral.2. Dificuldade no cumprimento dos prazos de execução dos trabalhos previstos na unidade de auditoria interna, o que poderá causar impacto na execução do PAA, em razão do reduzido quantitativo de pessoal e o ineditismo da auditoria de contas anuais, restando finalizar a relativa ao exercício financeiro de 2020, bem como iniciar a auditoria quanto ao exercício financeiro de 2021.

3. Difusão insuficiente do Código de Ética e Conduta, associada a frágeis mecanismos para recebimento de denúncias das partes interessadas internas e externas pode trazer riscos à efetivação do sistema de governança do Tribunal, ao clima organizacional ou mesmo à imagem institucional.

4. Impossibilidade de implementação dos diversos itens de controle pendentes nos indicadores relacionados ao objetivo devido à sua complexidade e ao reduzido tempo restante até a conclusão do plano estratégico vigente

IE 21 - Índice de gestão participativa**Satisfatório****Desempenho do Período: 94,25%****Responsável: DG.****Análise de contexto**

Análise registrada pela CPLAN de ordem do sr. Diretor-Geral em exercício.

O indicador estratégico IE 21 (Índice de Gestão Participativa) mede o índice de participação dos servidores na gestão e governança do TRE-RJ e a aderência das reuniões previstas para tais abordagens, assim como a participação do público interno na construção da estratégia nacional.

Trata-se da primeira medição e análise deste indicador estratégico desde que foi reformulado em atendimento a deliberação da 1ª Reunião de Análise da Estratégia de 2020 (09/03/2020).

O IE 21 registrou 94,25% de alcance da meta estabelecida para o 2º semestre de 2020, atingindo desempenho satisfatório no período.

O IE 21 é computado a partir do desempenho de três IAs, a saber:

- IA 101 - Índice de realização de reuniões de gestão participativa – 119,05%, desempenho limitado a 100% (satisfatório);
- IA 102 - Índice de participação nas reuniões de gestão participativa - 93,43% (satisfatório);
- IA 103 - Índice de participação do público interno na construção/avaliação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário - 89,33% (satisfatório).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

1. Realização, no 2º semestre de 2020, pelos Comitês e Comissões que compõem os IAs 101 e 102 do seguinte quantitativo de reuniões:

CGLGP - 3 reuniões efetivamente realizadas de 2 esperadas, com índice de 88,9% de participação dos servidores;

CGLAIS - 2 reuniões efetivamente realizadas de 2 esperadas, com índice de 75% de participação dos servidores;

CGR - 2 reuniões efetivamente realizadas de 2 esperadas, com índice de 100% de participação dos servidores;

CPETI - 2 reuniões efetivamente realizadas de 6 esperadas, com índice de 100% de participação dos servidores;

CORZE - 7 reuniões efetivamente realizadas de 2 esperadas, com índice de 85,7% de participação dos servidores;

O GABDG destaca que o Conselho Permanente de Ética, único dos comitês/comissões que compõe o indicador com periodicidade mensal de reuniões – os demais são trimestrais -, realizou apenas 2 das 6 reuniões previstas para o período. Deve-se considerar, contudo, que os preparativos para o pleito de 2020 podem ter influenciado negativamente nesse resultado. Por outro

lado, o Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas (CGLGP) e a Comissão de Representantes de Zonas Eleitorais (CORZE) realizou mais reuniões do que as planejadas para o período.

Observação: Sobre o cômputo das reuniões realizadas a orientação inicial foi de que fossem computadas no IA 101 até o limite das reuniões previstas para cada Comitê/Comissão, de modo que não houvesse distorção no indicador. No entanto a unidade responsável (GABDG) apresenta na análise do IA 101 argumentos para que não haja tal limitação (interpretação utilizada na compilação acima), os quais a CPLAN acolhe e que serão oportunamente tratados com a unidade gestora do IE 21 e do OE 08. Com vistas ao aperfeiçoamento da forma de medição do indicador, também buscar-se-á o deslinde das dúvidas apresentadas pelo GABPRE na medição das variáveis, sobre o cômputo dos suplentes no IA 102, quando está presente o titular, e sobre o cômputo dos servidores não eleitos pelos pares, mas indicados ou escolhidos pela Administração a partir de lista de inscritos.

2. Deliberação pelo Comitê de Gestão da Estratégia na 4ª RAE de 2020, realizada em 03/12, no sentido de fossem publicadas, até 01/02/2021, as agendas de reuniões previstas para 2021, fator que poderá auxiliar na organização das comissões/comitês;

3. Realização de duas pesquisas em junho e julho de 2020, uma interna e outra ampla, com envolvimento da sociedade, para discussão das Metas Nacionais e Específicas a serem adotadas para 2021. As duas pesquisas tiveram divulgação reforçada e alcançaram a participação de 434 servidores e 95 magistrados de 1º e 2º graus, superando o quantitativo de respondentes das pesquisas de 2019. Os dados de participação de servidores e magistrados foram extraídos do Relatório de Gestão Participativa, consolidado pela CPLAN e encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça, em atendimento ao requisito do Prêmio CNJ de Qualidade 2020.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Considerando que no período em análise houve intenso envolvimento de todas as unidades do Tribunal na preparação e realização das Eleições de 2020, além do cenário de pandemia de Covid-19 que impôs dificuldades inéditas ao processo, a tendência é de que em 2021 os Comitês e Comissões tenham funcionamento mais fluido e com maior participação dos servidores eletivos que os compõem, os quais, em grande parte, laboram nos cartórios eleitorais e tem dificuldades de se afastar de suas funções no período anterior ao pleito.

Quanto ao IA 103, a tendência é de estabilidade ou melhora de desempenho com relação à participação dos servidores e magistrados no processo participativo de definição de metas, caso seja possível ao menos repetir com o mesmo empenho do exercício em análise a divulgação da pesquisa interna e a do TSE.

Contudo, é necessário levar em consideração que para 2021 a meta estabelecida é 5 pontos percentuais acima da meta de 2020, passando de 15% a 20%. Portanto, será preciso que pelo menos cerca de 300 servidores e magistrados prestigiem cada uma das consultas, ou seja, 40 respondentes a mais em cada uma em relação ao medido em 2020.

Verifica-se, no entanto, a necessidade de ajustes futuros na ficha técnica do IA 103, caso este se mantenha no próximo Plano Estratégico TRE-RJ 2021-2026. A variável Tserv computa todos os servidores do Tribunal, incluindo os requisitados, e para o cálculo deste indicador toma-se como referência o valor da variável no mês de dezembro. Em dezembro de 2020, ano eleitoral, Tserv atingiu 1802 servidores, efetivos e requisitados. Embora, as pesquisas possam ser respondidas por qualquer servidor do órgão, são primordialmente direcionadas aos efetivos, que totalizam cerca de 1400. Ademais, na época da aplicação das pesquisas, junho e julho de 2020, Tserv computava 1326 e 1372 servidores, tendo em vista que a maioria dos requisitados para as Eleições 2020 ainda não haviam sido disponibilizados ao órgão. Se, por exemplo, tivesse sido considerada a média desses valores, o resultado do indicador teria ultrapassado a meta de 15% estabelecida $(264,5 / (165 + 1349) = 17,39\%)$.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

- Análise e definição pelas unidades envolvidas quanto às dúvidas e sugestões suscitadas acerca da forma de medição das variáveis do IA 101 e 102. Posteriormente, submissão dos eventuais ajustes nas fichas dos indicadores ao CGE e divulgação às áreas responsáveis pelas medições quanto ao definido;

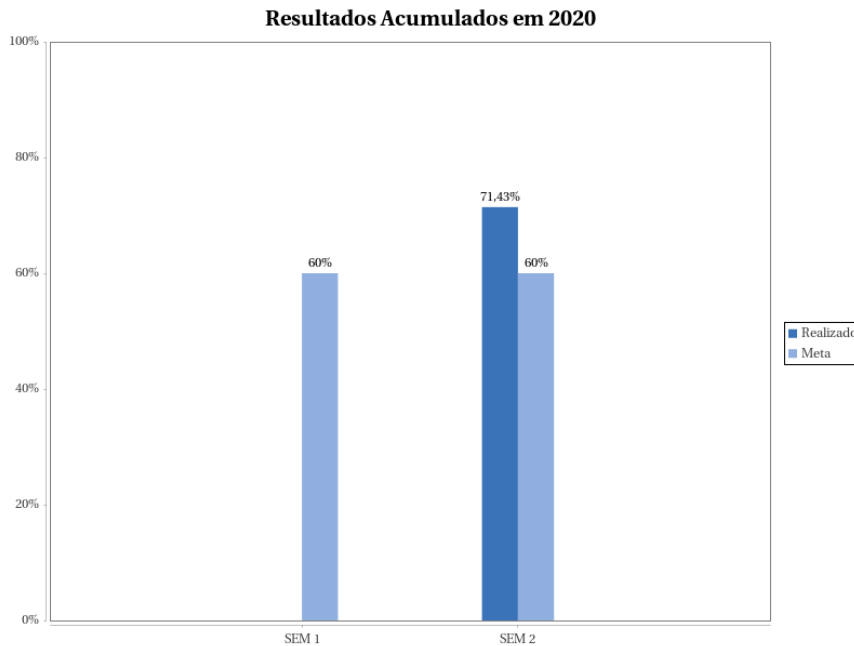
- Sugestão de que os comitês/comissões sejam orientados a abrir um processo no SEI, anualmente, a fim de fazer o registro da atuação do comitê/comissão, onde fiquem, ao menos, registradas as pautas das reuniões e comparecimento dos presentes, informando o respectivo número do processo à unidade responsável pela medição, uma vez que não havia ata de reunião disponível em algumas situações;

- Com relação especificamente à CORZE, sugere-se que os representantes dos núcleos sejam orientados a, no caso de impossibilidade de comparecimento à reunião, solicitar a outro Chefe de Cartório pertencente ao núcleo que compareça, a fim de garantir a representatividade e participação do núcleo;

- Reformulação, já em andamento pelo GABDG, da página de comissões no Portal da Transparência, a fim de possibilitar que todos os comitês/comissões possam divulgar suas atividades.
- Acompanhamento aproximado do ritmo de participação em cada pesquisa, verificando-se os efeitos de cada canal de comunicação e reiterando, quando necessário, as convocações a participar;
- Reavaliação do cômputo de servidores do IA 103, caso o indicador permaneça no próximo plano estratégico.

Riscos associados ao objetivo

- Risco de enfraquecimento da credibilidade do das pesquisas, caso os participantes entendam que suas sugestões não são consideradas;
- Risco de baixo engajamento dos servidores nas pesquisas devido a clima organizacional eventualmente desfavorável à época da consulta.

IA 101 - Índice de realização de reuniões de gestão participativa**Satisfatório****Desempenho do Período: 119,05%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: GABDG.****Análise de contexto**

O indicador em questão objetiva aferir se as reuniões das Comissões/Comitês integrados por servidores estão ocorrendo periodicamente, de forma que esteja assegurada a participação do público interno deste Tribunal - por intermédio de seus representantes - nas decisões administrativas afetas à área de atuação da comissão/comitê.

O resultado do indicador no período foi satisfatório, superando a meta definida. Cabe, no entanto, destacar que o Conselho Permanente de Ética, único dos comitês/comissões que compõe o indicador com periodicidade mensal de reuniões – os demais são trimestrais -, realizou apenas 2 das 6 reuniões previstas para o período. Por outro lado, o Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e a Comissão de Representantes de Zonas Eleitorais realizou mais reuniões do que as planejadas para o período.

Neste ponto, destaco que o registro, nas variáveis de reuniões realizadas, ficou limitado ao número de reuniões previstas. Ocorre que tal limitação, ao contrário do que se pretende, acarreta dificuldade na análise do indicador, posto que a informação sobre o real número de reuniões realizadas encontra-se registrada apenas no campo “observação”, não refletindo no desempenho do indicador. O receio de que eventual distorção pudesse ser ocasionada pela compensação de reuniões realizadas por uma comissão/comitê com aquelas que deixaram de ser realizadas por outros comitês seria facilmente percebida com a simples leitura dos dados, podendo ser abordada na análise do indicador.

A realização de mais reuniões do que o mínimo previsto em normativo, ao ficar refletida no desempenho do indicador, demonstraria que há um esforço interno na efetivação de uma gestão participativa, ainda que não viesse a alcançar determinados segmentos.

Sob tal aspecto, merece destaque a frequente e ativa atuação da Comissão de Representantes de Zonas Eleitorais, especialmente pelo papel que exerce e por ser, dentre as Comissões/comitês que compõem o indicador, aquela que possui maior representatividade de servidores.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

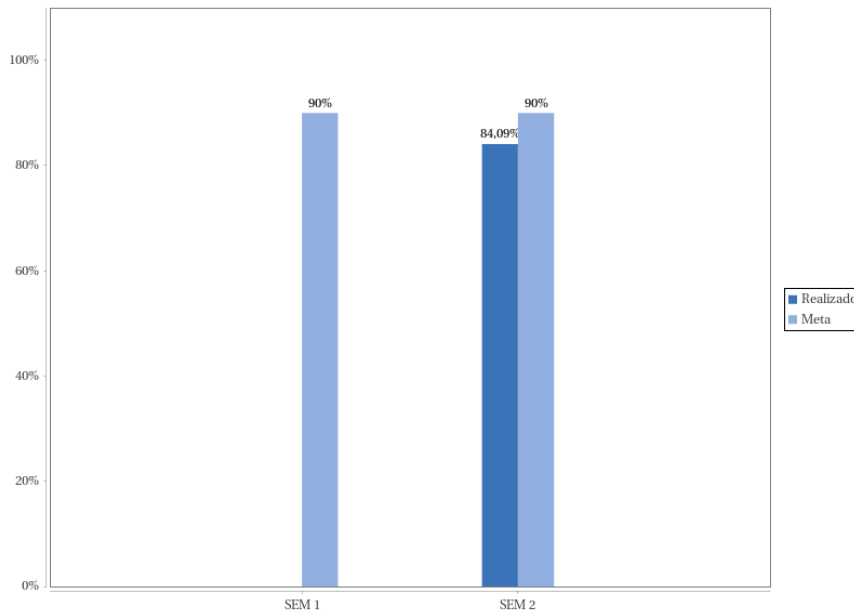
Considerando que a ausência das reuniões do Conselho Permanente de Ética foi justificado diante do envolvimento de seus integrantes com as atividades de Eleição, há uma expectativa positiva para que nos próximos períodos as reuniões passem a ocorrer com a frequência prevista, uma vez findo o Pleito Eleitoral. Além deste fator, na última RAE foi deliberado para que todos apresentassem uma agenda de reuniões anual, o que auxiliará na organização das comissões/comitês. O prazo para o cumprimento desta deliberação está previsto para 01/02/2021.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Diante do desempenho bastante satisfatório do indicador, ressalvada a sugestão de alteração dos números considerados para as reuniões realizadas face às razões acima explicitadas, nenhuma outra proposta de ação apresento neste momento, sugerindo que se aguarde o impacto da ação deliberada na última RAE - referente à agenda de reuniões – para que se analise a necessidade de outras ações.

Riscos associados ao objetivo

.

IA 102 - Índice de participação nas reuniões de gestão participativa**Satisfatório****Desempenho do Período: 93,43%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: GABDG.****Análise de contexto**

O indicador em questão objetiva aferir se os componentes das Comissões/Comitês, que representam os servidores, estão efetivamente participando das reuniões, de forma que, na prática, realmente esteja havendo participação do público interno deste Tribunal nas decisões administrativas afetas à área de atuação da comissão/comitê.

O resultado do indicador no período, apesar de não ter alcançado a meta de 90%, apresentou desempenho satisfatório, alcançando o percentual de 84%. Exceto pelo Comitê Gestor Local de Atenção à Saúde, todos os outros comitês/comissões computaram ausência de representantes de servidores no quarto trimestre.

Reputa-se tal fato ao envolvimento dos membros com as atividades das Eleições, que demandaram contínua dedicação no período, tendo em vista as datas do Pleito, em 15 e 29 de novembro. Cumpre destacar que um dos dados que mais afetou no desempenho do indicador foi o relativo à CORZE. Verificou-se, no entanto, que, especialmente na última reunião, foi registrada a ausência de vários membros, sendo que se tratou de reunião com pauta específica, demandada pelos representantes das Zonas Eleitorais (cartão BB), razão pela qual participaram apenas os núcleos interessados no assunto.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Considerando que, nos próximos períodos, as demandas relativas ao Pleito Eleitoral deixarão de ser tão intensas, reputa-se que há grande tendência a se alcançar melhor desempenho do indicador.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Com relação ao cômputo dos dados, deve ser ressaltado questionamento efetuado pelo Gabinete da Presidência, quanto à inclusão do servidor indicado pela Presidência, no cômputo dos servidores do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau, tendo em vista que, nas discussões de construção do indicador, foi destacada a importância de se focar nos servidores eleitos.

Neste ponto, pondero que, independentemente da forma de escolha do representante, se a atuação dele é destinada a representar a opinião dos servidores, de algum modo há gestão participativa. Diferente é a situação daqueles que, mesmo sendo

servidores, atuam em razão da função que exercem e não como representantes, bem como daqueles que atuam exercendo um papel técnico.

No entanto, se confirmado o objetivo de serem computados apenas os servidores eleitos, as comissões/comitês devem ser comunicadas de que, nas atas das reuniões, sejam identificados os participantes como tais, facilitando, assim, a medição do indicador.

Com relação ao questionamento do Gabinete da Presidência no que se refere ao cômputo de membros efetivos e suplentes no total de servidores que compareceram à reunião, verifica-se que, nas observações das variáveis, consta a seguinte redação: “na ausência do titular, a participação de seu representante/suplente será computada para o indicador”. De sua interpretação, extrai-se que apenas serão computados os titulares, sendo autorizado o cômputo do respectivo suplente caso o primeiro esteja ausente. No entanto, a fim de se evitar maiores dúvidas, sugere-se a alteração da redação da observação que consta na ficha da variável anteriormente a esta para: “ Serão considerados, no cômputo do indicador, apenas os membros titulares do Comitê que o compõem na qualidade de servidores e não como titulares de unidade” .

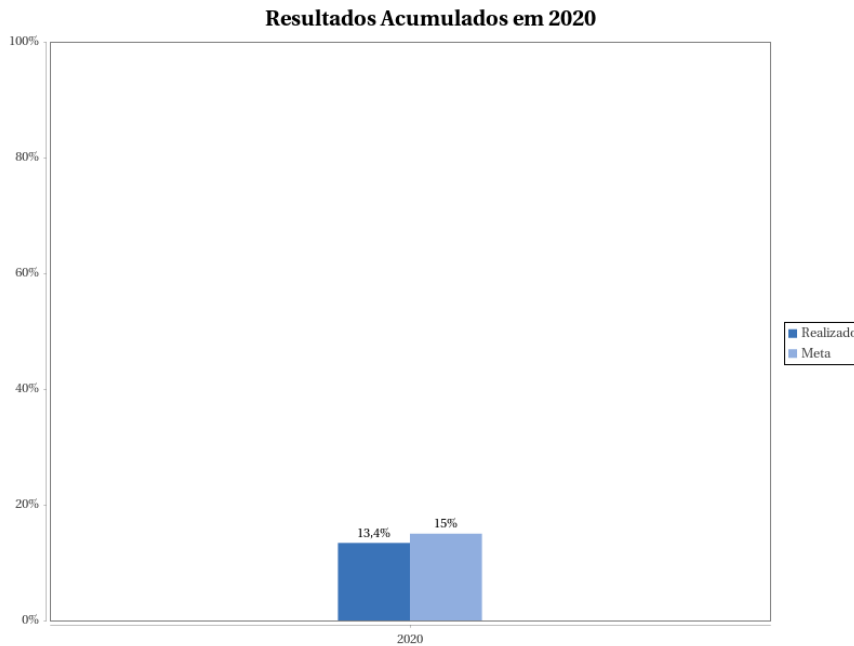
Como proposta de ação, considerando que não havia ata de reunião disponível em algumas situações, sugere-se que os comitês/comissões sejam orientados a abrir um processo no SEI, anualmente, a fim de fazer o registro da atuação do comitê/comissão, onde fiquem, ao menos, registradas as pautas das reuniões e comparecimento dos presentes, informando o respectivo número do processo à unidade responsável pela medição.

Com relação especificamente à CORZE, sugere-se que os representantes dos núcleos sejam orientados a, no caso de impossibilidade de comparecimento à reunião, solicitar a outro Chefe de Cartório pertencente ao núcleo que compareça, a fim de garantir a representatividade e participação do núcleo.

Por fim, cumpre ressaltar que o Gabinete da Diretoria-Geral está reformulando a página de comissões no Portal da Transparência, a fim de possibilitar que todos os comitês/comissões possam divulgar suas atividades.

Riscos associados ao objetivo

.

IA 103 - Índice de participação do público interno na construção/avaliação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário**Satisfatório****Desempenho do Período: 89,33%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CPLAN.****Análise de contexto**

O indicador de apoio IA 103 mede a participação de servidores e magistrados de 1º e 2º graus nas consultas realizadas com o objetivo de construção ou avaliação da Estratégia Nacional. No exercício de 2020, primeiro ano de medição do indicador, foram realizadas duas consultas ao público interno do TRE-RJ que se adequam aos critérios dispostos na ficha técnica indicador, ambas voltadas para a definição das Metas Nacionais que viriam a ser adotadas pela Justiça Eleitoral em 2021.

A primeira pesquisa foi realizada pelo TRE-RJ no período de 15 a 23/06/2020, com vistas a subsidiar a elaboração da proposta de metas a ser levada à discussão no subcomitê da região Sul/Sudeste da Rede de Governança Colaborativa, do qual o TRE-RJ faz parte. Nessa pesquisa, aferiu-se a participação de 244 servidores, 58 magistrados de 1º grau e 4 magistrados de 2º grau.

A segunda pesquisa foi conduzida pelo TSE e disponibilizada no período de 13 a 29/07/2020, com vistas a subsidiar a elaboração da proposta de metas da Justiça Eleitoral, posteriormente levada à discussão dos TREs na 2ª Reunião Preparatória do XIV Encontro Nacional, realizada em 25 e 26/08/2020. De acordo com o relatório disponibilizado pelo TSE, aferiu-se na pesquisa de âmbito nacional a participação de 190 servidores, 28 magistrados de 1º grau e 5 magistrados de 2º grau do estado do Rio de Janeiro.

Desse modo, as duas pesquisas obtiveram um total de 529 servidores e magistrados participantes, o que corresponde à média de 265 respondentes por pesquisa. Como o indicador é calculado na forma de percentual da média de participantes sobre o total de servidores e magistrados do TRE-RJ, o IA 103 alcançou resultado de 13,40%, não alcançando a meta estabelecida para 2020, de 15%, porém atingindo o desempenho de 89,33%, considerado satisfatório. Cabe destacar que o desempenho em 2020 superou em 2,40 pontos percentuais o desempenho de 2019, conforme histórico consignado na ficha do indicador (11%).

Os dados de participação de servidores e magistrados foram extraídos do Relatório de Gestão Participativa, consolidado pela CPLAN e encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça, em atendimento ao requisito do Prêmio CNJ de Qualidade 2020. Referido relatório está disponível à consulta no sítio eletrônico do TRE-RJ, no menu Transparência e Prestação de Contas / Acesso à Informação / Audiências públicas, consultas públicas ou outras formas de participação popular.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

As ações implementadas para divulgação das pesquisas internas de metas 2021 foram relatadas no Relatório de Gestão Participativa 2020. Foram utilizados para esse fim os seguintes canais de comunicação: Notícias no sítio do TRE-RJ na Internet, Avisos (Intranet), E-mail, Whatsapp, Blog jornalístico do TRE-RJ, Redes Sociais (Facebook, Instagram e Twitter).

Cabe ressaltar que em 2020 notou-se maior participação por parte dos magistrados de 1º e 2º graus nas pesquisas, em comparação com o registrado nos Relatórios de Gestão Participativa de exercícios anteriores. Pode-se indicar como fator preponderante para a maior aderência junto a esse público o comprometimento da equipe do Gabinete da Presidência na divulgação das pesquisas junto aos juízes eleitorais e membros do Tribunal. Vale destacar ainda que, na pesquisa em nível nacional, conduzida pelo TSE, o TRE-RJ teve um dos melhores quantitativos de adesão dentre os tribunais de grande porte.

Relevante ainda destacar a parceria com a COSOC, que providenciou a divulgação das pesquisas nas mídias sociais do Tribunal. A esse respeito, no que tange à pesquisa realizada pelo TSE, que é aberta à sociedade, verifica-se que ainda há espaço para fortalecimento da gestão participativa no que tange à adesão do público externo do RJ.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é de estabilidade ou melhora de desempenho com relação à participação dos servidores e magistrados no processo participativo de definição de metas, caso seja possível ao menos repetir com o mesmo empenho do exercício em análise a divulgação da pesquisa interna e a do TSE.

Contudo, é necessário levar em consideração que para 2021 a meta estabelecida é 5 pontos percentuais acima da meta de 2020, passando de 15% a 20%. Portanto, será preciso que pelo menos cerca de 300 servidores e magistrados prestigiem cada uma das consultas, ou seja, 40 respondentes a mais em cada uma em relação ao medido em 2020.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

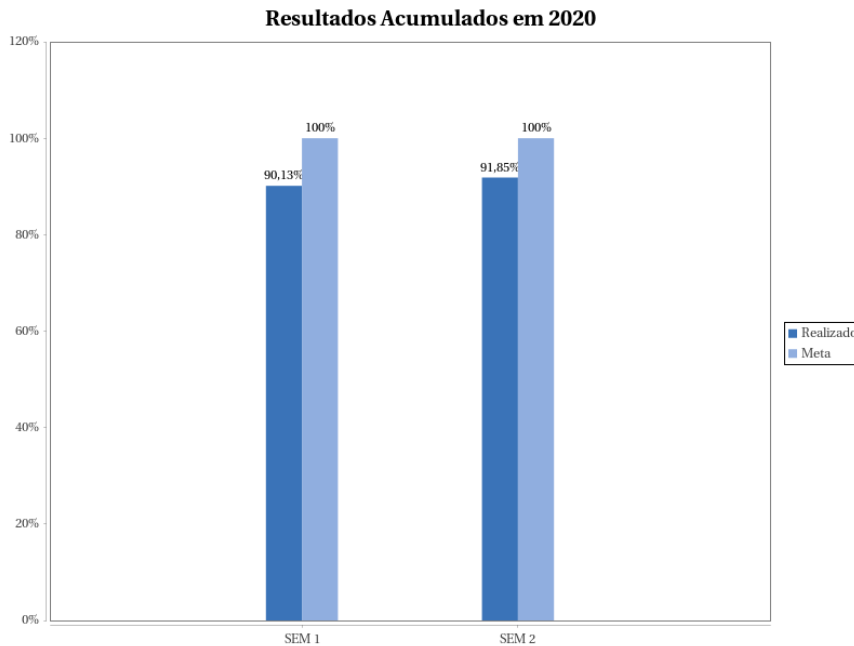
Vislumbra-se como pertinente que se mantenha um acompanhamento aproximado do ritmo de participação em cada pesquisa, verificando-se os efeitos de cada canal de comunicação e reiterando, quando necessário, as convocações a participar. Conceder um período maior para a disponibilização da pesquisa interna conduzida pelo TRE-RJ também pode ter impacto positivo sobre as participações, tendo em vista que em 2020 a pesquisa ficou no ar por apenas 9 dias. Para tanto, é necessário que os preparativos iniciem o quanto antes, a partir da disponibilização das orientações pelo subcomitê regional. Outras técnicas de comunicação podem também ser testadas, de forma a tornar a participação na pesquisa mais atraente.

Verifica-se, ainda, a necessidade de ajustes futuros na ficha técnica do indicador, caso este se mantenha no próximo Plano Estratégico TRE-RJ 2021-2026. A variável Tserv computa todos os servidores do Tribunal, incluindo os requisitados, e para o cálculo deste indicador toma-se como referência o valor da variável no mês de dezembro. Em dezembro de 2020, ano eleitoral, Tserv atingiu 1802 servidores, efetivos e requisitados. Embora, as pesquisas possam ser respondidas por qualquer servidor do órgão, são primordialmente direcionadas aos efetivos, que totalizam cerca de 1400. Ademais, na época da aplicação das pesquisas, junho e julho de 2020, Tserv computava 1326 e 1372 servidores, tendo em vista que a maioria dos requisitados para as Eleições 2020 ainda não haviam sido disponibilizados ao órgão. Se, por exemplo, tivesse sido considerada a média desses valores, o resultado do indicador teria ultrapassado a meta de 15% estabelecida ($264,5 / (165 \cdot 7 / 1349) = 17,39\%$).

Riscos associados ao objetivo

- Risco de enfraquecimento da credibilidade do instrumento, caso os participantes entendam que suas sugestões não são consideradas;

- Risco de baixo engajamento dos servidores devido a clima organizacional eventualmente desfavorável à época da consulta.

IE 22 - Índice de estruturação do mecanismo de liderança**Satisfatório****Desempenho do Período: 91,85%****Responsável: GABPRE.****Análise de contexto**

O indicador IE 22 (Índice de estruturação do mecanismo de liderança), integrado por dois indicadores de apoio, isto é, IA 60 (Índice de estruturação de padrões éticos) e IA 61 (Índice de estruturação do sistema de governança), manteve o desempenho satisfatório e um pouco superior ao observado no 2º semestre de 2020, tendo atingido o índice de 91,85%. Esse resultado, porém, é inferior ao observado no 2º semestre de 2019, quando alcançou 97,45%.

A queda de desempenho entre os dois exercícios decorre do significativo aumento das metas estabelecidas para os indicadores de apoio vinculados ao IE 22.

Em 2019, a meta do IA 60 (Índice de estruturação de padrões éticos) era de 89,58%, ao passo que a meta estabelecida para o 2º semestre de 2020 foi de 94,79%. O mesmo em relação ao IA 61 (Índice de estruturação do sistema de governança), cuja meta estabelecida para 2019 era de 53,46%, ao passo que a meta definida para 2020 foi de 66,73%.

Embora com resultado bastante satisfatório, observa-se que não houve qualquer evolução do IA 60 em relação ao primeiro semestre de 2020, mantendo-se, ao final do exercício, com o desempenho de 94,95%.

O impulsionamento do IA 60 depende da implementação de 2 (dois) itens de controle que integram a respectiva ficha técnica, a saber:

V. Ações de divulgação e promoção do conhecimento do código de ética e de conduta são efetivamente realizadas para seu público alvo.

IX. Os mecanismos para acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas estão implantados.

No que tange ao item V, acima destacado, em razão do período eleitoral e da grande sobrecarga de trabalho dos respectivos membros, não foi possível realizar reuniões do Conselho Permanente de Ética e, via de consequência, dar continuidade às ações destinadas à divulgação e promoção do conhecimento do código de ética e de conduta para seus públicos-alvo.

Quanto ao item IX, conforme consignado na última análise, embora os mecanismos para acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas estejam implantados no âmbito da Ouvidoria Eleitoral, não é possível asseverar que tais mecanismos estejam totalmente implantados nas demais instâncias internas de apoio à governança. Sob tal aspecto, sugeriu-se que a questão fosse melhor avaliada pelo Comitê de Gestão da Estratégia, a fim de que, na hipótese do CGE entender que os referidos mecanismos

ainda não estejam total ou parcialmente implantados, fosse identificadas as medidas a serem implementadas para a concretização do item de controle.

A questão não chegou a ser abordada nas Reuniões de Análise da Estratégia realizadas ao longo do segundo semestre de 2020, razão pela qual o item continua a ser considerado como “não atendido”.

No que se refere ao IA 61, apesar do pequeno incremento dos resultados observados entre o primeiro e o segundo semestres de 2020, de 56,92% para 59,23%, o considerável aumento da meta (de 53,46% para 66,73%) gerou grande impacto sobre o desempenho, que caiu de 106,48% (satisfatório) ao final de 2019, para 88,76% (indicando demanda de atenção) ao final de 2020.

A pequena evolução do IA 61 decorre do cômputo de mais 3 pontos nos quesitos do questionário de aferição, considerando-se o fortalecimento, em 2020, da atuação de Comitês recentemente estabelecidos, como o CGLGP, o CGLAIS, a CORZE e o CGovTIC. Desse modo, avaliou-se que o item IV do questionário poderia ser considerado ao menos já adotado parcialmente (“Os membros dos conselhos e colegiados superiores, da alta administração e das instâncias internas de apoio a governança cumprem seus papéis e responsabilidades relativas ao sistema de governança”).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A CPLAN apresentou o plano de ação para implementação dos quesitos integrantes da ficha do indicador, ainda não adotados integralmente, contendo o cruzamento dos quesitos integrantes da ficha do IA 61 com os do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública (que será aplicado em 2021) e ordem de priorização para a execução das ações que são viáveis de serem realizadas até 2021.

A partir do plano de ação traçado, foi priorizado o aumento do grau de implementação do item V do questionário (“As decisões críticas da organização que demandam segregação de funções estão identificadas”). Foram estudados diversos documentos referenciais sobre o assunto e realizadas pesquisas nos sites de outros Tribunais, empresas estatais e órgãos da Administração Federal. Verificou-se que embora muitos tenham informado em 2018 ao TCU o pleno atendimento do item no questionário de governança do TCU, em apenas um caso se verificou a formalização em documento publicado (TRE-MA).

A CPLAN encaminhou consulta sobre a referida prática ao TCU e, a partir da resposta, esta unidade optou por elaborar e publicar uma série de documentos denominada “Identificação dos principais papéis e responsabilidades por atividades e decisões críticas no Sistema de Governança e Gestão do TRE-RJ”. Trata-se de mapeamento e consolidação de informações sobre atividades, atores, competências e alçadas decisórias, a partir da análise dos normativos internos ao TRE-RJ, em temáticas específicas.

Escolheu-se como tema-piloto do levantamento a Gestão de Riscos, por se tratar de processo de gestão recentemente formalizado na instituição e ainda em desenvolvimento. Contudo, a intenção é que sejam elaborados e disponibilizados registros semelhantes acerca de outras áreas relevantes da gestão, a exemplo da Gestão de Contratações, Gestão de Pessoas e Gestão de TIC.

Os registros, que ficarão publicados no site do TRE-RJ, na área de Governança e Gestão Estratégica, favorecerão a transparência administrativa e facilitarão a revisão do ordenamento jurídico interno e a proposição de normas alteradoras ou complementares pelas unidades responsáveis pela governança e gestão institucionais (uma vez que permite a análise de eventuais lacunas e pontos a serem aprimorados), além de fornecer subsídio para melhoria dos controles internos e a atuação das unidades de auditoria interna.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A expectativa é de piora de desempenho, em razão do significativo aumento das metas estabelecidas para os dois indicadores de apoio que integram o IE 22: a) IA 60, de 94,79% em 2020 para 100% ao final de 2021; b) IA 61, de 66,73% em 2020 para 80% ao final de 2021.

Especificamente em relação ao IA 60, considerando o término das eleições 2020, aliado ao fato de que as unidades e servidores já estão plenamente adaptados à realização do trabalho de forma remota, é possível estimar a possibilidade de melhora do desempenho do indicador.

O desafio consiste, contudo, em que os aspectos abordados nos itens V e IX da ficha do referido indicador de apoio sejam considerados como prioridades e avaliados de forma conjunta entre os integrantes do Conselho Permanente de Ética e as instâncias internas de governança que tenham como atribuição receber e acompanhar denúncias pelas partes interessadas, a fim de assegurar, não apenas o cumprimento dos itens, de forma isolada, mas um sistema que divulgue o código de ética e conduta juntamente com os canais e mecanismos adequados para o recebimento e tratamento de denúncias pelas partes interessadas.

A situação em relação ao IA 61 mostra-se ainda mais crítica, uma vez que para manter o mesmo desempenho do 2º semestre de 2020, de 88,76%, será necessário alcançar no mínimo 93 pontos do questionário, ou seja, 16 pontos a mais que o

obtido no período ora analisado, o que possivelmente não se demonstrará viável, tendo em vista a complexidade das ações exigidas em alguns dos quesitos que restam a cumprir.

Há intenção, no entanto, de se propor o escalonamento da meta de 2021 entre os semestres, estabelecendo-se para o 1º semestre de 2021 a meta 73,37%, que corresponde à divisão em partes iguais da diferença entre a meta de 2020 (66,73%) e a de 2021 (80%). Nesse caso, seriam necessários 12 pontos de acréscimo no cumprimento do questionário para obter-se grau de desempenho próximo ao de 2020, o que se afigura mais razoável.

O desafio maior será conciliar o esforço necessário ao cumprimento dos itens que ainda não estão plenamente atendidos e as demais demandas da CPLAN e da Administração, tendo como exemplo maior as relativas à elaboração do novo Plano Estratégico do Tribunal, que estarão concentradas no 1º semestre. Reitera-se, ainda, conforme observado na análise anterior, que há um alto grau de interdependência, complexidade e abstração dos quesitos do indicador, o que implica em tendência de melhoria não linear.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

No que se refere ao IA 60, sugere-se que o tema trazido no item de controle IX da ficha do indicador ("Os mecanismos para acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas estão implantados") seja objeto de debates de deliberações do CGE. Sugere-se, ainda, que seja levada ao debate proposto a sugestão de realização de reunião entre integrantes do Conselho Permanente de Ética e representantes das instâncias internas de apoio à governança (a definir) para avaliação e deliberação conjunta sobre os aspectos trazidos nos itens V e IX da ficha do indicador IA 60.

Quanto ao IA 61, propõem-se:

- Conclusão do trabalho de identificação dos principais papéis e responsabilidades por atividades e decisões críticas no Sistema de Governança e Gestão do TRE-RJ, em escopo mínimo (item IV do IA 61);

- Realização da reunião inaugural do Conselho de Governança;

- Instituição do Comitê de Governança de Contratações.

Riscos associados ao objetivo

- A falta de um plano de comunicação sistematizado, que vise assegurar a contínua e permanente realização de ações de divulgação e promoção do conhecimento do código de ética e de conduta para os públicos-alvo (item V do IA 60), pode trazer efeitos bastante deletérios para a organização e para a manutenção de um meio ambiente de trabalho saudável e seguro.

Isso porque, a difusão de conhecimento sobre o tema é condição essencial para prevenir comportamentos inadequados e que possam vir a abalar não apenas as partes envolvidas, mas o ambiente laboral como um todo e, até mesmo, a imagem do Tribunal.

No mesmo sentido, a falta de mecanismos estruturados para garantir a recepção, o tratamento e o acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas pode gerar prejuízos idênticos (item IX do IA 60).

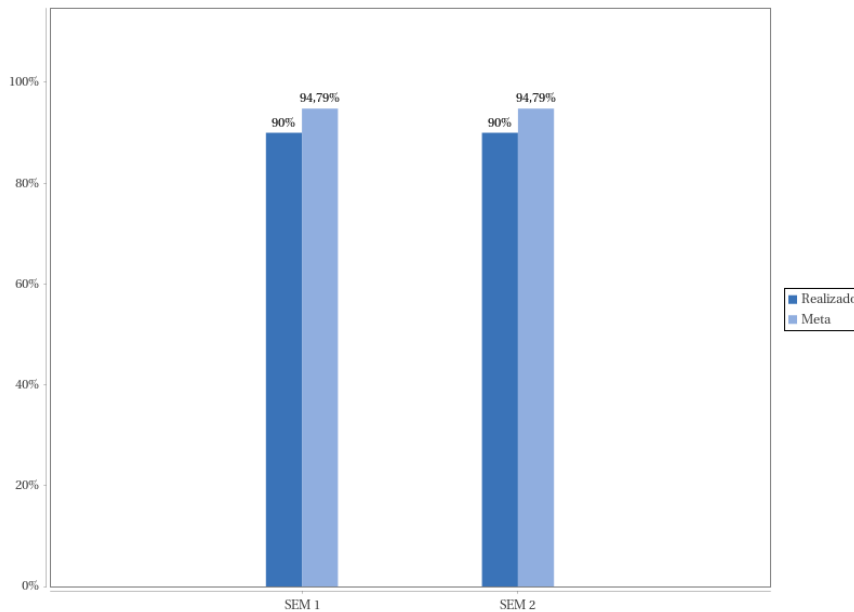
As duas medidas são complementares, posto que a ampla divulgação o Código de Ética e Conduta demanda, em paralelo, canais definidos, bem estruturados e, também, amplamente difundidos, para possibilitar às partes interessadas o registro de eventuais ocorrências, com a devida segurança.

Assim, a difusão insuficiente do Código de Ética e Conduta, associada a frágeis mecanismos para recebimento de denúncias das partes interessadas internas e externas pode trazer riscos à efetivação do sistema de governança do Tribunal ou mesmo à imagem institucional.

Ademais, cada vez mais o CNJ tem implementado medidas que visam ao fortalecimento do sistema de governança, com especial ênfase em questões afetas à ética, revelando que a estruturação dos padrões éticos é questão premente.

- Impossibilidade de implantação de mecanismos para acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas, objeto do item de controle IX do IA 60, até a conclusão do ciclo estratégico vigente.

- Impossibilidade de implementação dos quesitos ainda não plenamente adotados devido ao reduzido tempo restante até a conclusão do plano estratégico vigente.

IA 60 - Índice de estruturação de padrões éticos**Satisfatório****Desempenho do Período: 94,95%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASESPR.****Análise de contexto**

O indicador "IA 60 - Índice de estruturação de padrões éticos" não apresentou evolução no 2º semestre de 2020, mantendo o resultado de 90%. Considerando a meta estabelecida para o período, isto é, 94,79%, o desempenho alcançado foi de 94,95%, mantendo-se dentro do patamar considerado satisfatório.

Dos 10 (dez) itens de controle que compõem o indicador, 2 (dois) restam pendentes de total implementação, a saber:

V. Ações de divulgação e promoção do conhecimento do código de ética e de conduta são efetivamente realizadas para seu público alvo.

IX. Os mecanismos para acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas estão implantados.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em razão do período eleitoral e da grande sobrecarga de trabalho dos respectivos membros, não foi possível realizar reuniões do Comitê de Ética e, via de consequência, dar continuidade às ações destinadas a dar cumprimento ao item de controle V da ficha do indicador, destacado acima.

No que se refere ao item de controle IX, conforme consignado na última análise deste IA, embora os mecanismos para acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas estejam implantados no âmbito da Ouvidoria Eleitoral, não é possível asseverar que tais mecanismos estejam totalmente implantados nas demais instâncias internas de apoio à governança. Sob tal aspecto, sugeriu-se que a questão fosse melhor avaliada pelo Comitê de Gestão da Estratégia, a fim de que, na hipótese do CGE entender que os referidos mecanismos ainda não estejam total ou parcialmente implantados, fosse identificadas as medidas a serem implementadas para a concretização do item de controle.

A questão não chegou a ser abordada nas Reuniões de Análise da Estratégia realizadas ao longo do segundo semestre de 2020, razão pela qual o item continua a ser considerado como "não atendido"

Impactos das ações acima:

A falta de um plano de comunicação sistematizado que vise assegurar a contínua e permanente realização de ações de divulgação e promoção do conhecimento do código de ética e de conduta para os públicos-alvo pode trazer efeitos bastante deletérios para a organização e para a manutenção de um meio ambiente de trabalho saudável e seguro. Isso porque, a difusão de

conhecimento sobre o tema é condição essencial para prevenir comportamentos inadequados e que possam vir a abalar não apenas as partes envolvidas, mas o ambiente laboral como um todo e, até mesmo, a imagem do Tribunal.

No mesmo sentido, a falta de mecanismos estruturados para garantir a recepção, o tratamento e o acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas pode gerar prejuízos idênticos.

São medidas complementares, posto que de nada adiantará divulgar o Código de Ética e Conduta se não houver canais definidos, bem estruturados e, também, amplamente difundidos, para possibilitar às partes interessadas o registro de eventuais ocorrências, com a devida segurança.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Considerando o término das eleições 2020, aliado ao fato de que as unidades e servidores já estão plenamente adaptados à realização do trabalho de forma remota, decorrência das medidas de afastamento social impostas pela pandemia da covid-19, é possível estimar a possibilidade de melhora do desempenho do indicador, sendo necessário, contudo, que os aspectos abordados nos itens V e IX da ficha do indicador IA 60 sejam considerados como prioridades e avaliados de forma conjunta, para que tenham efetividade.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Realização de reunião entre integrantes do Comitê de Ética e representantes das instâncias internas de apoio à governança (a definir) para avaliação e deliberação conjunta sobre os aspectos trazidos nos itens V e IX da ficha do indicador IA 60.

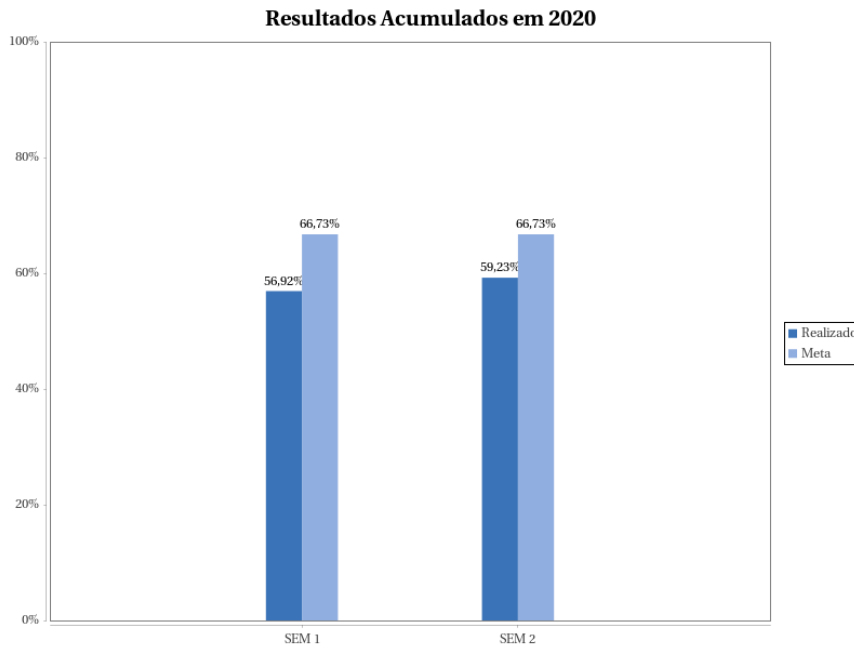
Riscos associados ao objetivo

A difusão insuficiente do Código de Ética e Conduta, associada a frágeis mecanismos para recebimento de denúncias das partes interessadas internas e externas pode trazer riscos à efetivação do sistema de governança do Tribunal ou mesmo à imagem institucional.

Ademais, cada vez mais o CNJ tem implementado medidas que visam ao fortalecimento do sistema de governança, com especial ênfase em questões afetas à ética, revelando que a estruturação dos padrões éticos é questão premente.

A difusão insuficiente do Código de Ética e Conduta, associada a frágeis mecanismos para recebimento de denúncias das partes interessadas internas e externas pode trazer riscos à efetivação do sistema de governança do Tribunal ou mesmo à imagem institucional.

Ademais, cada vez mais o CNJ tem implementado medidas que visam ao fortalecimento do sistema de governança, com especial ênfase em questões afetas à ética, revelando que a estruturação dos padrões éticos é questão premente.

IA 61 - Índice de estruturação do sistema de governança**Atenção****Desempenho do Período: 88,76%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CPLAN.****Análise de contexto**

O indicador teve um ligeiro acréscimo de resultado em relação ao obtido ao final do semestre anterior, computando 3 pontos a mais nos quesitos do questionário de aferição (2020/1: $74/130 = 56,92\%$ e 2020/2: $77/130 = 59,23\%$), o que se traduziu em aumento de 3,46 pontos percentuais no desempenho frente à meta de 66,73%, igual para os dois semestres de 2020.

Desse modo, o IA 61 alcançou 88,76% de desempenho no 2º semestre de 2020, permanecendo em estágio de atenção.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

- Apresentação pela CPLAN de plano de ação para implementação dos quesitos integrantes da ficha do indicador, ainda não adotados integralmente, contendo o cruzamento dos quesitos integrantes da ficha do IA 61 com os do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública (que será aplicado em 2021) e ordem de priorização para a execução das ações que são viáveis de serem realizadas até 2021.

- A partir do plano de ação traçado, foi priorizado ao aumento do grau de implementação do item V do questionário (“As decisões críticas da organização que demandam segregação de funções estão identificadas”). Foram estudados diversos documentos referenciais sobre o assunto e realizadas pesquisas nos sites de outros Tribunais, empresas estatais e órgãos da Administração Federal. Verificou-se que embora muitos tenham informado em 2018 ao TCU o pleno atendimento do item no questionário de governança do TCU, em apenas um caso se verificou a formalização em documento publicado (TRE-MA). A CPLAN encaminhou consulta sobre a referida prática ao TCU e a partir da resposta, esta unidade optou por elaborar e publicar uma série de documentos denominada “Identificação dos principais papéis e responsabilidades por atividades e decisões críticas no Sistema de Governança e Gestão do TRE-RJ”. Trata-se de mapeamento e consolidação de informações sobre atividades, atores, competências e alçadas decisórias, a partir da análise dos normativos internos ao TRE-RJ, em temáticas específicas. Escolheu-se como tema-piloto do levantamento a Gestão de Riscos, por se tratar de processo de gestão recentemente formalizado na instituição e ainda em desenvolvimento. Contudo, a intenção é que sejam elaborados e disponibilizados registros semelhantes acerca de outras áreas relevantes da gestão, a exemplo da Gestão de Contratações, Gestão de Pessoas e Gestão de TIC. Os registros, que ficarão publicados no site do TRE-RJ, na área de Governança e Gestão Estratégica, favorecerão a transparência administrativa e facilitarão a revisão do ordenamento jurídico interno e a proposição de normas alteradoras ou complementares pelas unidades responsáveis pela

governança e gestão institucionais (uma vez que permite a análise de eventuais lacunas e pontos a serem aprimorados), além de fornecer subsídio para melhoria dos controles internos e a atuação das unidades de auditoria interna.

- Dando ensejo ao aumento de 3 pontos na avaliação do questionário, observou-se o fortalecimento em 2020 da atuação de Comitês recentemente estabelecidos, como o CGLGP, o CGLAIS, a CORZE e o CGovTIC. Desse modo, avaliou-se que o item IV do questionário poderia ser considerado ao menos já adotado parcialmente (“Os membros dos conselhos e colegiados superiores, da alta administração e das instâncias internas de apoio a governança cumprem seus papéis e responsabilidades relativas ao sistema de governança”).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Tendência de piora de desempenho, considerando o salto da meta entre o exercício de 2020 e o de 2021, de 66,73% para 80%. Isto significa que, para manter o mesmo desempenho do 2º semestre de 2021, de 88,76%, será necessário alcançar no mínimo 93 pontos do questionário, ou seja, 16 pontos a mais que o obtido no período ora analisado, o que possivelmente não se demonstrará viável, tendo em vista a complexidade das ações exigidas em alguns dos quesitos que restam a cumprir. Há intenção, no entanto, de se propor o escalonamento da meta de 2021 entre os semestres, estabelecendo-se para o 1º semestre de 2021 a meta 73,37%, que corresponde à divisão em partes iguais da diferença entre a meta de 2020 (66,73%) e a de 2021 (80%). Nesse caso, seriam necessários 12 pontos de acréscimo no cumprimento do questionário para obter-se grau de desempenho próximo ao de 2020, o que se afigura mais razoável.

O desafio maior será conciliar o esforço necessário ao cumprimento dos itens que ainda não estão plenamente atendidos e as demais demandas da Coordenadoria e da Administração, tendo como exemplo maior as relativas à elaboração do novo Plano Estratégico do Tribunal, que estarão concentradas no 1º semestre. Reitera-se, ainda, conforme observado na análise anterior, que há um alto grau de interdependência, complexidade e abstração dos quesitos do indicador, o que implica em tendência de melhoria não linear.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

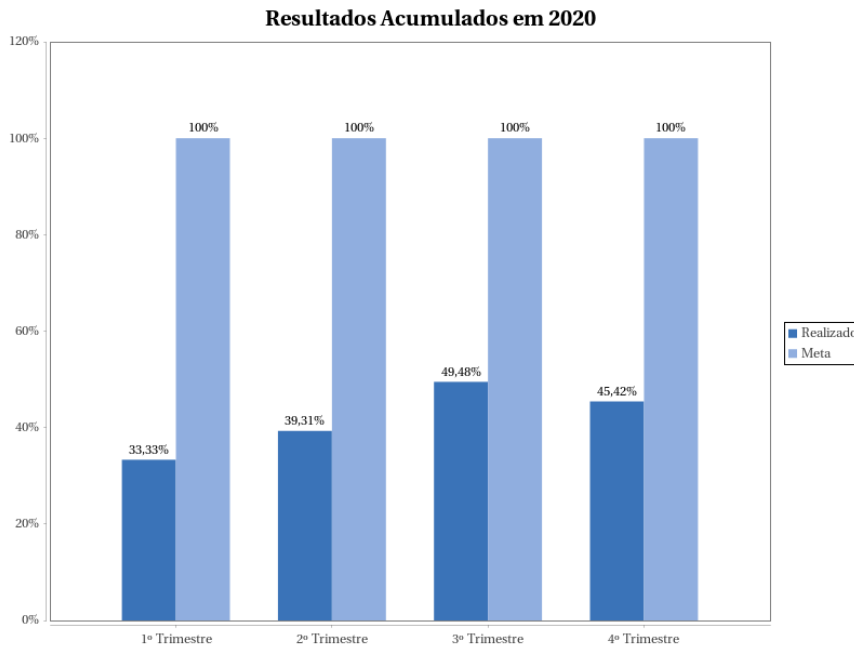
- Conclusão do trabalho de identificação dos principais papéis e responsabilidades por atividades e decisões críticas no Sistema de Governança e Gestão do TRE-RJ, em escopo mínimo;

- Realização da reunião inaugural do Conselho de Governança;

- Instituição do Comitê de Governança de Contratações.

Riscos associados ao objetivo

- Impossibilidade de implementação dos quesitos ainda não plenamente adotados devido ao reduzido tempo restante até a conclusão do plano estratégico vigente.

IE 23 - Índice de execução e monitoramento da estratégia**Insatisfatório****Desempenho do Período: 45,42%****Responsável: CPLAN.****Análise de contexto**

O indicador estratégico IE 23 (Índice de execução e monitoramento da estratégia) registrou 45,42% de alcance da meta estabelecida para o 4º trimestre de 2020, atingindo resultado insatisfatório no período, pior desempenho de quarto trimestre desde 2018.

Os indicadores de apoio do IE 23 tiveram o seguinte desempenho no período:

IA 62 (Índice de execução das iniciativas estratégicas) – 31,62% (Insatisfatório)

IA 63 (Índice de aderência de realização das Reuniões de Análise da Estratégia) - 100% (Satisfatório)

IA 64 (Índice de realização de Reuniões de Análise Crítica) – 4,63% (Insatisfatório)

A performance do IE 23 no ano de 2020 foi a pior dos últimos três anos no plano estratégico, o que pode ser atribuído aos efeitos do distanciamento social decorrente da pandemia de Covid-19, que afetaram sobretudo os resultados dos indicadores de apoio IA 62 (execução das iniciativas estratégicas) e IA 64 (RACs).

Com relação às iniciativas estratégicas, a título de comparação, com o mesmo período de anos anteriores o resultado do IA 62 em 2018 foi de 41,67%, em 2019, de 64,42% e em 2020, de 22,45%. A SEDINE, unidade que monitora a execução das iniciativas estratégicas, aponta dois fatores para o mau resultado: 1) a redução de composição do portfólio de projetos estratégicos, por conta da revisão ocorrida durante o 2º trimestre de 2020, o que dá um peso maior a cada etapa prevista para execução, em relação ao conjunto total de etapas para todas as iniciativas estratégicas e 2) as condições desfavoráveis decorrentes de um cenário com restrições de mobilidade, no qual, dos 14 projetos componentes do PDE 2.0, em vigor, 4 continuam suspensos e 1 permanece sobrestado, restando portanto apenas 9 em execução efetiva. Reitere-se que em 2020, em razão da pandemia, alguns projetos precisaram ser suspensos, sobretudo aqueles em que há necessidade de intervenções físicas, como a Implantação do sistema VoiP - FASE 1 – Caju, Rede Privada Virtual – VPN e Diagnóstico das Instalações Prediais nos imóveis ocupados pelo TRE-RJ.

Com relação às RACs, cabe registrar que o IA 64 foi profundamente afetado pelo cenário atípico decorrente da pandemia ao longo de 2020 e não houve melhora significativa no 4º trimestre. A mudança do cenário presencial para o virtual, a dificuldade de implantar um novo processo no contexto de distanciamento social e de eleições fora de época, e a suspensão do cronograma de implantação de RACs em novas unidades (COSOC, Presidência e VPCRE e EJE), conforme deliberada na 2ª RAE (29/05), implicaram

em desempenho praticamente nulo do indicador ao longo do ano, ressalvado o sutil resultado de 2,08% apurado no período, decorrente somente do êxito da STI em realizar a RAC do 4º trimestre e publicar o Plano de Ação resultante no Portal da Estratégia no prazo previsto. Devido a esses fatores, observou-se drástica queda de desempenho do IA 64 com relação ao ano de 2019, período em que o indicador atingiu 88,54% de alcance da meta (resultado = 35,42%; meta = 40%).

Em relação às RAEs, o IA 63 foi o único indicador de apoio que obteve desempenho satisfatório em 2020. As três primeiras Reuniões de Análise da Estratégia ocorreram tempestivamente, nos dias 09/03, 29/05 e 28/08, e abordaram as avaliações relativas ao período imediatamente anterior, podendo desse modo ser computadas para o indicador. A 4ª RAE, embora tenha sido realizada no dia 03/12, em razão do calendário de eleições diferido, extrapolou o prazo estabelecido pelo Ato GP nº 69/2020 (novembro) e, portanto, não foi contabilizada para efeito de cálculo do indicador. Dessa forma, o IA 63 atingiu resultado equivalente a 75% e, considerando a meta anual de 75% (reduzida por ser ano eleitoral), o indicador apresentou desempenho de 100% no ano de 2020, sendo o melhor percentual de alcance da meta de toda sua respectiva série histórica (2016 = 33,33%; 2017 = 25%; 2018 = 75%; 2019 = 75%). Por fim, deve-se ressaltar o notório comprometimento dos gestores durante o exercício, não só em registrar no sistema GERIR as informações relativas ao desempenho estratégico, mas também de participar ativamente das RAEs e envidar esforços pelo cumprimento das deliberações do Comitê de Gestão da Estratégia, ainda que diante do contexto desafiador experimentado no ano de 2020.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

- Manutenção do contato da SEDINE, mesmo que de modo virtual, com os gerentes de projetos que tinham atividades previstas no período, a fim de dar o suporte possível no que fosse necessário para uma condução mais efetiva das iniciativas, diante das limitações impostas. Entretanto, por conta de ser este um trimestre crítico por força do calendário eleitoral, muitas etapas previstas com prazo de conclusão até o final do ano não puderam ser executadas, o que explica o resultado inferior ao do trimestre anterior.

- Realização da 4ª RAE de 2020, por videoconferência, em 03/12/2021, mesmo que dispensada, por ser ano eleitoral, e ainda que após o prazo definido no Ato GP nº 69/2020;

- Aprovação pelo CGE, na 4ª RAE de 2020, de deliberação relativa a ajuste na meta do IA 63, alterando-se a meta atual de 100% para 75% em anos eleitorais, de forma a alinhar o cálculo do indicador à possibilidade de dispensa da reunião no mês de novembro dos anos eleitorais, conforme previsão expressa no parágrafo 2º do artigo 7º do Ato GP nº 69/2020;

- Contato da SEGEST/CPLAN com os assistentes de planejamento das unidades com RAC implementada para reforçar com antecedência o prazo de realização das reuniões referentes ao 3º e 4º trimestres e de publicação dos respectivos planos de ação. Além disso, a Seção de Gestão Estratégica colocou-se à disposição para auxiliar as unidades na realização das RACs. No entanto, verifica-se que as ações não tiveram efeito, sobretudo porque no 1º semestre as unidades ainda estavam adaptando-se ao novo contexto de trabalho; e, no 2º semestre do ano, o período eleitoral em um cenário tão desafiador concentrou os esforços das áreas.

- Aprovação pelo CGE, na 4ª RAE de 2020, de deliberação relativa a ajuste da meta de 2020 do IA 64, alterando-se a meta atual de 60% para 45% em anos eleitorais, de forma a alinhar o cálculo do indicador à possibilidade de dispensa da reunião no mês de novembro dos anos eleitorais, conforme previsão expressa no parágrafo 2º do artigo 7º do Ato GP nº 69/2020, em analogia ao ajuste de meta efetuado em relação ao IA 63.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Sobre o IA 62, a recuperação do nível de execução das atividades relacionadas às iniciativas estratégicas até o fim do exercício não se confirmou, devido sobretudo ao foco nas Eleições 2020, que teve calendário atrasado em razão da Covid-19. Porém, ainda que já não se possa esperar o retorno completo à normalidade, se considerarmos uma perspectiva mais favorável no primeiro semestre de 2021, por conta de avanços nos protocolos sanitários, imunização de parte da população através de um programa de vacinação, além de não haver eleições nos próximos trimestres, a tendência é a de estabilidade ou melhora no cenário, visto que alguns projetos suspensos/sobrestados poderão ter etapas retomadas para execução. Além disso, há um esforço, por parte da Administração, no sentido de oferecer uma capacitação básica, em termos de gerenciamento de projetos, tanto para os Assistentes de Projetos designados anteriormente, quanto para outros gerentes que ainda não possuem alguns conhecimentos de base nesta área, muitas vezes demandante de recursos de pessoal qualificado, com dedicação exclusiva ou prioritária, certamente com benefícios futuros para o gerenciamento de projetos como um todo no Tribunal.

Em relação ao IA 63, a expectativa é de que não haja transtornos na realização da 1ª RAE de 2021 na terceira semana de fevereiro, conforme previsto em calendário preliminar, já aprovado na 4ª RAE de 2020, tampouco na 2ª RAE de 2021, prevista para maio.

Em relação ao IA 64, o principal desafio a ser enfrentado nos próximos seis meses é a permanência do cenário de distanciamento social. No entanto, a expectativa é que a implementação das ações relacionadas no próximo tópico contribuam efetivamente para que haja a retomada da realização das RACs nas unidades em que o processo já foi implementado (DG, SGP, SAU, STI, SSG, SAD) e da implantação nas demais unidades. Logo, estima-se que, a partir do início de 2021, o desempenho do indicador comece a apresentar sinais de melhora.

Ante o exposto, são esperadas melhorias de desempenho para o IE 23 no próximo semestre, apesar das incertezas quanto à saída do cenário de pandemia.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

- Oferecimento de capacitação para os Assistentes de projetos e gerentes das iniciativas mais novas, para que estes possam exercer uma gestão mais efetiva de cada uma das etapas previstas nos projetos componentes do Portfólio Estratégico do TRE-RJ, ter maior familiaridade com o uso da metodologia e documentos usados no gerenciamento de projetos do TRE-RJ, além de um acompanhamento metodológico mais constante naquelas iniciativas há mais tempo em curso;

- Aprovação, na 1ª RAE de 2021, o calendário anual com as datas das outras três RAEs do ano;

- Adoção de rotina de inclusão no calendário de eventos institucional das datas dos lançamentos dos dados das variáveis e das análises dos indicadores e objetivos no GERIR e dos prazos de realização das RAEs para o ano de 2021 e seguintes, conforme deliberação acolhida pelo CGE na 4ª RAE de 2020 (03/12/2020). As datas das RAEs do ano de 2021 serão incluídas no calendário após definição pelo CGE na 1ª RAE do próximo ano;

- Permanência da realização das RAEs por meio de videoconferência enquanto não for possível reunir presencialmente todos os integrantes do CGE e convidados da reunião em um mesmo ambiente, devido ao cenário de distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19;

- Realização pela SEGEST/CPLAN de reunião com os assistentes de planejamento das unidades que já possuem RAC implementada, com o objetivo de relembrar as principais informações sobre o processo, estimular a troca de experiência entre as unidades com RACs já implementadas e discutir as alternativas e as estratégias para a realização da RAC por videoconferência, tendo em vista que, com a permanência das regras de distanciamento social, ainda não é possível reunir presencialmente todos os gestores das unidades em um mesmo ambiente;

- Elaboração de cronograma anual de implementação das RACs nas unidades em que o processo ainda não foi iniciado e sua apresentação como proposta de deliberação na 1ª RAE de 2021;

- Realização das RACs por videoconferência, enquanto não for possível reunir presencialmente todos os integrantes do CGE e convidados da reunião em um mesmo ambiente, devido ao cenário de distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19;

- Revisão e aprimoramento do conteúdo relacionado à RAC. Nesse sentido foram propostas as seguintes ações:

- Elaborar panfleto contendo as principais informações relativas à Reunião de Análise Crítica com a finalidade de apresentar de forma rápida e fácil às principais informações relacionadas à RAC, incluindo o importante reforço dos prazos para realização da reunião e publicação do respectivo Plano de Ação;

- Atualizar as informações na página da RAC no Portal da Estratégia na Intranet do TRE-RJ;

- Reformular o Roteiro da RAC para servir de guia rápido e de fácil localização de informações, com a finalidade de efetivamente auxiliar as unidades nas suas respectivas RACs.

Cabe mencionar que os três últimos itens estarão previstos no Plano de Retomada da RAC 2021, que deverá ser apresentado pela SEGEST/CPLAN até o dia 01/02/2021, conforme deliberação acolhida pela CGE na 4ª RAE de 2020 (data: 03/12/2020).

Riscos associados ao objetivo

- Agravamento da pandemia e da situação de distanciamento social, o que pode impedir a retomada das iniciativas correntemente suspensas ou provocar a paralisação de outras iniciativas estratégicas;

- Não haver um mínimo arrefecimento do distanciamento social a partir do 2º semestre 2021, em decorrência de atrasos na disponibilização de vacinação à população, frustrando até mesmo o cenário mais conservador admitido para a retomada de projetos importantes;

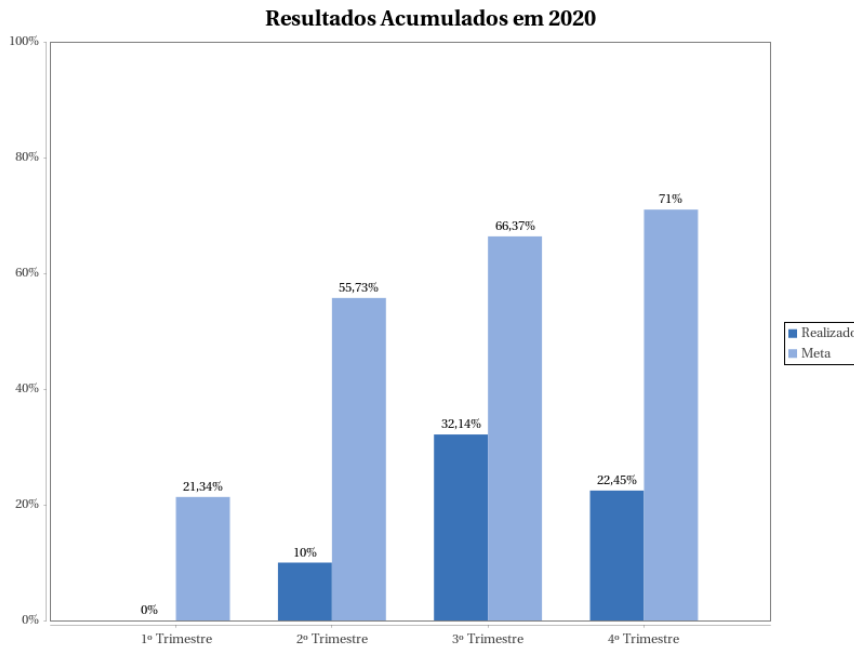
- Oportunidade decorrente do fato de que os gerentes dos projetos iniciados na última metade do exercício de 2020 possivelmente estarão mais familiarizados com a metodologia e outros aspectos do gerenciamento de projetos envolvidos, conseguindo dessa forma fazer os ajustes de maneira mais precisa para conseguir sucesso na execução das etapas previstas.

- Risco de atraso nas medições e análises de indicadores e objetivos e, conseqüentemente, na elaboração do Relatório de Análise da Estratégia e outros preparativos, ocasionando atraso em relação ao calendário proposto ou realização extemporânea da 1ª RAE de 2021, em decorrência da concentração de férias de servidores no início do ano ou da diminuição considerável do número de dias úteis em fevereiro, devido ao feriado de carnaval.

- Dificuldades na retomada da realização das RACs nas unidades onde o processo já foi implementado (DG, SGP, STI, SAD, SAU, SSG), haja vista a não realização das RACs trimestrais pelas unidades em 2020 (com exceção da SGP, que realizou uma reunião, e da STI) e o grande lapso temporal decorrente até a retomada em 2021;

- Risco de permanência das regras de distanciamento social, implicando em desafio maior para as unidades com RAC implementada estruturarem as reuniões num ambiente virtual, através de videoconferência, aliado ao fato de que o processo da RAC é relativamente novo, e em dificuldade ainda mais significativa para implementar as RACs nas demais unidades.

IA 62 - Índice de execução das iniciativas estratégicas

Insatisfatório**Desempenho do Período: 31,62%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDINE.****Análise de contexto**

O resultado para o trimestre foi de 22,45%, o que ficou 31,62% próximo da meta a ser atingida, que seria de 71% para o período. Isto evidenciou um decréscimo de 9,69 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior, confirmando o grau de insatisfatório para o resultado, em termos gerais de apuração. Se for estabelecida uma comparação com o mesmo período de 2019, quando não havia o contexto de pandemia causada pela Covid 19, o índice fica bem distante do que foi obtido naquele trimestre (64,42%), onde inclusive houve superação do que fora estabelecido como meta (104,87% de alcance) para o trimestre daquele ano. Contudo, é preciso levar em conta que, de maneira mais consolidada, a composição do portfólio de projetos estratégicos está bem reduzida, por conta da revisão ocorrida durante o 2º trimestre de 2020, o que dá um peso maior a cada etapa prevista para execução, em relação ao conjunto total de etapas para todas as iniciativas estratégicas. Ainda, em função de condições desfavoráveis decorrentes de um cenário com restrições de mobilidade, registre-se que, dos 14 projetos componentes do PDE 2.0, em vigor, 4 continuam suspensos e 1 permanece sobrestado, restando portanto apenas 9 em execução efetiva.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Apesar do cenário desafiador, a SEDINE continuou entrando em contato, mesmo que de modo virtual, com os gerentes de projetos que tinham atividades previstas no período, a fim de dar o suporte possível no que fosse necessário para uma condução mais efetiva das iniciativas, diante das limitações impostas. Entretanto, por conta de ser este um trimestre crítico por força do calendário eleitoral, muitas etapas previstas com prazo de conclusão até o final do ano não puderam ser executadas, o que explica o resultado inferior ao do trimestre anterior.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Considerando-se uma perspectiva mais favorável no cenário de contenção causada pela pandemia, por conta de avanços nos protocolos sanitários, imunização de parte da população através de um programa de vacinação, além de não haver eleições nos próximos trimestres, a tendência é a de melhora no cenário, visto que alguns projetos suspensos/sobrestados poderão ter etapas retomadas para execução. Além disso, há um esforço, por parte da Administração, no sentido de oferecer uma capacitação básica, em termos de gerenciamento de projetos, tanto para os Assistentes de Projetos designados anteriormente, quanto para outros gerentes que ainda não possuem alguns conhecimentos de base nesta área, muitas vezes demandante de recursos de pessoal

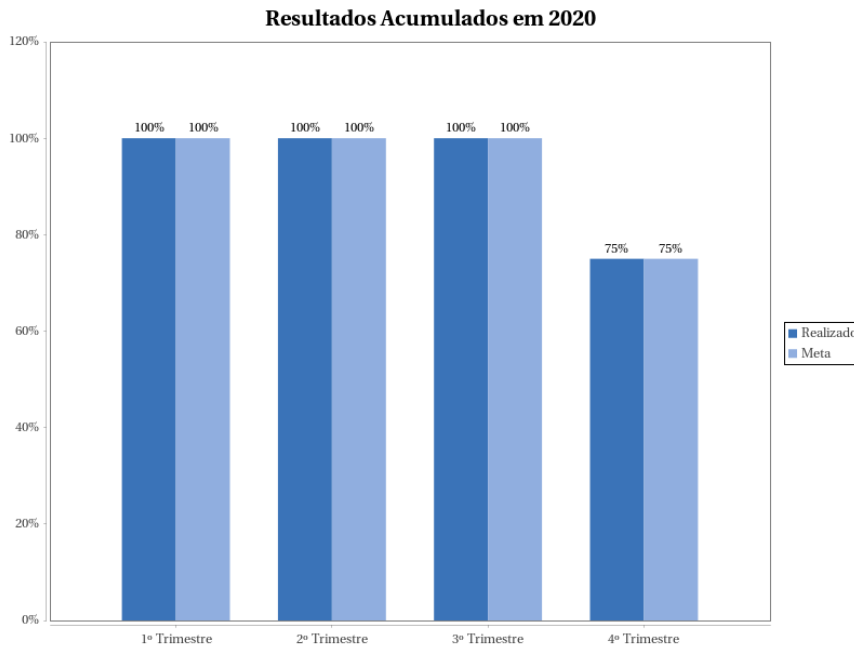
qualificado, com dedicação exclusiva ou prioritária, certamente com benefícios futuros para o gerenciamento de projetos como um todo no Tribunal.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Qualquer proposta de melhoria no desempenho das etapas previstas de cada iniciativa, com relação direta aos valores a serem obtidos para o IA 62, passa por uma gestão mais efetiva de cada uma das etapas previstas nos projetos componentes do Portfólio Estratégico do TRE -RJ. Isto pode ser conseguido por meio de ações de capacitação para os Assistentes de projetos e gerentes das iniciativas mais novas, para que estes possam ter maior familiaridade com o uso da metodologia e documentos usados no gerenciamento de projetos do TRE-RJ, além de um acompanhamento metodológico mais constante naquelas iniciativas há mais tempo em curso.

Riscos associados ao objetivo

Como não houve alteração significativa no cenário externo, no que diz respeito aos condicionantes sobre mobilidade e segurança sanitária, o ambiente de riscos associado ao indicador permanece praticamente o mesmo em relação ao trimestre anterior. Com a chegada de um programa de vacinação de amplo espectro, é possível que se possa retomar algumas iniciativas que estão paralisadas neste momento, o que certamente terá impacto no resultado do próximo trimestre, contribuindo positivamente para que se chegue mais próximo ou se alcance a meta prevista. Um outro risco, de natureza positiva, é o fato de que os gerentes dos projetos iniciados recentemente certamente estarão mais familiarizados com a metodologia e outros aspectos do gerenciamento de projetos envolvidos, conseguindo dessa forma fazer os ajustes de maneira mais precisa para conseguir sucesso na execução das etapas previstas, o que também causaria impacto positivo na execução, de modo global, no indicador associado ao cumprimento das metas estabelecidas.

IA 63 - Índice de aderência de realização das Reuniões de Análise da Estratégia**Satisfatório****Desempenho do Período: 100,00%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEGEST.****Análise de contexto****Considerações Iniciais**

As Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) devem ser realizadas trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme estabelece o artigo 7º do Ato GP nº 069/2020, publicado no DJE/TRE-RJ em 12/02/2020, que dispõe sobre o Comitê de Gestão da Estratégia do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. No entanto, no parágrafo 1º do art. 7º, há previsão de dilação do prazo para realização da reunião do mês de fevereiro até 10 de março, por proposição da Coordenadoria de Planejamento Estratégico e com autorização da Diretoria-Geral.

Obs.: Cabe registrar que no Ato GP nº 391/2012, revogado pelo Ato GP nº 069/2020, não havia essa possibilidade de extensão do prazo da 1ª RAE do ano.

De acordo com a ficha do o IA 63 (Índice de aderência de realização das Reuniões de Análise da Estratégia), serão consideradas para cálculo do indicador apenas as reuniões cuja pauta aborde as avaliações relativas ao período imediatamente anterior.

Análise de contexto

As três primeiras Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs) realizadas neste ano ocorreram, respectivamente, nos dias 09/03, 29/05 e 28/08, e abordaram as avaliações relativas ao período imediatamente anterior. Portanto, as três RAEs previstas até o 3º trimestre de 2020 foram realizadas dentro do prazo estabelecido no normativo em vigência e atenderam aos critérios relacionados na ficha técnica do indicador. Embora tenha sido realizada, a quarta RAE ocorreu no dia 03/12, ou seja, fora do prazo restabelecido pelo normativo vigente (novembro) e, portanto, não foi contabilizada para efeito de cálculo do indicador.

Assim, todas as quatro RAEs previstas no ano de 2020 foram realizadas, no entanto, uma reunião não foi computada por não ter ocorrido no prazo previsto. Dessa forma, o IA 63 atingiu resultado equivalente a 75% e, considerando a meta anual de 75%, o indicador apresentou desempenho de 100% no ano de 2020, sendo o melhor percentual de alcance da meta de toda sua respectiva série histórica (2016 = 33,33%; 2017 = 25%; 2018 = 75%; 2019 = 75%).

No entanto, cabe mencionar que, caso a medida de alteração da meta anual do indicador de 100% para 75% não tivesse sido aprovada pelo CGE na última RAE, o desempenho de 2020 seria de 75%, ou seja, igual ao atingido nos anos de 2018 e de 2019. Ainda assim, pode-se considerar que houve um avanço em relação ao ano anterior, pois em 2019 só foram realizadas três reuniões.

Já com relação à 2018, observa-se situação equivalente à 2020, ou seja, ocorreram quatro RAEs anuais, sendo que a última reunião não foi computada para efeito de cálculo do indicador por ter sido realizada em dezembro. Contudo, como a meta anual de 100% em 2018 não foi modificada, o indicador alcançou desempenho de 75%, o mesmo que teria alcançado em 2020 caso a proposta de alteração da meta não tivesse sido acolhida pelo CGE.

É necessário enfatizar que a alteração da meta foi fundamentada no parágrafo 2º do artigo 7º do Ato GP nº 069/2020, conforme transcrição a seguir: “Em anos eleitorais, poderá ser dispensada a reunião do mês de novembro”. Logo, o objetivo foi alinhar o cálculo do indicador à possibilidade de dispensa da reunião no mês de novembro dos anos eleitorais. No entanto, verifica-se que na prática não houve prejuízo pois a RAE, ainda que fora do prazo, foi realizada no início de dezembro.

Por fim, deve-se ressaltar que, diante de um contexto desafiador do ano de 2020, foi notório o comprometimento dos gestores em registrar no sistema GERIR as informações relativas ao desempenho estratégico.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

1. Previsão expressa em normativo da possibilidade de dilação do prazo de realização da primeira RAE do ano até 10 de março, tendo em vista, sobretudo os seguintes fatores: a mudança de gestão no final de fevereiro a cada dois anos e a ocorrência do carnaval em alguns anos no mês de fevereiro. Com a consolidação expressa da proposta acima no novo normativo publicado em fevereiro deste ano (que revogou o Ato anterior), a 1ª RAE de 2020 foi realizada dentro do prazo estabelecido (09/03).

2. Na 1ª RAE de 2020 (data: 09/03/2020), o Comitê Gestor da Estratégia (CGE) definiu as datas das demais três RAEs do ano de 2020. Embora as datas de realização da 2ª e da 3ª RAE tenham sido adiadas, as reuniões foram realizadas dentro do período previsto pelo normativo vigente. Considera-se que a definição de um calendário anual aprovado pela CGE seja uma boa prática, ainda que eventuais ajustes posteriores possam ser necessários, pois servem como um parâmetro para o Comitê.

3. Realização da 2ª, da 3ª e da 4ª RAE de 2020 por meio de videoconferência (datas: 29/05, 28/08 e 03/12), devido à impossibilidade da reunião ocorrer presencialmente, tendo em vista o cenário de distanciamento social decorrente da pandemia da Covid-19.

4. O CGE acolheu a seguinte deliberação relativa à 4ª RAE de 2020: aprovação da redução de 25% da meta do IA 63. Ou seja, a meta atual de 100% para o ano de 2020 foi alterada para 75%.

Com a realização das ações relacionadas acima, o indicador alcançou o desempenho de 100% no ano de 2020.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1. Na 1ª RAE de 2021, aprovar o calendário anual com as datas das outras três RAEs do ano.

2. Incluir no calendário de eventos institucional as datas para o ano de 2021 dos lançamentos dos dados das variáveis e das análises dos indicadores e objetivos no GERIR e dos prazos de realização das RAEs. Cabe mencionar que essa ação é fruto de deliberação acolhida pelo CGE na 4ª RAE de 2020 (data: 03/12/2020).

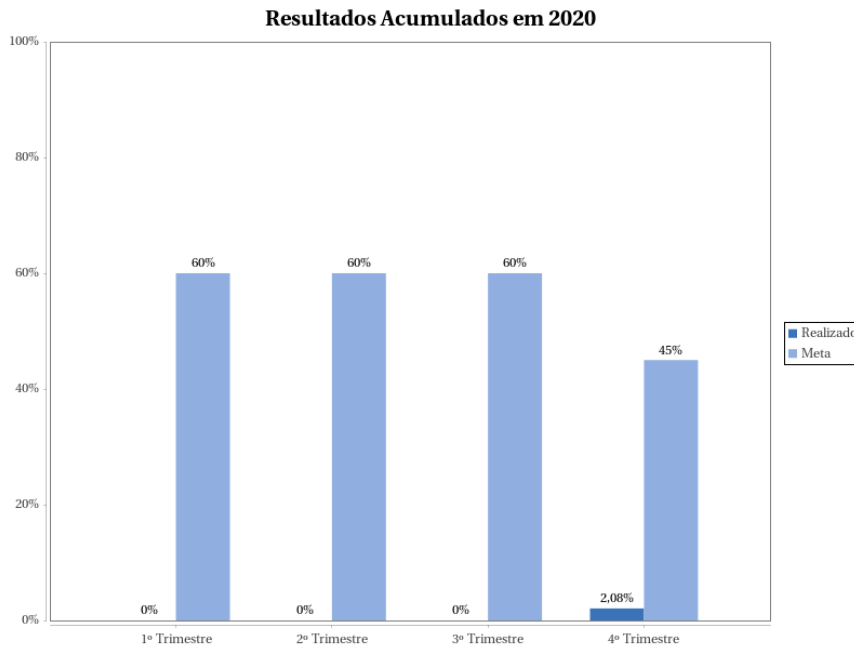
Obs.: As datas dos lançamentos de dados das variáveis e de análises dos indicadores e objetivos no GERIR já foram incluídas no calendário institucional de 2021. Já as datas das RAEs do ano de 2021 serão incluídas no calendário após definição pelo CGE na 1ª RAE do próximo ano.

3. Realizar a RAE por meio de videoconferência enquanto não for possível reunir presencialmente todos os integrantes do CGE e convidados da reunião em um mesmo ambiente, devido ao cenário de distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19.

Riscos associados ao objetivo

Com relação à realização da primeira RAE de 2021 (ref.: 4º trimestre 2020) no prazo estabelecido no normativo vigente, identifica-se o risco da concentração de ocorrência de férias de servidores no início do ano, o que pode ocasionar atrasos nos lançamentos de dados das variáveis e nas análises dos indicadores e objetivos e consequentemente, na elaboração do Relatório de Análise da Estratégia e na preparação para realização da RAE. Além disso, outro fator que pode contribuir para o atraso na realização da primeira RAE é a diminuição considerável do número de dias úteis em fevereiro, quando o carnaval ocorre nesse mês.

No entanto, cabe mencionar que esses riscos foram dirimidos porque o prazo para a realização da primeira RAE que era em fevereiro (Ato GP nº 391/2012) passou a admitir a possibilidade de ser dilatado até o dia 10 de março (por proposição da CPLAN e com autorização da DG), a partir do Ato GP nº 069/2020, publicado no DJE/TRE-RJ em 12/02/2020, que revogou o normativo anterior.

IA 64 - Índice de realização de Reuniões de Análise Crítica**Insatisfatório****Desempenho do Período: 4,63%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEGEST.****Análise de contexto****Considerações Iniciais**

A Reunião de Análise Crítica (RAC) tem por objetivo disseminar a estratégia no âmbito das diversas unidades e níveis hierárquicos, além de promover a gestão participativa. Dessa forma, com a realização sistemática das RACs, espera-se um maior alinhamento das áreas com o planejamento estratégico e uma melhor comunicação interna nos temas afetos à estratégia.

A periodicidade da RAC é trimestral, tendo como referência a ocorrência das RAEs (Reuniões de Análise da Estratégia). Portanto, cada unidade deve realizar um total de 4 RACs por ano. Para efeito deste indicador, considera-se um total de 12 unidades: PRES, VPCRE, EJE, COSOC, DG, SAD, SSG, STI, SJD, SGP, SAU, SOF.

O processo de realização das Reuniões de Análise Crítica (RAC) foi iniciado no segundo semestre de 2018, nas unidades DG (Diretoria-Geral) e SGP (Secretaria de Gestão de Pessoas). Em 2019, conforme cronograma elaborado pela Assessoria de Planejamento (atual CPLAN), ocorreu a implementação escalonada da RAC em mais 4 unidades:

SCA (Secretaria de Controle e Auditoria), SSG (Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais), STI (Secretaria de Tecnologia da Informação) e SAD (Secretaria de Administração). Para efeito de cálculo do indicador, contabiliza-se a realização da RAC no período considerando a publicação no Portal da Estratégia do Plano de Ação resultante da RAC da unidade. Cabe registrar que, conforme deliberado na 4ª RAE de 2019 (25/11/2019), os prazos para realização das RACs e publicação do plano de ação resultante da reunião passaram a ser de 2 semanas após a RAE.

Análise de contexto

Para efeito de cálculo do indicador, somente foi contabilizada a realização de uma RAC no ano de 2020. Dessa forma, o indicador atingiu o baixíssimo resultado de 2,08% e, considerando a meta de 45%, obteve apenas 4,63% de desempenho no ano, sendo o pior de toda a série histórica desde a implementação das RACs em 2018. Destaca-se que houve drástica queda de desempenho com relação ao ano anterior, pois em 2019 o IA 64 atingiu 88,54% de alcance da meta (resultado = 35,42%; meta = 40%).

Com relação ao 1º trimestre de 2020, cabe considerar que, após a realização da 1ª RAE de 2020 (09/03), a SEGEST enviou um e-mail avisando que as seis unidades com RACs implementadas (DG, SGP, SAD, SCA, STI e SSG) deveriam realizar as reuniões até o dia 23/03 (até duas semanas após a RAE). No entanto, considerando que o art. 2º do Ato Conjunto PR/VPCRE nº 02/2020

(publicado no DJE/TRE-RJ em 16/03/2020) determinou a suspensão, no mês de março de 2020, de cursos, reuniões e eventos presenciais, as RACs foram canceladas. Logo em seguida houve a suspensão do trabalho presencial em todas as unidades da Justiça Eleitoral fluminense, em razão do cenário de pandemia da Covid-19.

Quanto ao 2º trimestre do ano, o CGE deliberou na 2ª RAE (29/05) a suspensão do cronograma de implantação da RAC em 2020 (COSOC, Presidência e VPCRE e EJE) e a dispensa da obrigatoriedade de realização da reunião nas unidades com RACs já implementadas (DG, SGP, SSG, SAD, SCA e STI). A deliberação teve como fundamento a dificuldade de implantar um novo processo no atual contexto da pandemia e o entendimento que somente cada unidade poderia avaliar se era viável e apropriada a realização da reunião no contexto de trabalho remoto e demais implicações acarretadas pela suspensão do expediente presencial. Cabe mencionar que, caso alguma unidade avaliasse viável a realização da RAC, a CPLAN colocou-se disponível para prestar o apoio necessário. Embora a STI e a SGP tenham realizado RAC relativa ao 2º trimestre de 2020, a reunião não foi contabilizada para efeito de cálculo do indicador, devido aos seguintes motivos:

- A SGP não publicou no Portal da Estratégia o plano de ação resultante da RAC;
- A STI publicou o plano de ação da RAC no dia 18/06/2020, ou seja, após o prazo limite de duas semanas da ocorrência da RAE (29/05/2020).

No caso dos 3º e 4º trimestres do ano, cabe registrar que não houve deliberação do CGE no sentido de dispensar a obrigatoriedade de realização da reunião nas unidades com RACs já implementadas (DG, SGP, SSG, SAD, SCA e STI). No 3º trimestre, embora a STI tenha informado que realizou a RAC, não houve contabilização para efeito de cálculo do indicador porque a reunião e a publicação do Plano de Ação ocorreram fora do prazo previsto. Já no 4º trimestre de 2020, foi contabilizada uma reunião realizada porque a RAC da STI ocorreu no dia 16/12 e a unidade publicou o respectivo Plano de Ação no dia 17/12, ou seja, dentro do prazo estipulado, de até duas semanas após a RAE, que ocorreu em 03/12.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

1. Na 1ª RAE de 2020, o Comitê Gestor da Estratégia (CGE) aprovou o cronograma de implantação da RAC em 2020 nas seguintes unidades: COSOC, Presidência e VPCRE (2º trimestre) e EJE (3º trimestre). Dessa forma, até o final de 2020, dez unidades, do total de doze, estariam com as RACs implementadas. Com o cumprimento desse cronograma havia grande possibilidade de desempenho positivo do indicador. No entanto, a ação não surtiu nenhum efeito porque, tendo em vista o cenário de pandemia da Covid-19, o CGE deliberou na 2ª RAE de 2020 pela suspensão do cronograma de implantação das RACs, conforme já mencionado acima.

2. A SEGEST/CPLAN entrou em contato com os assistentes de planejamento das unidades com RAC implementada para reforçar com antecedência o prazo de realização das reuniões referentes ao 3º e 4º trimestres e de publicação dos respectivos planos de ação. Além disso, a Seção de Gestão Estratégica colocou-se à disposição para auxiliar as unidades na realização das RACs. No entanto, verifica-se que as ações não tiveram efeito, sobretudo porque no 1º semestre as unidades ainda estavam adaptando-se ao novo contexto de trabalho; e, no 2º semestre do ano, o período eleitoral em um cenário tão desafiador concentrou os esforços das áreas.

3. O CGE acolheu a seguinte deliberação relativa à 4ª RAE de 2020: aprovação da redução de 25% da meta de 2020 do IA 64. Ou seja, a meta de 60% para o ano de 2020 foi alterada para 45%. Obs.: A medida teve como fundamento analogia ao princípio que norteia o art. 7º, § 2º, do Ato GP 69/2020, que prevê a possibilidade de dispensa da RAE no mês de novembro dos anos eleitorais. Tendo em vista que apenas uma RAC foi contabilizada em 2020, a redução da meta do IA 64 não surtiu nenhum efeito significativo no desempenho do indicador.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O principal desafio a ser enfrentado nos próximos seis meses é a permanência do cenário de distanciamento social. No entanto, a expectativa é que a implementação das ações relacionadas no próximo tópico contribuam efetivamente para que haja a retomada da realização das RACs nas unidades em que o processo já foi implementado (DG, SGP, SAU, STI, SSG, SAD) e da implantação nas demais unidades. Logo, estima-se que, a partir do início de 2021, o desempenho do indicador comece a apresentar sinais de melhora.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1. Elaborar cronograma anual de implementação das RACs nas unidades em que o processo ainda não foi iniciado e apresentá-lo como proposta de deliberação na 1ª RAE (Reunião de Análise da Estratégia) de 2021.

2. A SEGEST/CPLAN realizar reunião com os assistentes de planejamento das unidades que já possuem RAC implementada. O objetivo do encontro é relembrar as principais informações sobre o processo e, principalmente, estimular a troca de experiência

entre as unidades com RACs já implementadas. Além disso, a reunião visa discutir as alternativas e as estratégias para a realização da RAC por videoconferência, tendo em vista que, com a permanência das regras de distanciamento social, ainda não é possível reunir presencialmente todos os gestores das unidades em um mesmo ambiente.

3. Realizar as RACs por videoconferência, enquanto não for possível reunir presencialmente todos os integrantes do CGE e convidados da reunião em um mesmo ambiente, devido ao cenário de distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19.

4. Revisar e aprimorar o conteúdo relacionado à RAC. Nesse sentido foram propostas as seguintes ações:

- Elaborar panfleto contendo as principais informações relativas à Reunião de Análise Crítica com a finalidade de apresentar de forma rápida e fácil às principais informações relacionadas à RAC, incluindo o importante reforço dos prazos para realização da reunião e publicação do respectivo Plano de Ação.

- Atualizar as informações na página da RAC no Portal da Estratégia na Intranet do TRE-RJ;

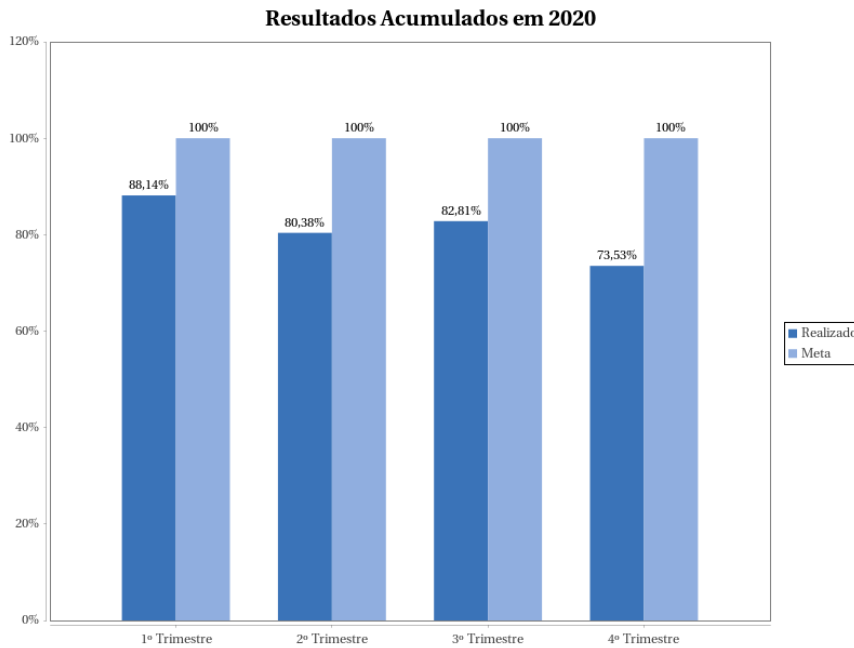
- Reformular o Roteiro da RAC para servir de guia rápido e de fácil localização de informações, com a finalidade de efetivamente auxiliar as unidades nas suas respectivas RACs.

Cabe mencionar que os itens 1, 2 e 4 estarão previstos no Plano de Retomada da RAC 2021, que deverá ser apresentado pela SEGEST/CPLAN até o dia 01/02/2021, conforme deliberação acolhida pela CGE na 4ª RAE de 2020 (data: 03/12/2020).

Riscos associados ao objetivo

1. O principal risco está associado à retomada da realização das RACs nas unidades onde o processo já foi implementado (DG, SGP, STI, SAD, SAU, SSG). Tendo em vista que, em 2020, as unidades não realizaram as RACs trimestrais (com exceção da SGP, que realizou uma reunião, e da STI), observa-se um grande lapso temporal até a retomada em 2021.

2. Outro fator de risco relevante é a permanência das regras de distanciamento social. Considerando que o processo da RAC é relativamente novo, é um desafio maior para as unidades com RAC implementada estruturarem as reuniões num ambiente virtual, através de videoconferência. Nesse cenário, cabe ressaltar que a dificuldade é ainda mais significativa para implementar as RACs nas demais unidades.

IE 24 - Índice de adequação do mecanismo de controle**Insatisfatório****Desempenho do Período: 73,53%****Responsável: SAU.****Análise de contexto**

O IE 24 (índice de adequação do mecanismo de controle), neste 4º trimestre de 2020, alcançou 73,53% da meta estabelecida para o período frente aos 82,81% alcançados no trimestre anterior, sendo esse o pior resultado trimestral do ano de 2020, o que ocasionou a queda no status de desempenho de atenção para insatisfatório, com 3 (três) indicadores de apoio apresentando desempenho insatisfatório e 1 (um) com desempenho satisfatório.

Em comparação com o resultado do 4º trimestre de 2019, em que se alcançou 88,24% da meta estabelecida, observa-se queda de desempenho em que, dos 5 (cinco) indicadores de apoio, 3 (três) apresentaram desempenho satisfatório, 1 (um) insatisfatório e 1 (um) atenção.

Tendo em vista a permanência da suspensão do indicador de apoio IA69A (índice de conformidade dos cartórios), conforme deliberado na 3ª RAE, o indicador estratégico se compôs dos outros 4 (quatro) indicadores de apoio, todos com medição realizada nesse trimestre.

Consigne-se que, na 4ª RAE, realizada em 03.12.2020, deliberou-se pelo cancelamento de deliberação ocorrida na RAE anterior, relativa à apresentação de plano de ação visando a medição adequada do IA69A, tendo em vista deliberação pelo CGOVTIC no sentido de ser utilizado o sistema ATENA.

Conforme ata de reunião realizada pelo CGOVTIC, em 07.12.2020, em deliberação acerca do referido sistema, relataram-se diversas dificuldades pelos Tribunais que o utilizam, bem como ausências de funcionalidades necessárias às áreas de negócio, decidindo-se, assim, pela suspensão da implantação do referido sistema.

Entretanto, tendo em vista o fato de o sistema ter sido encampado pelo TSE e por já apresentar benefícios em alguns pontos, optou-se pelo acompanhamento do desenvolvimento do Sistema pela área técnica e pelas áreas de negócio, compondo a pauta do Comitê a cada 6 meses.

Com relação aos indicadores de apoio, medidos nesse trimestre, têm-se o seguinte:

- IA65 (índice de estruturação da gestão de riscos e controles internos): apresentou desempenho insatisfatório, correspondente à realização de 72,56% da meta estabelecida, tendo o desempenho no exercício anterior apresentado status de desempenho satisfatório, com a realização de 97,64% da meta.

Tal queda de desempenho, como explicitado pela SEDPRO, se deve ao fato de que no exercício de 2020 houve dificuldades para o avanço na implantação de um gerenciamento de riscos nos termos da política publicada em 2019, ocasionada pelo contexto da pandemia de COVID-19 e a realização das eleições municipais, igualmente impactadas pelo contexto atual.

- IA66 (índice de processos críticos monitorados): apresentou desempenho insatisfatório, correspondente à realização de 46,16% da meta estabelecida, queda em relação ao trimestre anterior em que realizou 50,27% da meta estabelecida, tendo o desempenho do referido indicador, medido trimestralmente, apresentado tal status em todos os trimestres de 2020, considerados aptos à medição 4 (quatro) dos 8 (oito) processos críticos identificados.

Consigne-se que, a despeito do esforço empreendido, com a elaboração de plano de ação para a execução dos projetos de melhoria, a ocorrência da pandemia de COVID-19, somada à realização do pleito eleitoral inviabilizaram a execução de diversas ações previstas no plano.

Registre-se o avanço quanto ao processo crítico “Fiscalizar a Propaganda Eleitoral”, cujos indicadores foram estruturados a partir do mês de setembro de 2020, não tendo sido, entretanto, efetivamente medidos os indicadores do referido processo, conforme se verifica nos Boletins do Processo publicados no Portal da Estratégia.

- IA67 (índice de execução do Plano Anual de Auditoria): apresentou desempenho satisfatório, com a realização de 100% da meta estabelecida, mesmo resultado alcançado no ano anterior.

Conforme consignado na análise do indicador, em relação à forma de medição, deve-se ressaltar que na 3ª Reunião de Análise da Estratégia de 2020, realizada em 28/08/2020, o Comitê Gestor da Estratégia autorizou, em caráter excepcional, que o cálculo do IA67 fosse realizado levando-se em consideração as auditorias previstas na versão revisada do PAA 2020, e não em sua versão original, em virtude do cancelamento/suspensão de auditorias provocadas por situações externas ao Tribunal, decorrentes do impacto da pandemia do COVID-19.

Em relação ao resultado apurado, a versão revisada do PAA 2020 previu a realização de apenas uma auditoria: a Auditoria de Contas Anuais – exercício 2020, exigida pela IN TCU nº 84/2020, que em virtude de seu cronograma peculiar, tem previsão de início no mês de agosto de 2020 e término em março de 2021, considerando a data limite de 31/03/2021 para emissão de relatório e certificado de auditoria (art. 14, § 3º c/c art. 13, § 2º e art. 8º, § 4º, todos da IN TCU nº 84/2020).

Ressalte-se que, tendo em vista o ineditismo da execução da referida auditoria não se estabeleceu parâmetro para considerar a auditoria executada quando a referência for o ano em que se inicia, sendo assim, foram listadas as ações realizadas durante o exercício de 2020, sugerindo-se que o CGE delibere, futuramente, sobre o parâmetro mais adequado para o estabelecimento de tal parâmetro, já que seu produto final (relatório e certificado de auditoria) será entregue apenas no ano seguinte.

- IA68A (índice de implementação das recomendações da unidade de controle e auditoria): apresentou desempenho insatisfatório, com a realização de 75,38% da meta estabelecida, frente aos 83,33% alcançados no ano anterior, em que apresentou desempenho com status de atenção.

Apontou-se como uma das prováveis causas para a queda de seu desempenho a excepcionalidade do ano de 2020, causada pela pandemia da COVID-19, haja vista seu impacto na dinâmica de trabalho do Tribunal, o que dificultou a efetiva implementação das recomendações.

Constatou-se que, do total de recomendações monitoradas consideradas no cômputo (82 recomendações), 41% foram implementadas; 10% parcialmente implementadas; 35% não implementadas e 13% estão em implementação.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No que tange ao IA65, a elaboração do Plano de Ação para implementação dos quesitos da ficha do indicador ainda não adotados integralmente, bem como o fato de já haver uma base sólida para o desenvolvimento dos trabalhos, com a publicação da Política de Gestão de Riscos e o Manual de Riscos em 2019, tem o potencial de promover melhoria no indicador relativamente ao próximo exercício.

Nesse sentido foram concluídas algumas ações previstas no plano, bem como o início de processo de identificação e tratamento de riscos no processo piloto “Monitorar a Estratégia”, sendo que as atividades envolvendo as demais unidades do TRE-RJ, em razão do pleito e das limitações impostas pelo regime domiciliar de trabalho, não foram iniciadas.

Quanto ao IA66, igualmente elaborou-se plano de trabalho para a execução de projetos de melhoria, inviabilizadas diversas ações pelo contexto da pandemia e do pleito eleitoral, tendo sido, entretanto, possível estruturar o processo “Fiscalizar a Propaganda Eleitoral” e ativar a gestão do dia a dia.

Iniciaram-se, ainda, as tratativas com o as unidades responsáveis para iniciar o projeto de melhoria do processo “Julgar Prestação de Contas”.

Registre-se que, dos 4 (quatro) processos críticos aptos ao monitoramento, quais sejam, “Monitorar a estratégia”, “Monitorar a execução orçamentária”, “Realizar Avaliação das Eleições” e “Fiscalizar a Propaganda Eleitoral”, os 2 (dois) primeiros tiveram seu desempenho avaliado pelo menos duas vezes, bem como seus indicadores medidos, com a publicação dos Boletins do Processo no Portal da Estratégia.

Relativamente ao processo “Fiscalizar a Propaganda Eleitoral” houve a avaliação do processo com a publicação dos Boletins do Processo relativos aos meses de outubro e novembro, porém não se verificou a medição dos indicadores do processo, que se encontram em fase final de implementação.

Quanto ao processo “Monitorar a Execução Orçamentária” publicaram-se os Boletins do Processo quanto aos meses de outubro e novembro, porém os indicadores do processo não apresentam medição no mês de novembro.

Permanece a necessidade, já apontada em análises anteriores, no sentido de adequar a medição e a análise ao que dispõe o Glossário vigente ou de se revisar o próprio Glossário, optando pela alternativa que melhor atenda aos objetivos do Tribunal.

Em relação ao IA67, tendo em vista o ineditismo e a complexidade de sua realização, somado ao novo contexto de trabalho imposto pela pandemia da COVID-19, o foco se deu quanto à efetiva execução da auditoria, assim como a obtenção do conhecimento necessário à sua execução.

Nesse sentido, os servidores envolvidos nas etapas de planejamento e/ou execução da auditoria de contas anuais participaram de capacitação específica promovido pelo ISC/TCU, bem como realizaram diversas reuniões remotas com as unidades auditadas para a obtenção do entendimento acerca dos processos de trabalho abarcado pelo escopo da referida auditoria.

No que se refere ao IA68, foram realizados 9 monitoramentos no ano de 2020, monitoradas 88 recomendações exaradas pela unidade de auditoria interna, das quais 82 consideradas no cômputo (em razão da exclusão de 6 recomendações consideradas “não mais aplicáveis”), tendo sido aferida a implementação de 41% dessas recomendações.

Tendo em vista o curto decurso temporal, ainda não foi possível inferir o resultado advindo da criação do processo de trabalho “Gerir plano de ação para implementação de recomendação de auditoria”, cujo objetivo visa a facilitar não apenas o controle das atividades pelos gestores responsáveis pela execução e pelo acompanhamento sistemático da implementação dos referidos planos de ação, como também o monitoramento por parte da Presidência, Diretoria-Geral e Secretaria de Auditoria Interna.

Pelo exposto, observam-se os efeitos decorrentes do novo contexto advindo da pandemia da COVID-19 sobre os resultados dos indicadores, isso porque foi necessária adaptação e superação das dificuldades iniciais, tanto da administração quanto dos servidores, com vistas à realização do trabalho remoto, além da realização do pleito eleitoral, igualmente desafiador, imposto a toda à Justiça Eleitoral.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Para o próximo trimestre, em que será medido apenas o indicador de apoio IA66, permanecendo os demais indicadores com os resultados aferidos neste trimestre, não se vislumbra tendência de melhora para o indicador estratégico. Isso porque as ações em curso provavelmente não produzirão resultados capazes de colocar em monitoramento algum dos processos críticos ainda não monitorados nesse lapso temporal.

Tendo em vista que o sistema Atena teve sua implantação suspensa, a fim de se observar o desenvolvimento do sistema para avaliar a conveniência de retomada da implantação ou não, se faz necessária a busca de alternativa para a medição do indicador de apoio IA69A, não sendo possível, no momento prever em quanto tempo sua medição será retomada, voltando a impactar o resultado do indicador estratégico.

Para os próximos 6 meses, espera-se melhora no indicador estratégico ocasionado pelo desenvolvimento dos trabalhos relativos ao monitoramento dos processos críticos, assim como eventual retorno de medição do indicador de apoio IA69A, que tem histórico de bom desempenho.

O maior desafio se faz pela continuidade da execução dos planos de trabalho no contexto da nova realidade trazida pela pandemia da COVID-19, que parece não será diferente no próximo semestre ou até mesmo no ano de 2021.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1. IA67: cumprimento das ações de capacitação previstas no PAC-Audi a fim minimizar os gaps de conhecimento identificados; adequação da estrutura organizacional e de pessoal da auditoria interna tendo em vista o reduzido quantitativo frente às diversas atividades a serem realizadas; transferência da análise da prestação de contas de suprimento de fundos de sua esfera de atuação para a de outra unidade da estrutura organizacional do Tribunal (em estudo pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria DG n.º 50/2020).

2. IA69A: considerando que, por ora, não há previsão de implementar o sistema Atena, propõe-se avaliar alternativas para o retorno da medição do referido indicador.

Em relação ao IA65 e IA66, se encontram em curso diversas ações, detalhadas no item “Ações realizadas no último período e resultados obtidos”, que tem o viés de melhorar os resultados obtidos nesse trimestre, sendo o maior desafio a superação das dificuldades no novo contexto de trabalho.

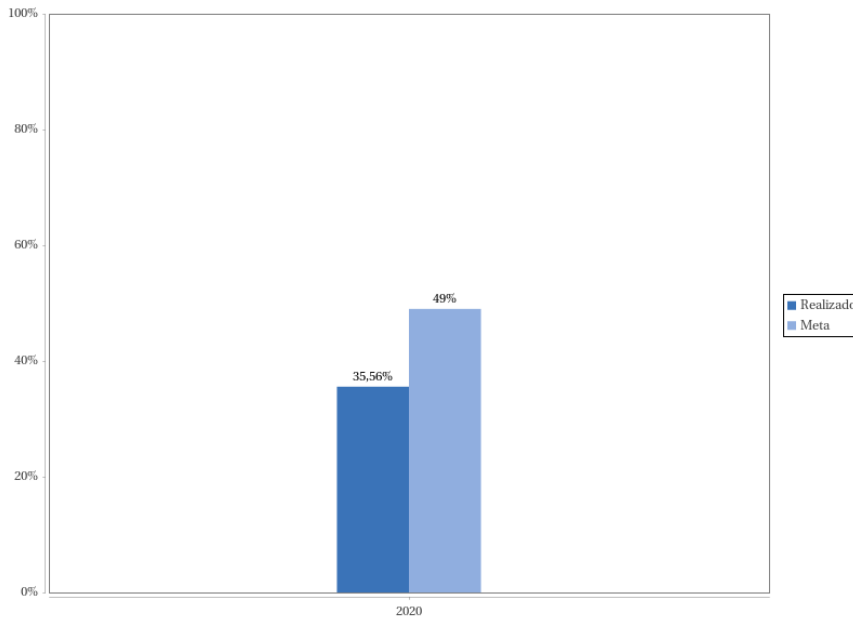
Quanto ao IA68, devido ao fato de não ser possível avaliar os resultados das ações em curso devido ao lapso temporal de sua implantação, quais sejam, extensão do cronograma de monitoramento, construção conjunta de soluções com as áreas auditadas no momento da realização da reunião de achados, e utilização de processo SEI específico para tratamento das recomendações pela administração, não se vislumbra proposta de melhoria nesse momento.

Riscos associados ao objetivo

1. Devido ao novo contexto de trabalho, poderá ocorrer dificuldades na execução dos planos de trabalho pelas unidades, o que poderá levar à queda no resultado dos indicadores de apoio causando impacto negativo no indicador estratégico e por conseguinte no objetivo estratégico.

2. Demandas externas podem impactar a realização dos planejamentos;

3. Dificuldade no cumprimento dos prazos de execução dos trabalhos previstos na unidade de auditoria interna, o que poderá causar impacto na execução do PAA, em razão do reduzido quantitativo de pessoal e o ineditismo da auditoria de contas anuais, restando finalizar a relativa ao exercício financeiro de 2020, bem como iniciar a auditoria quanto ao exercício financeiro de 2021.

IA 65 - Índice de estruturação da gestão de riscos e controles internos**Insatisfatório****Desempenho do Período: 72,56%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDPRO.****Análise de contexto**

Durante o exercício de 2020 o Tribunal encontrou dificuldades para avançar na implantação de um gerenciamento de riscos nos termos de sua política publicada em 2019, uma vez que a ocorrência de pandemia e o desenvolvimento de um calendário eleitoral totalmente atípico limitaram os avanços previstos e inviabilizaram o desenvolvimento de uma série de ações.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Com a publicação da resolução e do manual de riscos em 2019 atingimos pontuação máxima nos itens: I e VI. Considerando a realização de piloto no processo "Monitorar a Estratégia", o item II pontuou na faixa intermediária (mas com tendência de elevação para próxima medição). Todavia não foi possível avançar na pontuação do item III permanecendo na faixa inicial. O item IV, permanece com a pontuação intermediária considerando sua adoção de controles de riscos críticos somente "em parte".

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Não se aplica.

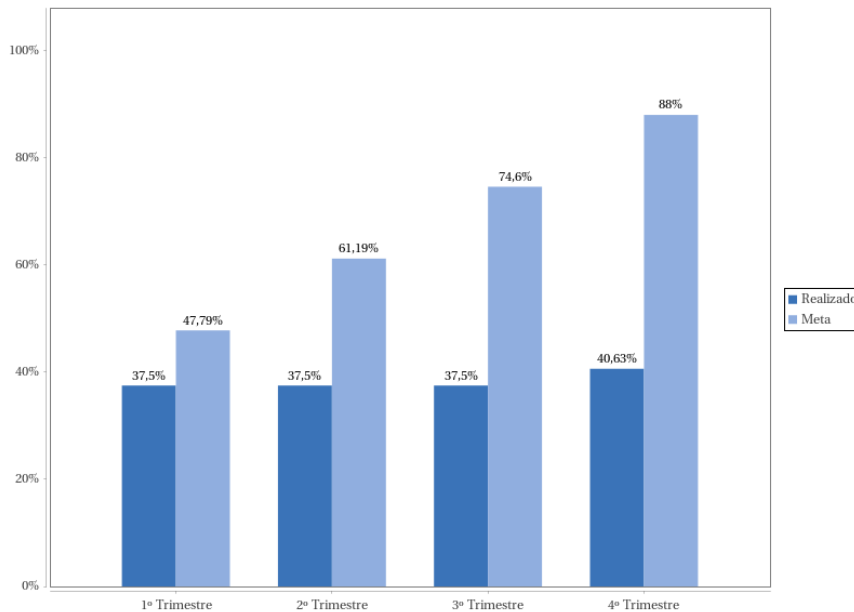
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Entendemos que todo o trabalho desenvolvido e a busca por um gerenciamento de riscos efetivo pelo Tribunal, apesar de não ser claramente percebido pela simples análise numérica do indicador, criaram uma base sólida para que em novo plano estratégico esta cultura solidifique-se e traga todos os ganhos projetados neste plano e tão necessários à administração pública.

Riscos associados ao objetivo

Não se aplica.

IA 66 - Índice de processos críticos monitorados

Insatisfatório**Desempenho do Período: 46,16%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDPRO.****Análise de contexto**

Dos processos críticos para estratégia, 8 grupos, quais sejam: 1) Informar e orientar a sociedade sobre serviços prestados pelo TRE-RJ; 2) Fiscalizar propaganda eleitoral; 3) Julgar prestação de contas; 4) Planejar e avaliar as eleições; 5) Gerir a estratégia; 6) Contabilizar e controlar a execução orçamentária; 7) Contabilizar e controlar a execução financeira e 8) Registrar candidatos; foram selecionados em reunião realizada pelo Comitê de Gestão da Estratégia em 22/09/2017 para serem objeto de análise e melhorias.

Ao longo de 2020, a unidade SEDPRO buscou impactar positivamente esses processos através da elaboração de plano para execução de projetos de melhoria. Entretanto a ocorrência de pandemia e de um calendário eleitoral diferenciado acabaram por inviabilizar a execução de várias ações previstas no plano limitando assim os ganhos projetados para este indicador nos 4 trimestres do ano.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em relação ao monitoramento dos oito grupos de processos críticos, encontravam-se aptos à medição no período (4º trimestre de 2020) quatro: "Monitorar a Estratégia", "Monitorar a Execução Orçamentária", "Realizar Avaliação das Eleições" e "Fiscalizar Propaganda Eleitoral".

Considerando os esforços desta unidade na realização de diagnósticos e execução dos projetos de melhoria de processos, bem como, no monitoramento dos processos já estruturados (realizado por suas áreas gestoras com apoio da SEDPRO), todos os processos passíveis de monitoramento tiveram seu acompanhamento efetivado no período.

Em paralelo foram finalizados trabalhos de estruturação do mapeamento de processos da COGED em resposta à achado de auditoria; e finalização da revisão do mapeamento do processo "Priorizar Soluções de TIC" em resposta ao achado A3 de auditoria.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A ativação do processo crítico "Fiscalizar Propaganda Eleitoral" será ativado em gestão do dia a dia e o início do projeto de melhoria do processo "Julgar Prestação de Contas" indicam tendência de elevação no indicador.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

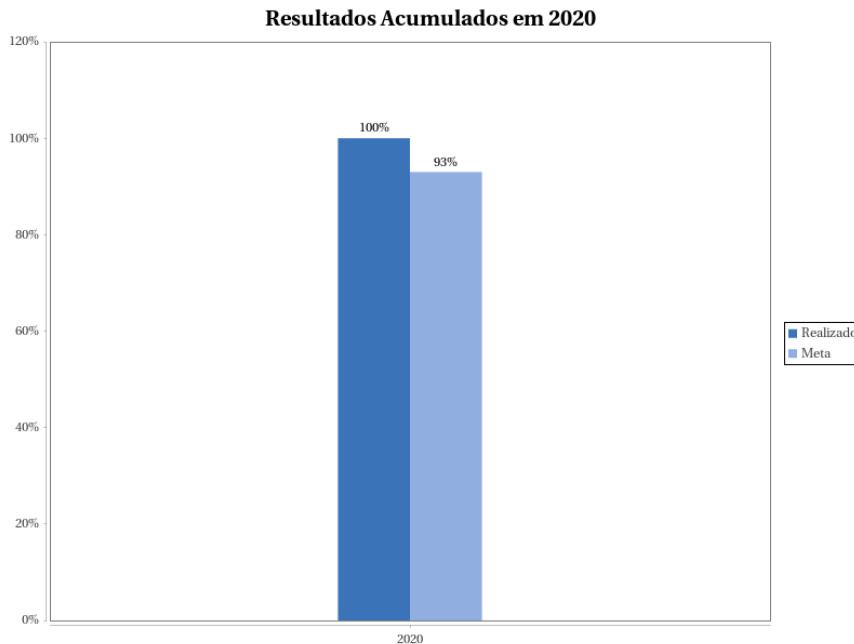
A necessidade de desenvolvimento de trabalho em regime domiciliar trouxe novos desafios e, principalmente, inovações na forma como a gestão do dia a dia e a execução de projeto de melhoria. Um caminho a ser seguido pela unidade é a avaliação da metodologia utilizada na gestão de processos e a promoção dos ajustes necessários.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A necessidade de desenvolvimento de trabalho em regime domiciliar trouxe novos desafios e, principalmente, inovações na forma como a gestão do dia a dia e a execução de projeto de melhoria. Um caminho a ser seguido pela unidade é a avaliação da metodologia utilizada na gestão de processos e a promoção dos ajustes necessários.

Riscos associados ao objetivo

Considerando que todas as atividades desta SEDPRO envolvem a participação de outras unidades e considerando a manutenção das atividades em regime domiciliar, os desafios enfrentados em 2020 adentram em 2021 podendo causar atrasos e até minimizar os ganhos necessários ao indicador.

IA 67 - Índice de aderência ao Plano Anual de Auditoria**Satisfatório****Desempenho do Período: 107,53%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: GABSAU.****Análise de contexto**

O indicador de apoio IA67, medido anualmente, apresentou índice de desempenho satisfatório, tendo sido executadas 100% das auditorias previstas no Plano Anual de Auditoria de 2020.

Não obstante, algumas ponderações precisam ser feitas.

Em relação à forma de medição, deve-se ressaltar que na 3ª Reunião de Análise da Estratégia de 2020, realizada em 28/08/2020, o Comitê Gestor da Estratégia autorizou, em caráter excepcional, que o cálculo do IA67 fosse realizado levando-se em consideração as auditorias previstas na versão revisada do PAA 2020, e não em sua versão original, em virtude do cancelamento/suspensão de auditorias provocadas por situações externas ao Tribunal.

Já em relação ao resultado apurado, convém esclarecer que a versão revisada do PAA 2020 previu a realização de apenas uma auditoria: a Auditoria de Contas Anuais – exercício 2020, exigida pela IN TCU nº 84/2020.

Tal auditoria possui cronograma peculiar, com previsão de início no mês de agosto de 2020 e término em março de 2021, considerando a data limite de 31/03/2021 para emissão de relatório e certificado de auditoria (art. 14, § 3º c/c art. 13, § 2º e art. 8º, § 4º, todos da IN TCU nº 84/2020).

Sendo assim, não foi possível utilizar a emissão do relatório final de auditoria como parâmetro para aferir se a auditoria foi efetivamente executada no exercício de 2020, já que tal documento apenas será emitido no exercício de 2021.

Por essa razão, para fins de medição do IA67, foi levada em consideração a realização das seguintes atividades principais afetas à auditoria:

- 1) participação de quase todos os servidores vinculados à unidade de auditoria interna, durante os meses de agosto a outubro de 2020, na primeira parte de ação de capacitação específica promovida pelo ISC/TCU, para auxiliar no planejamento e execução da auditoria de contas anual;
- 2) instauração do processo de auditoria (Processo SEI nº 2020.0.000039138-5);
- 3) elaboração do Comunicado de Auditoria e dos Termos do Trabalho, e encaminhamento desses documentos à Administração (Processo SEI nº 2020.0.000039269-1);
- 4) identificação e seleção das contas contábeis significativas e identificação dos processos de trabalho subjacentes;

5) instauração de processos de comunicação com as unidades auditadas (Processos SEI nº 2020.0.000045439-5; 2020.0.000049945-3; 2020.0.000050749-9; 2020.0.000058602-0;

6) emissão de requisições de auditoria e realização de reuniões diversas com as unidades auditadas para obtenção de entendimento acerca dos processos de trabalho subjacentes às contas contábeis selecionadas; e

7) realização de atividades de identificação e avaliação de riscos em nível geral e específico, para fins de direcionamento dos testes de auditoria (em andamento).

A conclusão definitiva da auditoria, por sua vez, com a emissão do respectivo certificado, foi prevista no item 1, do Anexo I, do PAA 2021 (id 1395304 no processo SEI nº 2020.0.000059457-0), e deve ser considerada na próxima medição do IA67.

De todo modo, a Auditoria de Contas Anuais, nos termos da IN TCU 84/2020, deverá ser realizada anualmente, já estando prevista no item 2 do Anexo I do PAA 2021 (id 1395304 no processo SEI nº 2020.0.000059457-0) a referente ao exercício de 2021.

Note-se que ali, diferentemente do formato adotado no PAA 2020 – Revisão, a auditoria foi dividida, estando previstas no PAA 2021 apenas as atividades a serem realizadas até o fechamento do balanço, devendo as posteriores ao fechamento do balanço ser objeto do PAA 2022.

Porém, ainda que o formato de cronograma adotado no PAA 2021, para a auditoria de contas anuais, seja mantido nas próximas versões do PAA, esse tipo de auditoria sempre terá a peculiaridade de se iniciar no exercício a que se referem as contas e se concluir no subsequente.

Por essa razão cabe sugerir que o Comitê Gestor da Estratégia delibere, futuramente, sobre o parâmetro mais adequado para medir o IA67 em relação às auditorias de contas anuais, quando a referência for o exercício em que elas se iniciam, já que seu produto final (relatório e certificado de auditoria) apenas será entregue exercício seguinte.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram diversos os desafios na execução do PAA2020 quanto à auditoria de contas anuais, haja vista o ineditismo e a complexidade de sua realização, somado ao novo contexto de trabalho imposto pela pandemia da COVID-19.

Nesse sentido, a principal ação se deu pela participação todos os servidores envolvidos com o planejamento e/ou execução da auditoria de contas, durante os meses de agosto a outubro de 2020, na primeira parte da ação de capacitação específica promovida pelo ISC/TCU, de forma a serem atendidos os critérios exigidos pela nova IN TCU 84/2020.

Realizaram-se, ademais, diversas reuniões remotas com os servidores da auditoria interna visando coordenar e alinhar a execução das etapas de planejamento e execução da referida auditoria, bem como com as unidades auditadas para obtenção de entendimento acerca dos processos de trabalho subjacentes às contas contábeis selecionadas.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Para a execução do PAA2021, em que se encontram previstas a realização de 5 auditorias, inclusa a finalização da auditoria de contas relativa ao exercício de 2020, o principal desafio se faz pela complexidade e o escopo abarcado por esta auditoria, o que exige grande esforço para sua execução, frente ao reduzido quantitativo de servidores disponíveis para a execução dos trabalhos.

Isso porque a complexidade se dá em relação à nova metodologia, a ampliação de responsabilidade da área para a emissão de opinião sobre os atos de gestão anualmente, e, ainda, pelos novos conhecimentos técnicos impostos para a realização da auditoria.

Assim, além da finalização da auditoria de contas 2020 e da realização da auditoria de contas 2021, a auditoria interna deverá executar outras 3 (três) auditorias, sendo 2 (duas) exigidas pelo CNJ e TSE e Auditoria Operacional em Suprimento de Fundos, somado aos trabalhos de monitoramento das recomendações anteriormente exaradas, além das diversas outras atividades à cargo da Coordenadoria e Seções, tais como a análise da conformidade de atos de admissão e concessão de aposentadorias e pensões e análises de prestação de contas de suprimento de fundos.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1. Cumprimento das ações de capacitação previstas no PAC-Audi a fim de minimizar os gaps de conhecimento identificados e otimização do PAC-Audi 2022 com base no observado no exercício de 2021;

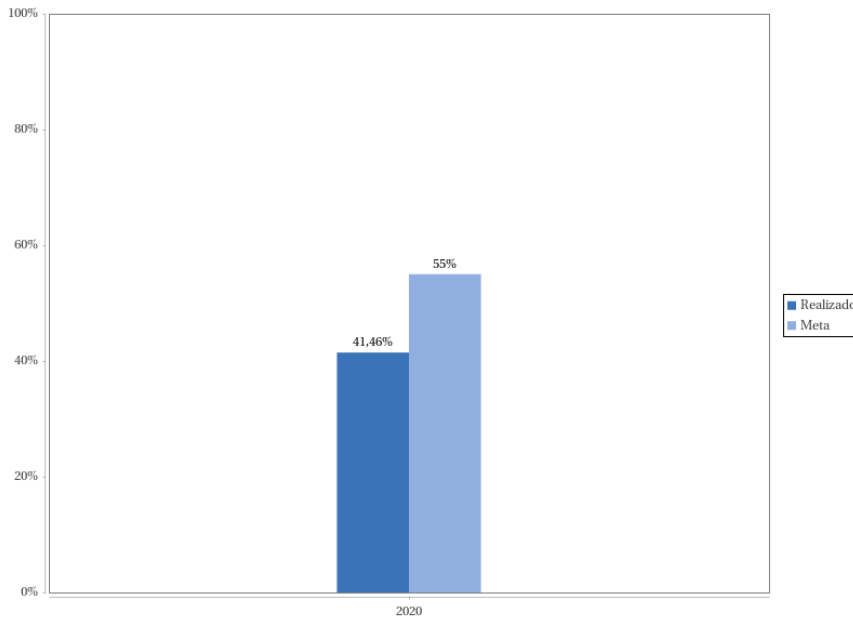
2. Adequação da atual estrutura organizacional e de pessoal da unidade de auditoria interna;

3. Transferência da análise de prestação de contas de suprimento de fundos de sua esfera de atuação para a de outra unidade da estrutura organizacional do Tribunal, com fundamento no art. 76 da Resolução CNJ nº 309/2020 (um dos objetos do

Grupo de Trabalho constituído por meio da Portaria DG nº 50/2020, cujas atividades e deliberações estão sendo registradas no processo SEI nº 2020.0.000036003-0)

Riscos associados ao objetivo

1. Comprometimento da qualidade dos trabalhos realizados em razão dos gaps de conhecimento e habilidades para a realização das auditorias de contas anuais, sobretudo os relacionados com as matérias de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e de normas nacionais e internacionais aplicáveis à auditoria financeira independente;
2. Dificuldade no cumprimento dos prazos de execução dos trabalhos previstos na unidade de auditoria interna, assim como na execução do PAA, em razão do reduzido quantitativo de pessoal;
3. Perda de valor relativo ao capital intelectual investido, haja vista que o tempo de consolidação de conhecimento e experiência na área de auditoria leva, em média, três anos. Assim, nem sempre é possível a reposição imediata de pessoal, o que contribui para a limitação de avaliações.

IA 68A - Índice de implementação das recomendações da unidade de controle e auditoria**Insatisfatório****Desempenho do Período: 75,39%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: GABSAU.****Análise de contexto**

O indicador de apoio IA68A, medido anualmente, apresentou índice de desempenho com status insatisfatório, tendo sido alcançados 75,39% da meta estabelecida (de 55%).

O referido indicador compõe, juntamente com mais quatro indicadores de apoio, o indicador estratégico IE24 - Índice de adequação do mecanismo de controle, este relacionado ao Objetivo Estratégico OE08 – Fortalecer a governança institucional, que busca aperfeiçoar os mecanismos de liderança, estratégia e controle.

Observa-se, da comparação com o exercício de 2019, que o indicador apresentou queda de desempenho, quando apresentou status de desempenho de atenção com a implementação de 50% das recomendações monitoradas, o que provavelmente apresenta como uma de suas causas a excepcionalidade do ano de 2020 causada pela pandemia da COVID-19, haja vista seu impacto na dinâmica de trabalho do Tribunal.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No ano de 2020, foram emitidos 9 Relatórios de Monitoramento, tendo como objeto 88 recomendações exaradas por esta unidade de auditoria interna, desconsideradas no cômputo do indicador 6 recomendações consideradas não mais aplicáveis, com a implementação de 34 delas.

Constatou-se que, do total de recomendações consideradas no cômputo (82 recomendações), 41% foram implementadas; 10% parcialmente implementadas; 35% não implementadas e 13% estão em implementação.

Realizou-se, ademais, conforme previsto no PAA2020 estudo para avaliação das recomendações ainda pendentes de atendimento pela Gestão e que já foram objeto de monitoramento anterior, visando conferir maior efetividade na solução dos problemas, deficiências e inconformidades que ensejaram sua expedição.

O estudo encontra-se em fase de conclusão, e ainda que tenha como objetivo inicial encontrar soluções eficientes para o tratamento de recomendações mais antigas, que persistem pendentes de implementação, seu resultado deverá fornecer subsídios para a adoção futura de mecanismos diferenciados de monitoramento, de acordo com o tipo de recomendação expedida ou com o tipo de problema que esta pretenda resolver, contribuindo para que se concentrem os maiores esforços na solução de problemas de maior impacto para a organização. Além disso, deverá fornecer, ainda que de maneira indireta, subsídios para a

melhoria do próprio processo de auditoria e da atividade de elaboração de recomendações, com enfoque na relevância e efetividade das proposições.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A despeito da queda de desempenho do indicador, não se pode afirmar que essa seja uma tendência, considerada a atipicidade do ano de 2020.

Um dos grandes desafios para o próximo exercício segue sendo o combate ao coronavírus, na medida em que a melhoria do índice está diretamente atrelada às possibilidades fáticas de acompanhamento das recomendações expedidas e a eventuais ajustes nos objetos dos monitoramentos na realidade pós-Covid.

Além do mais, ainda não é possível prever como se dará o impacto para o exercício de 2021 no novo contexto de trabalho, que exigiu adaptações de todos os setores da administração, quanto à dinâmica de implementação das recomendações.

Acrescente-se, ainda, a nova metodologia de auditoria e certificação das contas anuais trazida pela Instrução Normativa TCU 84/2020, a ser realizada anualmente, haja vista tratar-se de trabalho complexo e que envolve todos os servidores da Coordenadoria, o que pode impactar na atuação nos monitoramentos a serem realizados.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

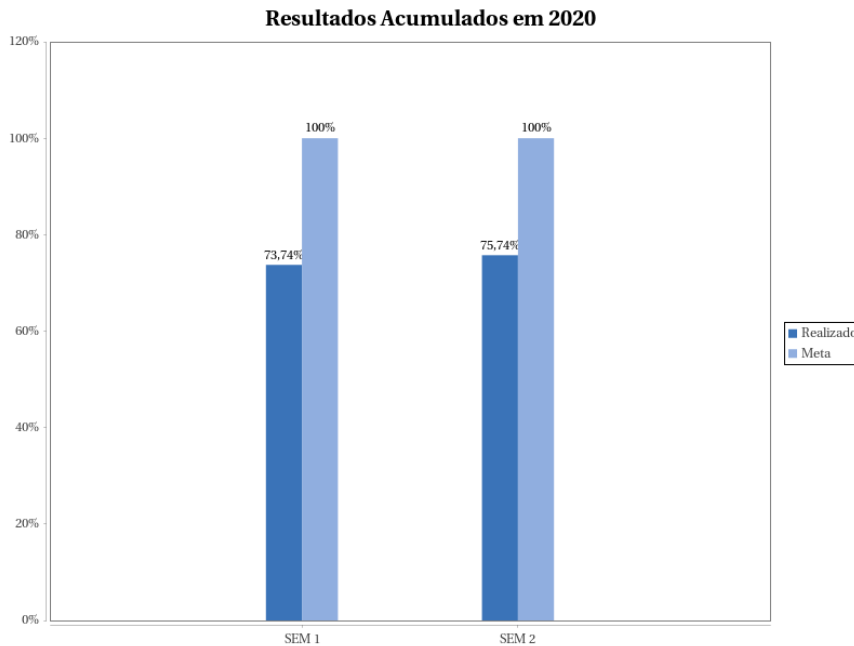
1. Extensão do cronograma para realização dos trabalhos de monitoramento no exercício de 2021: o PAA 2021 estabeleceu prazo de janeiro a dezembro para realização de todos os trabalhos de monitoramento previstos em seu anexo II. Ainda que tal medida tenha tido o condão original de viabilizar a realização de todas as ações, num contexto em que os auditores internos deverão estar envolvidos, praticamente ao longo de todo o exercício, em duas ou mais atividades concomitantes, o cronograma estendido permitirá que as equipes designadas possam antecipar requisições e conceder prazos mais elásticos para manifestação das unidades, o que pode contribuir para que estas providenciem o saneamento dos problemas que motivaram a expedição das recomendações durante o curso do monitoramento.

2. Foco na construção conjunta de soluções aptas a sanear os problemas identificados nos trabalhos de auditoria: a prática de realizar reuniões com as unidades auditadas, ao término da execução dos trabalhos de auditoria, para discussão dos achados, já vem sendo incorporada à rotina de trabalho das equipes de auditoria interna e será reforçada na atualização do Manual de Auditoria, que se encontra em andamento. Nessas ocasiões, é importante que a auditoria interna e as unidades auditadas debatam e cheguem a um consenso sobre as ações viáveis e pertinentes para sanear os problemas evidenciados nos achados. Tal medida tende a contribuir para o aumento da eficácia das recomendações em duas vertentes, quais sejam, auxiliando os auditores a elaborar recomendações objetivas, compreensíveis e factíveis, e auxiliando as unidades auditadas a elaborar planos de ação que efetivamente sejam aptos a solucionar os problemas identificados no trabalho de auditoria.

Riscos associados ao objetivo

1. Possíveis dificuldades para a implementação das recomendações no contexto do teletrabalho;

2. Estagnação das técnicas e métodos de trabalho ante as necessidades de mudança, tanto em relação à administração quanto à unidade de auditoria interna.

OE 09 - Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ**Insatisfatório****Desempenho do Período: 75,74%****Responsável: SSG.****Análise de contexto**

O desempenho apresentado pelo objetivo estratégico manteve-se insatisfatório devido aos impactos causados pela pandemia da Covid-19 neste segundo semestre de 2020, prejudicando diretamente as atividades externas da Secretaria.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Não houveram ações muito significativas que pudessem ser executadas para atendimento do objetivo, considerando às restrições impostas pelo cenário de pandemia. Muitos esforços foram voltados à adequação de diversos imóveis na tentativa de diminuir ao máximo os riscos de infecção pelo novo corona vírus.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

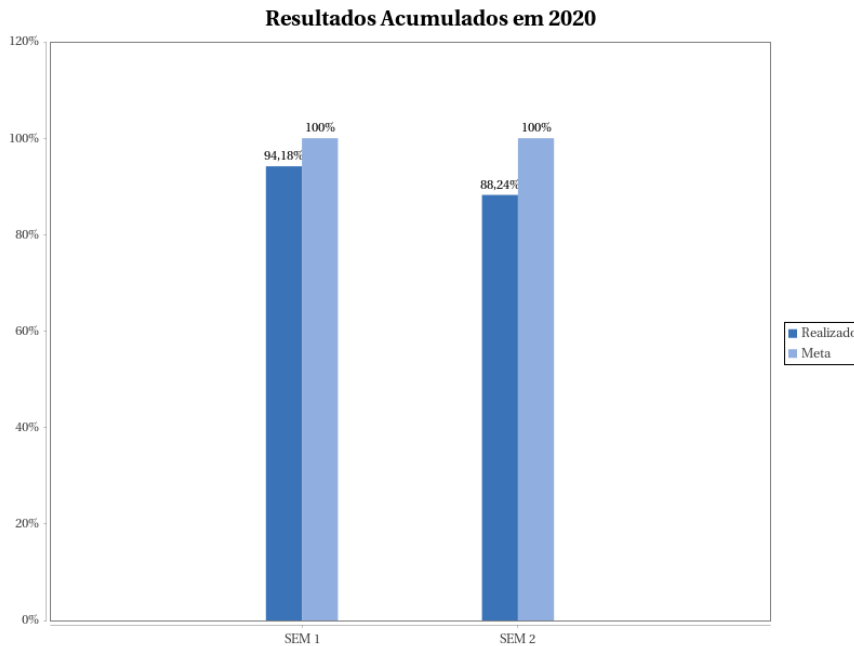
Estimamos que a melhora do objetivo seja percebida somente no segundo semestre de 2021.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

O melhor cenário para o futuro é a possibilidade de execução do plano traçado pela Secretaria, que é a junção de zonas eleitorais em um mesmo imóvel, com a criação da respectiva CAE transformação de polos provisórios em polos permanentes, nestes mesmo imóveis, quando possível.

Riscos associados ao objetivo

A manutenção do isolamento social e possíveis restrições orçamentárias.

IE 25 - Índice de padronização da infraestrutura**Atenção****Desempenho do Período: 88,24%****Responsável: COENG.****Análise de contexto**

O IE 25 é formado por 5 (cinco) indicadores de apoio:

IA 70A - Índice de unidades com instalações padronizadas;

IA 71A - Índice de unidades com instalações acessíveis;

IA 73A - Índice de unidades com condições adequadas de segurança;

IA 74A - Índice de unidades com equipamentos sustentáveis; e

IA 75A - Índice de instalações compatíveis com o trabalho e os serviços prestados.

Dos indicadores de apoio supracitados, o IA 71 e IA 73 obtiveram desempenho satisfatório para o 2º semestre de 2020, ultrapassando, inclusive, os 100% de alcance da meta.

O IA 70 apresentou uma porcentagem de 63,67% de alcance da meta, realizando 9,55 % para uma meta de 15,00%.

O IA 74 realizou 62,92% da meta de 75%, o que representa 83,89% de alcance à meta proposta.

Já o IA 75 atingiu o percentual de 93,63 % de alcance da meta, realizando 42,13% para uma meta de 45,00%.

Deve-se considerar que a precária infraestrutura imobiliária e sua pulverização prejudicam os procedimentos de padronização. No entanto, a Resolução nº 1063/2018, que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro tem contribuído significativamente para melhorar o desempenho do Indicador.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Devido às restrições impostas pela Pandemia da COVID-19, nenhuma ação pode ser concluída dentro deste período, restando prejudicada esta avaliação.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Também resta prejudicada esta análise pelos mesmos motivos acima mencionados, já que sequer temos a certeza de quando retornaremos às nossas atividades plenas, principalmente as presenciais, essenciais para que a maior parte das ações possam ser realizadas, e ainda estivemos envolvidos nas ações relativas à preparação da infraestrutura para uma Eleição totalmente atípica, para qual todos os nossos recursos, quer sejam materiais ou humanos, foram canalizados.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Cabe informar, que já está em curso no âmbito da SSG/COENG uma nova estratégia que visa melhorar muito a infraestrutura imobiliária, que consiste basicamente do agrupamento de vários cartórios de uma mesma região e/ou municípios em um único imóvel, com a instalação de CAE's e Polos Permanentes, e logicamente já adaptados dentro uma padronização.

Desta forma, o que se pretende é diminuir, sensivelmente, o número de imóveis, e consequentemente diminuir os custos de suas respectivas manutenções, primeiro porque as instalações estarão novas, portanto, não deverão demandar manutenções corretivas, mas sim e tão somente as manutenções preventivas, que poderão ser programadas dentro de um cronograma geral anual de manutenção, abrindo-se assim o caminho para a contratação da manutenção por serviço, e não por postos de trabalho como atualmente.

Outra estratégia que aliada à supracitada também irá contribuir de sobremaneira para a melhoria da infraestrutura deste Tribunal, é a de passar a licitar todos os projetos e obras de engenharia de médios e grandes portes, deixando apenas os pequenos projetos e intervenções, para serem desenvolvidos pelas seções técnicas da COENG.

As duas estratégias juntas têm inúmeras outras vantagens, entre as quais podemos citar:

1. Diminuição do custo com manutenção, já que a SEMANT passará a atuar somente em pequenas intervenções, e assim poderá focar todos os seus recursos na manutenção preventiva, que também restará facilitada pela padronização, e, portanto, poderemos promover uma razoável diminuição dos postos de manutenção, liberando assim, recursos orçamentários para outras ações, como por exemplo, os projetos e obras de médios e grandes portes que passarão a ser licitados.

Importante destacar, que à medida que formos implantando esta nova estratégia, além de diminuirmos consideravelmente o número dos postos de trabalho no contrato de manutenção, também poderemos concomitantemente iniciar por estes novos prédios, o contrato de manutenção por demanda, e assim iniciarmos um processo de transferência gradativa para o novo modelo de contratação de manutenção por demanda;

2. Com a implantação de novos polos permanentes, estaremos resolvendo de uma única vez, um grande risco, e alguns problemas, quais sejam:

a. O risco que será mitigado é que passaremos distribuir as urnas eletrônicas por vários locais, diminuindo drasticamente o risco que na ocorrência de um sinistro no CAUE venha a danificá-las em quantidade tão grande, que venha a prejudicar ou até mesmo inviabilizar uma futura Eleição;

b. E o problema que também será mitigado, é o de transporte das urnas para os polos, visto que as urnas já neles estarão, e os recursos economizados aqui, poderão ser utilizados para prover os cartórios/polos de alternativas melhores para o transporte das urnas para os locais de votação;

c. Como ganho secundário, teríamos ainda um grande alívio nas atividades da SEGEIM em anos eleitorais, pois teremos muito menos imóveis a captar para os Polos, ou mesmo nenhum, já que é do conhecimento de todos, que a captação de imóveis temporários para Polos sempre é muito trabalhosa e estressante, e vias de regra muito onerosa também.

d. Também não podemos deixar de destacar, que as atividades da SEMANT nas adaptações do Polos também será drasticamente reduzida, pois basicamente se consistirá da desmontagem das CAE's para ampliação da área operacional dos Polos, e sua remontagem após os pleitos;

e. Desta forma também teríamos reduzidas as ações da SEAEDI, que não precisará promover as respectivas transferências de titularidade das instalações de energia elétrica e água/esgoto, que também estão cada vez mais difíceis, face às exigências das Concessionárias.

3. Também como ganho secundário, mas não menos importante, o esvaziarmos o prédio da Central de Armazenamento de Urnas Eletrônicas (CAUE), que assim cada vez mais terá menos urnas armazenadas, diminuindo consequentemente os riscos já citados.

Para corroborar as informações acima, atualmente estamos em fase de adaptação de lojas no Ed. Antares em São João do Meriti, para onde, em breve, serão transferidas, as quatro zonas eleitorais daquele município, onde também será instalada uma CAE.

Infelizmente aquele município não dispõe de muitas alternativas para a criação de um polo permanente, mas nada nos impede de armazenarmos as urnas de lá, em um Polo próximo.

Também estamos em fase final de negociação com o Shopping Partage de São Gonçalo, área de mall e de storage, para a transferência das sete zonas daquele município, a qual deverá ocorrer ainda no primeiro semestre de 2021, e o atual local das ZE's, como se trata de imóvel cedido pela União, passará a ser um Polo Fixo, resolvendo de forma definitiva um dos polos que mais nos causa dificuldade para locação.

Como locação em Shoppings são, vias de regra, muito difíceis e sujeitas a várias regras, o que se pretende mesmo para se dar uma solução definitiva para a infraestrutura no Município de São Gonçalo, é se conseguir junto à SPU a cessão definitiva do imóvel da Rua Feliciano Sodré nº 153, que foi ocupado pela Defensoria Pública, para que possamos construir um prédio com capacidade para as sete ZE's, uma CAE e ao lado o Polo permanente. Os primeiros contatos nesse sentido já foram feitos junto à SPU, que se mostrou interessada em promover tal cessão.

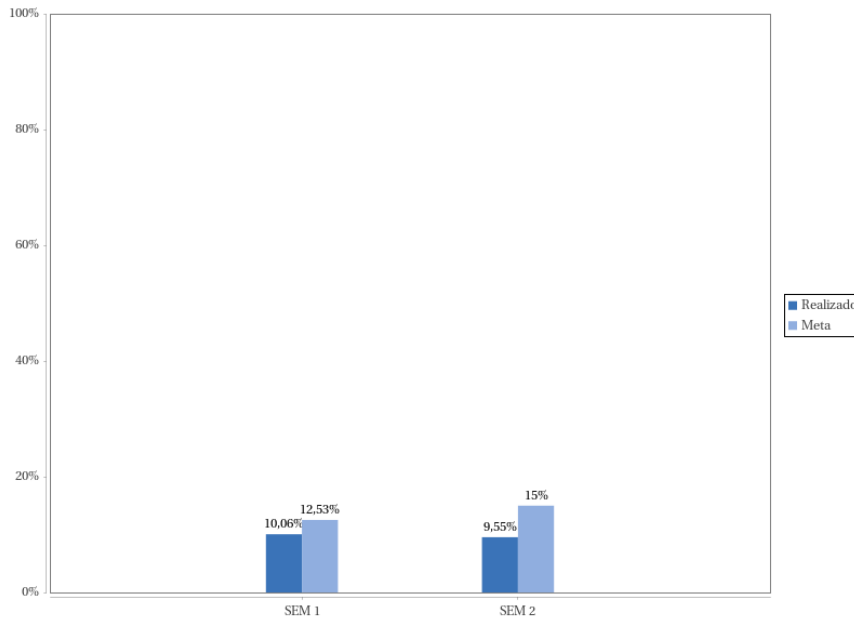
Finalizando, informamos que para o próximo ano, temos ainda a intenção de obtermos imóveis adequados para promovermos a mudança das zonas eleitorais de Nova Iguaçu e Belford Roxo, além das já programadas e de menor impacto.

Riscos associados ao objetivo

O maior risco a que estamos sujeitos, é o de não conseguirmos implementar as estratégias acima descritas, e permanecermos na atual, que se mostra totalmente inapropriada e ineficaz.

Outro risco que não pode ser desprezado ainda é o de um recrudescimento da Pandemia, que jogará por terra todo e qualquer planejamento.

E por último, o risco de recebermos instruções para finalizar o Recadastramento Biométrico em todo o Estado com vista as Eleições 2022, já que nesse cenário, todos os recursos terão que ser desviados para as ações de Biometria, não sobrando espaço para mais nenhuma outra.

IA 70A - Índice de unidades com instalações padronizadas**Insatisfatório****Desempenho do Período: 63,67%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COENG.****Análise de contexto**

O IA 70 é composto de outros cinco índices. São eles: IA 71 - Índice de unidades com instalações acessíveis; IA 72 - Índice de unidades com mobiliário adequado; IA 73 - Índice de unidades com condições adequadas de segurança; IA 74 - Índice de unidades com equipamentos sustentáveis e IA 75 - Índice de instalações compatíveis com o trabalho e os serviços prestados.

O IA 70 - Índice de unidades com instalações padronizadas, faz parte do IE 25 - Índice de padronização da infraestrutura. Logo, o não atendimento deste item irá impactar diretamente o IE 25 e, consequentemente, o OE 09 - Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ.

O IA 70 - Índice de unidades com instalações padronizadas tem ligação direta com as determinações da Resolução nº 1063/2018 que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro e está alinhado com o objetivo - Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ, previsto no Plano Estratégico do TRE-RJ.

Neste sentido a SSG/COENG pretendem implantar uma nova Estratégia Imobiliária que visa não só mitigar diversos problemas encontrados para atendimento ao IA 70, mas também diversos outros de ordem administrativa e operacional.

Em síntese o que se pretende é implantar um significativo aumento no número de polos fixos, captando-se imóveis que possam abrigar várias zonas eleitorais de uma região ou município, além de um polo fixo de urnas eletrônicas e uma CAE, que em anos eleitorais possam ser facilmente desmontadas para aumento da área operacional do polo, e rapidamente remontadas após os pleitos.

Desta forma, por serem imóveis maiores, as negociações para locação passarão, obrigatoriamente, pelo compromisso dos proprietários em executarem todas as intervenções que sejam necessárias, inclusive as relativas à Acessibilidade universal.

Importante destacar que esta estratégia aparentemente poderá provocar um aumento no custo com locações, mas na realidade tal aumento não necessariamente ocorrerá, já que outros imóveis locados serão entregues, diminuindo assim o impacto orçamentário, ou até mesmo apenas compensando-se.

Além disso, há outras vantagens econômicas na implantação desta nova Estratégia Imobiliária que devem ser consideradas, a saber:

- Redução gradativa da necessidade de captação de imóveis para implantação de polos, que a cada ano mostra-se mais difícil e mais onerosa, e com isso significativa redução nas atividades nas demais unidades desta COENG, visto que as adaptações serão mais simples, e projetadas apenas uma vez;
- Redução do número de imóveis a serem mantidos e mantidos, que por si só já é uma grande vantagem;
- Padronização gradativa das instalações, já que as intervenções que serão realizadas nos imóveis captados serão projetadas dentro de padrões pré-estabelecidos;
- Redução drástica com o custo de transporte de urnas para os polos, visto que a maioria já estará nos respectivos polos, isso sem falar na logística de tal transporte, que exige inclusive escolta policial;

Também não podemos descartar a possibilidade de conseguirmos mais recursos orçamentários para locações, considerando que haverá uma grande diminuição nos custos de locações para polos, já que cada vez mais teremos polos fixos.

Entretanto, o maior objetivo desta nova estratégia é a de distribuir as urnas eletrônicas por vários locais distintos, de forma a mitigar os riscos de que um sinistro possa destruir um grande número delas, que poderia inclusive inviabilizar a realização de um futuro pleito.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Segundo os dados levantados, o índice avaliado foi insatisfatório, já que o desempenho no 2º semestre de 2020 foi de 9,55%, abaixo da meta de 15 % prevista para o período. Informamos que no semestre em questão a aferição do desempenho do IA 70 também restou prejudicada por conta da pandemia, de modo que o quantitativo de unidades padronizadas não sofreu alteração em relação ao 1º semestre de 2020. Cabe ressaltar, no entanto, que a redução percentual observada em relação ao 1º semestre de 2020, de 10,06% para 9,55% ocorreu em função da inclusão da variável referente ao Total de Polos Permanentes (TPP).

Conforme informado acima, o desempenho do IA 70 continuou sendo impactado negativamente por conta das consequências da pandemia da Covid-19, com o agravante que todos os recursos disponíveis no semestre passado, foram canalizados para as ações de preparação da infraestrutura com vistas a realização das Eleições 2020, a mais complexa e atípica que se tem notícia.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A Resolução nº 1063/2018, que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro, estabelece uma rotina que se inicia pela determinação/solicitação para instalação da unidade. Nesta oportunidade, define-se o local para instalação levando-se em conta aspectos como os meios de acesso urbano ao cartório, compatibilidade com o uso e com o zoneamento urbano e a segurança do entorno. Na sequência, com escolha do imóvel e superado os critérios legais e de documentação, são observados critérios técnicos como a infraestrutura e a viabilidade de atendimento aos índices IA71, IA72, IA73, IA74 e IA75.

Neste contexto, o IA 75 se mostra o índice mais relevante, pois a sua inadequação demandaria obras de grande porte no imóvel. Portanto, a regra é que a área, as instalações elétricas e hidráulicas, a cobertura e a estrutura estejam em bom estado e sejam compatíveis com a instalação da unidade eleitoral. Em segundo plano vem o IA 71 que cuida da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos imóveis. A experiência mostra que os imóveis totalmente acessíveis normalmente estão concentrados em shoppings ou fóruns novos. Nos demais imóveis raramente o IA 71 está integralmente contemplado, sendo necessárias adequações de pequeno e médio porte, de modo que a ocupação é momento oportuno para executar essas adequações de acessibilidade ou negociá-las com o proprietário. Uma vez atendidas às exigências dos IA's 75 e 71 dificilmente haverá obstáculos para o atendimento aos IA's 72, 73 e 74.

Considerando-se a implantação da nova Estratégia Imobiliária da SSG/COENG já citada anteriormente, já identificamos algumas unidades pelas quais pretendemos implantá-la, que são em ordem de prioridade:

1. Todas as Zonas Eleitorais de Bangu (24ª, 230ª, 233ª, 234ª e 238ª), haja vista que o Sulacap Shopping, onde atualmente estão instaladas, solicitou o espaço e não dispõe de outro que possamos utilizar, então tal mudança se tornou urgente;
2. Todas as Zonas Eleitorais de São Gonçalo (36ª, 68ª, 69ª, 87ª, 132ª, 133ª e 135ª), visto que estamos em fase final de negociação com o Shopping Partage para a locação de área. A mudança deverá ocorrer ainda primeiro semestre deste ano;
3. Todas as Zonas Eleitorais de Nova Iguaçu (27ª, 84ª, 156ª, 157ª, 158ª e 159ª), considerando-se que hoje o custo anual com locações naquele município é da ordem de R\$ 300.000,00, considerando aluguel e encargos, e este valor, em pesquisa realizada no ano passado para a locação do polo, se mostrou suficiente para a locação de um imóvel que possa atender às premissas da nova estratégia já citada anteriormente.

4. Todas as Zonas Eleitorais de Belford Roxo (152ª, 153ª, 154ª e 155ª), considerando-se que o atual imóvel é inadequado não só para a instalação das Zonas Eleitorais, visto que o próprio imóvel se encontra em rua de ladeira íngreme o que por si só já dificulta a chegada dos eleitores com restrições de locomoção, além de possuir uma arquitetura muito compartimentada e com vários níveis, o que dificulta a operação dos cartórios e principalmente do polo, e o custo anual atual com locação é da ordem de R\$ 120.000,00, considerando aluguel e encargos, portanto espera-se que a locação de um novo imóvel não venha a ser muito superior a este valor, e assim onerar muito nosso orçamento para locações imobiliárias.

Logicamente devemos considerar que neste ano ainda estaremos trabalhando sob o impacto das restrições impostas pela pandemia da Covi-19, portanto, tal expectativa poderá ser frustrada e não conseguimos realizar todas as ações acima citadas, mas iremos implantar todas dentro da nossa capacidade, e a ordem de implantação deverá ser mantida para os próximos exercícios.

Também fica claro que outras ações semelhantes deverão surgir nos próximos anos, e serão acrescidas à lista acima, podendo inclusive vir a alterar as prioridades, mas tudo isso será relatado nas próximas análises.

Entretanto, para que já possamos progredir satisfatoriamente em relação às metas, podemos priorizar nossas ações mais imediatas naqueles imóveis cujas pendências são de pequeno porte e relativamente fáceis de serem implantadas. Neste sentido, identificamos alguns imóveis que podem ser adequados no próximo período para o cumprimento da meta:

181ª ZE Araruama - pendência: equipamentos sustentáveis;

150ª ZE Nilópolis - pendência: equipamentos sustentáveis;

102ª ZE Nova Friburgo - pendência: mobiliário e equipamentos sustentáveis;

141ª Italva - pendência: equipamentos sanitários acessíveis.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Em observância à Resolução CNJ nº 114, bem como a Resolução TRE-RJ nº 1063/2018, recomenda-se a padronização e concentração da estrutura imobiliária, com base em critérios técnicos e nos objetivos institucionais do TRE-RJ.

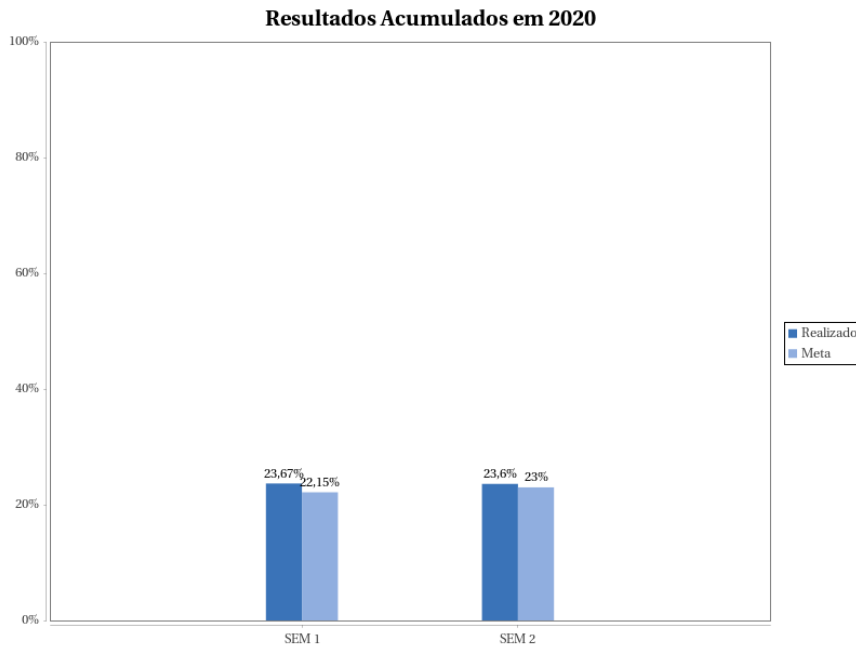
A nova Estratégia Imobiliária proposta pela SSG/COENG e já citada anteriormente, vai justamente ao encontro das diretrizes das Resoluções supracitadas, pois estaremos promovendo a concentração da nossa estrutura imobiliária, e paralelamente também realizando a padronização de suas instalações.

Riscos associados ao objetivo

Um dos grandes riscos associados ao objetivo é a precária infraestrutura existente, especialmente naqueles imóveis que não comportam adaptações. Além disso, a pulverização e a falta de padronização da infraestrutura do TRE-RJ tornam complexas as adequações.

Justamente com vistas à mitigação deste risco, é que a SSG/COENG pretendem modificar a Estratégia Imobiliária como citado acima, pois à medida que novos imóveis forem sendo captados, já serão modificados e adaptados de forma a atenderem a todos os indicadores formadores do IA 70, e com isso, gradativamente, ir melhorando os indicadores IE 25 e OE 09.

A descentralização das responsabilidades e uma possível falha de comunicação entre as unidades que medem os Índices de Apoio IA 71, IA 72, IA 73, IA 74 e IA 75 que compõem o IA 70 são riscos para o cumprimento das metas, e talvez deva ser estudada uma forma para mitigação de tal risco, já que o comprometimento do IA 70 também acarretará o comprometimento do IE 25, e consequentemente do OE 09 também.

IA 71A - Índice de unidades com instalações acessíveis**Satisfatório****Desempenho do Período: 102,59%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPROJ.****Análise de contexto**

O IA 71 - Índice de unidades com instalações acessíveis compõe o IE 25 - Índice de padronização da infraestrutura. Logo, o não atendimento deste item irá impactar diretamente o IE 25 e, conseqüentemente, o OE 09 - Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ.

O desempenho do IA 71 - Índice de unidades com instalações acessíveis, tem ligação direta com:

(A) as determinações da Resolução nº 1063/2018 que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro;

(B) com o projeto de Diagnóstico das condições de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais (protocolo nº 76321/2013), sobrestado por decisão administrativa; e

(C) com os procedimentos de instalação implementados pela SEMANT, tais como barras de apoio, corrimãos e equipamentos sanitários.

No primeiro semestre de 2020 foram incorporados ao indicador os cálculos referentes aos Polos Permanentes. No entanto, cumpre registrar que nesse período não foi possível lançar as respectivas variáveis, pois não houve tempo hábil de levantamento e análise dos dados, principalmente em decorrência da pandemia de Covid19.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Segundo os dados levantados, o índice avaliado foi satisfatório, mostrando uma performance de 23,60% no segundo semestre de 2020, dentro da meta de 23,00% prevista para o período, atingindo um total de 41 zonas eleitorais acessíveis, com a inclusão, neste semestre, dos cartórios de Itaguaí (105ª) e Magé – Piabetá (148ª).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Em observância à Resolução CNJ nº 114, bem como a Resolução TRE-RJ nº 1063/2018, a tendência é a padronização e concentração da estrutura imobiliária, com base em critérios técnicos e nos objetivos institucionais do TRE-RJ.

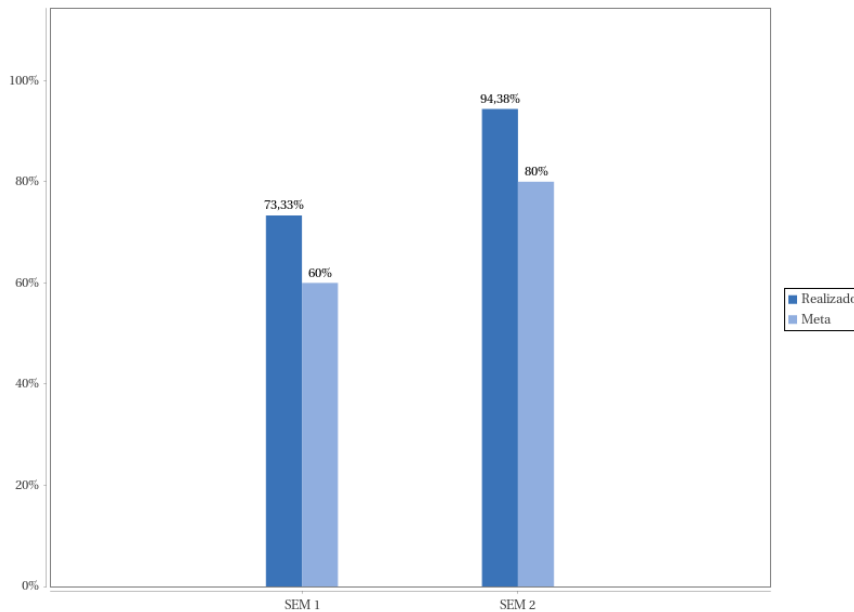
Um dos grandes problemas é a precária infraestrutura existente, especialmente daqueles imóveis que não comportam adaptações. Além disso, a pulverização e a falta de padronização da infraestrutura do TRE-RJ tornam complexas as adequações.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Para progredir satisfatoriamente em relação às metas deve-se focar na infraestrutura e na transferência daqueles imóveis que agregam o maior número de unidades do TRE-RJ.

Riscos associados ao objetivo

A realidade atual da unidade responsável pelo indicador, com um quantitativo insuficiente de servidores para aperfeiçoar processo de padronização e para gerenciar as adequações das unidades do TRE-RJ, assim como a grande quantidade de imóveis ainda existentes não passíveis de adequação decorrentes do longo tempo sem políticas de transferências para imóveis acessíveis, são riscos para o cumprimento das metas.

IA 73A - Índice de unidades com condições adequadas de segurança**Satisfatório****Desempenho do Período: 117,98%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASEGURI.****Análise de contexto**

Tendo em vista que a unidade não registrou a análise dentro do prazo, o fechamento foi efetuado pela SEDEST, conforme deliberação da I RAE de 2019.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Tendo em vista que a unidade não registrou a análise dentro do prazo, o fechamento foi efetuado pela SEDEST, conforme deliberação da I RAE de 2019.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

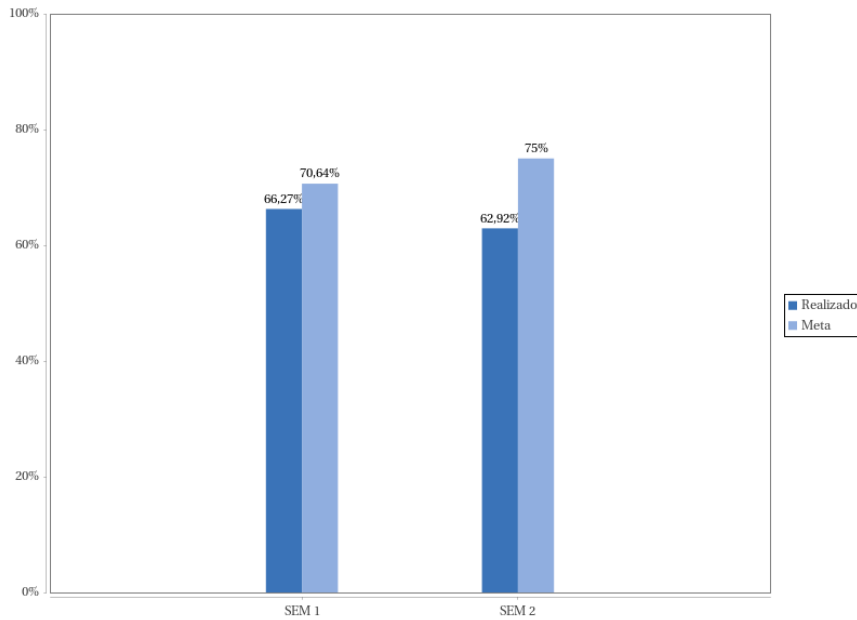
Tendo em vista que a unidade não registrou a análise dentro do prazo, o fechamento foi efetuado pela SEDEST, conforme deliberação da I RAE de 2019.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Tendo em vista que a unidade não registrou a análise dentro do prazo, o fechamento foi efetuado pela SEDEST, conforme deliberação da I RAE de 2019.

Riscos associados ao objetivo

Tendo em vista que a unidade não registrou a análise dentro do prazo, o fechamento foi efetuado pela SEDEST, conforme deliberação da I RAE de 2019.

IA 74A - Índice de unidades com equipamentos sustentáveis**Insatisfatório****Desempenho do Período: 83,89%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEMANT.****Análise de contexto**

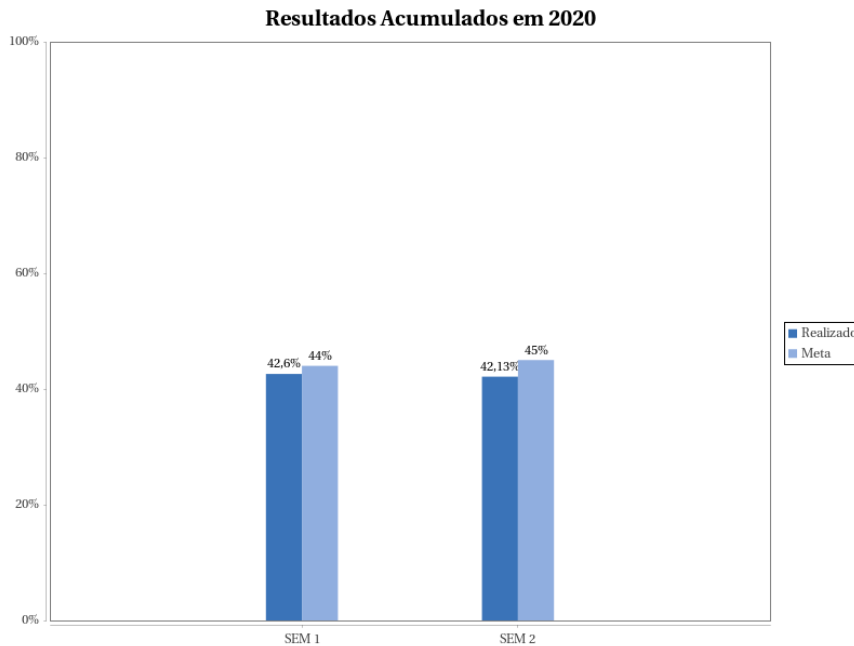
Em virtude da pandemia do Corona vírus, informo que a análise foi prejudicada no período, visto ser impossível mensurar os indicadores, pois esta Seção não tem como dar prosseguimento a execução dos serviços.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

IA 75A - Índice de instalações compatíveis com o trabalho e os serviços prestados**Insatisfatório****Desempenho do Período: 93,63%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEFISC.****Análise de contexto**

O segundo semestre de 2020 foi marcado pelas medidas de enfrentamento à pandemia de Covid-19, tendo sido suspenso o expediente presencial. Consequentemente, algumas intervenções planejadas foram impactadas, de forma que não foi possível atingir a meta de 45%, permanecendo o mesmo índice do semestre anterior, 42,13%. Foi criada uma nova variável (PPIFATS) para avaliar a adequação dos polos permanentes. Porém, em razão da suspensão inicial das vistorias e posteriormente da priorização das vistorias para seleção dos demais polos, esta variável não foi informada, uma vez que os permanentes não foram vistoriados pela Sefisc em 2020.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Não foi possível realizar ações no último período, devido às restrições impostas pela pandemia, em parte, e também pelos profissionais da SEFISC estarem envolvidos com as vistorias para os polos eleitorais das eleições municipais de 2020.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

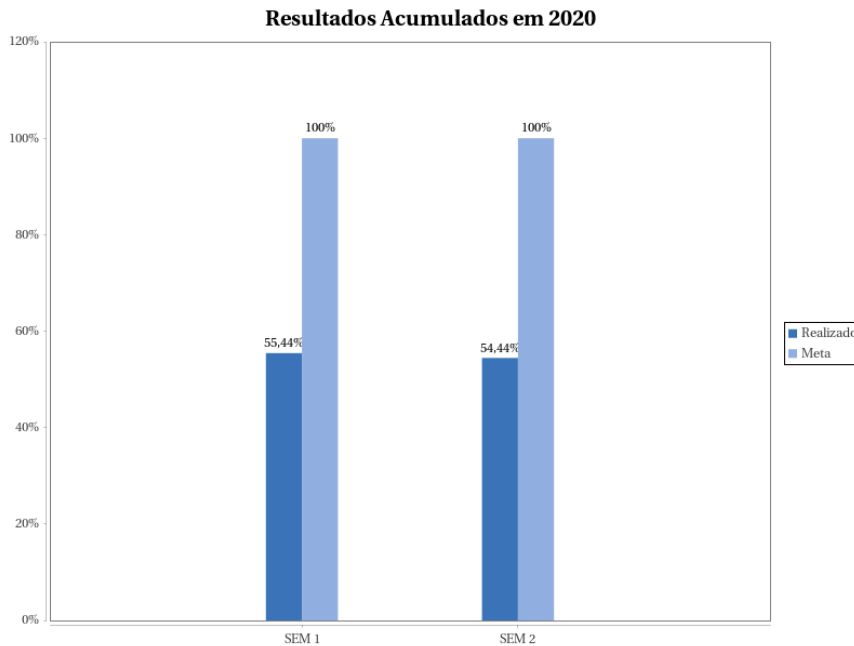
Considerando que a vacinação poderá ocorrer no 1º semestre de 2021, é possível que haja uma melhora com o gradual retorno à normalidade.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Já estão em tramitação contratações em modelos mais flexíveis e que permitam de forma mais célere resolver alguns dos problemas mais frequentes de infraestrutura dos imóveis, especialmente refrigeração (a contratação da manutenção já está em execução - contrato 47/2020), com compras e contratações por registro de preços de aparelhos de janela, split e persianas, de forma a acelerar os processos de transferência e reduzir as negociações com proprietários. Propõe-se que sejam elaboradas contratações flexíveis também para outros elementos essenciais, como fechamento frontal em vidro temperado, grades de segurança, adaptações para acessibilidade (execução de rampa com corrimão, sanitário acessível), vedações em gesso acartonado e demais serviços que permitiriam a rápida adequação de imóveis para viabilizar a utilização pelo TRE-RJ. No entanto, a escassez de pessoal especializados para instruir tais contratações configura-se um óbice à sua realização.

Riscos associados ao objetivo

Os principais riscos à adequação das unidades são a escassez de recursos humanos, materiais e financeiros para concluir as ações em curso, assim como para iniciar as ações sugeridas. A ausência de um engenheiro mecânico na equipe sobrecarrega os demais integrantes com questões fora de suas especialidades.

IE 26 - Índice de eficiência da gestão da infraestrutura imobiliária**Insatisfatório****Desempenho do Período: 54,44%****Responsável: SSG.****Análise de contexto**

Infelizmente os riscos previstos na última análise ocorreram e impactaram negativamente o desempenho do presente indicador. Dentre as consequências, não foi possível reformular o IA 77A e sua medição permaneceu zerada.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Houve uma pequena melhora no recém-alterado IA 78 (Índice de aderência das contratações de infraestrutura ao Plano de Contratações), porém não foi suficiente para atingir a meta.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

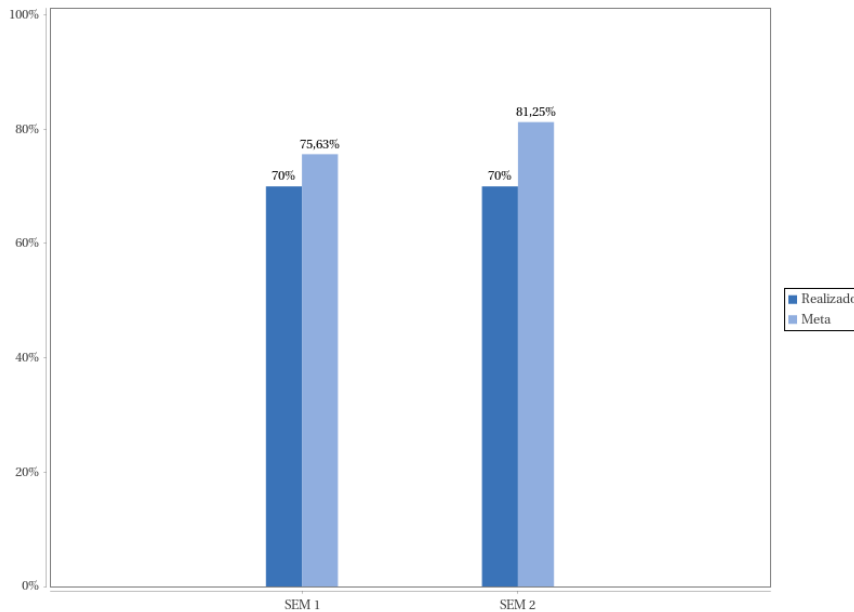
Provavelmente uma melhora no indicador será percebida apenas no segundo semestre deste ano, tendo em vista que a força de trabalho operando em regime presencial será voltada para questões estruturantes, já que não estamos em um ano eleitoral.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Retomada dos projetos, com destaque para o projeto do diagnóstico dos imóveis e ações de melhoria definidos na Secretaria, como a junção num mesmo imóvel de zonas eleitorais num mesmo Município.

Riscos associados ao objetivo

A manutenção do isolamento social e todas as questões trazidas pela pandemia, além de restrições orçamentárias.

IA 76 - Índice de desenvolvimento do modelo de gestão imobiliária**Insatisfatório****Desempenho do Período: 86,15%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SSG.****Análise de contexto**

O indicador trata da aderência de itens de controles relacionados à gestão imobiliária

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Considerando a restrição de circulação e imposição de medidas de isolamento social por conta da epidemia de Covid-19, algumas alterações de estrutura imobiliária acabaram não acontecendo.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Além de diversas transferências de imóveis que estão priorizadas, um impacto relevante no indicador depende da unificação das informações sobre os imóveis em um sistema ou painel de BI, além de uma padronização das instalações.

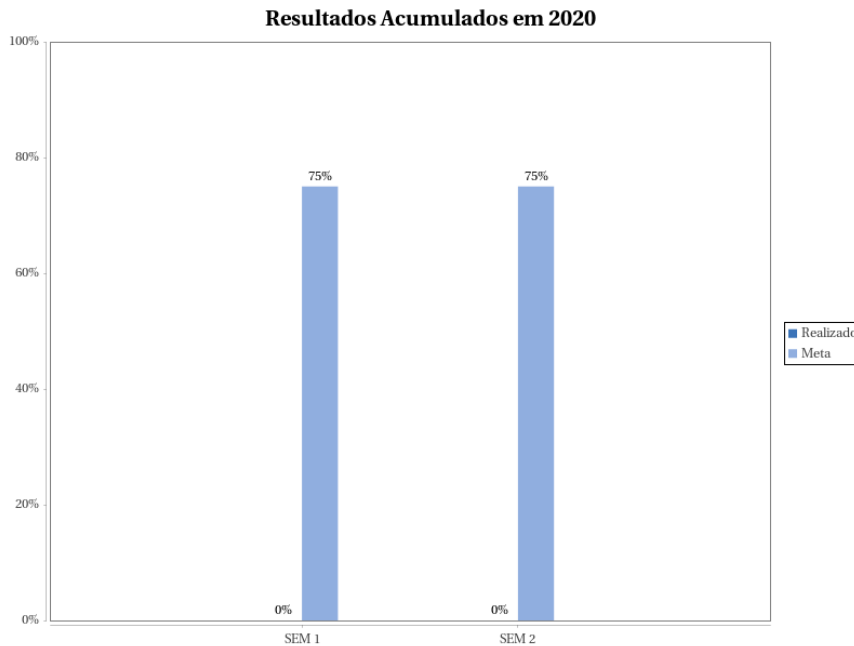
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A proposta é uma política imobiliária que pretende diminuir a quantidade de imóveis, racionalizando os diversos recursos necessários para o funcionamento e manutenção da estrutura e, ao mesmo tempo, oferecendo espaços mais adequados aos servidores e eleitores.

Riscos associados ao objetivo

Demandas diversas que impactam diretamente nas unidades envolvidas no processo de transferência imobiliária.

IA 77A - Índice de execução do plano de obras

Insatisfatório**Desempenho do Período: 0,00%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COENG.****Análise de contexto**

"O Plano de Obras contempla 4 (quatro) iniciativas: 1. Contratação de empresa para execução de obra para instalação de sistema de combate a incêndio e pânico nos edifícios Sede do TRE-RJ em 2021; 2. Contratação de empresa para execução da reforma das subestações e das instalações elétricas no Núcleo Administrativo do Caju em 2020/2021; 3. Contratação de empresa para execução de reforma de parte do muro do Núcleo Administrativo do Caju em 2020; 4. Contratação de empresa para execução da obra de reforma e recuperação das fachadas frontal e posterior do edifício 194 da Sede do TRE-RJ em 2020 e contratação de empresa para execução da obra de reforma e recuperação das fachadas frontal e posterior do edifício 198 da Sede do TRE-RJ em 2021; Cada iniciativa está dividida em 4 (quatro) etapas: 1. Projeto Básico; 2. Projeto Executivo e orçamentação; 3. Obra licitada; 4. Obra executada e recebida;

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Atualmente nenhuma das quatro iniciativas concluiu a primeira etapa referente à conclusão do Projeto Básico, portanto, o desempenho do índice é de 0%.

Entretanto, devemos considerar o forte impacto negativo provocado pelas restrições impostas pela Pandemia da Covid-19, visto que inúmeras ações tiveram que ser adiadas, sem previsão de quando poderão ser reiniciadas.

Importante ressaltar também o grande impacto negativo causado pelo constante surgimento de pequenas intervenções em caráter de "urgência" e algumas de "emergência", que causam a paralisação dos grandes projetos em andamento, prejudicando assim seu desenvolvimento, já que estes requerem uma dedicação quase exclusiva, e não temos efetivo suficiente para executar as pequenas intervenções, sem paralisar as grandes.

Isto já foi identificado pela COENG, e mais adiante, serão informadas as ações que já estão em curso, com vistas a eliminar, ou ao menos mitigar tais problemas, sem alterar significativamente o efetivo da Coordenadoria.

Os projetos do Muro e Elétrica do Caju estão sendo realizados com recursos próprios e encontram-se ainda na fase de elaboração de Projeto Básico, enquanto os Projetos das Fachadas e de Combate a Incêndios da Sede serão fruto de contratação de empresa para suas respectivas elaborações, dentro da nova estratégia para desenvolvimento de projetos, a qual será mais bem explicada adiante.

Há de se destacar, que o projeto de combate a incêndios já tem projeto aprovado junto ao Corpo de Bombeiros Militar do RJ (CBMRJ), desenvolvido pela Empresa Kitfire Tecnologia em Sistemas de Incêndio Ltda-EPP, que, entretanto não cumpriu integralmente o contrato nº 30/2018, e inclusive recebeu severa punição, fato este que gerou a necessidade de nova contratação para conclusão dos trabalhos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Esta análise restou prejudicada em face das restrições impostas pela Pandemia da Covid-19, e diante deste quadro, é que o desempenho do objetivo permaneceu inalterado.

Neste momento, estamos envidando esforços para implantação de novos protocolos e processos de trabalho visando à melhoria do desempenho futuro, conforme descrito no próximo item.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Neste exercício a COENG irá implantar um novo protocolo de ações para implementação de novos processos de trabalho, com vistas à execução de projetos, obras ou serviços de engenharia, que envolvam intervenções de médios e grandes portes, que em síntese consistirá na contratação (licitação) dos projetos, envolvendo aí todos os elementos necessários (DOD, EP, PB, TR, etc), para a contratação (licitação) das obras ou serviços de médios e grande portes.

Desta forma, as equipes da SEPROJ e SEFISC, ficarão responsáveis apenas pela elaboração dos projetos das pequenas intervenções, e logicamente também pela fiscalização dos contratos dos projetos, dos serviços e obras de maior porte.

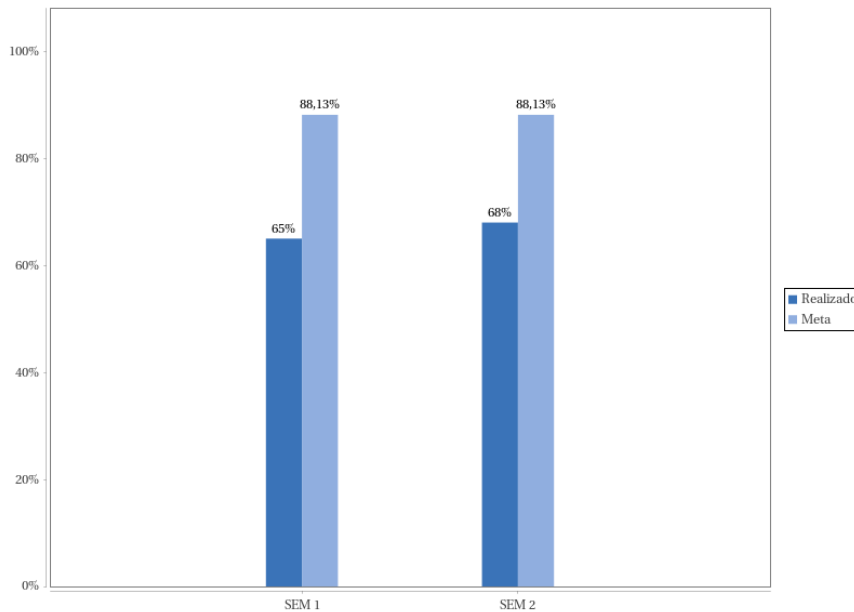
Como ganho secundário, mas não de menor importância, a SEMANT passará a ficar responsável apenas pelas intervenções de pequeno porte, e assim, poderá focar e destinar seus recursos na MANUTENÇÃO, que é seu objetivo principal.

Lembrando, que nesta situação, poderemos inclusive promover significativa redução nos custos do contrato de postos de manutenção, liberando assim recursos orçamentários para as contratações supracitadas.

Riscos associados ao objetivo

O maior risco que podemos identificar de imediato é que se não conseguirmos implementar o novo protocolo acima citado, continuaremos no modelo atual, que, claramente, não se mostra adequado, já que não dispomos de mão de obra em quantidade suficiente para desenvolver tantas ações concomitantemente, e também carecemos de algumas especialidades de engenharia que fazem muita falta, entre as quais podemos citar: Engenheiro Mecânico e Engenheiro de Segurança.

Também não podemos desprezar os riscos relativos às restrições impostas pela Pandemia, pois como já afirmado acima, permanecem inúmeras incertezas quanto ao retorno das atividades presenciais, o que por si só, já causa grandes dificuldades para conclusão de algumas etapas, principalmente as que envolvam análises e discussões de projetos, que ficam muito prejudicadas se não forem presenciais, na realidade ficam praticamente inviáveis, pois as soluções tecnológicas que dispomos não nos permitem realizá-las com um mínimo de qualidade para tomada de decisões tão importantes.

IA 78 - Índice de aderência das contratações de infraestrutura ao Plano de Contratações**Insatisfatório****Desempenho do Período: 77,16%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: GABSSG.****Análise de contexto**

A presente análise refere-se à conclusão do Plano de Contratações 2020 com ênfase nas contratações de infraestrutura.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Houve uma pequena melhora do primeiro para o segundo semestre no desempenho do IA 78 (Índice de aderência das contratações de infraestrutura ao Plano de Contratações) no entanto, ainda abaixo da meta estabelecida para o período. Para esse período, 30 contratações estavam planejadas e 21 foram concluídas.

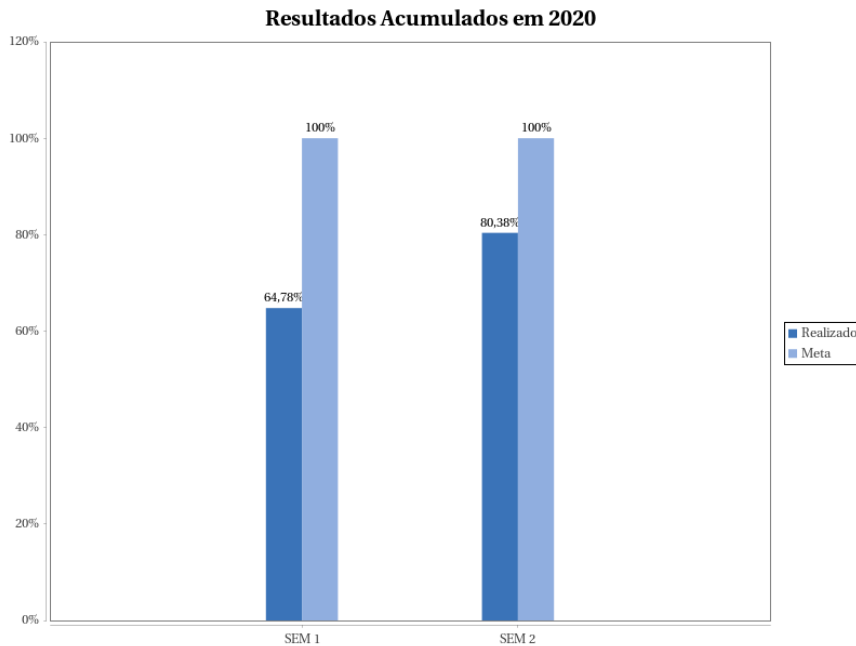
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Em meio a todas as dificuldades trazidas pela pandemia da covid-19, consideramos um razoável desempenho alcançado pelo indicador, bem como esperamos melhorar ainda mais sua medição no próximo semestre devido às recentes alterações da ficha deste indicador.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

O impacto de possíveis desvios ocasionados pelo período de adaptação dos usuários com a novas alterações

IE 27 - Índice de atendimento às demandas de serviços**Atenção****Desempenho do Período: 80,38%****Responsável: SSG.****Análise de contexto**

Em virtude da persistência epidemia de Covid-19, a análise do presente indicador fica um pouco prejudicada.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Intensificação das ações realizadas pela Seção de Transporte, além de, na medida do possível, a diminuição da fila de demandas por manutenção oriundas das diversas unidades, o que reflete uma pequena melhora no desempenho do IA 80 (Índice de atendimento à demanda de manutenção dos Cartórios).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

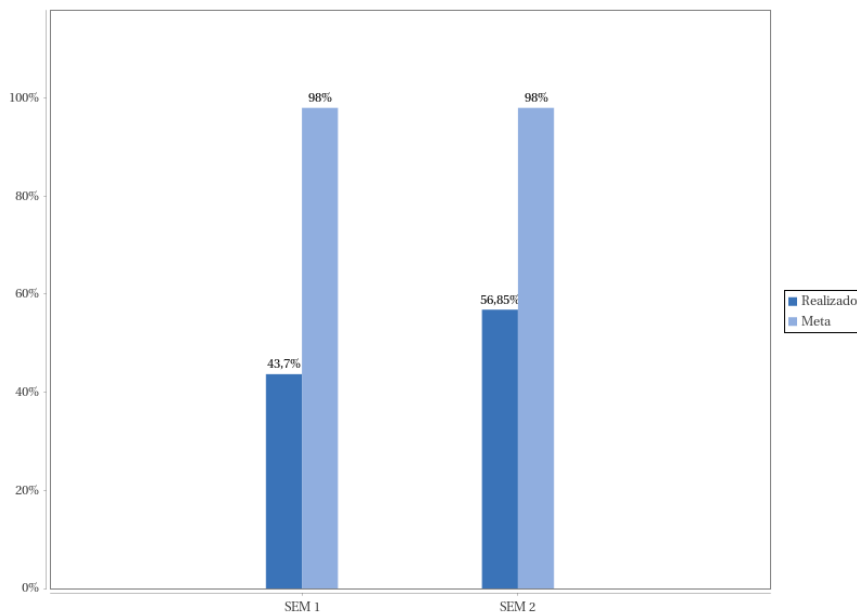
No nosso entendimento, há uma tendência de gradual melhora no desempenho do indicador para a próxima medição, no entanto, seus reflexos só serão expressivos no segundo semestre.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

O desempenho deste indicador está atrelado à quantidade de recurso humano e financeiro disponível para atendimento das demandas. Como se trata de ano não eleitoral, os esforços podem ser voltados para atividades ordinárias.

Riscos associados ao objetivo

A manutenção do isolamento social e todas as questões trazidas pela pandemia, além de possíveis restrições orçamentárias, impactando o atendimento das demandas

IA 79 - Índice de atendimento à demanda de manutenção da Sede**Insatisfatório****Desempenho do Período: 58,02%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEMANT.****Análise de contexto**

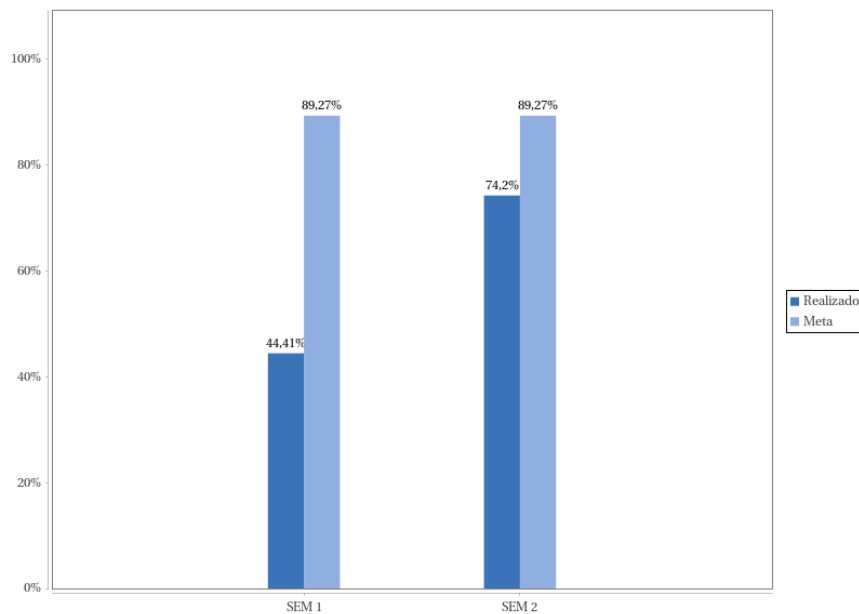
Em que pese o resultado apresentado (58,85%), sinalizando o status INSATISFATÓRIO, bem abaixo da meta prevista para 2020 (95,00%), a pandemia do Corona vírus justifica este baixo rendimento.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

IA 80 - Índice de atendimento à demanda de manutenção dos Cartórios**Atenção****Desempenho do Período: 83,12%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEMANT.****Análise de contexto**

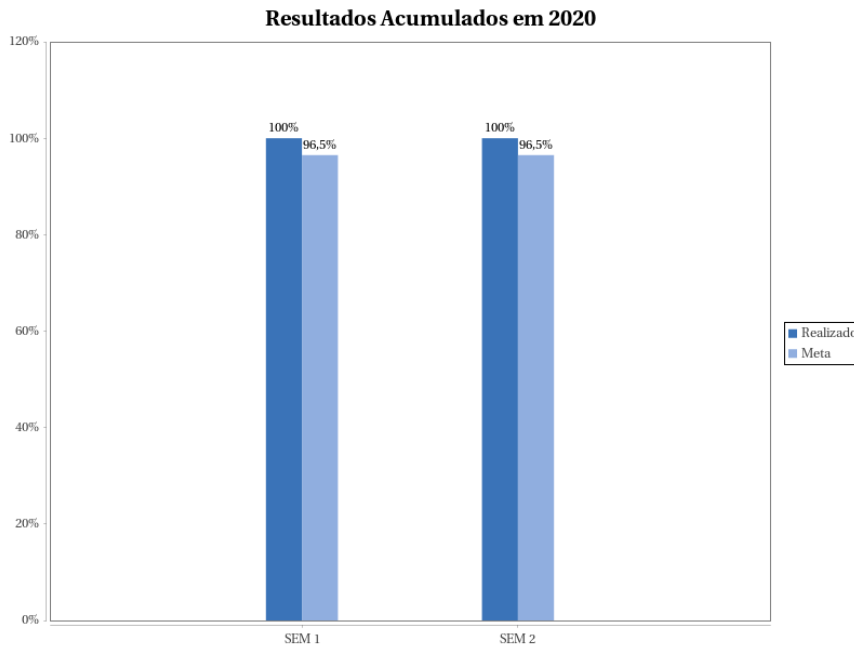
Em que pese o resultado apresentado (74,20%), sinalizando o status ATENÇÃO, bem abaixo da meta prevista para 2020 (89,27%), a pandemia do Corona vírus justifica este baixo rendimento.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

IA 81 - Índice de atendimento à demanda de transporte**Satisfatório****Desempenho do Período: 103,63%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECTRA.****Análise de contexto**

Tal como no primeiro semestre de 2020, o desempenho no segundo semestre foi de 100% de atendimento das demandas de transporte, cuja meta era de 96,5%, restando um percentual de alcance da meta de 103,63%. Tal desempenho está ligado as contínuas ações dirigidas a manutenção dos veículos da frota deste Tribunal, tanto preventiva como corretiva, e a busca permanente pela otimização da utilização dos recursos. A contratação para manutenção dos veículos, cujo objeto é o sistema de gerenciamento da frota, vem proporcionando uma dinâmica bastante interessante, pois a possibilidade de enviar vários carros ao mesmo tempo, para várias oficinas, refletem positivamente no pequeno tempo em que o bem fica indisponível, mantendo a frota operacional, refletindo no baixo número de rejeições de atendimentos.

Importante lembrar que está em andamento um estudo aprofundado com análise de viabilidade de terceirização da frota de veículos de passeio e utilitários e a contratação por demanda de veículos de carga, uma vez que a nossa frota possui idade bastante avançada.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Incansável busca pela otimização dos atendimentos, onde, após analisar cada pedido recebido, classificamos por tipo de solicitação e região de atendimento, a fim de programar os veículos e os roteiros que sejam mais eficientes e econômicos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

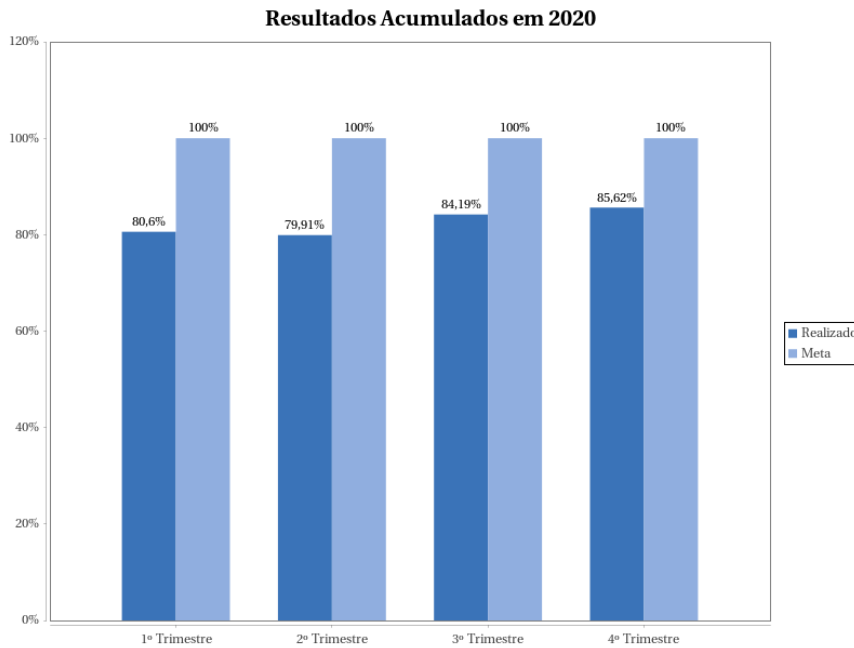
Reavaliação das condições da frota atual que se encontra com idade bastante avançada e foi bastante exigida por conta dos preparativos para as eleições 2020 bem como início das contratações piloto já autorizadas do estudo de terceirização da frota.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Ampliar a otimização de atendimentos sempre é o carro chefe para um bom desempenho. Além disso haverá o início das contratações de terceirização dos serviços de transporte do Tribunal.

Riscos associados ao objetivo

Ligeira insatisfação de usuários "otimizados" por força da maior lotação dos veículos e/ou alterações nos horários de execução das missões, bem como a eterna resistência a mudanças de comportamento com a implementação das novas formas de atendimento após o início dos serviços terceirizados propostos no estudo e que serão implementados ainda em 2021.

OE 10 - Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TIC**Atenção****Desempenho do Período: 85,62%****Responsável: STI.****Análise de contexto**

O objetivo em questão está relacionado a quatro indicadores de apoio: IE 29 - Índice de governança em TIC, IE 30 - Índice de adequação dos equipamentos, IE 31 - Índice de disponibilidade da infraestrutura de suporte a TIC e IE 32 - Índice de modernização das soluções, os quais correspondem respectivamente a 30%, 20%, 30% e 20% da composição do desempenho do Objetivo Estratégico. O índice de desempenho medido para o trimestre foi de 85,62, mesmo indicando um status de atenção para o desempenho aferido apresenta uma ligeira elevação em relação ao trimestre anterior. Destaca-se que houve melhora no IE 32 que saiu do status de atenção para satisfatório, o mesmo apresentado pelo IE 31 que se mantém estável. Os demais indicadores estratégicos que compõem o objetivo apresentaram status insatisfatório. O prolongamento do distanciamento social decorrente da pandemia, somado à priorização de atividades relacionadas à eleição dificultou a realização de algumas atividades que trariam impacto positivo no IE30. Já no IE29 o atraso em contratações de grande vulto foi o que mais impactou negativamente o resultado do indicador.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

O último trimestre apresentou o mesmo quadro o anterior, uma série de dificuldades para a realização das tarefas em virtude da pandemia. As equipes tiveram que manter a realização de praticamente todas as atividades de forma remota e, além disto, dar suporte e manter o funcionamento adequado do acesso remoto emergencial aos demais usuários do TRE-RJ. Assim, o impacto foi duplamente sentido, reduzindo a execução das tarefas previstas e aumentando significativamente o tempo dedicado a tarefas não previstas. O aumento no volume de ataques cibernéticos com a aproximação da eleição também gerou a necessidade de atenção maior a estas questões, prejudicando algumas atividades em decorrência do tempo gasto com análise de logs, suporte a usuários que acessaram links e programas maliciosos etc. Apesar disto, não houve nenhuma interrupção significativa nos serviços, nem no acesso remoto.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O desempenho do objetivo está sendo afetado principalmente pelos IE 29 e 30, e deverá variar positivamente quando ocorrerem as licitações previstas, especialmente para o Datacenter e suporte à infraestrutura em relação a execução orçamentária. O IE 32 deve apresentar estabilidade em razão de as unidades envolvidas terem conseguido se estabilizar para executar o trabalho

remoto, porém não se tem controle sobre a demanda por soluções, o que pode gerar significativas variações imprevistas. O IE 30 não apresenta grande possibilidade de variação positiva, pois o tempo de uso dos equipamentos continuará aumentando enquanto a previsão de troca de equipamentos permanece reduzida em razão da dificuldade de instalação decorrente do distanciamento social e da não contratação dos serviços de apoio à infraestrutura. Ressaltamos que o impacto em muitas das tarefas tende a ser negativo, o CNJ já demonstrou no começo do ano uma preocupação muito grande com a Segurança da Informação, solicitando a implementação de três Planos de Ação que devem ser conduzidos e/ou apoiados pela STI, e que devem consumir uma grande quantidade de recursos das nossas unidades durante todo o ano, principalmente daquelas que participam da ETIR. Soma-se a isso a necessidade urgente de colocarmos em dia projetos importantes que sofreram atrasos no período anterior devido à pandemia e as necessidades demandadas pelos nossos usuários que exigem cada vez mais a disponibilização de novos serviços para continuarem realizando suas atividades de forma remota. Com esse cenário que se forma, podemos prever grandes impactos nos serviços desenvolvidos pela STI, dificultando a implementação de melhorias em todos os níveis.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Maior pragmatismo em relação ao que tem que ser feito, evitando desenvolver tarefas não essenciais, de modo a permitir o foco das equipes nas tarefas essenciais. Priorização das contratações do Projeto Modernização do Datacenter, Suporte à Infraestrutura, Central de Serviços de 1º nível e Solução de Correio, assim como na implantação da Solução de Wi-fi já adquirida e na configuração dos equipamentos do projeto VPN.

Riscos associados ao objetivo

Um dos principais contratos que dá suporte direto ao IE30 e ao IE31, o de prestação de serviços de suporte à infraestrutura, ainda não teve sua licitação realizada e o planejamento encontra-se atrasado.

Embora não esteja parado, o planejamento encontra-se sendo desenvolvido a passos lentos e sugerimos que esta contratação seja acompanhada com especial atenção em razão de sua relevância para os serviços, afetando indiretamente o IE 30 e o IE 31, dos prazos, da complexidade e das novidades apresentadas (contratação regionalizada para o suporte e mudanças no formato de contratação). O atraso na contratação acarretou na descontinuidade do serviço, aumentando a demanda sobre áreas que já atuavam no limite, como a SESOPE, SEPREL e SEREDE. A nova contratação deverá trazer algumas dificuldades decorrentes de possível troca da força de trabalho que executa os serviços, os quais demandam familiaridade com o ambiente do TRE-RJ, além das ocorrências normais decorrentes de uma eventual troca de contratada. Novas empresas contratadas ou novas implementações de tecnologias certamente terão efeito na qualidade/presteza dos serviços em um primeiro momento, podendo afetar negativamente os indicadores.

Deve-se destacar que as limitações impostas pelo distanciamento social impactam significativamente as tarefas que envolvem atuação presencial, tais como instalações, vistorias etc. A questão da força de trabalho reduzida para fazer frente às diversas novas demandas e à crescente complexidade que têm sido apresentadas à área de TI é um fator que pressiona de maneira negativa o desenvolvimento de ações para alcance das metas, de modo que sugerimos a observância às recomendações do CNJ de força de trabalho mínima e de retenção de pessoal de TI por meio de implantação da gratificação por atividade de TI. Outro indicador da necessidade de reforço no quadro de pessoal é o resultado do projeto de redimensionamento da força de trabalho, que demonstrou a carência de pessoal para a STI em relação ao volume de trabalho executado atualmente e que só tem previsão de aumento, com a implementação de novas soluções e todo o suporte relacionado a elas.

Demandas extraordinárias decorrentes de determinações ou recomendações do CNJ para pontuação para rankings ou premiações continuaram gerando a necessidade de readequações nas equipes e redirecionamento de esforços para seu atendimento e prejudicado o desenvolvimento de tarefas previstas.

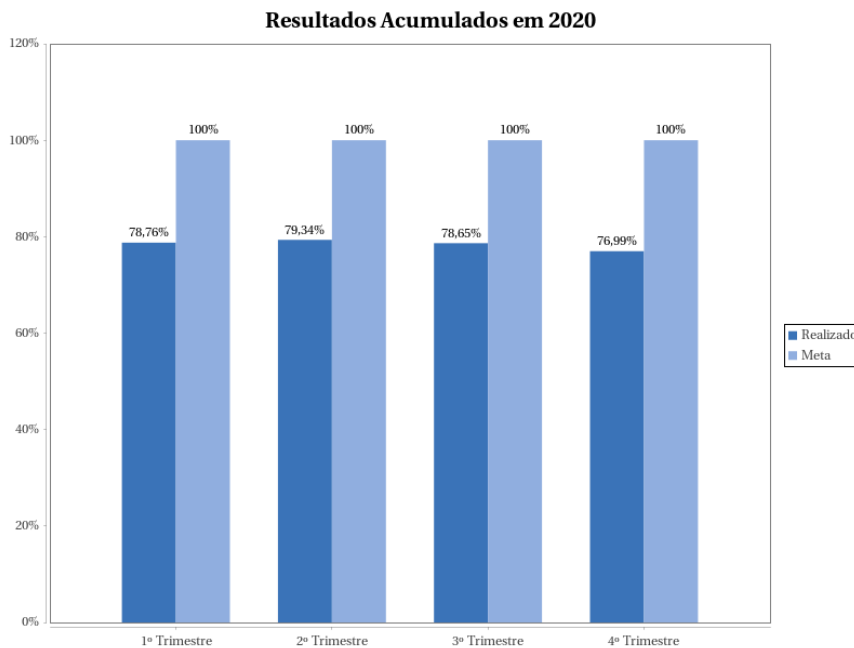
A disponibilidade dos sistemas essenciais encontra-se diretamente relacionada à adequação da infraestrutura de TIC e à capacitação e ao quantitativo de servidores dedicados às atividades relacionadas ao funcionamento dos serviços e sistemas. Uma infraestrutura deficiente produzirá efeitos negativos na disponibilidade dos sistemas, afetando a realização dos serviços. O número reduzido de pessoas capacitadas alonga não apenas a disponibilização dos serviços, mas também a resolução de eventuais problemas. O principal risco relacionado ao IE31 continua sendo relativo à infraestrutura física do Data Center, o qual, conforme comentado em análises anteriores, há muito tempo vem trabalhando no limite, uma vez que os sistemas que o compõem (refrigeração, segurança, elétrico etc.) estão defasados, inadequados e sobrecarregados. A estratégia de mitigação, ou seja, o projeto Modernização do Data Center está próximo da contratação e deve ser priorizado todo esforço para efetivá-la o quanto antes.

Mesmo sofrendo com a escassez de recursos e pessoal, assim como com as exigências cada vez maiores de órgãos controladores, da alta administração e dos usuários, o conjunto dos resultados alcançados tem sido relativamente muito bom.

Infelizmente, tal situação tende a contribuir negativamente para o crescimento da força de trabalho ou da estrutura para atender ao aumento da demanda quando é analisado somente o resultado obtido, sem considerar o esforço por trás dele e pode levar a situações críticas, de colapso na infraestrutura.

O resultado positivo quando não há crescimento da força de trabalho de manutenção e suporte à infraestrutura em um ambiente tão estressante é difícil de obter, e só se consegue através de servidores e colaboradores comprometidos e empenhados com o trabalho. Considerando estes aspectos, o CNJ recomenda, por meio da Resolução nº 211, a criação de gratificação específica para os servidores da área especializada que atuem em atribuições específicas da área de Tecnologia da Informação e Comunicações, como forma de elevar o estímulo e evitar a evasão destes servidores.

No atual cenário de atuação desses servidores, onde “vestir a camisa do TRE-RJ” é fator imprescindível para a continuidade dos bons serviços prestados, dadas as condições de trabalho e suas exigências diárias, talvez o maior fator de risco seja o de conseguir manter esses servidores e colaboradores sempre motivados e produtivos. Um indicador da redução na motivação dos servidores pode ser observado pelo interesse na movimentação para outras unidades, o que foi medido pela primeira vez graças à pesquisa realizada em decorrência do projeto de avaliação da força de trabalho em TIC, levado a cabo pela SGP.

IE 29 - Índice de governança em TIC**Insatisfatório****Desempenho do Período: 76,99%****Responsável: STI.****Análise de contexto**

No trimestre em questão, apesar da maior dificuldade de realização de algumas atividades por conta da pandemia, foi possível a manutenção do status satisfatório para o indicador IA 83 - Índice de transparência das informações relacionadas à gestão e uso de TIC. Já o IA 84 - Índice de gestão corporativa da segurança da informação e o IA85 - Índice de aderência da execução do orçamento de TIC, apresentaram status insatisfatório, sendo que o primeiro sofreu impacto em razão da interrupção dos serviços presenciais e a eleição, e o segundo em razão do atraso em contratações de grande vulto, sendo que este último ficou muito abaixo da meta, sendo o principal responsável pelo baixo resultado do indicador.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foi dado andamento, na medida do possível, ao planejamento das contratações previstas, o que geraria impacto positivo no IA 85, porém a pandemia teve grande impacto neste indicador, tanto pelas dificuldades naturalmente impostas ao trabalho presencial e pelas restrições decorrentes do trabalho remoto, quanto pela necessidade de alocar esforços para possibilitar a realização de trabalho remoto para todas as unidades em detrimento do planejamento das contratações. Com o adiamento da licitação do projeto Modernização do Datacenter para 2021, houve um grande impacto no desempenho do IA85 que pode vir a afetar também os próximos períodos, já que outros projetos deverão ser adiados ou cancelados para o remanejamento de recursos orçamentários para atendimento das necessidades desse projeto.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

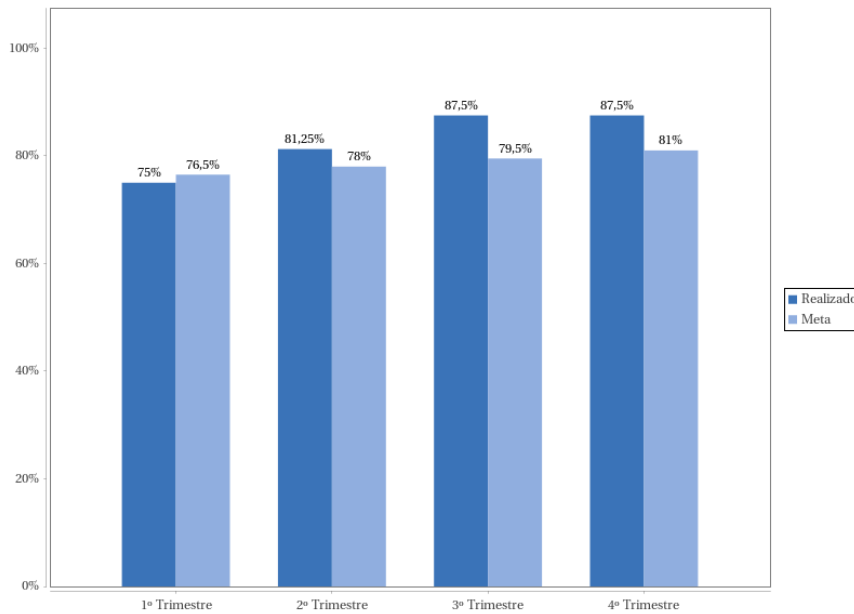
Acredito que a tendência para o indicador seja de estabilidade no resultado. A elevação das metas gera um impacto negativo no IA 83 e no IA 84 em virtude das dificuldades no desenvolvimento de novas ações para estes indicadores e, por este motivo, acreditamos que o indicador deve se manter, no status de insatisfatório. A execução de novas iniciativas está sendo prejudicada em razão do pequeno quadro de pessoal disponível para estas atividades, pelas dificuldades impostas pelo trabalho remoto, pelo aumento de demandas específicas de suporte ao trabalho remoto e pelo aumento da complexidade da infraestrutura. Destaco que a meta estipulada para o indicador estratégico permanece bastante desafiadora em razão do aumento da complexidade para execução dos itens de pontuação restantes para os IAs 83 e 84. O adiamento da licitação do projeto Modernização do Datacenter para 2021 pode vir a afetar também o IA85 nos próximos períodos.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Como meio de melhorar o desempenho, se faz necessário melhorar o IA 85. Assim, a realização das contratações previstas se faz essencial, embora, em razão da situação do projeto Datacenter e da proposta orçamentária apresentada, já se espera uma aderência muito baixa em relação ao planejado.

Riscos associados ao objetivo

Dificuldades para a efetivação das contratações previstas, uma vez que algumas são de grande complexidade, alto valor e grande competição. Restrições impostas pelo quadro de pessoal e demandas trazidas pelos órgãos superiores e pandemia. Agravamento da pandemia, levando a lockdowns ou outras situações de restrição de movimentação ou de alocação de pessoal. Aumento da exposição a riscos de segurança da informação/ataques de hackers em razão da elevada utilização de trabalho remoto por pessoal com pouca experiência nestas questões. Persiste, ainda, a sobrecarga de atribuições aos servidores da STI envolvidos no suporte à infraestrutura e nas questões de segurança da informação.

IA 83 - Índice de transparência das informações relacionadas à gestão e uso de TIC**Satisfatório****Desempenho do Período: 108,02%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: STI.****Análise de contexto**

O indicador apresentou desempenho satisfatório e não houve alterações em relação ao trimestre anterior.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No trimestre houve a atualização das publicações na Internet, o que manteve a pontuação destes itens.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

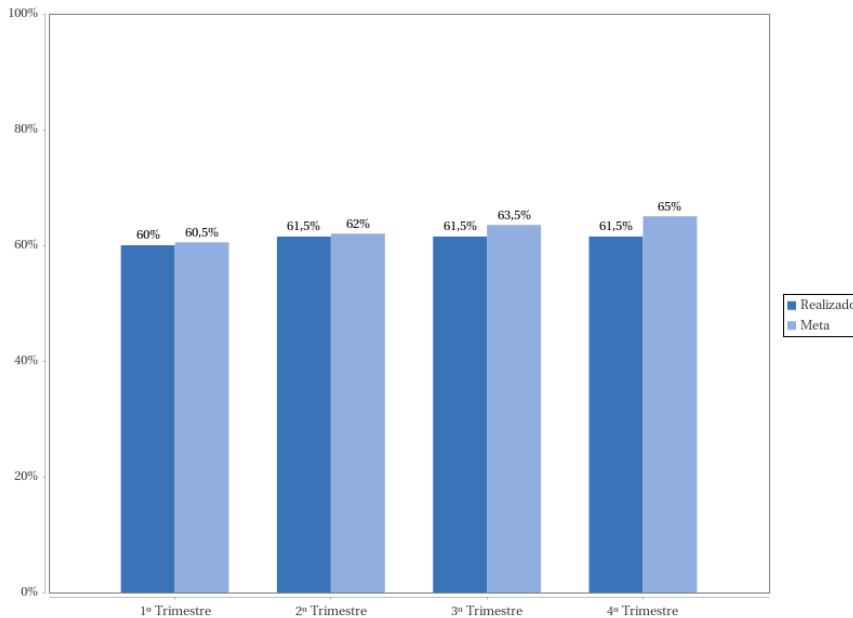
Mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia do vírus COVID-19, a expectativa é de haver melhoria no indicador, tendo em vista a proposta de finalização do Plano Estratégico e início da elaboração do Plano Diretor.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Finalização do Plano Estratégico e início da elaboração do Plano Diretor.

Riscos associados ao objetivo

Destaca-se que a implantação de ações de melhoria da transparência tem sido impactada em razão do reduzido quadro de pessoal e da pouca disponibilidade de pessoal dedicado exclusivamente à área de planejamento e governança na STI. Os servidores das diversas áreas da STI acabam envolvidos na realização de atividades técnicas, administrativas e de gestão de modo simultâneo, o que acaba prejudicando o andamento das mesmas. Deve-se destacar, ainda, que as medidas planejadas têm sido impactadas pela realização de diversas atividades que demandam significativos esforços da área técnica para capacitar o TRE-RJ para o serviço remoto durante a pandemia, além de diversos outros projetos priorizados que envolvem a área de TI, cada vez mais envolvida nas atividades levadas a cabo pelo TRE.

IA 84 - Índice de gestão corporativa da segurança da informação**Insatisfatório****Desempenho do Período: 94,62%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASINFO.****Análise de contexto**

O 4º trimestre de 2020 teve como episódio mais significativo a realização das eleições municipais no mês de novembro, em meio à pandemia da Covid-19, que demandou concentração de esforços para a sua realização, dadas as dificuldades acarretadas pelas condições excepcionais de distanciamento social.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Não foram percebidas grandes alterações em comparação com o semestre anterior. As ações voltadas à realização do processo eleitoral persistiram em demandar atenção especial das partes envolvidas e continuaram impedindo a abertura de novas frentes de trabalho que pudessem impulsionar os planos.

O processo referente à minuta de norma de backup tramitou. Foi encaminhado à Comsi, que sugeriu alterações, e reencaminhada à STI, que a devolveu àquela Comissão com nova sugestão.

Devido a essas oportunidades de melhoria não foi possível fazer a entrega no ano de 2020, de maneira que, mais uma vez, não houve progresso no indicador, permanecendo o resultado em um nível insatisfatório, com o alcance de 94,62% da meta.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é de melhora, agora que finda a eleição, pois se pode dar maior atenção às iniciativas que compõem o indicador, que passam a concorrer apenas como a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

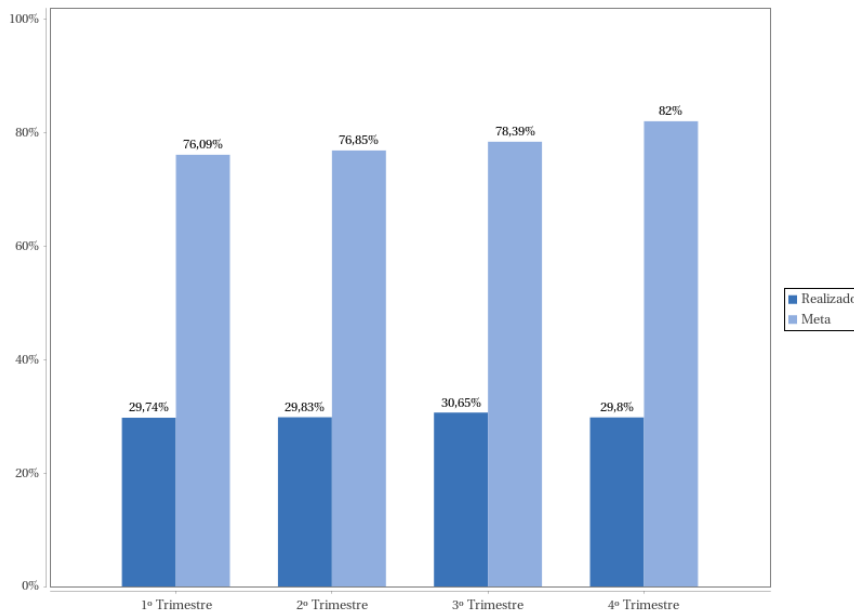
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A melhora do desempenho continua dependendo da oportunidade de se criar de um plano de ação, para atingir os objetivos remanescentes, que seja compatível com os fatores contextuais. A ausência de melhoria do indicador, em razão das excepcionais circunstâncias narradas, e a necessidade de avanços em várias frentes de trabalho pode demandar a readequação dos prazos de entrega.

A concentração de esforços para aprovar a norma de backup continua sendo prioridade.

Riscos associados ao objetivo

Concorrência com as medidas para implementação e gerenciamento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

IA 85 - Índice de aderência da execução do orçamento de TIC**Insatisfatório****Desempenho do Período: 36,34%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: STI.****Análise de contexto**

O alcance da meta foi bastante prejudicado em razão do adiamento para 2021 do projeto Modernização do Datacenter, o qual representa parte significativa do orçamento, tendo grande influência no resultado do indicador. A pandemia também acabou por gerar impacto nas demais contratações, em maior ou menor grau. Atrasos na entrega de bens também não permitiram a execução de parte do orçamento já comprometido. O atraso na contratação do serviço de suporte à infraestrutura também trouxe impacto relevante, uma vez que o TSE encerrou as atividades do contrato anterior e não estão sendo executados ou descentralizados recursos referentes a este serviço.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Mesmo com as restrições surgidas em decorrência da pandemia, foi dado andamento ao planejamento de diversas contratações. Todavia, grande parte das licitações somente ocorreram no final do ano, inclusive do projeto Modernização do Datacenter, como previsto na análise anterior. Houve dificuldade na especificação de algumas aquisições de maior vulto e nos procedimentos de preparação das atas de registro de preços e de contratação/envio das notas de empenho. A principal razão para o atraso na especificação é que persiste a dificuldade na elaboração dos estudos preliminares, seja em razão da elevada complexidade exigida pelos projetos, ou seja, em decorrência do surgimento, cada vez mais frequente, de situações emergenciais e projetos prioritários envolvendo servidores das equipes de planejamento das contratações. Devido ao reduzido quadro de pessoal especializado, os servidores envolvidos no planejamento das contratações também realizam diversas outras atividades, como implantação de novos sistemas e soluções de TI, gestão do ambiente computacional, suporte aos usuários, fiscalização de contratos, implantação de atualizações de segurança etc. Tal sobrecarga de atividades impacta no tempo disponível para o planejamento das contratações, o que tem levado a atrasos em relação ao planejado. Deve-se destacar, ainda, que estas medidas de priorização e acompanhamento das contratações somente estão atenuando a situação, pois postergam a ocorrência de problemas caso as equipes de suporte e planejamento não sejam reforçadas.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Com o adiamento da licitação do projeto Modernização do Datacenter para 2021, novamente haverá grande impacto no desempenho dos próximos períodos, já que outros projetos deverão ser adiados ou cancelados para o remanejamento de recursos

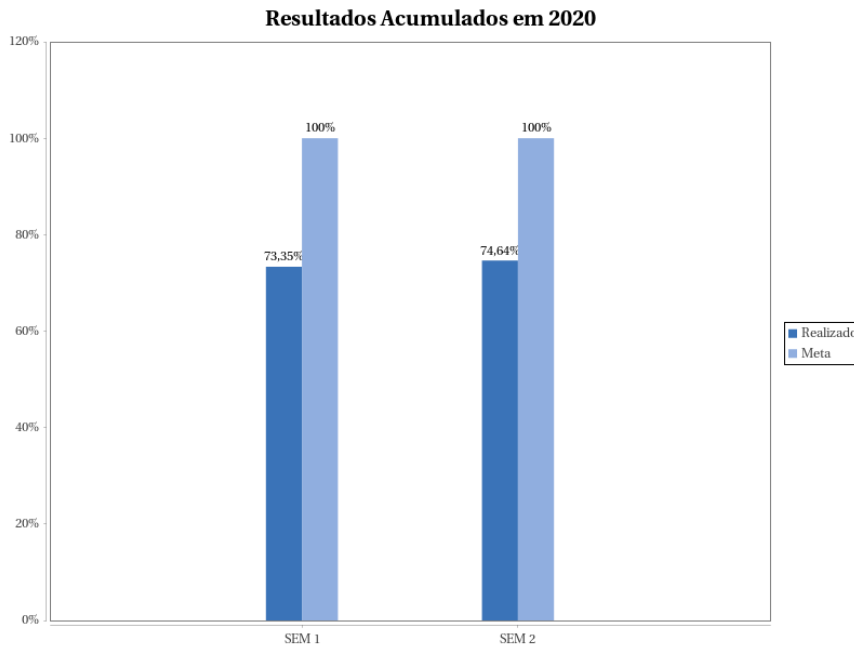
orçamentários para atendimento das necessidades desse projeto. Portanto, acredita-se que haverá uma estabilidade do indicador, mantendo-se um baixo desempenho, como no ano de 2020.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Como meio de melhorar o desempenho, foram iniciados ou ampliados alguns projetos de aquisição de modo a possibilitar a execução do orçamento que não teve como ser executado em razão da paralisação de serviços ocasionada pela pandemia. Contudo, os mesmos, embora melhorem a execução, acabam impactando negativamente na aderência. Ampliação das aquisições de bens permanentes de modo a aproveitar as sobras orçamentárias decorrentes da não realização de serviços durante a interrupção causada pela pandemia. Realocação de orçamento de custeio para investimento para possibilitar a execução de parte dos registros de preços de bens permanentes, não realizadas em 2020.

Riscos associados ao objetivo

Destaca-se que a implantação de ações de melhoria tem sido impactada em razão do reduzido quadro de pessoal e de não ter sido finalizada a contratação de postos de trabalho para apoio aos serviços de suporte à infraestrutura. Os servidores das diversas áreas da STI acabam envolvidos na realização de atividades técnicas, administrativas e de gestão de modo simultâneo, o que acaba por prejudicar o andamento das mesmas. Deve-se destacar, ainda, que as medidas planejadas têm sido impactadas pela realização de diversas atividades que demandam significativos esforços da área técnica para capacitar o TRE-RJ para o serviço remoto durante a pandemia, além de diversos outros projetos priorizados que envolvem a área de TI, cada vez mais envolvida nas atividades levadas a cabo pelo TRE. O período eleitoral e as restrições impostas pela pandemia também dificultaram a implantação de melhorias.

IE 30 - Índice de adequação dos equipamentos**Insatisfatório****Desempenho do Período: 74,64%****Responsável: COLOG.****Análise de contexto**

Analisando o desempenho do indicador, verifica-se que o resultado realizado ficou em 74,64% da meta estabelecida.

Porém, verifica-se que somente o IA86 apresentou desempenho insatisfatório, com 52% de alcance da meta. Os IA87 e IA88 alcançaram 103,83% e 94,55% da meta estabelecida.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram realizadas aquisições de computadores e a contratação do outsourcing de impressão para as zonas eleitorais da capital. Após a distribuição destes equipamentos e a implantação do outsourcing nas zonas eleitorais da capital, os três indicadores de apoio serão impactados positivamente.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência do indicador é de melhora, tendo em vista as ações a serem realizadas no primeiro semestre de 2021.

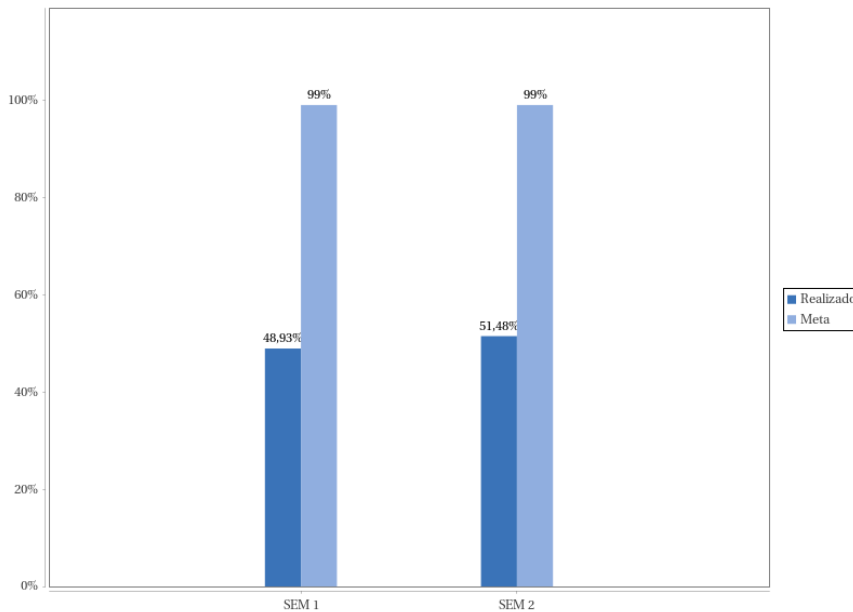
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Como propostas para a melhora do desempenho estão a implantação do outsourcing de impressão para as zonas eleitorais da capital, a contratação e implantação do outsourcing de impressão para as zonas eleitorais do interior e a distribuição de novos computadores para a Sede e as zonas eleitorais para substituição daqueles que estão inadequados.

Riscos associados ao objetivo

Os riscos associados ao objetivo são:

- Não renovação ou descontinuidade dos contratos de outsourcing por problemas do fornecedor;
- Não distribuição dos novos computadores por problemas relacionados à pandemia;
- Não implantação do outsourcing para as zonas eleitorais da capital por problemas do fornecedor ou técnicos;
- Não contratação e implantação do outsourcing para as zonas eleitorais do interior por problemas na licitação, do fornecedor ou por falta de orçamento disponível;
- Não contratação dos serviços de suporte à infraestrutura responsáveis pela instalação dos equipamentos.

IA 86 - Índice de adequação dos equipamentos aos padrões**Insatisfatório****Desempenho do Período: 52,00%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COLOG.****Análise de contexto**

Analisando o desempenho do indicador, verifica-se que o resultado realizado (53,83%) foi melhor que o do semestre anterior (48,42%), melhorando o resultado do ano (51,48%), mas o desempenho ainda ficou bem abaixo da meta estabelecida (99%).

Para uma análise mais completa do indicador, foram feitos os cálculos separadamente por subgrupos de equipamentos (impressora e micro) e de unidades (sede e zonas).

SUBGRUPOS:

- Impressoras Sede - IASE 206 / TISE 237 = 86,92%
- Impressoras zona eleitoral - IAZE 1.092 / TIZE 1.095 = 99,73%
- Micros Sede - MASE 328 / TMSE 1.034 = 31,72%
- Micros zona eleitoral - MAZE 569 / TMZE 1.712 = 33,24%

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Seguem as ações realizadas no último período e resultados obtidos de cada subgrupo:

- Impressoras Sede – não houve ações no último período.
- Impressoras zona eleitoral - estava previsto para o segundo semestre de 2020 a implantação o outsourcing de impressão nas zonas eleitorais da capital, porém o projeto foi novamente adiado agora para o primeiro semestre de 2021.
- Micros Sede – não houve ações no último período.
- Micros zona eleitoral – instalação de dois micros por zona eleitoral com Windows 10 para utilização dos Sistemas Eleitorais que só poderiam ser executados nessa versão do Sistema Operacional.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Segue a análise de tendência de cada subgrupo:

- Impressoras Sede - Subgrupo que manteve relativamente o seu desempenho, tendo em vista implementação de projeto de outsourcing de impressão. Não foi possível uma melhora em relação ao semestre anterior, tendo em vista a pandemia de COVID-19. Deve manter a estabilidade no próximo semestre.

- Impressoras zona eleitoral - Subgrupo com pequena melhora no desempenho individual. Conforme relatório anterior, não houve alteração nos padrões, mantendo o mesmo nível de desempenho apresentado. O processo de implantação do outsourcing nas zonas eleitorais da capital gerará um período de transição com inadequações ao novo padrão a ser estabelecido, com impacto no primeiro semestre de 2021 e possível piora do desempenho.

- Micros Sede - Subgrupo que apresentou grande queda em relação ao desempenho do ano de 2019. Conforme exposto nas análises anteriores, as revisões biométricas realizadas em 2019 demandaram muito das equipes de instalação, reduzindo a força de trabalho disponível para o atendimento das substituições dos equipamentos na Sede. Este ano, ocorreu a descontinuidade da contratação dessas equipes e, em seguida, houve o início da pandemia de COVID-19. Além disso, existe a necessidade urgente de atualização de todos os equipamentos para o Sistema Operacional Windows 10. Tendo em vista o exposto, houve grande acúmulo de equipamentos a serem substituídos, mas a tendência é de melhora do indicador, assim que essas situações apontadas forem normalizadas.

- Micros zona eleitoral - Subgrupo apresentou ligeira melhora no desempenho individual. Como informado nas análises anteriores, havia um grande volume de equipamentos mais antigos, que já se encontram com a vida útil esgotada, apesar de estarem dentro do padrão definido pelo TSE. Porém, tendo em vista que o TSE informou que não fará mais aquisições centralizadas, as compras dos computadores para as zonas eleitorais passaram a ser responsabilidade dos regionais e esses equipamentos agora estão classificados como inadequados por este Tribunal. Além disso, existe a necessidade urgente de atualização de todos os equipamentos para o Sistema Operacional Windows 10. Tendo em vista o exposto, houve reclassificação de grande quantidade de equipamentos para inadequados, mas a tendência é de melhora do indicador, com a previsão de atualização dos equipamentos no primeiro semestre de 2021. A ligeira melhora do indicador ocorreu em função da instalação de dois micros por zona eleitoral com Windows 10 para utilização dos Sistemas Eleitorais que só poderiam ser executados nessa versão do Sistema Operacional.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Seguem as propostas de cada subgrupo:

- Impressoras Sede – Manutenção dos contratos de outsourcing.

- Impressoras zona eleitoral – Contratação de outsourcing para as zonas eleitorais da capital.

- Micros Sede e micros zona eleitoral - Como medida para readequação do parque de computadores e melhora do desempenho, foi realizada a aquisição de computadores para substituição daqueles que estão inadequados e está em andamento a contratação de serviços de suporte à infraestrutura para a realização das instalações desses equipamentos.

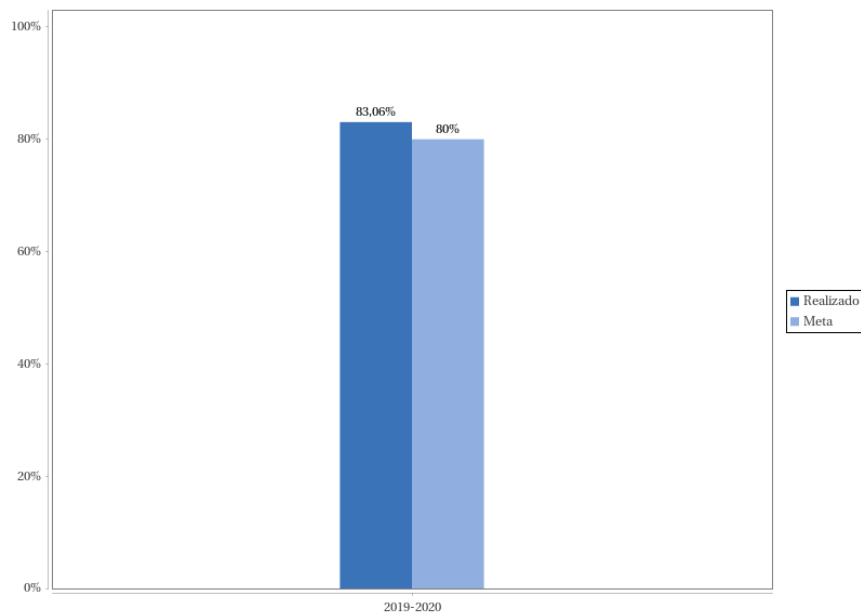
Riscos associados ao objetivo

Seguem os riscos de cada subgrupo:

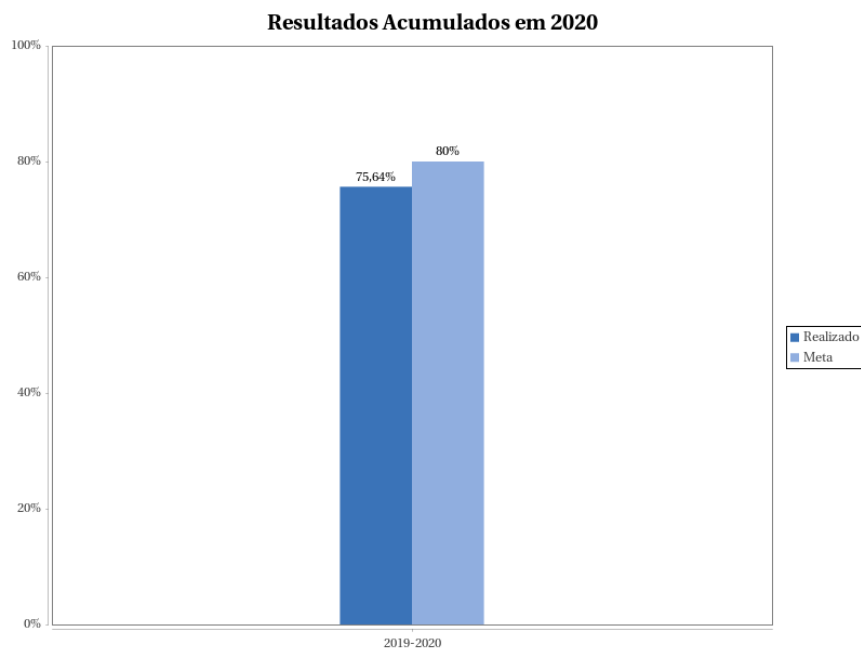
- Impressoras Sede – Não renovação ou descontinuidade dos contratos de outsourcing por problemas do fornecedor.

- Impressoras zona eleitoral – Não implantação do contrato de outsourcing para as zonas eleitorais da capital por problemas na homologação dos sistemas.

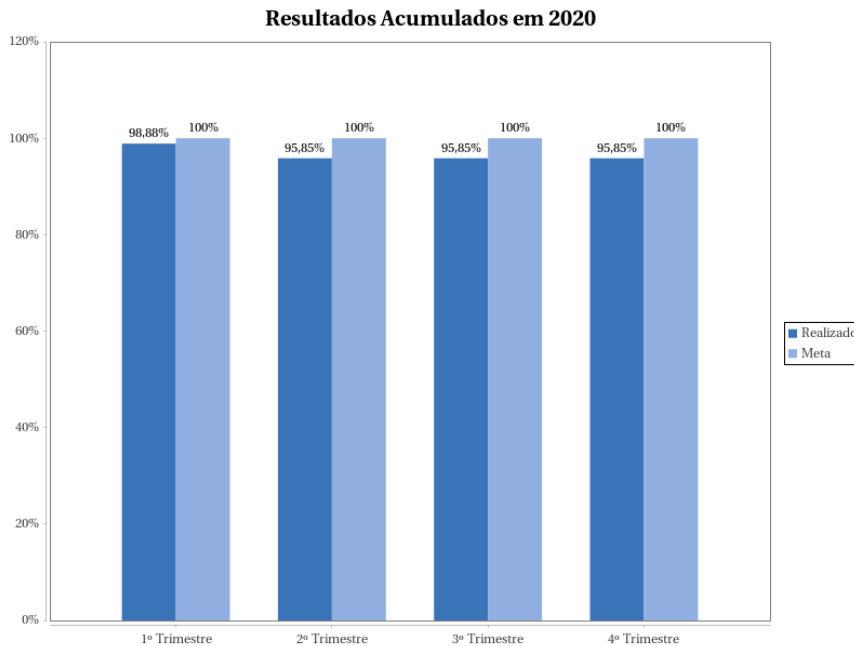
- Micros Sede e micros zona eleitoral - Não realização da contratação dos serviços de suporte à infraestrutura necessários para a realização da instalação dos equipamentos.

IA 87 - Índice de satisfação com a quantidade de recursos tecnológicos**Satisfatório****Desempenho do Período: 103,83%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COLOG.**

Fechamento pela SEDEST no dia 14/05. Em razão da pandemia de COVID-19 o Comitê de Gestão da Estratégia deliberou, em 30/04, no sentido da flexibilização do fechamento do sistema sem a obrigatoriedade de lançamento das análises.

IA 88 - Índice de satisfação com o desempenho dos recursos tecnológicos**Satisfatório****Desempenho do Período: 94,55%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COLOG.**

Fechamento pela SEDEST no dia 14/05. Em razão da pandemia de COVID-19 o Comitê de Gestão da Estratégia deliberou, em 30/04, no sentido da flexibilização do fechamento do sistema sem a obrigatoriedade de lançamento das análises.

IE 31 - Índice de disponibilidade da infraestrutura e do suporte de TIC**Satisfatório****Desempenho do Período: 95,85%****Responsável: COINF.****Análise de contexto**

O objetivo Estratégico no geral apresentou desempenho satisfatório no 4º trimestre; O IA89 permaneceu com o status “atenção” no seu desempenho, mas apesar de não estar refletido no resultado final, avançamos em vários quesitos. O IA 90 teve desempenho satisfatório, mesmo apresentando uma pequena queda o índice alcançado ficou acima da meta, o serviço de correio foi muito exigido devido à eleição, a solução apresenta sinais de estar funcionando no seu limite. O IA 91 continua com bom desempenho, a satisfação dos usuários internos continua estável.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Data Center: foi finalizado o Termo de Referência do projeto executivo e a licitação foi marcada para o dia 25/11/2020. Infelizmente, após questionamentos das empresas interessadas, foi necessário suspender a licitação para adequação do Termo de Referência. A expectativa é que a contratação seja realizada ainda no primeiro semestre de 2021. **Solução de Backup:** a minuta da Política de Backup foi enviada para a análise através do Processo SEI nº 2019.0.000021486-8 e encontra-se atualmente na COMSI para ajustes finais antes da sua publicação. Independente disso foi incluída no Plano de Contratações de 2021 a aquisição de uma nova Biblioteca de Fitas (Tape Library) com o objetivo de ampliar a capacidade de backup do Tribunal, aumentar a eficiência nos processos de backup e restauração de dados, além de substituir a biblioteca de fitas atualmente em uso, servindo como importante dispositivo de backup com capacidade de retenção em médio e longo prazos. **Rede sem fio:** foi finalizado o Termo de Referência e a licitação foi realizada em 27/11/2020, sendo o contrato nº 90/20 assinado em 29/12/2020. A implantação será iniciada no primeiro semestre de 2021. **Solução de Correio:** está em andamento os estudos para aquisição de nova solução de correio eletrônico através do processo SEI nº 2020.0.000031835-1, previsão de contratação em 2021.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

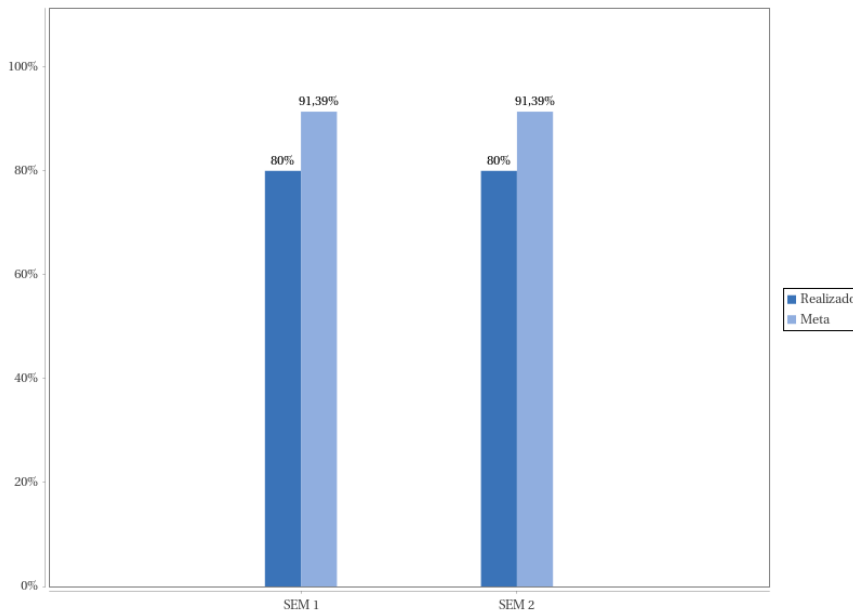
Realizar as alterações necessárias no termo de referência, realizar a licitação e dar início a execução do projeto Data Center no começo de 2021. Ainda há o desafio de se conseguir orçamento complementar para a realização do projeto. Homologação da Política de Backup e realização da contratação da Biblioteca de Fitas. Implantar a solução de wi-fi contratada atendendo as exigências da nossa Política de Segurança da Informação. Finalizar os Estudos Preliminares e Termo de Referência para a aquisição de nova solução de Correio Eletrônico no próximo ano.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Contar com o apoio da SOF para a captação de orçamento complementar junto ao TSE, necessário à implantação do Data Center. Suporte da Administração para que a SEREDE tenha fôlego para implantar a solução de wi-fi, juntamente com o projeto VPN sob sua responsabilidade. Suporte da Administração para que as unidades envolvidas consigam priorizar a elaboração dos Estudos Preliminares e Termo de Referência para a aquisição de solução de Correio Eletrônico. Nossas unidades sofrem com a escassez de recursos, de pessoal e com as exigências cada vez maiores de órgãos controladores, da alta administração e de seus usuários. O suporte da Administração a que nos referimos se refere a um entendimento dessa situação, e que nossas unidades não conseguem dar conta do volume dessas demandas (operacionais, gestão TI e segurança da informação), frustrando muitas vezes as expectativas dos usuários que não tem essa visão holística do tribunal. Começamos a perceber esse entendimento, fato esse que está contribuindo para o andamento das ações propostas que são de responsabilidade da COINF.

Riscos associados ao objetivo

Enquanto o Projeto de Modernização do Data Center não for implantado, o tribunal ficará exposto aos riscos inerentes à indisponibilidade dos serviços e sistemas que contam com a infraestrutura do Data Center atual, e em desacordo com o nivelamento de TIC proposto pela ENTIC-JUD. Em caso de atraso na definição da Política de Backup não conseguiremos definir adequadamente os requisitos necessários para aquisição de uma solução de backup apropriada e continuaremos alinhados parcialmente com o nivelamento de TIC proposto pela ENTIC-JUD. Enquanto não implantarmos uma nova solução de rede sem fio aderente à Política de Segurança do Tribunal não estaremos alinhados totalmente com o nivelamento de TIC proposto pela ENTIC-JUD. Enquanto não implantarmos uma nova solução de correios, continuaremos a ter dificuldades com a aplicação atual que já demonstra estar no seu limite e não apresenta mais opções para uma possível melhoria de performance.

IA 89 - Índice de aderência a requisitos mínimos de nivelamento da infraestrutura de TIC**Atenção****Desempenho do Período: 87,54%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COINF.****Análise de contexto**

- O índice alcançado no período permaneceu em 80% ficando abaixo da meta estabelecida com o status de desempenho em Atenção.

- Mas tivemos avanços importantes em todos os quesitos, apesar de não estarem sendo refletidos no resultado final.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

- Data Center: Foi finalizado o Termo de Referência do projeto executivo e a licitação foi marcada para o dia 25/11/2020. Infelizmente, após questionamentos das empresas interessadas, foi necessário suspender a licitação para adequação do Termo de Referência. A expectativa é que a contratação seja realizada ainda no primeiro semestre de 2021.

- Rede sem fio: Foi finalizado o Termo de Referência e a licitação foi realizada em 27/11/2020, sendo o contrato nº 90/20 assinado em 29/12/2020. A implantação será iniciada no primeiro semestre de 2021.

- Solução de Backup: A minuta da Política de Backup foi enviada para a análise através do Processo SEI nº 2019.0.000021486-8 e encontra-se atualmente na COMSI para ajustes finais antes da sua publicação. Independente disso foi incluída no Plano de Contratações de 2021 a aquisição de uma nova Biblioteca de Fitas (Tape Library) com o objetivo de ampliar a capacidade de backup do Tribunal, aumentar a eficiência nos processos de backup e restauração de dados, além de substituir a biblioteca de fitas atualmente em uso, servindo como importante dispositivo de backup com capacidade de retenção em médio e longo prazos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

- Realizar as alterações necessárias no termo de referência, realizar a licitação e dar início a execução do projeto Data Center no começo de 2021. Ainda há o desafio de se conseguir orçamento complementar para a realização do projeto.

- Homologação da Política de Backup e realização da contratação da Biblioteca de Fitas.

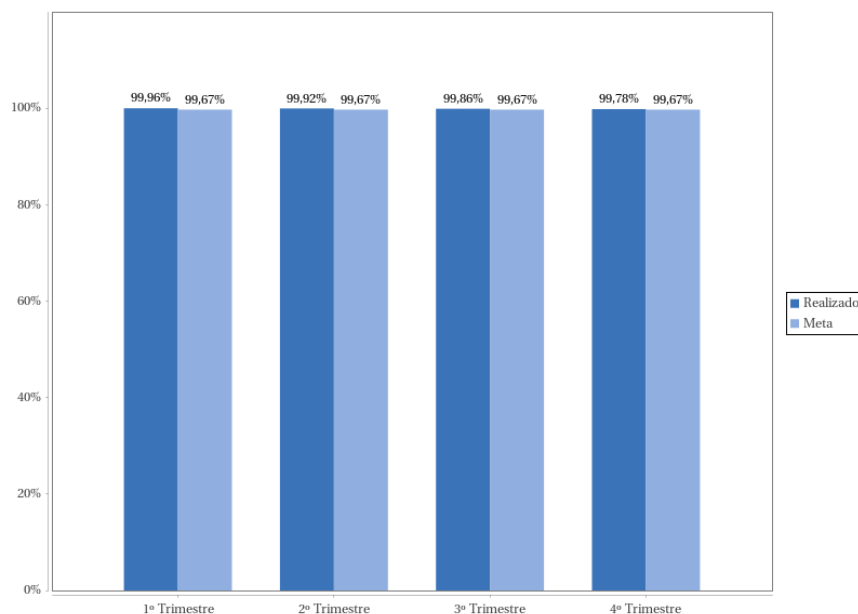
- Implantar a solução contratada atendendo as exigências da nossa Política de Segurança da Informação.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

- Contar com o apoio da SOF para que consiga captar o orçamento complementar junto ao TSE, necessário à implantação do Data Center.

Riscos associados ao objetivo

- Em caso de atraso na implantação do Projeto de Modernização do Data Center, o tribunal continuará exposto aos riscos inerentes à indisponibilidade dos serviços e sistemas que contam com a infraestrutura do Data Center.
- Os estudos para a uma nova solução de backup ficam prejudicados sem uma Política de Backup que ajude na definição dos requisitos necessários à aquisição de uma solução apropriada às necessidades do tribunal.
- Enquanto não implantarmos uma nova solução de rede sem fio não estaremos aderentes à Política de Segurança do Tribunal exigida no nivelamento de TIC.

IA 90 - Índice de disponibilidade de sistemas e serviços essenciais de TIC**Satisfatório****Desempenho do Período: 100,11%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPROD.****Análise de contexto**

O indicador IA90, no 4º trimestre, alcançou o valor calculado no período de 99,54%. Houve queda no valor do indicador ao longo do 4º trimestre, em relação aos primeiros três trimestres do ano de 2020. O valor do indicador acumulado do ano, de 99,78%, encontra-se acima da meta, que é de 99,67%. As variáveis que apresentaram pior desempenho no trimestre, comparadas às demais, foram "DispCorreio" e "DispLinkInternet". O desempenho da variável "DispCorreio" tem sido afetado negativamente por problemas com o software de correio eletrônico corporativo utilizado pelo TRE-RJ, que apresenta instabilidade em momentos de alta utilização, sendo necessária intervenção manual para o mesmo voltar a operar. Neste 4º trimestre, com as eleições e a pandemia, a utilização do correio eletrônico foi intensa, para comunicação com mesários e para recebimento de solicitações diversas (inclusive relativas à justificativa eleitoral), causando instabilidade neste serviço. No caso da variável "DispLinkInternet", sua medição está sujeita à imprecisões, já que a Seprod não possui meios (ferramentas) para aferir com exatidão a disponibilidade dos links do TRE-RJ com a internet. Por este motivo, foi solicitada a revisão do indicador IA90, retirando da Seprod a medição da variável DispLinkInternet, que ficaria sob responsabilidade da Seção de Redes Locais (Serede), também da Coinf, pois esta é a unidade que administra tais enlaces de comunicação de dados. Outro fator que influenciou negativamente os indicadores, neste trimestre, foi a ocorrência de evento de falta de energia elétrica na sede do TRE-RJ em 18/11, levando ao desligamento de vários equipamentos de TIC localizados no datacenter por algumas horas, equipamentos esses responsáveis pela hospedagem de serviços e sistemas essenciais para o funcionamento do Tribunal.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No trimestre anterior foi dado prosseguimento aos estudos técnicos preliminares para aquisição de solução de colaboração e comunicação, incluindo em seu escopo a funcionalidade de correio eletrônico, com o objetivo de substituir a solução de correio eletrônico atual, que vem apresentando episódios de instabilidade, além de encontrar-se defasada tecnologicamente, possuir capacidade de armazenamento local insuficiente para as necessidades atuais do Tribunal, e não possuir recursos e funcionalidades que estão sendo demandados pelo Tribunal, como por exemplo o envio/recebimento de mensagens criptografadas. Para aumentar a capacidade de armazenamento de mensagens do Zimbra, foi realizado trabalho de exclusão de contas de servidores e terceirizados que não trabalham mais no Tribunal, permitindo o aumento, ainda que pequeno no momento, da quota de espaço disponível no Zimbra para os usuários de cartórios eleitorais (este trabalho está em andamento). Foi dado

prosseguimento, também, ao projeto de modernização do datacenter, ainda que não tenha sido realizada licitação durante este trimestre (este projeto conta com a participação de servidora da Seprod na equipe de planejamento da contratação).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência de desempenho do indicador IA90 nos próximos 6 meses é de estabilidade, com possível tendência negativa, já que as principais iniciativas e projetos que podem melhorar o desempenho deste indicador (e por consequência do objetivo estratégico associado), provavelmente não estarão totalmente implantados dentro deste período. Tanto o projeto de modernização do datacenter, quanto a aquisição de nova solução de colaboração e comunicação não estarão operacionais neste horizonte de tempo, pois são projetos que demandam tempo razoável para conclusão, especialmente o projeto de modernização do datacenter, que envolve obras de engenharia. O principal desafio para a manutenção do desempenho do indicador IA90 está associado à infraestrutura física do ambiente central de processamento (datacenter), que atualmente não é adequada aos requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade estabelecidos em normas nacionais e internacionais, conforme determina a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 211 de 15/12/2015 (ENTIC-JUD), em seu artigo 24, inciso VII. Outros desafios a serem enfrentados são: (a) a necessidade de atualização, a médio prazo, da solução de correio eletrônico corporativo; (b) necessidade de atualização da infraestrutura de computadores servidores virtualizados, que depende da aquisição de licenças de software de virtualização para sua implementação (aquisição de software de gerência de máquinas finalizado); (c) necessidade de modernização da solução de backup (cópia de segurança) utilizada pelo Tribunal, compatibilizando-a com novas versões de sistemas operacionais e de aplicações; (d) aquisição de novo equipamento de backup offline, tendo em vista que o equipamento anteriormente utilizado encontra-se com defeito e com suporte técnico descontinuado pelo fabricante; (e) necessidade de migração de alguns computadores servidores que hospedam serviços e sistemas (alguns essenciais), que se encontram defasados tecnologicamente.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Visando a melhora futura do desempenho das ações realizadas, estão sendo levadas adiante as seguintes iniciativas: (a) capacitação contínua dos servidores da Seprod, de forma a provê-los de conhecimentos e competências técnicas adequadas para correto gerenciamento dos serviços e sistemas, e para a resolução de problemas - atualmente, realização de treinamentos na plataforma Alura, com eventuais treinamentos a serem contratados nos próximos trimestres, visando, principalmente, capacitar o novo servidor da Seprod que entrou em exercício no mês de dezembro/2020; (b) projeto para modernização do datacenter do TRE-RJ (projeto em andamento, com licitação prevista para o próximo trimestre); (c) elaboração de documentação necessária para aquisição de solução de colaboração e comunicação (visando a substituição da solução de correio eletrônico atual); (d) elaboração de estudos visando a modernização da solução de backup (cópia de segurança) utilizada pelo Tribunal, compatibilizando-a com novas versões de sistemas operacionais e de aplicações, iniciativa que englobará a aquisição novos equipamentos de backup, além da aquisição de suporte técnico para a mesma.

Riscos associados ao objetivo

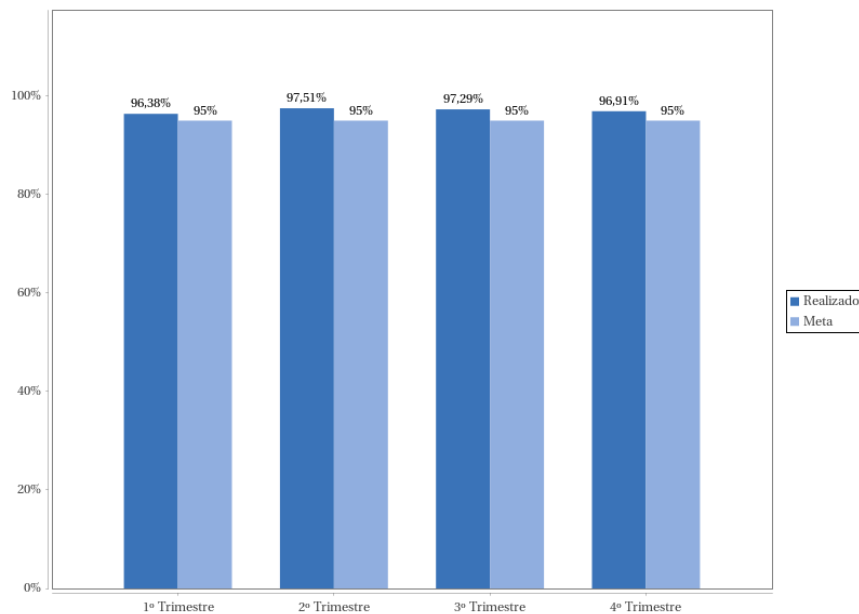
Os principais riscos identificados, e que podem afetar negativamente o desempenho das variáveis do indicador IA90, e o objetivo estratégico associado, são: infraestrutura (hardware e software) inadequada, deficiente e sem suporte técnico/manutenção; oscilações no fornecimento de energia elétrica e sinistros diversos (acidentes, roubo de bens e informações, sabotagens etc.). O investimento na infraestrutura física e de segurança atua em vários destes riscos, possibilitando mais segurança e maior disponibilidade dos sistemas e serviços essenciais. Também há riscos à disponibilidade de sistemas e serviços essenciais pelo uso de hardware e de software obsoleto e sem contrato de manutenção em vigor, riscos estes combatidos com a aquisição de novos equipamentos, aquisição/manutenção de software de infraestrutura e a configuração adequada destes ativos. Por fim, há riscos de segurança da informação (roubo ou sequestro de dados, por exemplo), combatidos, por parte da Seprod, com o uso de software de infraestrutura atualizado (não obsoleto) e corretamente configurado (importância da capacitação contínua e do número adequado de servidores para dar conta destas tarefas).

IA 91 - Índice de satisfação dos usuários internos de TIC

Satisfatório

Desempenho do Período: 102,01%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COINF.

Análise de contexto

Indicador dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório, conforme deliberação na I RAE 2019.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Indicador dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório, conforme deliberação na I RAE 2019.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

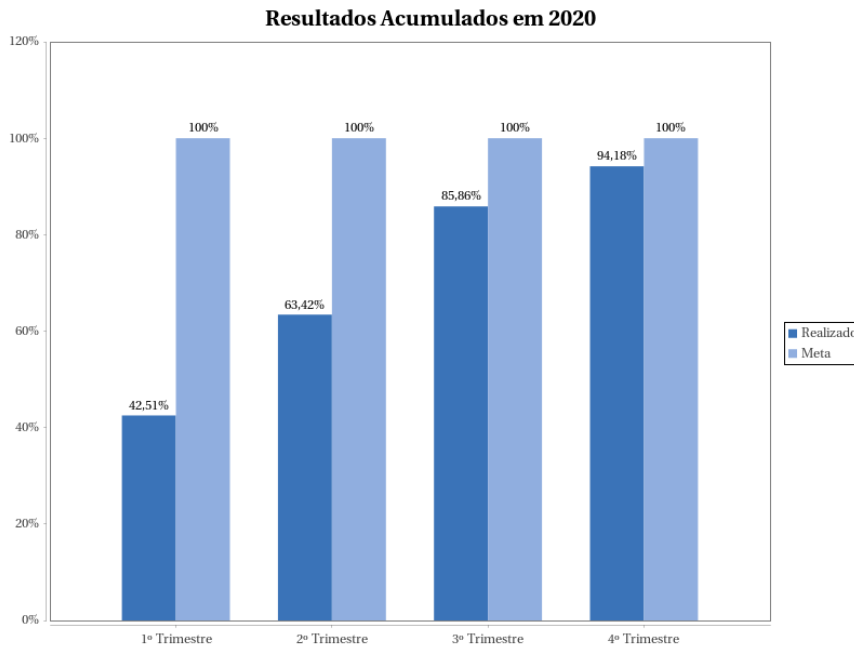
Indicador dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório, conforme deliberação na I RAE 2019.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Indicador dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório, conforme deliberação na I RAE 2019.

Riscos associados ao objetivo

Indicador dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório, conforme deliberação na I RAE 2019.

IE 32 - Índice de modernização das soluções**Satisfatório****Desempenho do Período: 94,18%****Responsável: CSCOR.****Análise de contexto**

Neste trimestre houve crescimento no volume de novas demandas (42) em todas as unidades, muitas destas relacionadas às eleições. Para efeito de comparação, no segundo trimestre deste ano recebemos 27 novas demandas, e no terceiro 36. Também houve um crescimento no número de chamados recebidos pela CSCOR, recebemos 845 no trimestre anterior e 998 neste trimestre. Esse volume de chamados impacta diretamente na capacidade da CSCOR de entregar novas soluções, pois as soluções implantadas anteriormente exigem esforço das unidades para mantê-las em bom funcionamento.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

As equipes vem se mantendo com uma ótima produtividade em trabalho remoto. Mantivemos o uso dos métodos ágeis e estamos utilizando novas ferramentas para facilitar o acompanhamento dos trabalhos e orientação das unidades de forma remota. Apesar do grande volume de demandas recebidas, conseguimos alcançar 94% da meta, o que deixou o indicador com desempenho satisfatório, consideramos que este seja um ótimo resultado.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

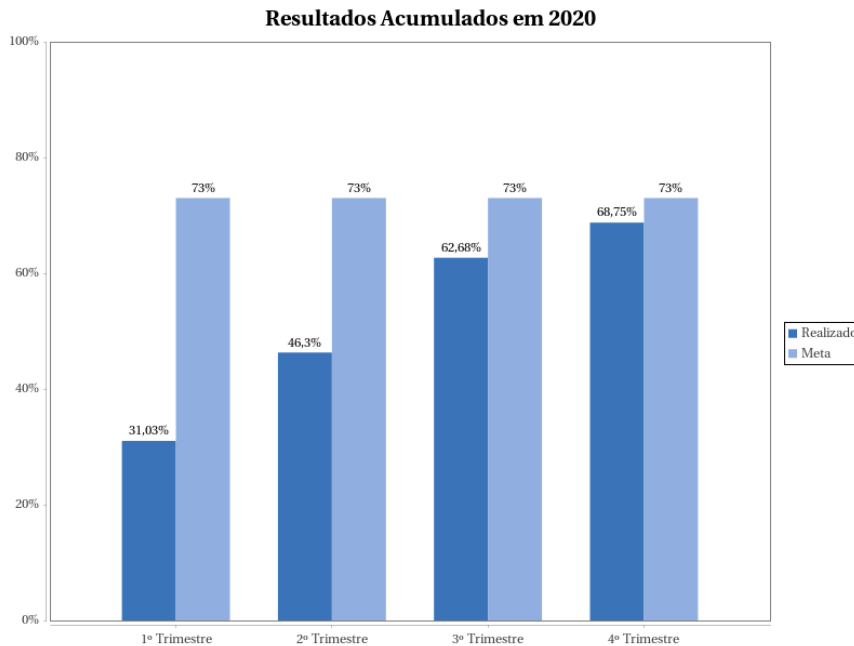
No primeiro trimestre do ano a expectativa é que ocorra uma leve queda na produtividade geral na coordenadoria, pois muitos servidores entram de férias. Mas esperamos recuperar o nível de produtividade nos trimestres seguintes.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Recebemos 2 novos servidores na coordenadoria que estão em um período de adaptação e preparação para que possam desempenhar suas atividades. Esperamos que ainda nos primeiros meses de 2021 eles estejam mais adaptados e aptos para contribuir com o trabalho da coordenadoria. Também estamos sempre estimulando os servidores para que façam treinamentos e assim melhorem sua capacidade técnica e a qualidade do trabalho que executam. Também é preciso continuar com o plano de recomposição da força de trabalho de TI de modo a atingirmos pelo menos o quantitativo mínimo necessário para o porte do TRE-RJ, segundo o CNJ, Res. 215.

Riscos associados ao objetivo

A adaptação dos novos servidores demanda que os servidores mais antigos dediquem parte do seu tempo para a passagem de conhecimento e tutoria. Isso pode impactar em nossa produtividade no começo de 2021

IA 92 - Índice de atendimento da demanda por sistemas e automação de rotinas**Satisfatório****Desempenho do Período: 94,18%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSCOR.****Análise de contexto**

Neste trimestre houve crescimento no volume de novas demandas (42) em todas as unidades, muitas destas relacionadas às eleições. Para efeito de comparação, no segundo trimestre deste ano recebemos 27 novas demandas, e no terceiro 36. Também houve um crescimento no número de chamados recebidos pela CSCOR, recebemos 845 no trimestre anterior e 998 neste trimestre. Esse volume de chamados impacta diretamente na capacidade da CSCOR de entregar novas soluções, pois as soluções implantadas anteriormente exigem esforço das unidades para mantê-las em bom funcionamento.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

As equipes vem se mantendo com uma ótima produtividade em trabalho remoto. Mantivemos o uso dos métodos ágeis e estamos utilizando novas ferramentas para facilitar o acompanhamento dos trabalhos e orientação das unidades de forma remota. Apesar do grande volume de demandas recebidas, conseguimos alcançar 94% da meta, o que deixou o indicador com desempenho satisfatório, consideramos que este seja um ótimo resultado.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

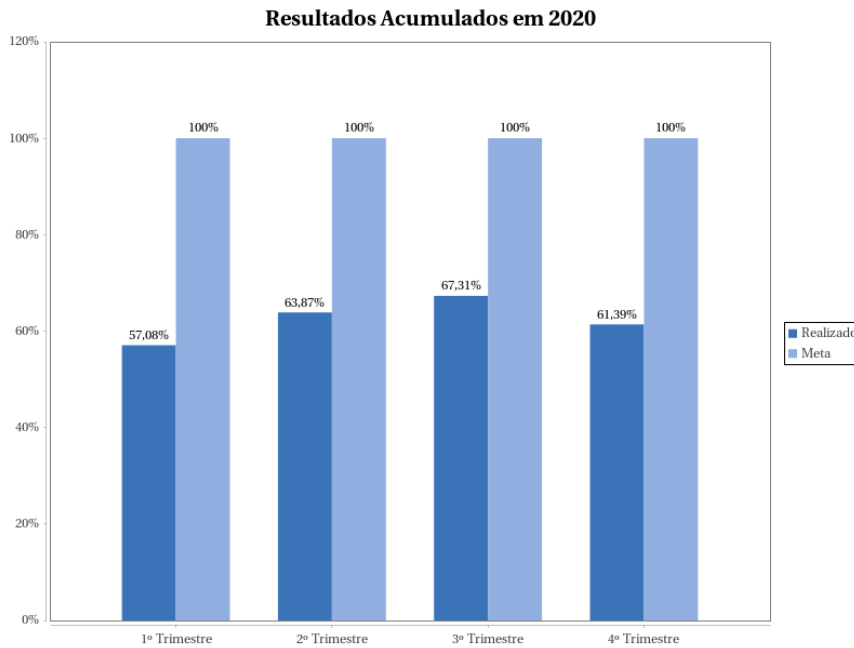
No primeiro trimestre do ano a expectativa é que ocorra uma leve queda na produtividade geral na coordenadoria, pois muitos servidores entram de férias. Mas esperamos recuperar o nível de produtividade nos trimestres seguintes.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Recebemos 2 novos servidores na coordenadoria que estão em um período de adaptação e preparação para que possam desempenhar suas atividades. Esperamos que ainda nos primeiros meses de 2021 eles estejam mais adaptados e aptos para contribuir com o trabalho da coordenadoria. Também estamos sempre estimulando os servidores para que façam treinamentos e assim melhorem sua capacidade técnica e a qualidade do trabalho que executam.

Riscos associados ao objetivo

A adaptação dos novos servidores demanda que os servidores mais antigos dediquem parte do seu tempo para a passagem de conhecimento e tutoria. Isso pode impactar em nossa produtividade no começo de 2021.

OE 11 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e de custos**Insatisfatório****Desempenho do Período: 61,39%****Responsável: SOF.****Análise de contexto**

O objetivo apresentou desempenho **INSATISFATÓRIO**, com índice de 61,39%, inferior ao registrado no 4º trimestre do ano de 2019, que foi de 67,37%. Verificou-se que o resultado foi impactado pelo baixo desempenho do Índice de alinhamento do orçamento com a estratégia de 12,80%, que possui um peso de 40% no resultado do objetivo.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

As unidades gestoras reprogramaram suas atividades, promovendo ajustes em diversos contratos de locação de mão-de-obra, resultante da inexecução e até mesmo suspensão das transações, com vistas a otimização da gestão orçamentária de suas Unidades. Podemos citar como exemplo as seguintes contratações: arquivistas, carregadores, energia elétrica, correios, mensageiros, estagiários, diárias e passagens em geral. Reaproveitamento da dotação orçamentária em investimentos para minimizar perdas e fortalecer a estrutura de TI em equipamentos, bem como disponibilização de recursos ao TSE, a fim de otimizar a gestão orçamentária da Justiça Eleitoral.

Acompanhamento mensal da execução de iniciativas estratégicas na gestão de processos do dia a dia.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Considerando que a proposta orçamentária 2021 foi enviada em abril de 2020, ainda início da pandemia e, portanto, sem uma real perspectiva de projeção baseada no cenário atual, a tendência para o resultado do objetivo é baixo, se levarmos em consideração os maiores pesos que são de Iniciativas Estratégicas e Execução Orçamentária.

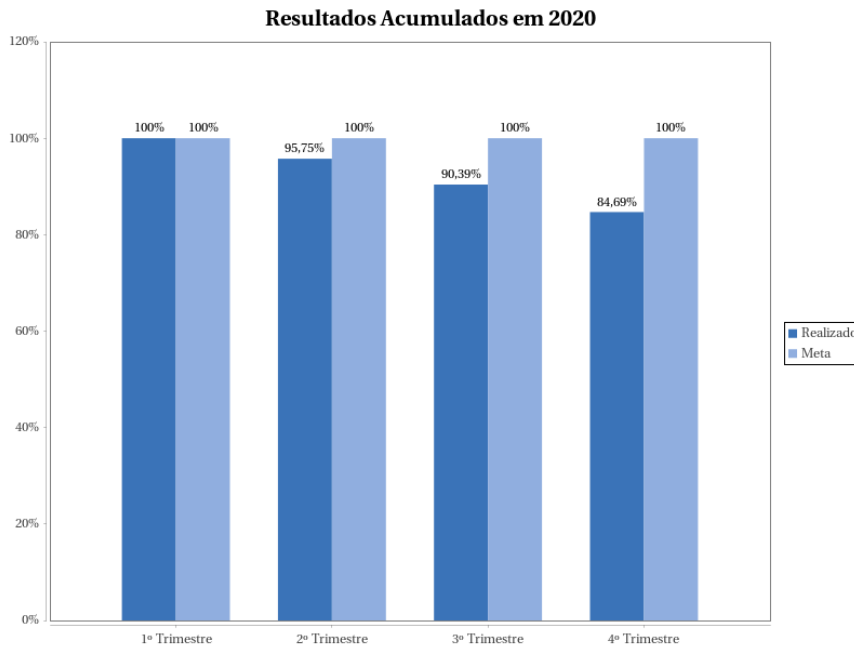
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Necessidade de mudanças na cultura organizacional, seja pela alocação de gerentes exclusivos ou mais intensamente dedicados aos projetos estratégicos, com competência para planejar melhor a necessidade de recursos orçamentários por iniciativa, estabelecendo também alternativas que levem em consideração a piora de cenários, tal como este que estamos vivenciando, bem como considerem as restrições de atuar num ano eleitoral.

Intensificar junto às unidades gestoras responsáveis o monitoramento dos contratos a fim de que as sobras orçamentárias sejam identificadas de forma ágil, com o objetivo de aproveitar tais recursos para aquisição de bens ou serviços, ou devolução ao TSE, em tempo hábil.

Riscos associados ao objetivo

Tendência de execução abaixo da meta prevista, com aderência prejudicada, em razão das incertezas decorrentes da Pandemia COVID-19.

IE 33 - Índice de eficiência da gestão orçamentária**Atenção****Desempenho do Período: 84,69%****Responsável: CORÇA.****Análise de contexto**

O índice de 73,49% registrado no trimestre para uma meta prevista de 86,78%, confere um desempenho insatisfatório do ponto de vista do planejamento, porém compatível com o momento de pandemia que atravessamos em 2020, com reflexos expressivos na execução orçamentária (aderência) do TRE-RJ. A imprevisibilidade da pandemia, proporcionou uma série de adequações nas rotinas dos servidores, bem como na manutenção do Tribunal. As unidades gestoras reprogramaram suas atividades, promovendo ajustes em diversos contratos de locação de mão-de-obra, resultante da inexecução e até mesmo suspensão das transações, com vistas a otimização da gestão orçamentária de suas Unidades. Podemos citar como exemplo as seguintes contratações: arquivistas, carregadores, energia elétrica, correios, mensageiros, estagiários, diárias e passagens em geral. Reaproveitamento da dotação orçamentária em investimentos para minimizar perdas e fortalecer a estrutura de TI em equipamentos também contribuíram para o resultado, considerando que as despesas não estavam programadas no montante contratado: de 1.299.715,00 para 4.724.018,74. Consequência dessa reprogramação de despesas, bem como o remanejamento de dotações, proporcionaram considerável impacto na gestão orçamentária do TRE, repercutindo na aderência ao planejado, impulsionando negativamente o desempenho final do objetivo.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Aprimoramento no controle da execução orçamentária com a criação de processo próprio (2020.0.000019285-4) a fim de aprimorar o acompanhamento orçamentário e financeiro do TRE-RJ, instituindo a execução obrigatória das despesas primárias discricionárias, com vistas a mitigação de perdas orçamentárias. Disponibilização do Painel de BI de Execução Orçamentária e Financeira para servir aos gestores como ferramenta de acompanhamento e gestão do orçamento.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Promover a continuidade no aprimoramento da execução orçamentária mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados, considerando a continuidade dos efeitos gerados pela pandemia Covid-19. Indicação da real possibilidade de um cenário de piora no resultado do IE deve ser considerado, uma vez que, ao longo do exercício, poderão ser efetuados eventuais remanejamentos orçamentários, com potencial prejuízo da aderência ao planejado nas despesas agregadas, traduzindo no desempenho insatisfatório do indicador. Efeito inverso, fora do ponto de vista do indicador,

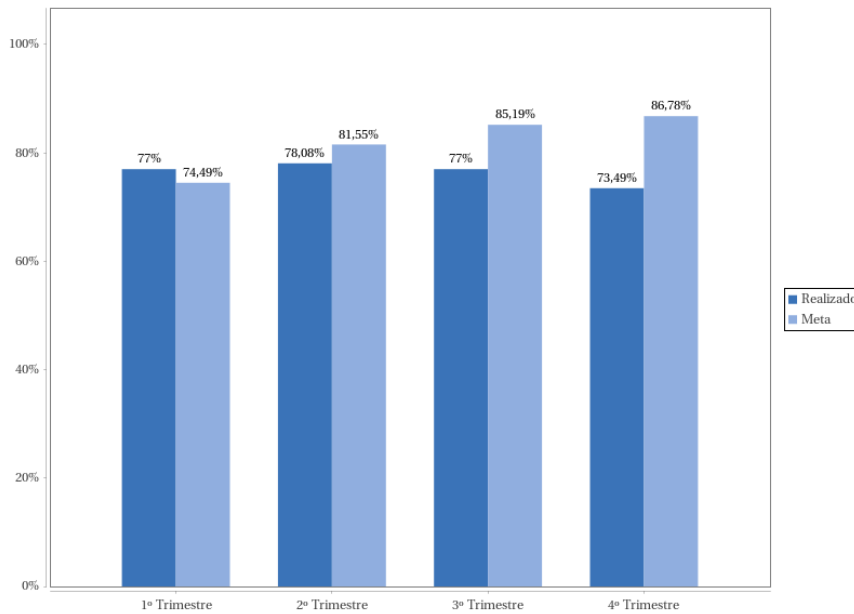
tendência de resultado positivo em relação a execução orçamentária, com previsão de vultosas aquisições de bens permanentes importantes.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Reforçar o monitoramento de restos a pagar, por meio de processo próprio, otimizando a ferramenta para execução desta atividade, reunindo informações e facilitando seu acesso e visualização dos resultados. Intensificar as reuniões rotineiras com os Gestores para acompanhamento da execução orçamentária, em especial, dos contratos continuados que representam a maior fatia do orçamento do Tribunal.

Riscos associados ao objetivo

Cenário de execução abaixo da meta prevista, com aderência prejudicada, tendo em vistas as incertezas decorrentes da continuidade da Pandemia COVID-19.

IA 93 - Índice de execução planejada do orçamento de custeio (exceto iniciativas estratégicas e despesas de pessoal)**Insatisfatório****Desempenho do Período: 84,69%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CORÇA.****Análise de contexto**

O índice de 73,49% registrado no trimestre para uma meta prevista de 86,78%, confere um desempenho insatisfatório do ponto de vista do planejamento, porém compatível com o momento de pandemia que atravessamos em 2020, com reflexos expressivos na execução orçamentária (aderência) do TRE-RJ.

A imprevisibilidade da pandemia, proporcionou uma série de adequações nas rotinas dos servidores, bem como na manutenção do Tribunal.

As unidades gestoras reprogramaram suas atividades, promovendo ajustes em diversos contratos de locação de mão-de-obra, resultante da inexecução e até mesmo suspensão das transações, com vistas a otimização da gestão orçamentária de suas Unidades.

Podemos citar como exemplo as seguintes contratações: arquivistas, carregadores, energia elétrica, correios, mensageiros, estagiários, diárias e passagens em geral.

Reaproveitamento da dotação orçamentária em investimentos para minimizar perdas e fortalecer a estrutura de TI em equipamentos também contribuíram para o resultado, considerando que as despesas não estavam programadas no montante contratado: de 1.299.715,00 para 4.724.018,74.

Consequência dessa reprogramação de despesas, bem como o remanejamento de dotações, proporcionaram considerável impacto na gestão orçamentária do TRE, repercutindo na aderência ao planejado, impulsionando negativamente o desempenho final do objetivo.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Aprimoramento no controle da execução orçamentária com a criação de processo próprio (2020.0.000019285-4) a fim de aprimorar o acompanhamento orçamentário e financeiro do TRE-RJ, instituindo a execução obrigatória das despesas primárias discricionárias, com vistas a mitigação de perdas orçamentárias.

Disponibilização do Painel de BI de Execução Orçamentária e Financeira para servir aos gestores como ferramenta de acompanhamento e gestão do orçamento.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Promover a continuidade no aprimoramento da execução orçamentária mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados, considerando a continuidade dos efeitos gerados pela pandemia Covid-19.

Indicação da real possibilidade de um cenário de piora no resultado do IE deve ser considerado, uma vez que, ao longo do exercício, poderão ser efetuados eventuais remanejamentos orçamentários, com potencial prejuízo da aderência ao planejado nas despesas agregadas, traduzindo no desempenho insatisfatório do indicador.

Efeito inverso, fora do ponto de vista do indicador, tendência de resultado positivo em relação a execução orçamentária, com previsão de vultosas aquisições de bens permanentes importantes.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

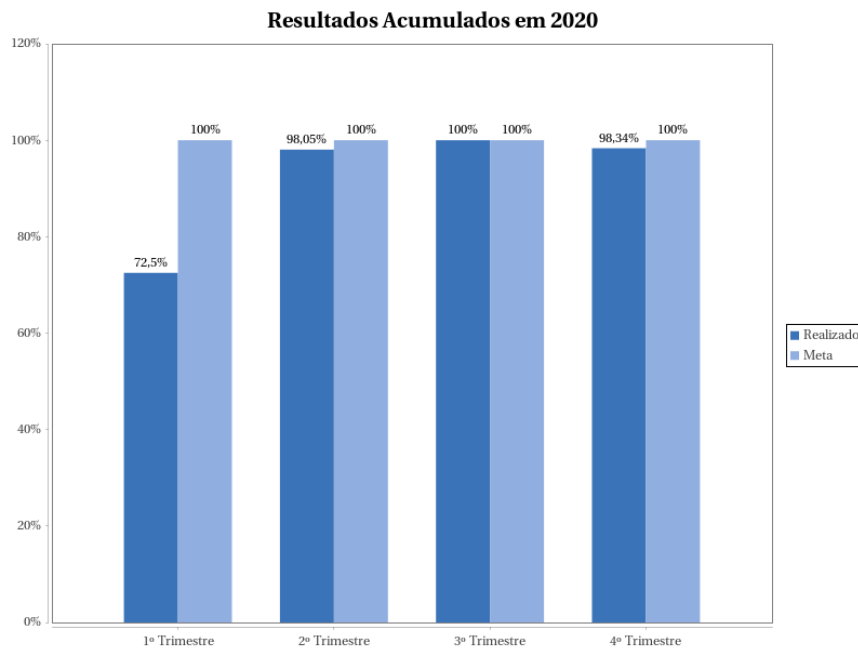
Reforçar o monitoramento de restos a pagar, por meio de processo próprio, otimizando a ferramenta para execução desta atividade, reunindo informações e facilitando seu acesso e visualização dos resultados.

Intensificar as reuniões rotineiras com os Gestores para acompanhamento da execução orçamentária, em especial, dos contratos continuados que representam a maior fatia do orçamento do Tribunal.

Riscos associados ao objetivo

Riscos associados ao objetivo

Cenário de execução abaixo da meta prevista, com aderência prejudicada, tendo em vistas as incertezas decorrentes da continuidade da Pandemia COVID-19.

IE 34 - Custo de manutenção da estrutura**Satisfatório****Desempenho do Período: 98,34%****Responsável: COFIN.****Análise de contexto**

O indicador IE 34 apresentou desempenho satisfatório para o quarto trimestre de 2020, tendo em vista a adoção do teletrabalho. Ao compararmos as despesas efetuadas durante o ano de 2020 com o ano de 2019, houve economia de 20%, que equivale a aproximadamente R\$7.730.000,00.

Deve-se frisar que as maiores economias ocorreram nos custos de teleprocessamento (R\$1.600.000,00), estoquista (R\$1.056.000,00), energia elétrica (R\$796.000,00), estagiários (R\$678.400,00) e manutenção predial (470.000,00), todos comparados com 2019.

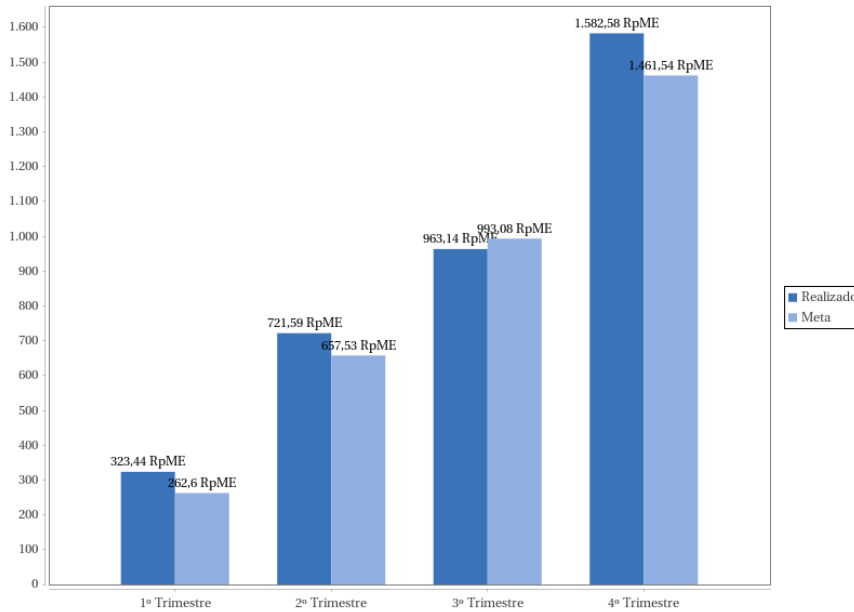
Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

IA 95 - Custo de manutenção das instalações por eleitor

Insatisfatório**Desempenho do Período: 91,72%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SSG.****Análise de contexto**

A medição registrou desempenho insatisfatório do indicador, embora os valores tenham ficado muito próximos do atingimento da meta (91,72%).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Considerando as restrições do trabalho presencial, diversos contratos, principalmente aqueles com mão-de-obra dedicada, passaram por diversas suspensões o que, a princípio, poderia ter gerado economia. Ocorre que, essas reduções abriram "espaços" no orçamento para implementação de medidas para garantir a segurança dos servidores numa retomada inevitável aos trabalhos presenciais relativos à Eleição 2020.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Diante de um possível prolongamento do período de pandemia, acredita-se que possa haver uma melhora no indicador tendo em vista a redução de custos produzida pelo trabalho remoto.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A principal estratégia para a redução de custos é uma alteração na estrutura imobiliária.

Riscos associados ao objetivo

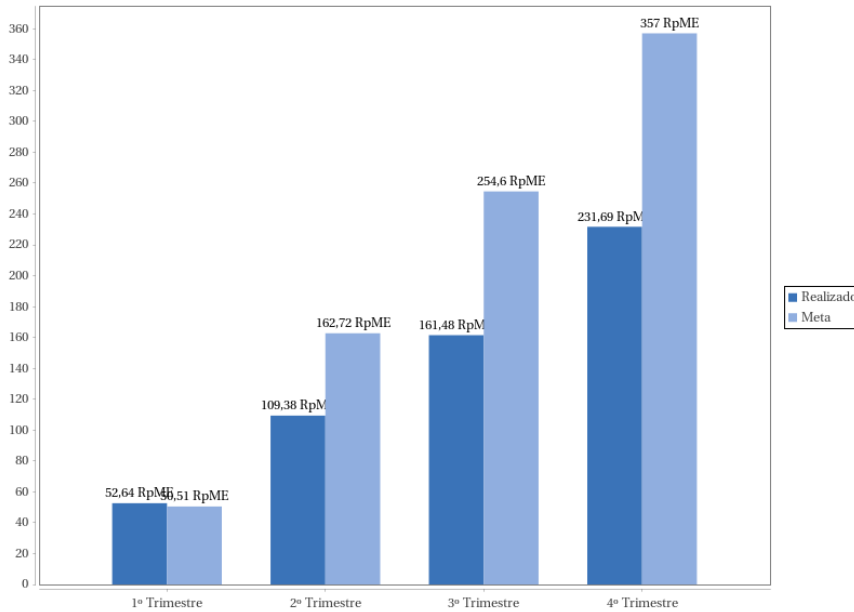
Aumento de custo em decorrência de pressões inflacionárias. Restrições orçamentárias também pode prejudicar.

IA 96 - Custo de serviços de comunicação por eleitor

Satisfatório

Desempenho do Período: 135,10%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: STI.

Análise de contexto

Dos dados apresentados, verifica-se aumento da relevância do CTelef em relação ao custo total apurado no trimestre anterior, passando de 24,32% para representar 26,42% do custo total apurado. Destaco, como sempre, que a análise deste indicador fica prejudicada em razão de que as gestões de custo da telefonia e a de comunicação de dados encontram-se em unidades distintas. Assim, para uma análise efetiva seria necessário maior conhecimento dos motivos que levaram à ampliação proporcional no impacto dos custos de telefonia no ano, o que, s.m.j., deveria ser alvo de análise pelo gestor da área responsável. Deste modo, considerando não ser possível a análise de cada variável (embora as variáveis em questão se assemelhem a um indicador, por serem o resultado de uma composição de vários fatores), permanece a sugestão de divisão do indicador em dois, um para custos de telefonia e outro para comunicação de dados, podendo os dois serem agregados para a composição do resultado que será alvo da análise do objetivo. Desta forma, o responsável pela análise do objetivo teria análises mais bem detalhadas de cada elemento. A análise também pode ser prejudicada por não terem sido computados todos os valores devido à não liquidação das faturas referentes a todos os meses do trimestre. Analisando a questão dos custos de comunicação de dados, verifica-se que são os mais significativos para o levantamento do indicador, por constituírem parcela mais relevante na fórmula de cálculo, constituindo 73,58% do total apurado no ano.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

O quantitativo de circuitos fixos de comunicação de dados no último trimestre apresentou ligeiro crescimento em razão da instalação dos polos eleitorais e outros circuitos para o período eleitoral, como os instalados para a fiscalização da propaganda eleitoral e CCJE. A nova contratação contribuiu para uma redução significativa dos custos de comunicação de dados, uma vez que, apesar de ter ocorrido um aumento significativo na capacidade de transmissão, o custo foi reduzido em razão da consolidação da tecnologia e da concorrência. A inexpressiva redução do eleitorado também contribuiu positivamente, uma vez que o custo é calculado com base no eleitorado. O processo de atualização dos circuitos ainda não foi finalizado em razão de ter sido interrompido pela pandemia, porém o mesmo está sendo retomado de maneira gradual.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Com a desinstalação dos links dos polos e outros circuitos devidos à eleição, o custo de comunicação de dados deve sofrer ligeira redução, mas com a continuidade da ampliação de capacidade dos links nos cartórios e unidades administrativas deverá sofrer ligeiro aumento novamente. Infelizmente a contratada tem apresentado muitas dificuldades para instalação de novos circuitos em razão da pandemia o que tem gerado impacto.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Destaco que os projetos estratégicos VPN e VoIP ainda não permitem que se tenha previsão do impacto que os mesmos irão gerar. Todavia, espera-se que tenham impacto positivo no indicador em razão da expectativa de que possam contribuir para uma redução dos custos de comunicação de dados e telefonia. No entanto, o projeto VPN, num primeiro momento, irá gerar mais pressão sobre os custos em razão de que o novo circuito irá atuar inicialmente como uma ampliação da capacidade do link de comunicação e como contingência para o primeiro circuito de comunicação de dados.

Riscos associados ao objetivo

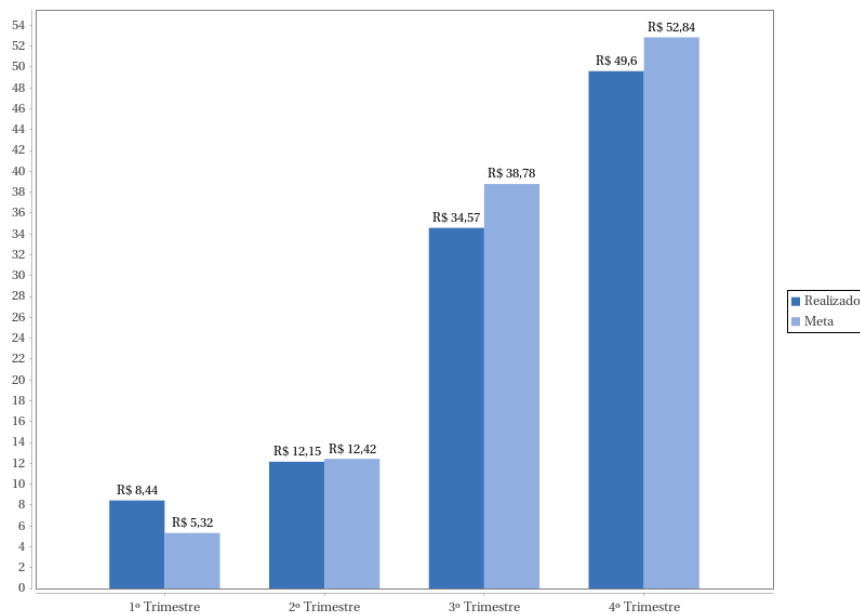
Destaca-se que a implantação de ações de melhoria tem sido impactada em razão do reduzido quadro de pessoal e de não ter sido finalizada a contratação de postos de trabalho para apoio aos serviços de suporte à infraestrutura. Os servidores das diversas áreas da STI acabam envolvidos na realização de atividades técnicas, administrativas e de gestão de modo simultâneo, o que acaba por prejudicar o andamento das mesmas. Deve-se destacar, ainda, que as medidas planejadas têm sido impactadas pela realização de diversas atividades que demandam significativos esforços da área técnica para capacitar o TRE-RJ para o serviço remoto durante a pandemia, além de diversos outros projetos priorizados que envolvem a área de TI, cada vez mais envolvida nas atividades levadas a cabo pelo TRE.

IA 97 - Custo de material de consumo por eleitor

Satisfatório

Desempenho do Período: 106,14%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SAD.

Análise de contexto

Assim como nos períodos anteriores, o indicador foi impactado pela suspensão do trabalho presencial a partir da metade de março de 2020, assim como pela adoção do trabalho remoto.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

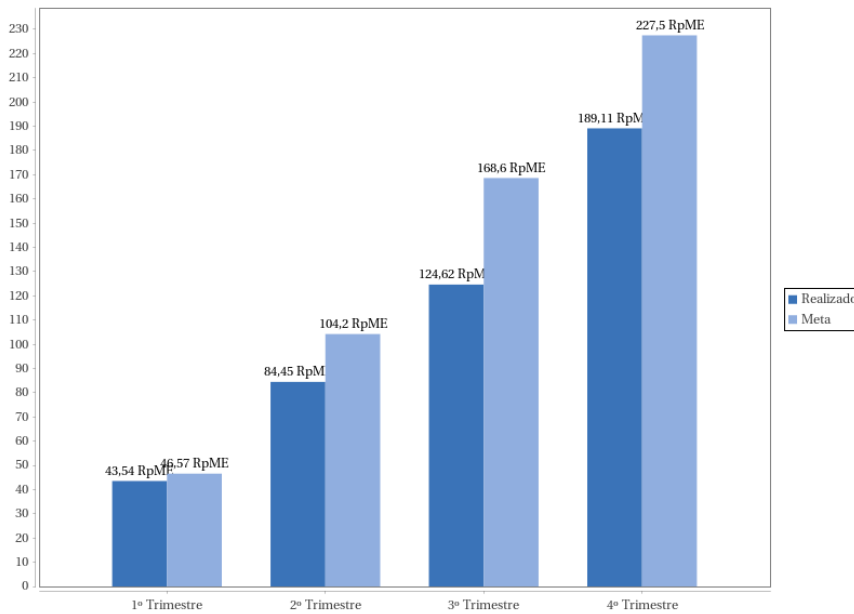
Todo o período transcorreu sob pequena retomada a partir de setembro, não havendo de se falar em ações para o resultado obtido.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Principal desafio é compreender a nova realidade para reavaliar a estratégia.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

IA 98 - Custo de serviços de transporte por eleitor**Satisfatório****Desempenho do Período: 116,87%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SECTRA.****Análise de contexto**

As variáveis vem refletindo o trabalho realizado pela SECTRA no que tange à otimização dos atendimentos, além do controle de combustível e manutenção eficiente da frota. Contudo, importante ressaltar os efeitos da preparação da eleição nas variáveis.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Otimização constante de missões bem como as manutenções preventiva e corretiva dos veículos têm proporcionado maior eficiência no atendimento das demandas, além de impactar na satisfação dos clientes internos, uma vez que as demandas são atendidas na sua totalidade, mesmo com algumas solicitações extemporâneas. Importante ressaltar o trabalho realizado pelos servidores responsáveis pela manutenção dos veículos que conseguiram utilizar o período de "pandemia", com demanda menor, para realizar a reforma de nossa frota (envelhecida acima da média) de caminhões e mais 3 veículos menores de carga, que estão auxiliando e muito nas demandas de eleição, destacando-se a entrega dos EPIs fornecidos pelo TSE para todos os cartórios do estado, que não estavam no planejamento de nenhum dos Tribunais Regionais.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Impactarão diretamente na composição dos próximos indicativos a nova contratação de veículos de passeio por aplicativo e a nova contratação de locação de caminhões para transporte de cargas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A forma de cálculo atualmente utilizada para este indicador pouco contribui para espelhar a real necessidade da Seção de Transportes, onde o ideal seria uma memória de cálculo com o resultado de custo por quilômetro rodado, o qual já vem servindo de parâmetro para o estudo atualmente desenvolvido pela SECTRA/COSEG visando a modernização da frota, abrangendo, inclusive, análise da viabilidade de terceirização da frota do Tribunal de forma gradativa.

Riscos associados ao objetivo

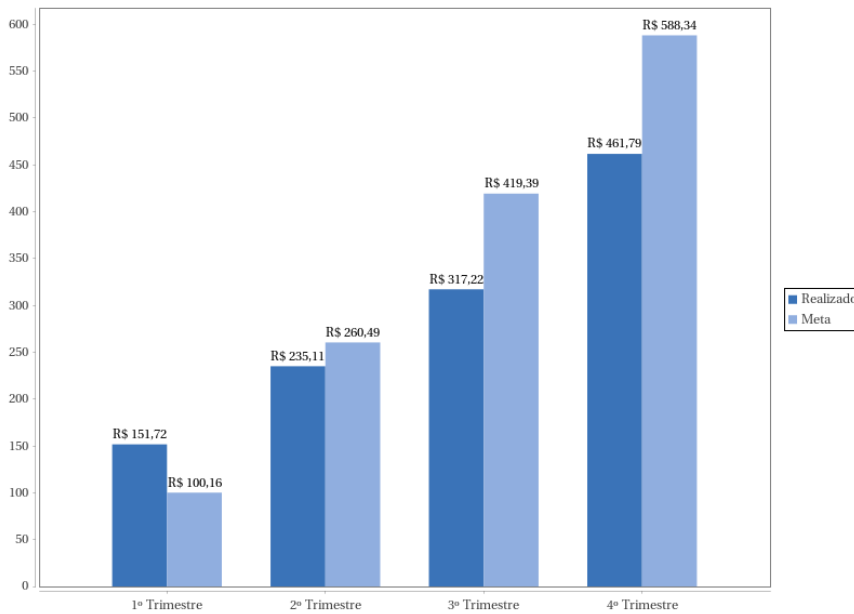
A frota envelhecida é um dos maiores riscos que gera, inclusive, enorme prejuízo de manutenção ao Tribunal .

IA 99 - Custo de apoio administrativo por eleitor

Satisfatório

Desempenho do Período: 121,51%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SAD.

Análise de contexto

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Não há de se falar em ações para o resultado obtido, pois decorre da suspensão e/ou retomada gradativa do trabalho presencial. Alguns contratos permaneceram suspensos e outros, total ou parcialmente, reativados, provocando redução do custo geral. No entanto, tais medidas foram consequência da situação experimentada e não da implementação de ações que visavam o desempenho do indicador.

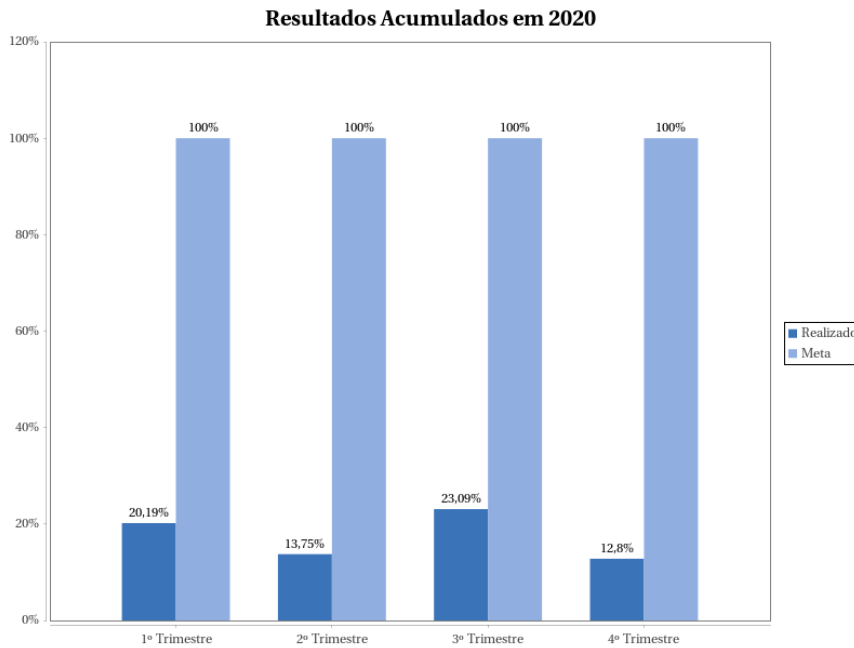
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Ainda que retomado do trabalho presencial, se deu de forma gradativa e concomitante ao trabalho remoto, impactando os custos e a inexistência de desafios nos parâmetros atuais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Quando houver clareza quando a uma nova forma de trabalhar no TRE, poderemos reavaliar, ao menos, os elementos que compõem a fórmula do indicador e seus metas.

Riscos associados ao objetivo

IE 35 - Índice de alinhamento do orçamento com a estratégia**Insatisfatório****Desempenho do Período: 12,80%****Responsável: CPLAN.****Análise de contexto**

Conforme se verifica da medição do IA 100 (Índice de execução planejada do orçamento de ações estratégicas), único indicador de apoio vinculado ao IE 35 (Índice de alinhamento do orçamento com a estratégia), observa-se a baixa aderência entre os valores executados e os valores planejados para as iniciativas estratégicas previstas para o exercício de 2020.

Resultados e desempenho do IA 100 e IE 35 até o 4º trimestre de 2020:

1º trimestre 2020 – 5,8%, frente à meta de 28,75% = Desempenho de 20,19% (Insatisfatório)

2º trimestre 2020 – 5,91%, frente à meta de 42,97% = Desempenho de 13,75% (Insatisfatório)

3º trimestre 2020 – 5,91%, frente à meta de 25,59% = Desempenho de 23,09% (Insatisfatório)

4º trimestre 2020 – 3,58%, frente à meta de 28,00% = Desempenho de 12,80% (Insatisfatório)

O resultado e o desempenho alcançados foram os mais baixos de encerramento de exercício se considerada a séria histórica desde 2017, mesmo tendo sido autorizados ajustes na meta do IA 100 na 2ª RAE (28/08/2020):

Resultado: 2017 - 10,61%; 2018 - 24,73%; 2019 - 18,35%; 2020 - 3,58%

Desempenho: 2017 - 15,16%; 2018 – 81,19%; 2019 - 36,48%; 2020 - 12,80%

Ou seja, mesmo com a adequação das metas, que haviam sido consideradas superestimadas em face do histórico do indicador, o resultado alcançado no exercício de 2020 foi ínfimo, mantendo-se o IE 35 no patamar de desempenho insatisfatório.

Observa-se que no 4º trimestre o resultado caiu abaixo do acumulado até o 3º trimestre. A SEDINE, unidade responsável pela análise do IA 100, reporta que, além de não ter havido novos empenhos, houve cancelamento de dois empenhos anteriormente considerados e, com isso, o valor total executado caiu de R\$ 323.100,03 para R\$ 195.927,40.

O valor total a ser executado no exercício de 2020 era de R\$ 5.467.986,06, correspondente a apenas duas iniciativas estratégicas, abaixo destacadas, tendo sido efetivamente empenhado até o fim do período apenas o total de R\$ 195.927,40:

- Projeto “Modernização do Data Center”: Empenho esperado 2020 - R\$ 4.800.000,00 / Valor empenhado 2020: R\$ 0,00 (0,00%);

- Projeto “Rede Privada Virtual – VPN”: Empenho esperado 2020 - R\$ 667.986,06 / Valor empenhado 2020: R\$ 195.927,40 (29,33%).

Considerando a meta de 28% estabelecida para o exercício, seria necessário empenhar até o final do exercício o valor total de R\$ 1.531.036,10.

Todo o período analisado está inserido no contexto da pandemia provocada pelo Covid-19 que teve impactos diretos sobre as duas iniciativas acima, que possuíam previsão de execução orçamentária para 2020. Podem ser apontadas as seguintes circunstâncias agravantes para o baixo resultado do IA 100 em 2020:

- Suspensão da execução de projetos devido à pandemia de Covid-19: o CGE decidiu em reunião realizada em 30/04 pela suspensão de alguns projetos em razão da pandemia, especialmente aqueles em que há necessidade de intervenções físicas, dentre os quais o da Rede Privada Virtual – VPN, cujo prosseguimento se revelou prejudicado em razão do isolamento social;

- Atraso no cronograma do projeto de Modernização do Data Center: foi identificada pela equipe técnica do projeto questão superveniente, que enseja a necessidade de uma nova contratação, não prevista anteriormente, o que gerou atraso no cronograma original.

Ressalte-se que o orçamento do Data Center corresponde a 88% de todo o orçamento de iniciativas estratégicas previsto para o exercício, portanto os desempenhos do IA 100 e do IE 35 são quase totalmente dependentes da execução deste projeto em específico, em face da expressiva materialidade orçamentária envolvida.

Em que pese o processo de contratação do Data Center tenha sido impulsionado e alcançado a fase de publicação de ato convocatório em 10/11/2020, a licitação foi suspensa em 25/11/2020, devido a necessidade de ajustes no Termo de Referência. Com isso, a administração inferiu que não haveria tempo hábil para a conclusão do certame no exercício e os pré-empenhos foram cancelados.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A fim de garantir o apoio e estabelecer um monitoramento sobre a execução das iniciativas, foram mantidos os contatos com os gerentes de projetos estratégicos com a periodicidade possível, dentro das limitações impostas pela pandemia Covid-19 (restrições de mobilidade). Entretanto, é preciso lembrar que houve redução do portfólio, por conta da revisão do PDE (Plano Diretor da Estratégia) sob um cenário restritivo tanto em termos de recursos de pessoal como os de caráter orçamentário. Isto contribuiu em grande parte para que não houvesse uma maior evolução no cumprimento das etapas previstas dos projetos, explicando os tímidos resultados gerais das atividades e nulos no aspecto orçamentário, dentro do período em questão.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Considerando que o orçamento de 2021 foi solicitado em fevereiro de 2020, cenário anterior à pandemia, a tendência para o IA 100 em 2021 é de baixa aderência.

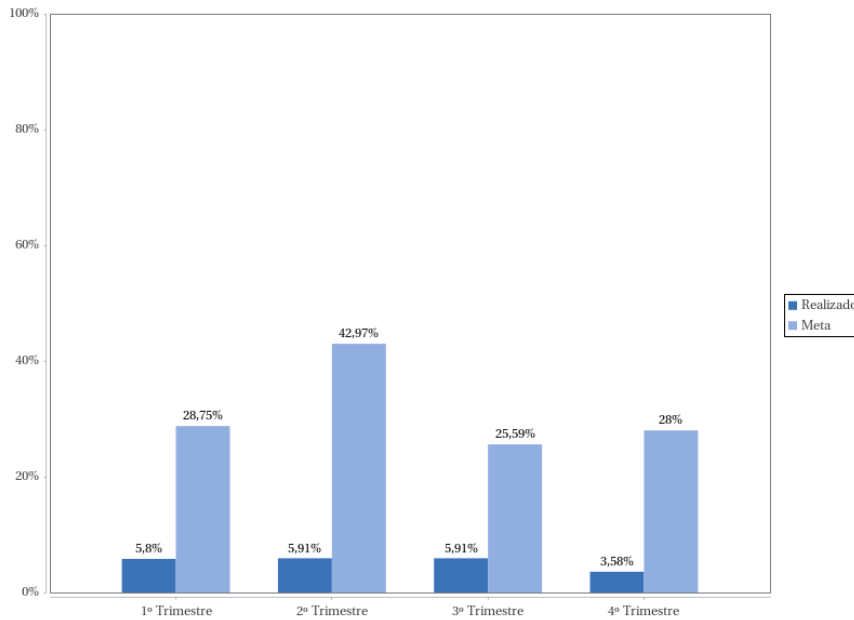
Projetos não executados em 2020 precisarão de orçamento em 2021, sem que para eles tenha sido solicitada qualquer verba, e projetos que deveriam estar maduros para serem executados tiveram retrocesso.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Mais uma vez, o resultado insatisfatório obtido sinaliza a necessidade de mudanças na cultura organizacional, seja pela alocação de gerentes exclusivos ou mais intensamente dedicados aos projetos estratégicos, com competência para planejar melhor a necessidade de recursos orçamentários por iniciativa, estabelecendo também alternativas que levem em consideração a piora de cenários, tal como este que estamos vivenciando, bem como considerem as restrições de atuar num ano eleitoral.

Riscos associados ao objetivo

- Risco de baixa execução dos projetos com alocação orçamentária na proposta de 2021, tendo em vista que o cenário de pandemia ainda perdura e a paralisação de projetos em 2020 produzirá reflexos relevantes no próximo exercício.

IA 100 - Índice de execução planejada do orçamento de ações estratégicas**Insatisfatório****Desempenho do Período: 12,80%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDINE.****Análise de contexto**

O desempenho manteve-se Insatisfatório. O percentual realizado neste 4º Trimestre foi de 3,58% (três, cinquenta e oito por cento) menor ainda do que o realizado no 3º e no 2º trimestres. E, de fato, além de não ter havido novos empenhos, houve cancelamento de 02 (dois) empenhos anteriormente considerados e o valor total executado (EPOIE) caiu de R\$ 323.100,03 para R\$195.927,40.

Assim, alcançamos apenas 12,80% da meta trimestral de 28%, enquanto no trimestre anterior havíamos alcançado 23,09% da meta de 25,59%.

Todo o período analisado está inserido no contexto da pandemia provocada pelo Covid-19 que teve impactos diretos sobre as 02 iniciativas que possuíam previsão de execução orçamentária para 2020: projeto VPN – Rede Privada Virtual cujo orçamento era de R\$ 667.986,06 e executou R\$195.927,40 e projeto Modernização do Data Center cujo orçamento era de R\$ 4.800.000,00 e executou R\$ 0,00.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A fim de garantir o apoio e estabelecer um monitoramento sobre a execução das iniciativas, foram mantidos os contatos com os gerentes de projetos estratégicos com a periodicidade possível, dentro das limitações impostas pela pandemia Covid-19 (restrições de mobilidade).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Considerando que o orçamento de 2021 foi solicitado em fevereiro de 2020, cenário anterior à Pandemia, a tendência para o IA100 em 2021 é de baixa aderência.

Projetos não executados em 2020 precisarão de orçamento em 2021, sem que para eles tenha sido solicitada qualquer verba, e projetos que deveriam estar maduros para serem executados tiveram retrocesso.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Mais uma vez, o resultado insatisfatório obtido sinaliza a necessidade de mudanças na cultura organizacional, seja pela alocação de gerentes exclusivos ou mais intensamente dedicados aos projetos estratégicos, com competência para planejar melhor

a necessidade de recursos orçamentários por iniciativa, estabelecendo também alternativas que levem em consideração a piora de cenários, tal como este que estamos vivenciando, bem como considerem as restrições de atuar num ano eleitoral.

Riscos associados ao objetivo

O maior risco considerado no trimestre em análise foi aportar a parte considerável dos recursos orçamentários (aproximadamente 88%) em uma única iniciativa, o projeto Modernização do Data Center, e como este não pode ser executado em 2020 houve impacto direto sobre o resultado do indicador e consequentemente sobre o alcance da meta.